

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Jacson Schwengber

**Ler os Clássicos com ‘Olhos Modernos’ – ou como a história antiga deveria ser lida no século XVIII português: método e crítica em Verney (1713/1792)**

Porto Alegre, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Jacson Schwengber

**Ler os Clássicos com ‘Olhos Modernos’ – ou como a história antiga deveria ser lida no século XVIII português: método e crítica em Verney (1713/1792)**

*Dissertação de mestrado realizada para a obtenção do grau de Mestre pelo curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História UFRGS-2016*

Orientador: Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas.

Porto Alegre, 2016.

## RESUMO

A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre a leitura da história no século XVIII português, em especial a leitura de autores clássicos, ou de autores modernos que escreveram sobre a Antiguidade. Como fundamentação teórica, propõe-se que: tanto as maneiras de escrever e os objetos de escrita, quanto as razões e as maneiras de se ler, são elementos constitutivos do conhecimento histórico. Através da análise das obras de Luís António Verney (1713/1792), busca-se, portanto, responder: como e por que a história antiga era lida? Este estudo, ainda que trate de um caso particular, pretende contribuir, mesmo que de forma provisória e limitada, para a compreensão da historiografia e das práticas letradas do período, pois, ao construir suas preceptivas de leitura, o autor lusitano fez uso de tópicos compartilhadas por diversos outros autores europeus. Como estratégia heurística fez-se uso das noções de método e crítica como ferramentas de leitura, conformando, assim, o que aqui se chamou de um olhar moderno sobre a história antiga.

**Palavras-chave:** leitura, historiografia, crítica, método, antigo, moderno.

## ABSTRSCT

This research proposes a reflection on the reading of history in the Portuguese eighteenth century, especially the reading of classical authors, or modern writers whose works talk about antiquity. As the theoretical basis, we propose that both ways to write and writing objects, as well as the reasons and ways to read, are elements that compose the historical knowledge. By analyzing the works of Luís António Verney (1713/1792), therefore, this research aim to elucidate: in which way and for what reason antique history was read? This study, although it covers a particular case, intends to contribute, even if in temporary and limited basis, for understanding the historiography and literacy practices of the period, because, by forming his reading preceptives, the Lusitanian author made use of some topical shared by many other European authors. As a heuristic strategy was employed notions of method and critic as reading tools; conforming, in this way, what is here called a modern look at antique history.

**Key-words:** reading, historiography, method, critic, ancient, modern.

### CIP - Catalogação na Publicação

Schwengber, Jacson

Ler os Clássicos com 'Olhos Modernos' – ou como a história antiga deveria ser lida no século XVIII português: método e crítica em Verney (1713/1792) / Jacson Schwengber. -- 2016.  
190 f.

Orientador: Anderson Zalewski Vargas.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. historiografia. 2. história intelectual. 3. leitura da história. 4. história moderna. 5. história de Portugal. I. Zalewski Vargas, Anderson, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Nessa trajetória de mais de dois anos de pesquisa, muitos são aqueles a quem devo agradecer. Pessoas e agências tornaram possível a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, ao Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas, o qual foi fundamental para a concretização dessa dissertação. Ter participado no projeto de pesquisa coordenado por ele, ainda na graduação, foi fundamental para meu amadurecimento acadêmico. Sua atitude intelectual de “pensar fora da caixinha”, sempre foi um estímulo para colocar os temas historiográficos para além de limites disciplinares. Pela liberdade com que permitiu que as questões deste trabalho fossem exploradas, por sua leitura atenta ao longo da feitura do texto agora acabado, dedico aqui um agradecimento especial.

Aos membros da banca pelas justas críticas e pelos comentários generosos. Ao Prof. Dr. António Camões Gouveia, pela disponibilidade e atenção dedicadas na avaliação deste trabalho – feita no outro lado do Atlântico. Suas observações, indicações e apontamentos constituem uma contribuição perene inestimável. À Prof. Dra. Mara Rodrigues, a quem agradeço imensamente por ter, desde a graduação, acompanhado e contribuído para meu amadurecimento acadêmico. Suas aulas, sua leitura atenta e seus comentários sempre me serviram de referência no (re)pensar o conhecimento histórico e própria prática do ensino de história. Ao Prof. Dr. Fernando Nicolazzi, que em palestras, textos, disciplinas e conversas de corredor, ajudou na escolha de muitos dos rumos e caminhos que foram adotados nesta pesquisa.

Nesse momento de incertezas políticas e de fragilização da democracia, a própria educação corre grave risco. Mal começamos a dar alguns passos na última década e parece que alguns setores da política nacional querem fazer retroceder. Por isso, registro que ao PPG de história da UFRGS e ao CNPQ devo as condições materiais de minhas atividades ao longo desse tempo. Participações em eventos, consulta a bibliotecas e aquisição de materiais, só foram possíveis graças a políticas de fomento à pesquisa e concessão de bolsas.

Espaços públicos de produção de conhecimento precisam ser consolidados e ampliados.

Aos amigos – antigos e modernos – porque na escolha de se ser historiador e professor de história, ofício e vida pessoal se misturam. Por serem inestimáveis fontes de afeto, conselho e camaradagem. Também por serem raros, como é o próprio sentimento de amizade. Sentimento que solicita tantas circunstâncias para se edificar – comunicação; intercâmbio vivo de ideias e de emoções.

Ao colega e grande amigo Lucas André Gasparotto, por compartilhar seu vasto conhecimento sobre a cultura portuguesa; sobre teatro; sobre tropicália, o samba e o fado. Mas, principalmente, pelas doses cotidianas de seu pessimismo realista oitocentista. Afinal, **não** vivemos no melhor dos mundos possíveis.

À Nina Bogoni, por (mais uma vez) revisar e corrigir os inúmeros erros de concordância e ortografia. Sem o seu olhar atento sem dúvida o enredo seria mais truncado e menos inteligível. E, mais importante, pelo afeto compartilhado, transformado e sempre renovado.

Aos amigos e companheiros de vigem Lucas La Bella e Chico Mello, com os quais aprimorei meus conhecimentos étlicos e gastronômicos. Aos grandes conselheiros de assuntos gerais e amenidades e que representam para mim o verdadeiro valor da amizade: Michael e Fernando (os “ilustres primos Prudêncio”); Bibiana Werle (amiga e irmã de alma), Ronaldo Paesi (violeiro e cervejeiro) e tantos outros que não foi possível nomear aqui.

Gratidão, também, a toda minha família.

À Minha mãe, meu primeiro e insuperável modelo de ética, carinho e amor.

## Sumário

Introdução.....	9
Ler a história.....	9
Verney: “uma vida combativa e infeliz” .....	10
Uma tempestade literária .....	12
Crescente número de impressos.....	17
História(s): variações do gênero .....	19
O temor da leitura: a censura .....	21
Leituras autorizadas .....	24
Capítulo 1: Antigos e Modernos.....	28
Unir Antigos com Modernos .....	28
As modernidades de Verney .....	37
Verdade histórica .....	46
Capítulo 2: Porque ler a história .....	58
Uma escola de moralidade.....	58
História Ciência das Ciências .....	69
Ler a história: um recreio virtuoso .....	76
Estilo e gosto: saber e sabor .....	88
O Prazer de Ler a História.....	101
Capítulo 3: Como ler a História .....	114
Ler a história com Método .....	114
Os olhos da história.....	124
A ordem dos tempos.....	138
Antiguidades.....	150
O leitor crítico.....	159
Conclusão .....	174
Bibliografia .....	183



## Introdução

### *Ler a história*

Com erudição singular, o ensaísta e ficcionista argentino Jorge Luís Borges — um apaixonado pela leitura — atribuiu a toda obra duradoura a qualidade de um espelho que não faz mais do que revelar os traços do leitor. Segundo ele, é o leitor que confere vida aos textos. Em uma frase simples, mas carregada de significado, Borges afirmou que “uma literatura difere de uma outra menos pelo texto que pelo modo como é lida<sup>1</sup>”. Pouco mais de uma década depois, Gérard Genette destacaria o caráter pouco evidente destas palavras. O crítico literário e teórico francês identificou o postulado segundo no qual é defendido que o significado de uma obra reside somente nas intenções do autor, como o responsável por um empobrecimento, a mais de um século, no comércio das letras. Para Genette “a história literária é tanto a história dos modos ou das razões para ler, quanto aquela das maneiras de escrever ou dos objetos de escrita<sup>2</sup>”.

Mas, se Borges e, depois dele, Genette dirigiram suas análises à natureza e aos usos da literatura, Paul Ricoeur, por sua vez, atentou para o fato de que não somos menos leitores de histórias do que de romances. Para o filósofo francês, “todas as grafias — e, dentre elas, a historiografia — dependem de uma teoria ampliada da leitura<sup>3</sup>”. Pois o livro de história também está sujeito ao destino de todo o livro: depois de escrito e publicado, rompe o elo que o liga a seu enunciador<sup>4</sup>.

Esta dissertação propõe que o tema da leitura — e em particular a leitura da história — não diz respeito exclusivamente aos debates contemporâneos, mas consiste em uma questão recorrente, a qual ocupou a mente de autores desde os inícios da modernidade<sup>5</sup>. No Setecentos português, por exemplo, o

---

<sup>1</sup> BORGES, Jorge Luís. **Otras Inquisiciones**. Buenos Aires: EMECÉ, 1960, p. 218.

<sup>2</sup> GENETTE, Gérard. **Figures: essais**. Paris: du Seuil, 1966, p. 129.

<sup>3</sup> RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa- tomo III**. Campinas: Papirus, 1997, p.316.

<sup>4</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007, p. 153.

<sup>5</sup> GRAFTON, Anthony. **What was history? The art of history in early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 03. Para um panorama mais amplo sobre a

restrito número de súditos alfabetizados lia uma variada gama de gêneros literários, entre os principais figuravam: textos sagrados (o principal sendo a Bíblia, mas também missais e hagiológicos), orações (fúnebres, sacras ou panegíricas), diplomas (leis, bulas, tratados, doações, etc.), poesia (verso e prosa, em seus variados subgêneros) e, em uma escala que crescia cada vez mais, também textos históricos. Os diferentes gêneros possuíam formas específicas de decodificação, sistematizados conforme fórmulas exclusivas em manuais voltados para a leitura, tais como: a Exegese, a diplomática, a *ars oratória*, a arte poética e as artes de história.

A presente pesquisa propõe, portanto, uma reflexão sobre a leitura da história no século XVIII português, em especial a leitura de autores clássicos, ou de autores modernos que escreveram sobre a Antiguidade. Para isso, será oferecido um estudo de caso a partir da trajetória intelectual do clérigo, pedagogo, polemista e filósofo português Luís António Verney (1713-1792).

*Verney: “uma vida combativa e infeliz”*

António Alberto Banha de Andrade escreveu a única biografia de Luís António Verney de que temos notícia: *Verney e a Cultura de seu Tempo* – primeira edição de 1965. Nas palavras de introdução deste biógrafo, o intelectual português é apresentado como alguém que “durante 79 anos de peregrinação por este mundo” teve uma vida “combativa e infeliz”. Nascido no dia 23 de julho de 1713, Verney teve, aos seis anos de idade, sua educação entregue ao Padre jesuíta Manuel de Aguiar paixão, o qual lhe iniciou nos estudos de gramática latina, castelhano, francês e italiano<sup>6</sup>. Embora não se precise a data, sabe-se que frequentou o colégio de Santo Antão, o qual tinha, na época, o seu currículo dividido em gramática latina, latinidade e retórica<sup>7</sup>.

---

questão da leitura da história, desde o século XVI até final do século XX, ver NICOLAZZI, Fernando. **Como se deve ler a história: leitura e legitimação na historiografia moderna**. Vária História: UFMG, 2010.

<sup>6</sup> ANDRADE, António Alberto de. **Verney e a cultura do seu tempo**. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1966, p. 10.

<sup>7</sup> O aluno permanecia nos chamados estudos menores por cinco anos. Do primeiro ao último, frequentava o curso de gramática. A partir do segundo ano, começava a cursar latinidade, até o fim do terceiro ano. O quarto e o quinto ano estavam reservados para o ensino

Depois disso, o jovem estudante teria passado pela congregação do Oratório, que na época disputava espaço no sistema pedagógico luso com os inacianos. Mas voltou a estudar em uma instituição que se encontrava sob o controle dos jesuítas, o Colégio Madre de Deus, onde se graduou em artes e obteve acesso aos estudos superiores na Universidade de Évora<sup>8</sup>. Foi nesta instituição que, por fim, completou seus estudos em Portugal e recebeu o grau de licenciado em artes, título algo equivalente a doutor em filosofia para nossos dias<sup>9</sup>.

Aos 23 anos de idade, Verney parte para a Itália, país onde permanecerá até o fim de sua vida. Em 1736, chegou a Roma e, no ano seguinte, matriculou-se no curso de teologia e direito canônico da Universidade de Sapienza<sup>10</sup>. A diferença da formação teológica desta instituição para Évora e Coimbra, segundo seu biógrafo, estava no ensino da história e das línguas orientais como elementos indissociáveis dos estudos teológicos e jurídicos. Assim, entre os anos de 1737 e 1740, o intelectual lusitano assistiu às aulas de história eclesiástica e também estudou grego e hebraico – em algum momento deve ter tido alguma instrução em siríaco, língua que eventualmente se ministrava na referida universidade<sup>11</sup>. Em Roma, Verney frequentou muitas bibliotecas e trocou cartas com destacados intelectuais do período, dentre eles, Ludovico António Muratori (1672/1750) e António Genovesi (1712/1769). O nome do erudito português também figura como um dos colaboradores da Arcádia Romana, sob o cognome arcádico de *Verenio Origiano*. Em 1741, depois de um longo processo para comprovar sua “pureza de sangue” e “retidão dos

---

da retórica. Em ocasiões festivas, ou nas formaturas, eram realizadas exibições oratórias nas escolas, conforme a descrição de Andrade: “Costumavam os jesuítas organizar festas literárias nos Pateos de Santo Antão, a que concorria a nobreza e gente do povo em grande número. No ano que terá precedido a entrada de Vernei, a 4 de maio, houve festa ruidosa em louvor dos assinalados varões portugueses e das insignes matronas lusas que, segundo se disse, excederam notavelmente aos romanos. Poemas, declamações, coros de música e a presença da Academia Portuguesa do Conde Ericeira. As peças latinas eram de autoria do professor de Retórica, P. Paulo Amaro (...)” **Ibid.**, p.11.

<sup>8</sup> Instituição que na época era voltada para a formação de religiosos.

<sup>9</sup> **Ibid.**, p. 42.

<sup>10</sup> Embora já possuísse, como referido anteriormente, o título de mestre em filosofia e teologia pela Universidade de Évora, realizou novamente estes estudos na Itália.

<sup>11</sup> **Ibid.**, p. 98.

costumes”, conseguiu o título de Arcediago de Évora<sup>12</sup>. No ano de 1749, foi ordenado na Ordem de Cristo<sup>13</sup>. Durante o período do reinado de D. Maria I (1777-1816), tornou-se deputado da Mesa de Consciência e Ordens, e também sócio supranumerário da Academia de Ciências de Lisboa.

### *Uma tempestade literária*

Em 1746, Verney publicou a mais polêmica de suas obras: *o Verdadeiro Método de Estudar*<sup>14</sup>. Amplamente difundida em Portugal e em seus domínios no ultramar, esta obra apresentou, em tom sarcástico, críticas radicais à cultura letrada lusitana de seu tempo; também ofereceu as bases da reforma

---

<sup>12</sup> ANDRADE, António Alberto de. *Op. Cit.*, 1966., p. 112.

<sup>13</sup> ANDRADE, António Alberto de. *Op. Cit.*, 1966., p. 220.

<sup>14</sup> A primeira edição dos dois tomos do *Verdadeiro Método de Estudar* foi realizada pelos impressores Gennaro e Vincenzo Muzio, na cidade italiana de Nápoles, no ano de 1746. A remessa dos livros, enviada para Lisboa no final deste mesmo ano, foi apreendida por um visitador da Inquisição que inspecionou o barco que os transportava. Não se sabe o conteúdo dos pareceres do Santo Ofício, apenas que a obra foi proibida de circular em Portugal. Atualmente, só se conhecem o paradeiro de dois exemplares da primeira impressão de *o Verdadeiro Método de Estudar*, uma delas incompleta. Na Biblioteca Nacional de Madrid, encontra-se um exemplar do segundo tomo do *Método*. A Biblioteca Nacional de Nápoles é a única que possui a versão original completa.

Ainda no ano de 1746, a obra foi reimpressa, mas desta vez com um *false-adresse*. No lugar de Nápoles, foi indicada a cidade de Valencia como local de impressão. Atribuiu-se o nome Antonio Balle ao editor dessa nova versão. Tanto a referência do local quanto do editor são falsas. Houve um impressor valenciano chamado Antonio Balle, todavia, este só se dedicou às atividades tipográficas entre os anos de 1721 e 1740. As obras que saíram de seus prelos traziam sempre a indicação “Valencia” ou “En Valencia”, nunca “Valensa”, como na segunda impressão do *Método* de 1746.

Análises de outras características tipográficas demonstraram que a obra não foi reimpressa em Valencia. Para a historiadora portuguesa Maria Teresa Payan Martins, as edições atribuídas a Nápoles e a Valencia têm poucas diferenças entre si. A pesquisadora comparou as duas edições e verificou que o papel, os ornatos xilográficos postos ao longo da obra e as letras são idênticos. Conclui: “as espécies, supostamente pertencentes a duas edições diferentes são, portanto, formadas por cadernos provenientes de uma mesma edição, tendo-se unicamente efectuado, por motivos óbvios, uma nova impressão dos dois cadernos que continham as folhas-de-rosto, e procedido a sua substituição”. Só haveria uma edição napolitana cuja reimpressão atribuiu o falso endereço de Valencia. Por isso, Payan Martins denomina as duas versões de “1º edição A” e “1º edição B”.

O local de editoração e a folha de rosto, mencionada acima, seriam as únicas diferenças assinaláveis entre as duas impressões. A carta supostamente composta por Antonio Balle e dirigida aos inacianos, posta no início da obra “valenciana”, não fez parte da versão napolitana. Ainda conforme Payan Martins, a 1º edição B teve ampla circulação em Portugal e logo suas vendas se esgotaram. Para a autora, a notícia de que a 1º edição A teria sido apreendida e proibida de circular alimentou a curiosidade dos leitores e contribuiu para a sua divulgação. Cf. MARTINS, Maria Teresa Payan. **Livros Clandestinos e Contrafacções em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Edições Colibri, 2012. p. 360. Para o presente trabalho, foi consultada a edição que traz Valensa como local de publicação.

pedagógica empreendida, sob a égide do ministério do Marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I. Composto por 16 cartas distribuídas em dois tomos, o *Método* serviu de base para manuais de pedagogia e retórica confeccionados no Brasil e em Portugal, desde meados do século XVIII até fins do XIX. Verney jamais assumiu a autoria deste conjunto epistolar. As capas dos dois tomos traziam a assinatura de um certo *Barbadinho da Congregação de Itália* – na verdade um criptônimo de seu nome – e estes eram dirigidos a um suposto interlocutor, descrito como padre e *Doutor na Universidade de Coimbra*.

No primeiro prefácio dos cinco volumes da reedição de o *Verdadeiro Método de Estudar* publicados entre os anos de 1949 e 1952, o professor António Salgado Junior afirmava não ser possível algum autor se aprofundar na pesquisa sobre a história cultural de Portugal no século XVIII sem fazer referência a essa obra<sup>15</sup>. Para o historiador António Sérgio, o *Verdadeiro Método* de Verney e a *História de Portugal* (1846/1853) de Alexandre Herculano, são dois livros capitais da cultura portuguesa posterior à época do renascimento<sup>16</sup>. Cabral de Moncada, importante jurista e historiador do direito português, considerava que Verney foi um “intelectual inconformista e hiper-crítico”, sendo o “mais elevado expoente na vida portuguesa de seu tempo<sup>17</sup>”.

Na edição do *Método* corrigida e comentada pelo professor Salgado, este minimizou a importância do caráter polêmico atribuído às cartas que o compõe: em sua opinião, trata-se da obra de um “pedagogista”. Portanto, para ele, é dentro de uma análise da história da pedagogia lusitana que elas deveriam ser abordadas<sup>18</sup>. Todavia, foi em torno das polêmicas do suposto *Barbadinho* com relação ao sistema de ensino dos inicianos que a maior parte dos estudos se deteve, desde a sua publicação.

---

<sup>15</sup> SALGADO, António. Prefácio I in VERNEY, Luís António. **Verdadeiro Método de Estudar**. Lisboa: livraria Sá da Costa, 1949.

<sup>16</sup> SÉRGIO, António. **Breve Interpretação da História de Portugal**. Livraria Sá da Costa: Lisboa, 1977, p. 141.

<sup>17</sup> MONCADA, Cabral de. **Um “Iluminista” Português do século XVIII: Luís António Verney**. São Paulo: Saraiva, 1941, p. 23.

<sup>18</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1949, p. XIV.

Ivan Teixeira entende que as cartas do *Barbadinho* não eram propriamente um tratado pedagógico de caráter doutrinário, como propôs Salgado Jr.; consistiam antes “em um livro de combate, de crítica da cultura, do que propriamente uma obra de teoria<sup>19</sup>”. De fato, logo que saiu a público, o *Método* provocou reações entre os letrados da época. A primeira delas (e talvez a mais radical) apareceu em um folheto do padre jesuíta José de Araújo, *Reflexões apologéticas*, em 1748. Outras se sucederam. Não demorou muito para que um intenso debate adquirisse vulto.

O potencial polêmico deste tratado foi enfaticamente registrado por António Andrade. Segundo ele, poucas vezes na história das ideias em Portugal “eclodiu polêmica mais estrondosa e de consequências tão radicais como a provocada no meio culto português” pelo *Método*<sup>20</sup>. De acordo com Carlos de Passos em seu texto *Uma Tempestade Literária* de 1925, as querelas em torno das proposições do *Barbadinho* consistiram na única controvérsia literária relevante antes da Questão Coimbrã<sup>21</sup>. Hernani Cidade, décadas depois, também viu, na publicação do *Método*, o desencadeador do intenso debate que veio a redefinir todo o sistema pedagógico lusitano<sup>22</sup>.

A maior parte dos trabalhos produzidos no século XX inseriu o nome de Verney no quadro mais amplo da chamada *Ilustração Ibérica*. Luís Cabral Moncada, em seu livro *Um Iluminista Português do Século XVIII - Luiz António*

---

<sup>19</sup> TEIXEIRA, Ivan. **O Mecenato Pombalino e a Poesia Neoclássica**. São Paulo: Edusp, 1999, p. 60.

<sup>20</sup> ANDRADE, António Alberto de. **Verney e a projeção de sua obra**. Composto e impresso nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand, 1980, p. 07.

<sup>21</sup> PASSOS, Carlos de. **Uma tempestade literária**. Portugal: revista de cultura, tradição e renovação nacional. Lisboa: 1925-1926, p. 334. Quanto à Questão Coimbrã: foi um debate literário ocorrido em meados do século XIX. Seus representantes mais destacados foram Antero de Quental (1842-1891) e Teófilo Braga (1843-1924). Estes criticavam uma forma de composição literária típica do romantismo (centrada na subjetividade individual); por isso defendiam uma arte literária engajada, que abordasse temas referentes à experiência social. O nome deriva do ambiente onde esse debate surgiu: a Universidade de Coimbra. Todavia, essa querela teria ultrapassado o âmbito da contenda estritamente literária. Para uma análise em profundidade da contenda, Cf. CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo A. M. Acher de. **Sociedade e Cultura Portuguesa II**. Lisboa: Universidade Aberta, 1966, p. 155-162; FERREIRA, Alberto; MARTINHO, Maria José. **A Questão Coimbrã (bom senso e bom gosto)**. Lisboa: Ed. Comunicações, 1988.

<sup>22</sup> CIDADE, Hernani. **Lições de Cultura e Literatura portuguesas**. Coimbra: Coimbra ed. 1959, V.01.

*Verney*, de 1941, deu ênfase na dimensão filosófica dos trabalhos de Verney e identificou este como um “bom discípulo de Newton e do experimentalismo moderno<sup>23</sup>”. No ano de 1946, veio a público *Vernei e a Filosofia Portuguesa*; nesse livro, António Alberto de Andrade fez duras críticas ao clérigo lusitano, tratando-o como mentiroso<sup>24</sup>. Porém, na biografia sobre o intelectual português, já referida acima, Andrade não mais apenas condenava as obras do clérigo português, apresentando tanto opiniões favoráveis quanto contrárias ao *Barbadinho*. Quanto ao biografado, a introdução da obra diz que “não se deve, porém, esquecer a sua personalidade integral, revelando as virtudes e não calando os defeitos, por mais mesquinhos que pareçam<sup>25</sup>”.

No campo da teoria literária, Aníbal Pinto de Castro dedicou dois capítulos de sua tese de doutorado para as polêmicas intelectuais em torno das cartas de retórica do *Método*<sup>26</sup>. Ivan Teixeira, em *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, também destacou a relevância das preceptivas retóricas de Verney para a produção letrada do século XVIII<sup>27</sup>. Um pouco nesse sentido, José Murilo de Carvalho destacou a autoridade que seu nome exerceu na composição de manuais brasileiros de retórica do século XIX<sup>28</sup>.

Pesquisas de autores não portugueses, que deram atenção ao Iluminismo em Portugal, também apontaram a relevância dos trabalhos do erudito lusitano. O historiador e ensaísta francês Paul Hazard identificou, nas ideias do *Verdadeiro Método*, propostas para redimir Portugal de seu atraso cultural em relação à chamada Europa culta<sup>29</sup>. Kenneth Maxwell, historiador inglês, caracterizou Verney como o ideólogo do projeto de secularização do ensino

---

<sup>23</sup> Moncada, Cabral de. *Op. Cit.*, 1941, p. 125.

<sup>24</sup> ANDRADE, António Alberto de. *Vernei e a Filosofia Portuguesa: no 2º centenário do aparecimento do verdadeiro método de estudar*. Braga: Cruz, 1946, p. 386.

<sup>25</sup> ANDRADE, António Alberto de. *Op. Cit.*, 1966, p. VII.

<sup>26</sup> CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e Teorização Literária em Portugal: do humanismo ao neoclassicismo*. Dissertação de Doutoramento em filologia românica. Universidade de Coimbra, 1973.

<sup>27</sup> TEIXEIRA, Ivan. *Op. Cit.*

<sup>28</sup> CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi n.01, Rio de Janeiro, 2000.

<sup>29</sup> HAZARD, Paul. *La Pensée Européenne au XVIII Siècle: de Montesquieu a Lessing*. Paris: Boivin, 1948.

lusitano pombalino<sup>30</sup>. Outro historiador inglês, Jonathan Irvine Israel, por sua vez, defendeu que havia um modelo propriamente ibérico de iluminismo e classificou Verney como um representante do que chamou de “iluministas moderados<sup>31</sup>”.

Nos últimos anos, alguns pesquisadores produziram trabalhos de dissertação bastante relevantes sobre este letrado setecentista. Eduardo Teixeira de Carvalho Júnior, abordou a obra do “iluminista português” associada ao esforço “ilustrado” de constituição de uma “esfera pública” de debates de ideias, no sentido habermasiano do termo. De acordo com Carvalho, “as ideias modernas chegaram a Portugal, porém não se desdobraram em debates e discussões públicas, ficando restritas a alguns focos isolados. Focos estes ilustrados pelos representantes deste movimento. Representantes como Verney, cujo projeto era tirar Portugal de seu atraso, ou seja, iluminá-lo<sup>32</sup>”. Regina Célia de Melo Moraes, realizou sua dissertação sobre a obra *Il Cristianismo felice nelle missioni de'padri della Compagnia di Gesù nel Paraguai* (1743) abordando as relações de seu autor, o italiano Ludovico António Muratori (1672-1750), com intelectuais portugueses, dentre eles Verney<sup>33</sup>. Patrícia Domingues Woolley Cardoso, por sua vez, trabalhou com os folhetos produzidos pelos inicianos em resposta ao *Verdadeiro Método de Estudar*, matizando muitas das denúncias que Verney fez ao sistema educacional da Companhia de Jesus<sup>34</sup>.

O trabalho mais recente, entre os que pude consultar, merece aqui um destaque: em *Contra todos os inimigos. Luís António Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*, dissertação de mestrado defendida no ano de 2009, Breno Ferraz Leal Ferreira abordou a concepção de história de Verney na construção

---

<sup>30</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>31</sup> ISRAEL, Jonathan Irvine. **Radical Enlightenment: philosophy and the making of modernity (1650-1750)**. New York: Oxford Press, 2001.

<sup>32</sup> CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. **Verney e a questão do Iluminismo em Portugal**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 2005, p. 05.

<sup>33</sup> MORAIS, Regina Celia de Melo. **L. A. Muratori e o Cristianismo Feliz na Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Paraguai**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006.

<sup>34</sup> CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. **Os jesuítas diante de “O Verdadeiro Método de Estudar”: conflitos políticos e de idéias no setecentos português (c.1740-1760)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004.



de suas teses teológicas. Esse autor analisou como o erudito português fez uso do método crítico desenvolvido pelos monges beneditinos da congregação de Saint-Maur na defesa dos dogmas católicos<sup>35</sup>. Em muitos aspectos, este trabalho compartilha das proposições apresentadas por Ferreira. Todavia, algumas questões serão enfocadas por outro prisma: minha preocupação será menos o uso que ele fez da história e mais o modo e as motivações que ele propunha para que ela fosse lida. Questões em tono da chamada *Ilustração Ibérica* também ocuparão espaço menor. Outra diferença entre minha proposta e esse trabalho diz respeito às fontes. Pretendo utilizar não só o *Método*, mas também o *De Re Lógica* (1753), *De Re Metaphysica* (1758), *Gramática Latina* (1758) e os panfletos de Verney e de alguns de seus interlocutores no debate em torno de suas propostas pedagógicas, para entender como, para esse autor, a história clássica deveria ser lida.

#### *Crescente número de impressos*

Não foi por acaso que o tema da leitura da história ocupou um espaço relevante nas obras de Luís António Verney. No século XVIII, em Portugal, os trabalhos históricos eram tanto objeto de curiosidade quanto de aplicação nos estudos; começava, então, a nascer um maior interesse dos indivíduos pelos textos históricos<sup>36</sup>. No ano de 1715, saiu a primeira edição da *Gazeta de Lisboa*. Este periódico contribuiu para a divulgação do conhecimento da geografia e da história contemporânea; na capa de suas edições, trazia o título *Historia Annual Chronologica e politica do Mundo e especialmente da Europa*. O reflexo desse interesse pela história por parte dos letrados também pode ser observado na criação, sob o beneplácito real, da Academia Real de História Portuguesa, em 08 de Dezembro de 1720<sup>37</sup>. No ano de 1734, D. Luís Caetano de Lima publicou o seu *Geografia Histórica de todos os Estados Soberânos da Europa*. No final do ano de 1736, foi impresso, sob a autoria de Damião de Frois Perim, o *Theatro heroico*,

---

<sup>35</sup> FERREIRA, Breno Ferraz Leal. **Contra todos os inimigos. Luís António Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2009.

<sup>36</sup> Andrade, Luís António de. **Op. Cit.**, 1966, p. 80.

<sup>37</sup> Neste mesmo ano, foi publicado um índice com os autores que deveriam ser evitados por “serem fabulosos”. ANDRADE, António Alberto de. **Op. Cit.**, 1966, p. 81.

*abecedário histórico e Cathalogo das Mulheres ilustres em Sciencias e Artes liberaes*. Em 1737 foi posto à venda, na cidade de Lisboa, a obra de Gaspar da Costa Ferrão *História Chronologica dos Papas, Emperadores e Reys, emendada e accrescentada e continuada até o ano de 1736*. Entre os anos de 1735 e 1748, foram publicados os 12 tomos redigidos por D. António Caetano de Sousa da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Outras obras poderiam ser agregadas a esta lista, todavia, tal seleção — um tanto aleatória — visa apenas apontar “o gosto pelo facto histórico” do público leitor português nas primeiras décadas do Setecentos, “quer como exemplo de virtudes, quer simplesmente como tema de cultura geral<sup>38</sup>”.

Desde o início dos anos de 1700, um número cada vez maior de obras históricas — e com outros temas — era impresso e posto à venda, principalmente na cidade de Lisboa. O mercado editorial era aquecido por um público leitor que cada vez se alargava mais. José Pereira Baião, no início de uma de suas obras, publicada no ano de 1728, confirmava esse aumento. Na dedicatória da *História da Vida do Rey S. Fernando de Castelã*, dirigida à D. João V, enaltecia-se a magnífica proteção que este monarca despendeu a todas as artes e ciências, tendo como consequência a larga circulação de livros sobre assuntos variados que todos os dias vinham à luz<sup>39</sup>. Essa difusão de livros impressos proporcionou a criação de estabelecimentos voltados para esse fim. Conforme António Alberto de Andrade, livreiros da Espanha e da Holanda chegavam a Portugal em busca de representantes para venda, principalmente, de livros de história<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> ANDRADE, António Alberto de. *Op. Cit.*, 1966, p. 82.

<sup>39</sup> MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII**. Coimbra: Minerva, 2004, p. 77.

<sup>40</sup> Andrade cita o caso de Manuel Buytrago, vindo de Madrid no início de 1741, que trazia para ser comercializado o *Estado Geral do Império Romano*, obra que consistia em uma introdução à história dos Césares, traduzida do francês para o espanhol. Cita também o caso de Pedro de Hondt, livreiro de Haia, que possuía os direitos de impressão da obra *Thesaurus antiquitatum et historiarum Italiae, Neapolis, Sardine, Corsicae et Miltae*, de autoria dos professores Gregório Graevius (1632/1703), Jakob Voorbroek Perizonius (1651/1715), Brumannis e Haveranpio (sobre estes dois últimos, não foi possível encontrar referências a respeito). Esta obra estava dividida em quarenta e cinco volumes e foi oferecida no mercado livreiro português. Na livraria de Lourenço Morgante, constavam todas as obras do Cardeal Cozza, (outro autor cujas referências não encontrei), o qual teria sido autor de um livro sobre história antiga, intitulado

Em Lisboa, vendiam-se também *artes e métodos* para a leitura da história, traduzidos de outras línguas ou compostos em vernáculo. Em 1734, Pedro de Souza Castelo-Branco, Coronel do Regimento da Armada Real, traduziu, do francês, o *Elementos da História*, do Abade Vallemont<sup>41</sup>. O tradutor julgava, com essa obra, oferecer à “mocidade portuguesa” o melhor método até então inventado pela arte para o estudo desta matéria. Nas edições dos *elementos históricos* de Vallemont, divididos em três volumes, eram expostas a cronologia, a geografia, a heráldica, a história universal antiga, e a história da Grécia e de Roma<sup>42</sup>. Outro livro voltado para a leitura da história foi traduzido do espanhol e anunciado no ano de 1743 na Gazeta de Lisboa; tratava-se de uma edição do *Clave histórica com que se abre a porta à História Ecclesiastica e Politica, descobrindo os systemas chronologicos, inscripções e medalhas dos Emperadores, Reys de Hespanha, Italia e França, composta em língua castelhana pelo P. Henrique Flores, da Ordem de Santo Agostinho*<sup>43</sup>.

### ***História(s): variações do gênero***

Os títulos acima elencados, reunidos sob o rótulo de história (ou histórias), escondem a própria diversidade quanto à natureza e aos conteúdos atribuídos a este conceito<sup>44</sup>. Assim, o grande gênero retórico “história” comportava diferentes subgêneros narrativos conforme seus conteúdos – cada um destes, por sua vez, teria um método específico de ser lido de forma adequada. Luís António Verney, no livro seis do seu *De Re Lógica* (1751) – em um capítulo de caráter metodológico – teceu considerações quanto ao modo de

---

*Historia Polemica de Graecorum Schimate e Commentarii Historico-Dogmatici in librum S. August. De Haeresibus.* Em 1744, a Gazeta de Lisboa também anunciava a venda do *Annales ecclesiastici*, de autoria do oratoriano italiano Cesare Baronio (1538/1607): uma história da Igreja, desde sua origem até o ano de 1198. ANDRADE, António Alberto. **Op. Cit.**, 1966, p. 124.

<sup>41</sup> Trata-se de um pseudônimo de Pierre Le Lorrain (1649-1721), autor e obra sobre os quais voltarei a tratar no decorrer desta dissertação.

<sup>42</sup> **Ibid.**, p. 125.

<sup>43</sup> **Idem.**

<sup>44</sup> Para uma discussão quanto aos distintos gêneros historiográficos (História, histórias, vidas, dissertações históricas, chronicas, annaes e memórias) no século XVIII luso-brasileiro, Cf. (SILVEIRA, Pedro Telles da. **O Cego e o Coxo: Crítica e Retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos** (1724 – 1725). Dissertação de Mestrado. Ouro Preto: UFOP, 2012, p.85/140). Também sobre esse tema Cf. NICOLLAZZI, Fernando, **Entre letras & armas, a história como disputa: considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII**, in *Almanack Braziliense*, São Paulo, número 11, 2010b., p. 40-51.

realizar convenientemente a leitura dos livros históricos, subdividindo-os em história *natural, literária, eclesiástica e civil*.

Na primeira edição da *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné*, organizada por Diderot e d’Lambert, também publicada no ano de 1751, foi elaborada uma *explicação detalhada do sistema dos conhecimentos humanos*<sup>45</sup>. Verney repete praticamente o mesmo esquema dessa obra na definição dos gêneros e subgêneros da história. Provavelmente tanto a *Encyclopédia* quanto o erudito português apropriaram-se da tópica de Francis Bacon. Na *Lógica*, a história foi apresentada conforme três espécies principais: sagrada, civil e natural. Dentro de cada um desses três gêneros de história, ainda eram oferecidas mais subdivisões. Assim, a história sacra compreendia a história bíblica e a história eclesiástica. A história civil, tanto antiga quanto moderna, poderia relatar os feitos dos grandes homens ou compreender a história literária. Classificada como um ramo da história universal, a história civil “propriamente dita”, por sua vez, era subdividida em memórias, *antiguidades*, e “história completa”<sup>46</sup>. Por fim, a história natural apresentava o maior número de subdivisões, sendo as duas principais aquelas que descrevem os padrões da natureza — daquilo que sempre se repete —; por exemplo, a denominada história celeste, e a descrição dos movimentos das marés. Também havia, sob o rótulo de história natural, os *Ecartes de la nature*, ou seja, a descrição de eventos naturais únicos<sup>47</sup>, como a descrição de cometas.

A definição de gêneros e subgêneros retóricos e metodológicos aplicados para textos de caráter histórico é relevante para este estudo, pois cada modalidade discursiva pressupunha formas e critérios específicos para sua leitura. Portanto, ao falar em artes de história, deve-se ter presente a

---

<sup>45</sup> *Explication Détaillée du Systeme des Connoissances Humaines*; in DIDEROT, Denis; D’ALAMBERT, Jean (orgs). **Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné**. Tome Premier. Paris, 1751, p. XLVII.

<sup>46</sup> **Idem.**

<sup>47</sup> Na definição do tema da história natural, ainda aparecia o relato e a explicação dos usos da natureza, ou a história do artifício humano. Esse tema, conforme a *Encyclopédia*, por tratar das artes e ofícios, portanto da ação humana sobre a natureza, poderia ser incluído como um ramo da história civil. **Idem.**

diversidade de textos que elas buscavam analisar. Luís António Verney, por exemplo, mobilizava critérios de leitura voltados para a história, *antiguidades* e monumentos, como será visto no decorrer deste trabalho.

O que se quer destacar é que o registro do aumento das publicações com este caráter corrobora a tese de Isabel Ferreira da Mota: de acordo com a autora, o público leitor de histórias se alargou na primeira metade do século XVIII, em Portugal. Para essa historiadora, o surgimento de um campo historiográfico autônomo<sup>48</sup> e o crescimento do comércio de livros foram responsáveis pelo aumento do número de leitores de textos de história<sup>49</sup>. Com o aumento do número de impressos e de leitores, também foram criadas modalidades de controle sobre a leitura.

#### *O temor da leitura: a censura*

Em sua lição inaugural no Collège de France, pronunciada no dia 11 de outubro de 2007, o historiador francês Roger Chartier sublinhou a desconfiança que os poderes têm do escrito, adotando, por isso, diversas estratégias censórias na tentativa de controlar as leituras<sup>50</sup>. O Setecentos lusitano não foi exceção: com o alargamento do público leitor, crescia também o temor de leituras não autorizadas. As reformas culturais, empreendidas durante os reinados de D. João V (1689/1750) e D. José I (1714/1777), estabeleceram formas institucionais de controle sobre os impressos.

O historiador Luiz Carlos Villalta traçou o painel da ação do aparato censório oficial de Portugal, do século XVI ao início do século XIX. Neste

---

<sup>48</sup> A autora defende que a criação da Real Academia possibilitou que a história se constituísse como um campo autônomo de conhecimento. Parece correta a ideia de que a Academia conferiu maior grau de especialização na escrita da história, afinal, a instituição foi formada exclusivamente para as atividades historiográficas, diferente de outras academias literárias que tratavam de assuntos vários. Todavia, a utilização do conceito de “campo”, apropriado de Burdieu, pode exigir uma ponderação quanto à sua pertinência ao ser aplicado ao contexto letrado lusitano do século XVIII. Também a suposta autonomia das práticas historiográficas, empreendidas no âmbito acadêmico, deve ser matizada, uma vez que todos os membros da Real Academia estavam vinculados ao poder régio e que os estatutos da própria instituição declaravam como um de seus propósitos enaltecer a figura do Rei.

<sup>49</sup> MOTA, Isabel Ferreira. *Op. Cit.*, p. 128.

<sup>50</sup> A aula inaugural, sob o título “**Escutar os mortos com olhos**”, foi ministrada no âmbito da cátedra de “Escrito e Culturas na Europa moderna”. A tradução é de Jean Briant e encontra-se à disposição do leitor no IEA-USP para eventual consulta.

período, as autoridades régias e eclesiásticas articularam diferentes ferramentas e critérios de controle sobre a circulação, a posse e a leitura dos livros. De 1517 a 1768, a primeira das fases analisadas pelo historiador, havia uma censura tríplice, a qual estava intimamente associada à Contra-Reforma Católica. O movimento contra-reformista, mesmo que em oposição aos reformadores protestantes, possuía os mesmos objetivos destes:

Embora tivessem pontos de conflito, ambos os movimentos fundavam-se nas mesmas motivações, tematizaram os mesmos problemas (a relação entre fé, obras e salvação; os sacramentos; a reeducação das massas; o sacerdócio; as relações entre Igreja e Estado etc.), ainda que de modo diferente, usaram métodos similares (a caça às bruxas e a criação de escolas dominicais, por exemplo)<sup>51</sup>.

Foi no início do século XVI que se intensificou o esforço das ordens religiosas na criação de universidades, colégios e seminários voltados para a formação dos cristãos. O sistema de ensino confessional adotou um caráter combativo a todos os elementos considerados heréticos. Por isso, buscou reprimir as ideias que estivessem em desconformidade com os dogmas católicos reafirmados durante o Concílio de Trento (1545/1563). Este concílio aprovou resoluções importantes para o controle sobre a leitura, como a criação de um *Índex* de livros proibidos e a proibição do uso da Bíblia e documentos litúrgicos em língua vulgar. O concílio também determinou que os Juízos Eclesiásticos, existentes em cada diocese, fossem responsáveis pela autorização ou veto de todas as obras de caráter sagrado. Esta disposição determinava que só deveriam ser mandadas ao prelo obras que tivessem passado por um exame meticuloso dos censores da Igreja Católica<sup>52</sup>.

Os Juízos Eclesiásticos, acima referidos, eram designados pelo nome de *Ordinário*. No concílio tridentino, ficou estabelecido que os indivíduos que imprimissem, vendessem, emprestassem ou estivessem de posse de livros ou manuscritos não aprovados pelo Ordinário, deveriam receber duras punições.

---

<sup>51</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese, USP, 1999, p. 146.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 148.

Igualmente, os que lessem obras proibidas – sem a devida autorização para isso – deveriam ser rigidamente penalizados. Estas deliberações do Concílio de Trento foram prontamente acatadas pelas monarquias Ibéricas<sup>53</sup>.

Em Portugal, no entanto, ao longo do século XVI, a censura acabou sendo exercida por mais outros dois tribunais. Desde o ano de 1517, o Ordinário ficou incumbido do controle sobre a impressão e circulação dos livros. Em 1536, a Inquisição passou também a exercer esse papel. E, em 1576, o Desembargo do Paço foi integrado ao sistema censório lusitano. Até o ano de 1768, esse aparato de “tríplice censura” vigorou em Portugal. Villalta sintetiza o quadro:

Os tribunais que cuidavam da censura eram independentes uns dos outros, possuindo cada qual suas regras e princípios; os documentos são bastante contraditórios sobre a articulação existente entre eles, indicando que os limites de atuação de cada um flutuaram no tempo. Inicialmente, o Santo Ofício e o Ordinário defendiam a Igreja, enquanto o Desembargo do Paço, o poder civil. Os clérigos tinham a primazia, pois eles eram os juízes da inquisição e do ordinário, controlando a concessão de duas das três licenças necessárias para que um livro fosse impresso. Concedia-se, além disso, prioridade ao combate à heresia, sem, contudo, relegar ao esquecimento as questões de caráter político, que foram mantidas em segundo plano. Esta tendência, com o tempo, modificou-se<sup>54</sup>.

A lei promulgada em seis de abril de 1768 iria alterar esse quadro. Com ela, foi criada a Real Mesa Censória, a qual centralizou o controle sobre a censura. Esta iniciativa inseria-se no projeto reformista levado a cabo pelo Marquês de Pombal, ministro durante o reinado do Rei D. José I. A referida lei era justificada pela necessidade de aumentar a eficácia da censura subordinando-a diretamente à Coroa. Mesmo documentos emitidos diretamente pela Cúria Romana deveriam obter o beneplácito régio para poder circular. Nas palavras de Luiz Carlos Villalta: “a lei estava eivada de regalismo e de uma preocupação em reforçar o poder da Coroa, tendo por correlato o anti-jesuítismo<sup>55</sup>”.

---

<sup>53</sup> **Idem.**

<sup>54</sup> **Ibid.**, p. 149.

<sup>55</sup> **Ibid.**, p. 155.

Com a morte do Rei D. José I, em 1777, subiu ao trono sua filha, a Rainha D. Maria I. Em 1787 ela reformulou o aparato censório, substituindo a *Real Mesa Censória* pela *Real Mesa da Comissão Geral para o exame e censura dos livros*. Este novo órgão foi considerado ineficiente, sendo dissolvido no ano de 1794. Imediatamente reestabeleceu-se o sistema tríplice de controle sobre os impressos – Inquisição, Ordinário e Desembargo do Paço. No entanto, conforme Villalta, isso não significou necessariamente um regresso aos antigos parâmetros de censura. As três instâncias estavam desde então sujeitas aos interesses do poder temporal<sup>56</sup>.

### *Leituras autorizadas*

A tentativa de controle sobre a leitura não era efetuada apenas de forma negativa, isto é, através do interdito do acesso aos livros. O sistema de ensino era outro instrumento de condicionamento da leitura. O mecenato régio, as relações de clientelismo e as ordens confessionais contribuíram para a proliferação de obras de pedagogos e moralistas que, através de seus tratados de civilidade, buscaram orientar a justa apropriação dos discursos.

Como referido anteriormente, no século XVIII, em Portugal, começava a nascer um maior interesse dos indivíduos pelos textos históricos. Junto com o crescimento do número de leitores, além do aperfeiçoamento dos dispositivos censórios, era produzida uma literatura voltada para a conformação de interpretações autorizadas. Por isso, além da censura prévia, ao lado dos livros de história circulavam também textos para controlar a forma como eles deveriam ser lidos.

Fundada no ano de 1720, a Academia Real da História Portuguesa foi a primeira agremiação da Europa voltada única e exclusivamente para a prática historiográfica. Esta instituição arregimentou os mais destacados intelectuais do período, com o objetivo de construir uma narrativa coletiva sobre a história do reino e de seus domínios no ultramar. A Academia se preocupou não só em escrever a história, mas também em regular a sua leitura. Por isso, fez circular, nos territórios do reino, folhetos que orientavam o público leitor a respeito de

---

<sup>56</sup> **Ibid.**, p. 159.



quais livros históricos deveriam ser lidos e quais deveriam ser ignorados, bem como a forma adequada de leitura<sup>57</sup>.

Todavia, essa preocupação extrapolou o âmbito acadêmico. No restrito círculo de letrados, alguns autores também se preocuparam com essa questão. Martinho de Mendonça Pina e Proença (1693/1743) nos oferece um bom exemplo: indivíduo intimamente ligado à administração régia e ao rei, ocupou o cargo de governador interino na capitania de Minas Gerais e do distrito de mineração de Cuiabá. Sujeito destacado entre os intelectuais de seu tempo, foi membro da Academia Real da História Portuguesa e exerceu os cargos de bibliotecário da Biblioteca Real e Guardião do Arquivo Nacional. É dele o *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre* (1734), obra que teve bastante circulação em Portugal no século XVIII. Nesse tratado, descreveu quais obras são necessárias em uma biblioteca particular destinada ao ensino de jovens aristocratas. Esta, segundo Martinho de Mendonça, deveria “ajuntar huma boa collecção dos Authores antigos (sic)”. No seu catálogo não poderia faltar Xenofonte e Antonino; também deveriam constar “alguns methodos, ou compêndios da História”, para regular seu estudo e interpretação. Ainda no que tange à leitura da história, a biblioteca de jovens nobres teria que contar com algumas edições de história literária: que “dão noticia dos melhores livros com juízo prudente sobre seu merecimento<sup>58</sup>”.

Francisco José Freire (1719/1773), importante intelectual do classicismo português, além de um dos responsáveis pela codificação poética lusitana do setecentos e membro fundador da ilustre *Arcádia Portuguesa* – agremiação na qual atendia pelo pseudônimo de Cândido Lusitano –, também voltou sua atenção aos estudos históricos. Assim, no ano de 1748, *veio à estampa* um método para o estudo da história de Portugal, obra de sua autoria e dedicada ao “muito reverendo senhor Machado de Eça”, *deputado do Santo Ofício da Inquisição de*

---

<sup>57</sup> MOTA, Isabel Ferreira. **Op. Cit.**, p. 127. Cf. ANDRADE, António Alberto. **Op. Cit.**, p. 81. Onde também há referencia da existência de índices divulgados pela Academia, nos quais constavam os autores que deveriam ser evitados por “serem fabulosos”.

<sup>58</sup> PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina. **Apontamentos para a educação de um menino nobre**. Lisboa Ocidental: na oficina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, 1734.

Lisboa. Este método, nas palavras do autor, estava voltado à “utilidade pública<sup>59</sup>”. São de sua lavra também outras obras que apresentam preceitos para a leitura da história: *Vida do Infante D. Henriques* (1758) e *Reflexões sobre a língua portuguesa* (1842), esta publicada postumamente – e cuja atribuição de autoria parece problemática.

No ano de 1726, Ribeiro Sanches, outro importante intelectual do século XVIII, deixou Portugal para fugir da Inquisição. Em seu exílio, passou por países como Inglaterra, Holanda, França e Rússia. Foi colaborador da *Encyclopédie* organizada por Diderot e D’Lambert, na qual escreveu sobre medicina, pedagogia e economia. No ano de 1759, em Paris, compôs suas *Cartas para a Educação da Mocidade*, as diretrizes desse tratado serviram de base para a criação do Real Colégio dos Nobres, no ano de 1761. Em suas cartas, Ribeiros Sanches conferiu, ao lado das ciências exatas e experimentais, grande relevância para o estudo da história antiga e moderna.

Mas, dentre os intelectuais portugueses desse período acima destacados, são as proposições de Luís António Verney que representam o mais sistemático programa voltado para a reforma pedagógica do ensino português. Nelas, não ficou de fora a tópica da leitura da história. As sínteses historiográficas e a indicação de obras históricas, antigas e modernas, foram uma constante ao longo de todas as 16 cartas que compõem o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746). Nas cartas cinco e seis, que versam sobre a retórica, o suposto *Barbadinho* discutiu sobre o estilo em que a história deveria ser escrita.

A preocupação de Verney com os estudos históricos também é verificada em outros trabalhos seus, em especial na segunda parte do livro cinco do *De Re Lógica* (1751), onde Verney se deteve nas discussões sobre a probabilidade histórica, sobre a noção de verdade provável que Aristóteles apresentou nos *Tópicos*, sobre o valor das testemunhas, sobre os eventos narrados e sobre o modo de narrar<sup>60</sup>. O erudito português propôs critérios para identificar as alterações realizadas nos livros antigos e aludiu à necessidade de conhecer a

<sup>59</sup> FREIRE, Francisco José. **Methodo breve e Fácil para estudar a história portugueza**. Lisboa: na Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1748.

<sup>60</sup> VERNEY, Luís António. **Lógica**. Universidade de Coimbra, 2010. p. 17.

língua de quem escreve para estabelecer a interpretação provável do autor e identificar falsificações. No livro seis da *Lógica*, o autor teceu considerações quanto ao modo de realizar convenientemente a leitura dos livros históricos. Nesse livro também dá atenção ao estilo dos autores, dividindo-o em: lacónico, ático, ródio e asiático ou singelo, sublime e magnificente. Em cada caso indicando o nome dos autores que devem ser lidos.

Por isso, estas serão as questões a se desenvolver nas próximas páginas: como e por que a história antiga deveria ser lida, de acordo com os preceitos presentes na obra de Luís António Verney? No primeiro capítulo buscar-se-á delimitar suas concepções de antigo e de moderno, para entender quais os critérios para elaborar um catálogo daquilo que ele pretendia serem as melhores obras; assim como sua concepção de verdade histórica. No segundo capítulo, será organizado um conjunto de tópicos que eram mobilizadas como justificativas de porque ler a história antiga e para quem essa leitura se destinava. Por fim, no terceiro capítulo é onde estará a apresentação de um conjunto de ferramentas intelectuais mobilizados na leitura da história antiga: método, crítica, geografia, cronologia e *antiguidades*. É neste capítulo de encerramento onde será apresentada a discussão de “como ler”, e a tentativa de delimitação do que consistiria um olhar moderno sobre textos antigos.

## Capítulo 1: Antigos e Modernos

### *Unir Antigos com Modernos*

Alguns historiadores identificam o estabelecimento de uma distância radical entre o mundo antigo e o atual<sup>61</sup>. Marcada pela reverência, indiferença ou esquecimento, tal distância poderia tornar ilusório qualquer vínculo afetivo com o passado<sup>62</sup>. A própria tópica de antigos contra modernos não faria mais sentido: “para que haja confronto, é indispensável haver relação, copresença, senão face a face<sup>63</sup>”. “Hoje, quando os estudos clássicos agonizam e estão recolhidos a santuários privilegiados nas universidades”, ressaltava o historiador estadunidense Peter Gay, “é preciso ter imaginação histórica para reconstruir a força viva que possuíam há apenas dois séculos atrás”. Porém, lendo relatos da época, o quadro pode ficar mais claro: um exemplo bastante conhecido é o entusiasmo que o ilustre historiador inglês Edward Gibbon confessou experimentar em sua viagem pela Itália, entre Abril de 1764 e Maio de 1765<sup>64</sup>, onde, em meio às ruínas, sentiu-se transportado para a antiga República. O historiador não era uma exceção: seu testemunho conforma, antes, um “exemplo típico<sup>65</sup>”. Contemporâneos seus, como Diderot, Hume, Adam Smith, Samuel Johnson, Lessing e Jefferson, também registraram o mesmo fascínio pela “cidade eterna” em seus escritos<sup>66</sup>.

A leitura dos livros clássicos ou viagens por territórios de antigas civilizações, especialmente Roma, era parte da formação aristocrática dos jovens da chamada *Europa Culta* durante o Setecentos; como demonstra um dos relatos de Luís António Verney:

Os francezes, mandam muita gente a Roma, para se-aperfeisoarem na Arquitetura, Escultura, Pintura, e em tudo o

---

<sup>61</sup> “Os romanos são prodigiosamente diferentes de nós e, em matéria de exotismo, nada têm a invejar aos ameríndios e aos japoneses”. VEYNE, Paul (org.). **História da Vida Privada**. Vol.1. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 11.

<sup>62</sup> HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: UNB, 2003. p. 115.

<sup>63</sup> **Idem.**

<sup>64</sup> GIBBON, Edward. **Auto-biography: complete in one volume**. Turner & Hayden: New York, 1846. Ver em especial os capítulos XVII e XVIII.

<sup>65</sup> GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 45.

<sup>66</sup> **Idem.**

que pertence às Antiguidades Romanas. Sabem que estas artes se-conserváram sempre em Roma, com distinsam; reconhecem que os romanos possuem o melhor que nesse genero nos deixou a Antiguidade e pode fugir à barbaridade dos-incendios de Roma; e asim mandam lá os omens mosos e inteligentes, para beberem o bom gosto da-Antiguidade. Muitos senhores Inglezes, Holandezes, Francezes, Alemaens, que correm o mundo para formarem os costumes, demoram-se tempo bastante em Roma e nas principais Cidades de Italia, para observarem escrupulozamente todas as antiguidade Romanas, e *verem com seus olhos aquilo de que estam cheios os livros*<sup>67</sup>[grifos meus].

Em Portugal, na mesma época, os letrados confessavam semelhante fascínio pela cultura clássica. Embora seja comum a imagem da cultura lusa deste tempo como retrato do obscurantismo e do atraso, desde, pelo menos, o reinado de D. João V (1706-1750), isso parece equivocado:

Ao contrário do que se costuma pensar, a cultura lusa apresentava feições muito próximas a da França, da Inglaterra e dos Países Baixos à mesma época. A ascensão de intelectuais/escritores/filósofos de talento, a valorização do espírito, a criação de um mercado de letras, a aproximação entre *savants*, os grandes e o Estado, a formação de uma opinião pública, a proliferação das academias, a articulação de um mecenato régio e a cooptação dos intelectuais para o serviço do Estado monárquico são, entre outros, fenômenos que também podem ser ali observados<sup>68</sup>.

Por isso, os textos antigos continuavam a circular em Portugal, como nos demais países europeus, no século XVIII. Historiadores gregos e latinos eram vendidos nas livrarias, estavam nos catálogos de bibliotecas particulares, de congregações, de escolas e de universidades. Tito Lívio, Tácito e Quinto Cúrcio faziam parte das leituras previstas no currículo das escolas menores. Desde os

---

<sup>67</sup> VERNEY, Luís António. **Verdadeiro Método de Estudar. Tomo I.** Valença: na oficina de Antonio Balle, 1746a, p. 281. Todas as citações deste trabalho procuram respeitar a sintaxe e a ortografia das fontes e da bibliografia consultadas. Exceto as citações em outros idiomas, nesse caso será feita a tradução dos trechos citados conforme as regras gramaticais vigentes. Para as citações do *Verdadeiro Método* vale observar que Verney propôs uma reforma da língua; seu português não tem correspondente entre outros intelectuais da época. Uma das idiossincrasias da sua gramática é a ausência da letra h no início de palavras (ex: omem, umano, istoria), porém não é a única. Por isso a acentuação das palavras e pontuação das frases, assim como a grafia de muitas palavras, obedece a critérios do próprio Verney, para compreensão de sua gramática remeto a primeira carta do *Método*.

<sup>68</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. “Colecionismo e Gosto” in THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (ORGS.). **Um Mundo Sobre Papel.** São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/UFMG, 2014. p. 351.

primeiros exercícios de latim, grego e retórica, os alunos tinham contato com as narrativas históricas clássicas e, desde 1772, a Universidade de Coimbra passou a ter cadeiras específicas dessa matéria – com atenção especial para a história civil de Roma e da Igreja antiga. No ensino superior, a leitura da história antiga se fez ainda mais presente.

A chamada *República das Letras* contribuiu para certa homogeneidade das práticas letradas do velho mundo. Desde o século XVI, a *Respublica Literarum* foi pensada como uma associação de intelectuais que coordenavam seus esforços para além das fronteiras políticas de suas nações. No século XVIII, os cidadãos dessa república encontravam-se geograficamente dispersos, mas conectados pelo apreço aos “temas do dia”. Dentre esses temas, muitas páginas foram dedicadas à chamada *querelle des Anciens et des Modernes*.

Polêmicas literárias entre gerações mais velhas (*palaioí, arkhôoi, antiqui, majores, antiqui*) e novas (*neóteroi, sequentes, nostrum saeculum, novi*) têm registros desde a Antiguidade. Porém, *novi* e *antiqui* não era um par de opostos com conteúdo polêmico; indicava uma sucessão temporal. Segundo Hartog “antigos existiam desde sempre, modernos ainda não”. Foi só no século VI que apareceu o neologismo *modernus* (recentemente), depois veio *hodiernus*<sup>69</sup> (de hoje):

Com a entrada em cena do *modernus*, formou-se efetivamente o par antigo/moderno; daí em diante este iria desfazer-se e refazer-se no ritmo das ‘querelas’ que, em vagas sucessivas, sacudiriam sua história. De fato, não houve uma única querela, uma espécie de longa querela, continuada da Alta Idade Média até hoje, e sim querelas, com formas e objetos bem diferentes. No entanto, pelo simples fato de recolocarem em questão a antinomia constitutiva do par, de reativarem e desse modo recordarem, ainda que implicitamente, toda a história das querelas passadas, elas possuem algo semelhante<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> O *Método* e a *Gramática Latina*, escritos em português, não trazem grandes complicações para a identificação do uso da palavra “moderno”. Já a *Lógica* e a *Metafísica* foram originalmente compostas em latim. Para essa pesquisa consulte traduções de edições bilíngues dessas duas obras. Verney para referir-se a “moderno” fez uso dos vocábulos *noua, hodiernis* e *recentiores*. VERNEY, Luís António. *Lógica*. Universidade de Coimbra: Annablume ed., 2010a, p. 552; 592; 598.

<sup>70</sup> HARTOG, François. *Op. Cit.*, p. 122.

Embora deva-se registrar que Verney não deixou de tangenciar, a seu modo, o debate iniciado na Academia Francesa nas últimas décadas do Seiscentos, o objetivo deste trabalho será delimitar como esse intelectual lusitano compreendeu, avaliou e definiu as obras dos historiadores antigos, em especial gregos e romanos. Ou, para tentar ser mais específico, como, na leitura da história, ele articulou as noções de antigo e moderno — elementos importantes para responder a duas perguntas fundamentais dessa pesquisa: “por que ler a história antiga?” e “como realizar essa leitura?”.

No número 151 de *O Dialeto dos Fragmentos*, Friedrich Von Schlegel (1772-1829) escreveu: “cada qual ainda encontrou nos antigos aquilo que precisava ou desejava<sup>71</sup>”. Essa sentença corrobora o argumento posto ainda na introdução. Ou seja, que o sentido de uma obra não está contido somente nela, mas também na interpretação que dela se faz. O cânone clássico pouco se alterou desde pelo menos o século XIV. No entanto, diversas foram as leituras que Cícero, Platão ou Aristóteles receberam de lá para cá. Com os historiadores aconteceu o mesmo. Os motivos e as formas pelas quais se lia Tucídides, Tito Lívio, Tácito e Plutarco no século XVIII provavelmente inexistem atualmente. A forma como essa leitura era feita também pode indicar uma prática que não é mais a nossa.

Mas, então, o que Verney teria procurado e encontrado na história antiga? Entre antigos e modernos, que partido teria tomado? Para António Camões Gouveia, colocando a questão em termos de passado e futuro, o letrado setecentista claramente teria tido uma atitude de defesa dos modernos<sup>72</sup>. Gouveia destaca que essa defesa se deu principalmente na área dos conhecimentos físicos matemáticos, no combate ao escolasticismo jesuítico e na

---

<sup>71</sup> SCHLEGEL, Friedrich. *O Dialeto dos Fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 71.

<sup>72</sup> GOUVEIA, António Camões. “Estratégias de Interiorização da Disciplina” in HESPANHA, António Manuel (COORD.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998. p. 378.

crítica ao cartesianismo<sup>73</sup>. Recortes da obra de Verney podem corroborar essa interpretação:

Sem dúvida, ao reflectir mais atentamente sobre as doutrinas de uns e de outros, costuma parecer-me mais verídica a opinião de que os modernos são muito pouco semelhantes aos antigos, parecendo-me, no entanto, por vezes superiores (...) Que importa estabelecer a base – por assim dizer – do edifício, se o edifício não for construído em cima dela de modo a tornar-se visível para utilidade e conforto de todos? Qual dos antigos nos transmitiu algo nas ciências mais severas, excepto certos princípios toscos e confusos? Certamente, se compararmos com as dos antigos as lucubrações dos modernos, bem como a utilidade das matérias, a aptidão em ensinar, e muitíssimas outras coisas com as quais foram acrescentadas e desenvolvidas pelos modernos as doutrinas transmitidas pelos antigos, compreenderemos com quanta obscuridade e ignorância estes viveram<sup>74</sup>.

Em mais de um momento Verney fez tremular a bandeira do experimentalismo newtoniano e da crítica das tradições. Muitas vezes, parece ter pretendido jogar uma pá de cal sobre o cadáver embalsamado dos veneráveis ancestrais fundadores da cultura ocidental. Porém, a superioridade dos modernos não se dava em todos os campos, mas apenas naquelas disciplinas que Verney classificava como mais “severas”. Portanto, a condenação dos antigos não era feita em bloco, mas conforme cada área do saber. Sua perspectiva foi elaborada a partir do corte que estabeleceu no seu tratado sobre lógica, onde todas as ciências eram divididas em dois grandes campos: de um lado as letras humanas – nas quais a “elegância” e a “pureza” da linguagem dos clássicos, especialmente os latinos, era insuperável – de outro, as disciplinas “mais severas” – onde os modernos tinham maior grandeza.

---

<sup>73</sup> A análise do historiador português parece acertada nesses aspectos. Aqui também entro em acordo com outros elementos por ele indicados como estruturadores de o *Verdadeiro Método de Estudar*: denúncia ao isolamento cultural português em relação ao resto da Europa, distinção crítica entre as doutrina peripatéticas e as ideias de Aristóteles, defesa do experimentalismo e a ideia de que o padrão metódico e racional de seu tempo conferia superioridade intelectual aos modelos intelectuais precedentes. **Idem.**

<sup>74</sup> VERNEY, Luís António. **Lógica**. Universidade de Coimbra: Annablume ed., 2010a, p.29.



As disciplinas severas eram a matemática, a física, a ética, a jurisprudências civil e pontifícia e a teologia. As letras humanas correspondiam à retórica, a poética e a história<sup>75</sup>. Neste último campo, portanto, devia-se emular o modelo dos clássicos: “não sey, que magestade naural, e simplicidade nobre acho nas suas obras, que naõ sabem, ou naõ podem imitar os modernos<sup>76</sup>”. Tomando a *Gramática Latina* como referência, as composições literárias dos modernos são classificadas como “baixas, forçadas, pueris, adulatórias e totalmente diferentes da antiga simplicidade, majestade, e urbanidade romana<sup>77</sup>”. Para Verney, a própria natureza da língua latina teria permitido aos antigos se expressar com propriedade e naturalidade. O italiano, o francês e o português, ainda que apresentados como filiados ao latim, não possuíam as qualidades deste<sup>78</sup>. Os pensadores de seu tempo teriam superado

---

<sup>75</sup> **Ibid.**, p. 329.

<sup>76</sup> **Ibid.**, p. 27.

<sup>77</sup> VERNEY, Luís António. **Grammatica Latina**. Lisboa: sem referencia de editor, 1790, p. 307.

<sup>78</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a, p. 224. Verney se referia aos “idiotismos” da língua latina, em outros termos: num modo próprio de se expressar a singularidade dessa cultura, a qual não poderia ser imitável. Com isso ele reforçava a necessidade de se “pensar à romana” quando se analisavam textos latinos antigos. O estudioso tinha de conhecer a língua para poder apreciar toda a sua significação. Dessa forma, ler os clássicos traduzidos em língua vulgar faria perder seu conteúdo e potencial expressivo original. Bernard Lamy, em uma obra lida por Verney, dizia ser impossível reproduzir em francês as propriedades inerentes aos idiomas antigos. Ele tomava Tucídides e Tácito como modelos de excelência estilística na composição de “expressões fortes”. Conforme esse erudito, um discurso com essa qualidade expressiva “atinge o espírito fortemente”, captando a atenção do leitor. Para que o estilo seja forte é necessário servir-se de expressões curtas, mas que são ricas de significação e “revelam muitas ideias” (*Il faut se servir d'expressions courtes, qui signifient beaucoup, & qui réveillent plusieurs idées*). Os idiomas modernos, no entanto, demandariam muitas palavras para conseguir transmitir a variedade de ideias que uma simples inscrição latina ou grega poderia conter. Para ilustrar sua argumentação usou como exemplo a tradução das palavras atribuídas a São Paulo em **2 Timóteo 4:6**, onde a fórmula grega ἐγὼ γὰρ ἤδη σπένδομαι foi transliterada para o latim *ego enim jam delibor*. Lamy traduz essa expressão da seguinte forma: *Car pour moi, je suis comme une victime qui a déjà reçu l'aspersion pour être sacrifiée*. Ou seja, uma inflação vocabular dos idiomas modernos, que por isso não tinham como possuir a concisão e clareza dos modelos greco-romanos. Era como se o caráter difuso, próprio das línguas modernas, impossibilitasse de dotar os discursos da força presente na literatura antiga LAMY, Bernard. **La Rhetorique ou l'Art de Parler**. Chez Aumont: Place du Collégé Mazarin, 1757. p.335. O português Manuel de Faria e Sousa (1590-1649) defendeu ponto de vista semelhante, para ele: “cada lengua tiene propiedades que en outra no se consiguen”. Sendo que as propriedades expressivas das letras clássicas seriam superiores: “muchas vezes estuve ponderando que de ordinario una mesma cosa dicha en mediocre latin, era más sonante, y hermosa que en perfeto idioma vulgar”. Embora superiores nas ciências mais severas, era como se, em termos de elegância e precisão narrativa, não houvesse como os modernos atingir o patamar dos antigos. Limitação que estaria

os modelos greco-romanos no rigor e precisão científica, porém nenhum dos idiomas contemporâneos havia superado “a majestade e pureza da língua de Tito Lívio<sup>79</sup>”.

Mas havia que saber julgar quais eram os melhores modelos a se emular, pois, os antigos, “ainda que fossem nossos mestres”, não deveriam ser seguidos de “olhos fechados<sup>80</sup>”: “omens á, que lem indiferentemente, todos os livros antigos”, e “pola vaidade de quererem saber tudo, nam sabem nada<sup>81</sup>”. Conforme Verney, nem todos os antigos tinham o mesmo valor e era com base nos critérios estabelecidos pelos modernos que eles deveriam ser lidos.

Em sua tese de doutorado, Taíse Tatiane Quadros da Silva também assinalou como os debates em torno das reformas pedagógicas, em Portugal, conduziram a uma reflexão quanto ao legado cultural da Antiguidade. Luís António Verney teria considerado que: “sem rechaçar os antigos ou negar os modernos seria preciso contar com ambos para avaliar, em quaisquer circunstâncias, os lados de uma questão<sup>82</sup>”. Para essa historiadora, haveria, no autor português, uma “recusa da contenda”. Sua leitura parece acertada e corroborada por uma das máximas do autor, pois para ele era “necesario unir os Antigos com os Modernos, e de todos tirar, o que é necesario<sup>83</sup>”.

---

acima do talento individual, pois, autores que escreveram tanto em vulgar quanto em latim “no se parecem a si mesmos”. O exemplo que Manuel de Faria tinha em mente era o do ilustre humanista lusitano Damião de Góis (1502-1574) que, segundo sua opinião, foi superior quando escreveu opúsculos latinos do que quando compôs suas histórias em português. Isso porque não seria possível “sustentar em su natural Idioma lo que en el Latino: Y pretender dezir con las luzes deste en aquel, tiene mucho de lo invencible”. SOUSA, Manuel de Faria. **Europa Portuguesa**. Lisboa: 1678. p. 5-16.

<sup>79</sup> **Op. Cit.**, 1746a. p. 224.

<sup>80</sup> Conforme trecho da carta sétima, que versa sobre a poética: “Nas obras dos-Antigos nam distinguem o bom, nem o mau: abram os mesmos erros, como se fossem maravilhas: sem advertirem, que aindaque fossem nossos mestres, nam os-devemos seguir, com os olhos fechados: mas abram neles, o que nam repugna à boa razão”. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a, p. 219.

<sup>81</sup> O trecho em questão remete não à poética, mas ao estudo da latinidade. Porém, por também tratar da questão das belas letras, os juízos são complementares. **Ibid.**, p. 76.

<sup>82</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)**. Tese: UFRJ, 2010. p. 80.

<sup>83</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b, p. 153.

Essa atitude ecumênica de Verney pode ser aferida com uma imagem clássica, provavelmente retirada da descrição da *História Natural* de Plínio<sup>84</sup>:

E assim como Zêuxis de Heracleia escolheu cinco virgens entre as mais formosas de Crotona para representar por pintura a beleza superior da figura da mulher — por considerar que tudo o que procurava descobrir a respeito da beleza não podia encontra-lo em um só corpo —, também eu, reunindo num único lugar todos os autores que se dedicaram com aplauso a esta matéria, devo tocar ao de leve cada um dos mais notáveis assuntos com base nos vários talentos<sup>85</sup>.

Em seu sistema pedagógico, o letrado português uniu elementos do legado clássico, do padrão pedagógico e cortesão humanista e do empirismo da ciência de seu tempo. Para dar conta dessas tradições heterogêneas, unificou-as em um método que definiu como eclético<sup>86</sup>. Por isso encontramos, em seus manuais para a formação dos jovens, lado a lado autores como Quintiliano, Plutarco, Erasmo de Roterdã, Luiz Vives, Isaac Newton e John Locke.

Então, era no campo das belas letras que os antigos serviam de modelo. Mas, como referido, não deviam ser seguidos de “olhos fechados”. Nem todos os textos clássicos eram dignos de emulação, por este motivo, deveria ser feita uma triagem dos melhores exemplos. Verney se propusera a classificar os escritores antigos em conformidade com seu mérito. Nessa catalogação, colocou como parâmetro três categorias: Idade de Ouro, Idade de Prata e Idade de Bronze:

os que estimam a bela Latinidade, devem escrever, como os da idade de ouro; ou quando muito de prata; e nadamais se deve

<sup>84</sup> Plínio, O Velho. *História Natural*. XXXV, 4. Para esta pesquisa foi utilizada a tradução francesa de M. E. Littré, onde consta: *Au reste, son désir de bien faire était extrême: devant exécuter pour les Agrigentins un tableau destiné à être consacré dans le temple de Junon Lacinienne, il examina leurs jeunes filles nues, et en choisit cinq, pour peindre d'après elles ce que chacune avait de plus beau.* Cf. PLINE. *Histoire Naturelle*. Paris: Imprimeurs de L'Institut de France, 1877.

<sup>85</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 2010a, p. 39.

<sup>86</sup> De acordo com Ana Rosa Clocllet da Silva, o ecletismo foi a base metodológica típica da Ilustração. Dentro dessa concepção, os diferentes sistemas filosóficos e científicos eram catalogados e organizados através do crivo da razão e da crítica. Conceitos, teorias e tópicos de diversas áreas do saber foram sistematizados em um método que deveria abarcar todo o conhecimento. Cf. SILVA, Ana Rosa Clocllet da. “Ilustração, História e Ecletismo: Considerações sobre a forma eclética de aprender com a história do século XVIII” in SILVA, Ana Rosa Clocllet da; NICOLLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (orgs.). *Contribuições à História da Historiografia Luso-Brasileira*. São Paulo: HUIITEC, 2013. Pp. 136-165.

imitar. Nos-fins da-idade de prata, é que se-comesáram a introduzir tais agudezas, por-culpa de Seneca Filozofa, e seu sobrinho Lucano: mas principalmente de Marcial, que floresceu pouco despois. Motivo porque muitos bons críticos querem, que a idade de prata acabe com Nero, no-ano 67. de Cristo: vendo quanto dali para diante, descaio a Eloquencia<sup>87</sup>.

A referência não era só temporal, indicava também propriedades textuais como elegância, pureza de expressão, clareza, entre outras. Por isso, Verney considerava haver, na Idade de Prata, autores tão bons quanto os do “século de Augusto”. Porém, na chamada Idade de Ouro da latinidade foi quando se produziu o maior número das melhores obras, tanto que o autor construiu uma imagem bastante idealizada sobre o período: “no-tempo de Augusto, em que cozinheiros, pasteleiros e mosos dos-moinhos sabiam mais de Eloquencia e bom gosto doque a maior parte destes modernos doutores<sup>88</sup>”.

Dentro do marco temporal que se estabelecia como época moderna (do século XVI ao XVIII), eram apontados avanços técnicos, como a invenção dos tipos móveis de Gutemberg e as grandes navegações — eventos que os intelectuais do período viram como simbolo de avanço do conhecimento humano. Retomar a leitura dos antigos também era indicado como um índice de modernidade. Para Ribeiro Sanches, dentre as novidades modernas — e “não menos notável” que as demais —, estava a “redescoberta” das ciências e da história Antiga<sup>89</sup> empreendida pelo árduo trabalho de erudição dos humanistas. Contudo, se os textos antigos permaneciam (ou retornavam) nas bibliotecas, os parâmetros mobilizados para avaliá-los eram modernos. É isto que será tratado nas próximas linhas: como Verney definia o termo moderno e qual a importância da história nessa definição.

---

<sup>87</sup> Verney colocava, por exemplo, Catulo na Era de Ouro. Marcial seria da Era de Prata, momento em se iniciava a decadência da expressão latina elegante, a qual se encontraria já corrompida na Era de Bronze, a partir do século dois, até o século seis. Ainda assim, as obras da Antiguidade Tardia teriam, para o autor, algum valor, diferente da produção letrada medieval, posta por ele somente em termos pejorativos. Nem mesmo os santos padres do medievo, em questões literárias ou do conhecimento, escapavam de sua crítica. Quanto à comparação entre Catulo e Marcial, Cf. VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 254-255.

<sup>88</sup> *Ibid.* p. 256.

<sup>89</sup> SANCHES, Ribeiro. *Cartas Sobre a Educação da Mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 98. A primeira edição é de 1760.

### *As modernidades de Verney*

Associada à ideia de moderno, aparece o conceito de “modernidade”, termo que não é evidente, pois uma “sobreposição desordenada entre uma série de conceitos diferentes de modernidade e modernização” marca presença nas pesquisas históricas. No entanto, para Hans Ulrich Gumbrecht, pretender defini-lo de forma unívoca e não ambígua não parece possível ou mesmo desejável. De acordo com esse autor: “os problemas inerentes às noções históricas não podem ser resolvidos via definições transparentes ou mesmo consensuais”. Ao invés de obter clareza por meio de definições, seria tarefa do historiador “desenvolver descrições cada vez mais complexas e sofisticadas dos momentos e situações do passado<sup>90</sup>”.

Embora não pretenda realizar uma complexa descrição da aplicação do termo modernidade para um período em particular, esse capítulo propõe especificar o sentido atribuído ao termo “moderno” tal como ele foi mobilizado por Luís António Verney. Em termos cronológicos, Verney situou como primeiros modernos os letrados e filósofos cujas obras datam de finais do século XV e início do XVI. Foi quando floresceram Lorenzo Valla, Rudolf Agricola, Luis Vives e Mário Nizzoli de Bréscia, “varões ilustrados, como era também sua época<sup>91</sup>”. Foram eles os responsáveis “pelo restabelecimento das letras humanas no Ocidente”, e, não teriam feito pouco estes “primeiros doutos em procurar manuscritos e imprimir os antigos autores mais corretamente que pudesse ser<sup>92</sup>”.

Reestabelecer as letras humanas, para Verney, significava livrar-se dos comentários produzidos durante o medievo. Segundo ele, foram exatamente práticas de caráter histórico-filológico dos primeiros modernos que permitiram o contato dos leitores com os textos originais legados pela Antiguidade. Portanto, havia um filtro humanista/renascentista na forma como ele entendia o que era “moderno”. Andrade, em sua biografia sobre o Arcediago de Évora, já havia destacado que “Verney (...) antes de mais era um gramático, um filólogo,

<sup>90</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 12.

<sup>91</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010, p. 87.

<sup>92</sup> VERNEY. **Op. Cit.**, 1746a, p. 62.

um humanista muito versado nas literaturas clássicas, sobretudo na latina, e um convicto retórico<sup>93</sup>". Dessa forma, a definição do termo moderno também se dava no contraste com a produção letrada realizada entre os séculos V e XV.

O desprezo de Verney pela produção letrada medieval aparece no comentário feito sobre o jurista e teólogo Graciano, o qual viveu entre os séculos XII e XIII: "para me explicar em duas palavras, era um homem que escreveu no meio do XIIº século. E que coisa boa se pode esperar daquele tempo?<sup>94</sup>". A decadência total teria ocorrido de fato com o marco estabelecido como início da Idade Média. Com o fim do Império Romano, teria chegado também a degradação das artes e ciências: "finalmente arruinou-se a língua Latina, com o Imperio Romano, no-quinto século: daí para diante reinou a ignorancia até ao meio do-decimoquinto seculo<sup>95</sup>". Para ele, os homens de letras desse período tinham pouco valor, pois estes teriam sido "tempos bárbaros", no qual a ignorância do latim e da história impediu a compreensão exata dos textos<sup>96</sup>. Verney destacou que foi somente no século XVI que "apareceram homens que, servindo-se da notícia da Antiguidade, interpretaram melhor" as obras clássicas<sup>97</sup>. Assim, voltar-se para o estudo e a leitura da história era, em si, um elemento moderno.

A releitura dos antigos feita por humanistas deste período, espalhados por toda a Europa, foi responsável pela configuração da história como um gênero literário particular. A historiadora italiana Gabriella Albanese, avaliando o contexto italiano do período do renascimento, considera que: "uma análise sistemática que permita definir a concepção de história, o âmbito e a codificação do gênero literário da historiografia na Época Moderna pode ser realizada mais apuradamente a partir da reproposição humanista dos modelos historiográficos clássicos e na perspectiva das descobertas dos autores gregos e

---

<sup>93</sup> ANDRADE, António Alberto de. **Op. Cit.**, 1966, p. 184.

<sup>94</sup> VERNEY. **Op. Cit.**, 1746b, p. 234.

<sup>95</sup> **Idem.**

<sup>96</sup> **Ibid.**, p. 174.

<sup>97</sup> **Ibid.**, p. 159.

latinos nos séculos XIV e XV<sup>98</sup>. Essa pesquisadora oferece uma teia de recepções de leituras, onde a tradução de obras gregas para o latim cumpriu um importante papel na divulgação e estabelecimento de um cânone historiográfico<sup>99</sup>. Ela destaca a tradução de Heródoto e Tucídides, por Lorenzo Valla, e a redescoberta e tradução da obra de Políbio por Niccolo Perotti<sup>100</sup>; ambas traduções realizadas sob o mecenato de Nicolau V – o “papa humanista” – fundador da biblioteca Vaticana.

Outro evento relevante foi a inserção, nos círculos letrados europeus, da obra *Como se Deve Escrever a História*, de Luciano de Samósata, a qual teve um papel importante na configuração de manuais voltados para a leitura da história. Usado principalmente para o ensino da língua grega<sup>101</sup>, recebeu nos séculos XV e XVI traduções para o latim e para as línguas vernáculas. Humanistas renomados como Lorenzo Valla e Erasmo de Rotterdam se utilizaram da obra em suas polêmicas contra o Papado<sup>102</sup>. Luciano foi responsável por estabelecer os historiadores gregos Heródoto, Xenofonte e Tucídides no cânone historiográfico ocidental. Para a formação cortesã, *Como se Deve Escrever a História* ajudou a estabelecer a leitura da história para fins

---

<sup>98</sup> ALBANESE, Gabriella. **A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna**, in Francisco Murari Pires (org). **Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 277.

<sup>99</sup> O trabalho de erudição dos humanistas tornou célebre, entre os círculos letrados, as obras de Dionísio de Halicarnasso, Apiano, Herodiano, Arriano, Procópio de Cesareia e Diodoro Sículo, o autor da *Biblioteca historica*, cujos fragmentos indicavam nomes de autores e obras que serviram para a reconstituição de um cânone historiográfico da Antiguidade. **Idem**.

<sup>100</sup> Essa tradução foi lida por importantes autores do início da modernidade, como Poliziano e Maquiavel. **Idem**.

<sup>101</sup> Na *Instrução para os Professores de Grego*, que complementava o *Alvará de 1759*, foi recomendada a leitura de lugares escolhidos de Heródoto e Xenofonte aos alunos que já estavam em uma fase intermediária. Também Evangelho de São Lucas, Atos dos Apóstolos e obras de Luciano de Samósata, reunidos na Coleção de Patuza, Veneza 1741. Para consultar o fac-símile desse documento, Cf. ANDRADE, António Alberto de. **A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil**. São Paulo: Ed. de São Paulo, 1978. Apêndice Documental. Ou \_\_\_\_\_ . **A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771) / 2º volume** documentação. Universidade de Coimbra, 1981.

<sup>102</sup> Quanto à recepção desta obra de Luciano e informações sobre suas traduções para o português e outras línguas vernáculas, ver: prefácio de BRANDÃO, Jacyntho Lins à SAMÓSATA, Luciano de. **Como se Deve Escrever a História**. Belo Horizonte: Tessitura, 2009; BRANDÃO, Jacyntho Lins. **Como se devem verter os antigos: Luciano e o século XVIII Português**. Belo Horizonte: *Natius Antiquus*, n.1, julho de 2008.; SINKEVISQUE, Eduardo. **Luciano de Samósata: Autoridade nas principais discussões historiográficas setecentistas e franco-italianas**. Anais XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, São Paulo, julho de 2001.

práticos. Ler a história era indispensável para reis, príncipes e imperadores se aperfeiçoarem na arte de governar, e para comandantes e generais se aperfeiçoarem na arte da guerra<sup>103</sup>.

Com o concílio tridentino (1545/1563), as obras de Luciano foram incluídas em sucessivos índices de livros proibidos. Seu nome aparece no Index de Veneza no ano de 1554, no de Roma em 1557 e 1590 e no da Inquisição portuguesa no ano de 1561. Mas, conforme Jacyntho Lins Brandão, mesmo com as proibições oficiais sua obra jamais deixou de ser lida. A primeira tradução de *Como se Deve Escrever a História* para o português foi publicada no ano de 1733, e traz um fato curioso, pois consiste em um debate quanto à forma pela qual os antigos deveriam ser traduzidos. Na mesma edição constam duas traduções, feitas pelos frades Jacinto de São Miguel e Manuel de Santo António. Aos leitores, caberia comparar as duas traduções e ajuizar qual a mais adequada. Uma terceira edição portuguesa saiu no ano de 1771, com tradução do Pe. Custódio José de Oliveira<sup>104</sup>.

Por outro lado, a contribuição clássica latina teria sido de caráter filosófico e retórico, com destaque para dois nomes: Cícero e Quintiliano. O primeiro no *De Oratore*, e o segundo na *Institutio Oratore*, apresentavam a verdade (*veritas*) como fundamento da historiografia, e a utilidade (*utilitas*) como sua finalidade<sup>105</sup>. Luciano, Cícero e Quintiliano ofereceram, portanto, bases técnicas e retóricas para os tratadistas modernos de artes de história (*ars historica*), confeccionadas no século XVI<sup>106</sup>. Esses manuais permitiram “que se precisasse a finalidade da história, o âmbito da escrita histórica, a metodologia e a técnica da historiografia”, ou seja, pretendiam “de fato estabelecer como se

---

<sup>103</sup> ALBANESE, Gabriella. *Op. Cit.*, p. 282.

<sup>104</sup> BRANDÃO, Jacyntho Lins. *Op. Cit.*, 2008. No texto do projeto para seleção de mestrado, deixei em aberto a possibilidade de Verney ter lido esta obra de Luciano. Durante a pesquisa, não consegui maiores subsídios para chegar a uma conclusão melhor fundamentada. Contudo, em uma nota do tratado de lógica, o autor português faz uma referência ao autor grego, indicando-o como fonte importante para aqueles que se decidissem a escrever história. Cf. VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 2010. p. 561.

<sup>105</sup> ALBANESE, Gabriella. *Op. Cit.*, p. 286.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 279.



escreve a história, sistematizando toda a investigação inerente à teórica historiográfica feita pelos clássicos<sup>107</sup>”.

A síntese entre o legado clássico e as proposições humanistas — unindo antigos com modernos —, na constituição de um gênero voltado para a escrita e a leitura da história, está na definição de Anthony Grafton; para ele, o gênero das *artes historicae* cresceu de duas raízes: uma no pensamento antigo, outra nos humanistas do século XV. Enquanto gênero literário, essas artes receberam uma forma definida em meados do século XVI. Mas seu modelo canônico se estabeleceu entre os anos de 1576 e 1579, quando o jurista Johannes Wolf publicou seu *Artis historicae penus*<sup>108</sup>. No início do Setecentos, a divulgação e a circulação das *ars historicae* diminuíram consideravelmente; Grafton fala na morte de um gênero. Contudo, uma das referências de Verney para a leitura da história, “as cartas do Senhor Langlois<sup>109</sup>”, mostra que o tema ainda era digno de atenção. O clérigo português se equivocou na grafia, pois trata-se de Nicolas Lenglet Du Fresnoy, e a obra à qual se refere, é o *Méthode pour étudier l’histoire*<sup>110</sup>. Existem muitas aproximações entre as prescrições dessa obra com o *Verdadeiro Método de Estudar* que serão exploradas em outros capítulos.

De qualquer forma, as artes de história e demais trabalhos que trataram do tema da leitura da história desde o século XVI foram amplamente utilizados pelo erudito português. Para os leitores que pretendessem se inteirar sobre os fundamentos da escrita da história, indicou o mencionado *Ars Historicae Penus*. Tratava-se de uma coletânea que reproduzia as tópicas de dezoito autores sobre o tema<sup>111</sup>. Destes, Verney destacava em especial Francesco Patrizzi, Uberto

---

<sup>107</sup> **Ibid.**, p. 280.

<sup>108</sup> GRAFTON, Anthony. **What Was History? The art of history in early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 21.

<sup>109</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a, p. 91.

<sup>110</sup> O título é bem mais extenso e bastante ilustrativo a respeito da preocupação que essas artes históricas tinham em estabelecer uma forma adequada de leitura. Eis o título: *Méthode pour étudier l’histoire où après avoir établi les principes & l’ordre qu’on doit tenir pour la lire utilement, on fait les remarques nécessaires pour ne se pas laisser tromper dans la lecture: avec un Catalogue des principaux Historiens, & des remarques critiques sur la bonté de leurs Ouvrages, & sur le choix des meilleures Editions*. Essa obra foi originalmente publicada, em dois tomos, no ano de 1713.

<sup>111</sup> São eles: Jean Bodin, Francesco Patrizi, Giovanni Pontano, François Baudouin, Sebastian Fox Morcillo, Giovanni Viperano, Francis Robortello, Dionísio de Halicarnasso, Christopher

Foglietta e Luciano de Samosáta<sup>112</sup>. Como se verá, não foram os únicos dignos de nota. Eruditos do século XVII e do início do XVIII também entraram na sua bibliografia. Gerardus Vossius (1577/1649), Jacob Perizonius (1651/1715) e Jean Le Clerc (1657/1736) são nomes que aparecerão no decorrer desta dissertação.

Ler a história antiga tendo como referências essas artes era uma das preceptivas verneinianas: “é necessário despender algum tempo na ponderação dos preceitos que se ocupam da história<sup>113</sup>”. Mas, como referido, os autores clássicos eram apropriados conforme parâmetros culturais próprios desses autores dos séculos XVI, XVII e XVIII. A leitura de manuais de retórica e da historiografia clássica foi relevante, todavia, os antigos não particularizaram regras para a escrita da história ou para sua leitura. Cícero, por exemplo, afirmava em seu tempo não haver preceitos voltados exclusivamente para a escrita da história, pois, embora configurasse uma empreitada difícil, suas regras seriam por demais evidentes para exigir uma tratadística para si: “Percebeis quão grande tarefa é a história para o orador? Talvez pela riqueza e variedade do discurso; e não a encontro ensinada em separado nos preceitos dos retores, pois são bastante evidentes<sup>114</sup>”. Por isso, os critérios estabelecidos nas artes de história consistiriam em um produto do pensamento moderno, ainda que fundamentados na tradição da literatura greco-romana.

O filósofo italiano Eugenio Garin também ressaltou essa dupla relação de aproximação e distanciamento com a cultura clássica. Ao tratar do Renascimento, afirmou ter sido “no retorno à Antiguidade que nasceu o mais vivo sentido da história<sup>115</sup>”. Todavia, esse retorno já não era mais a mesma Antiguidade. Para Garin, no Renascimento ocorreu uma definitiva superação do mundo clássico; principalmente em sua vertente platônica de *vita*

---

Milieu, Uberto Foglietta, David Chytraeus, Luciano de Samósata, Simon Grynaeus, Celio Secondo Curione, Christopher Pezel, Theodor Zwinger, Johannes Sambucus e Antonio Riccoboni.

<sup>112</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 2010a, p. 561.

<sup>113</sup> *Ibid.*, p. 619.

<sup>114</sup> De Oratore, II, 62. Para essa e demais citações do *De Oratore*, faço uso da tradução incluída na tese de SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23**. USP, 2009.

<sup>115</sup> GARIN, Eugenio. **Idade Média e Renascimento**. Lisboa: Estampa, 1994, p. 15.

*contemplativa*. Com os humanistas, se sedimentou um tipo intelectual que “insiste na liberdade do homem que faz a si mesmo, que constrói e se constrói, que não repete um exemplo mas o modela, que – como Deus – é criador, poeta (...)”<sup>116</sup>. Portanto, um homem que possui consciência de sua condição histórica, e que abandona a contemplação e se volta para a ação. Os intelectuais humanistas teriam transcendido a herança hereditária legada pelos antigos. Nos clássicos, o autoconhecimento seria a chave da sabedoria – “conhece-te a ti mesmo”. Nascia, então, a noção de humanidade atrelada à concepção da definição do homem como *homo historicus*.

A estrutura argumentativa mobilizada por Verney oferece indícios da importância da historicidade para a compreensão dos indivíduos, da sociedade e do conhecimento. Ele adotou uma perspectiva historicista que relativizava a suposta inferioridade dos clássicos em comparação com os modernos. O merecimento de cada autor deveria levar em consideração a cultura em que este estava inserido. Alguns exemplos de sua opinião são seus comentários sobre o valor de Aristóteles e São Tomás de Aquino: ao condenar o que considerava inépcias do modelo pedagógico peripatético, fazia uma ressalva: “não desejo, caros jovens, que imputeis todos esses erros a Aristóteles, mas apenas ao seu método de filosofar e em parte as vicissitudes de sua época<sup>117</sup>”; também asseverava: “deixemos por isso de ficar surpreendidos por São Tomás de Aquino ter refletido profundamente sobre muitos assuntos de filosofia e de teologia que nos tempos atuais não são do agrado dos mais doutos”. Isto porque, segundo Verney, “era necessário que São Tomás se conformasse a seu tempo” (...) “Aquino foi decerto um ilustre varão e mesmo digno de melhores tempos<sup>118</sup>”.

---

<sup>116</sup> **Ibid.**, p. 35.

<sup>117</sup> Para a “história aristotélica” e a compreensão do seu contexto, Verney remete para a leitura de *Discussiones Peripateticae* (1581), de Francesco Partrizi, e para a *Bibliotheca Graeca* (1705/1728), de Johann Albert Fabricius. VERNEY, **Op. Cit.**, 2010a, p. 75.

<sup>118</sup> **Ibid.**, p. 521.

A ignorância da história e a falta de erudição<sup>119</sup> produziram entendimentos inexatos dos textos antigos. Os “seguidores do peripato” “desconheciam a língua e a história da filosofia grega e estavam desprovidos de toda a capacidade de interpretar<sup>120</sup>”. O intelectual lusitano percebia o passado como uma dimensão diversa do presente. Valores, categorias e conceitos eram postos em uma perspectiva temporal: “não devemos interpretar as palavras em função das nossas ideias, mas em conformidade com as ideias daqueles que se serviram delas”. Os rudimentos de filologia e de história eram indispensáveis: “os vocábulos apenas significam aquilo que estabelecem os falantes”; por isso, tinha-se que conhecer os diferentes contextos em que as ideias foram formuladas para poder compreendê-las.

Um “vocábulo pode significar várias ideias”, assim, ler corretamente era saber em que sentido o autor o empregou. Palavras como “Deus”, “amor”, “ódio”, “justiça”, “honra” – entre outras – não designam a mesma coisa em todo o tempo e lugar. Por isso, o autor lusitano asseverava que “quando aparecem essas palavras não têm de ser explicadas segundo o uso do nosso povo, mas daquele sobre o qual discorreremos<sup>121</sup>”. Somente assim ler-se-ia a partir do ponto de vista daquele que escreveu e procurando entender com qual propósito ele escreveu: “que associemos às palavras as noções que o autor desejou que lhe fossem associadas<sup>122</sup>”. Da mesma forma, termos que

---

<sup>119</sup> “É necessário conhecer e examinar perfeitamente a língua de que o autor se serviu e a história do país (*gentis historiam*)”. *Ibid.*, p. 477.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 237.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 515. E, em outro lugar: “Não devem explicar-se as opiniões do autor segundo os nossos pareceres, mas segundo o parecer do autor; nem elas devem interpretar-se separadamente, mas em relação ao sistema de doutrina pensado pelo autor e ao tempo em que escreveu”.

“(…) interpretando separadamente as palavras deturpadas do autor ou isolando os períodos do seu contexto segundo as opiniões e os costumes domésticos, (...) atribuem ao autor um sentido sobre o qual ele nunca tinha pensado. Por isso, elogiam ou censuram, como provindo de um oráculo, não o que os outros disseram, mas o que os próprios interpretes consideram que elas deviam ter dito”.

“(…) Há tantos devotos e doutos que atribuem ao velho Platão, aos semiplatônicos alexandrinos, Jâmblico, Plotino, Porfírio, Proclo, etc, e também aos estoicos, Lúcio Sêneca, Epicteto, o imperador Marco Aurélio, e muitos outros a respeito dos quais nem sequer sonharam, as doutrinas católicas, iludidos pela semelhança das palavras, e que propõem ao sistema aquilo que não estabeleceram! Por isso, é inábil ajuizar sobre as opiniões de um autor sem

designavam “modos morais” deveriam ser avaliados segundo “sua história e outras circunstâncias”, pois, “as mesmas coisas não devem considerar-se honestas e desonestas em toda a parte, mas em conformidade com os modos de proceder dos antepassados que sobre elas emitiram habilmente seus juízos<sup>123</sup>”.

Nesse sentido, destaco outras passagens:

(...) se investigamos a história, tanto antiga como moderna, e examinarmos diligentemente os costumes dos povos<sup>124</sup>, podemos descobrir que entre eles algumas deformidades são entendidas em outros lugares como qualidades dignas de apreço, que se chama desonestidade àquilo que outros consideram honradez, e àquilo a que uns dão o nome de justiça, piedade, e santidade é para outros, injustiça, ódio e impiedade.

Que mais direi? Que uns procedimentos da mesma pessoa são mais desonestos que outros segundo o tempo, o lugar e as circunstâncias<sup>125</sup>.

Ao colocar obras e autores dentro daquilo que entendia como contexto, Verney podia defender a leitura tanto de pagãos como de hereges. Seus equívocos no campo da fé eram historicamente compreensíveis e, feita essa ressalva, podia-se deles extrair o que tivessem de acerto. Tudo isso não foi exposto sem advertência: nem todos os leitores deveriam ter acesso indistintamente a todas essas obras, antes havia que se oferecer uma sólida formação cristã e crítica que os vacinassem contra heresias e falácias argumentativas. Se era lícito aceitar os equívocos daqueles que escreveram em “épocas tão incultas”, o mesmo não se estendia “aos varões católicos nesta Europa das Luzes<sup>126</sup>”. Praticar a leitura tendo tais advertências em mente era “proceder escrupulosamente”, o que permitia alcançar o verdadeiro significado dos textos, “tanto quanto fosse possível<sup>127</sup>”.

---

conhecemos primeiramente as fontes de onde ele bebeu e qual o sistema que estabeleceu”. **Ibid.**, p. 479.

<sup>123</sup> **Ibid.**, p. 243.

<sup>124</sup> Como se verá no último capítulo, “os costumes dos povos” não eram apreendidos propriamente na leitura da história, mas em um outro gênero que auxiliava sua leitura: as *antiguidades*.

<sup>125</sup> **Idem.**

<sup>126</sup> **Ibid.**, p. 393.

<sup>127</sup> **Ibid.**, p. 243.

### *Verdade histórica*

Para a discussão sobre a veracidade do conhecimento histórico, será importante delinear um aspecto conceitual. O significado que Verney atribuía à palavra “história” não diferia da forma como esse vocábulo era descrito, amiúde, em dicionários e enciclopédias do período: “particularmente, **Historia he narração** de cousas memoráveis, que tem acontecido em algum lugar, em certo tempo, & com certas pessoas, ou naçoens<sup>128</sup>” [grifos meus]. Ou seja, identificava-se “História com escrita da história<sup>129</sup>”. Ela era uma narrativa sobre acontecimentos e ações que ocorreram no pretérito, mas o passado não se confundia com a “história em si”. O autor lusitano não tinha uma concepção de história como um “coletivo singular<sup>130</sup>”. Por isso, a palavra nunca é referida por ele sem um complemento. O que havia eram “historias de...”: a história de Roma, a história de Alexandre, a história da poesia, da filosofia e assim por diante. Mesmo o conceito de historia universal – cujo modelo por excelência era o de Bossuet – não seria mais do que a perspectiva da soma de partes, não uma narrativa ou tipo de saber que tratasse da totalidade do drama humano.

Como afirma Taíse Silva, no *Verdadeiro Método de Estudar* Verney não propôs como tema central de seus escritos uma análise sobre a ausência da história nos estudos portugueses. Contudo, foi isso que realizou<sup>131</sup>. A historicidade das ciências e o critério da experiência foram as bases sobre as quais o erudito fundamentou a sua concepção moderna de saber. Na própria

---

<sup>128</sup> BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. tomo IV. Coimbra: Colegio das Artes, 1713. p.40.

<sup>129</sup> KOSELLECK, Reinhart [et al.]. **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. P.99.

<sup>130</sup> Segundo Reinhart Koselleck, em meados do século XVIII “a história sofreu uma alteração linguística, que a transformou no seu próprio objeto”. Nessa nova configuração semântica o conceito de história se converte em um “coletivo singular, que reúne a soma das histórias individuais em um conceito comum”. Ao mesmo tempo: “trata-se da fusão de ‘História’ (como conjunto de acontecimentos) e ‘Historie’ (como conhecimento, narrativa e ciência históricos)”. KOSELLECK, Reinhart [et al.]. **Op. Cit.**, 2013. p.119-123.

<sup>131</sup> SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Op. Cit.**, p. 88.

definição de experiência engendrava-se um elemento nitidamente histórico, pois ela era entendida como “filha natural do tempo<sup>132</sup>”.

No verbete do dicionário de Bluteau, o termo experiência aparece também como aquilo que é observável e demonstrável: “conhecimento de efeitos particulares, adquiridos com o uso de repetidos ensayos, e provas. Dizia certo discreto, que fazia mais caso das experiências dos artífices, que de todas as especulações dos doutos<sup>133</sup>”. Poder demonstrar e reproduzir os resultados conferia às ciências mais “severas” grande legitimidade. Todavia, a história como parte das letras humanas não podia reproduzir ou demonstrar resultados em experimentos como a física ou a matemática<sup>134</sup>. Isso colocava um desafio epistemológico ao conhecimento histórico, uma vez que seu fundamento era a verdade. A questão era como legitimar essa pretensão de veracidade, e que tipo de verdade era produzido pelo conhecimento histórico.

Leitor dos antigos, Verney se apropriou de fontes clássicas diversas para estabelecer a tópica da verdade como fundamento do relato histórico. Em especial a tópica ciceroniana – repetida com variações diversas ao longo do tempo –, que definia a história como “luz da verdade, vida da memória, mestra da vida e mensageira da Antiguidade<sup>135</sup>”. Também Luciano de Samósata “(...) e só à verdade deve oferecer sacrifícios quem irá escrever a história<sup>136</sup>”. Ou, ainda, em Tácito, que, nos *Anais*, apresentava um ethos<sup>137</sup> de imparcialidade

<sup>132</sup> Bluteau, Rafael. **Op. Cit.** tomo III, 1713. p. 391.

<sup>133</sup> **Idem.**

<sup>134</sup> De acordo com Verney: “O lugar das experiências é apenas na física, que se ocupa de toda a história da natureza”. Mas ainda a demonstração através da experiência só dava a conhecer a existência das coisas, não suas essências VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010a. p. 425.

<sup>135</sup> Cícero, **Orat.**, II, 35.

<sup>136</sup> Tradução consultada SAMÓSATA, Luciano de. **Como se deve escrever a história**. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, p. 69.

<sup>137</sup> Esse conceito é aqui adotado em sua significação retórica. Em linhas gerais, pode ser entendido como a imagem que o autor projeta em seus leitores através do texto que escreve. A imagem do historiador, portanto, deveria passar a ideia de honestidade e confiabilidade. Para Ruth Amossy: “todo o ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa”. AMOSSY, Ruth. “Da noção retórica de ethos à análise do discurso” in AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de**

necessária ao historiador: “eis porque empreendi historiar, de Augusto somente o fim, e depois os principados de Tibério e dos outros; e o farei sem ira nem lisonja, para os quais não tenho motivos<sup>138</sup>”.

Com base nessa tópica, a atitude do leitor ante uma narrativa historiográfica não seria a mesma que ele adotaria em relação a outro gênero literário<sup>139</sup>. Para Paul Ricoeur, o leitor de um texto histórico espera que a narrativa que se lhe apresenta seja verdadeira e não uma ficção. Estabelece-se uma espécie de contrato entre o historiador e o leitor, um tipo de acordo, que o filósofo denominou como “um pacto tácito de leitura<sup>140</sup>”. “Ao abrir um romance”, diz Ricoeur, “o leitor suspende de bom grado sua desconfiança, sua incredulidade, e aceita entrar no jogo do como se”. Não obstante, diante de um

---

**si no discurso: a construção do ethos.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 09. Ainda sobre essa noção, Cf. MAINGUENEAU, Dominique. “A propósito do ethos” in MOTTA, Ana Raquel (org.). **Ethos discursivo.** São Paulo: Contexto, 2008; REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1998; PERELMAN, Chaïm; OLDEBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação. A Nova Retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>138</sup> Tácito, **Anais**, I, I.. Tradução consultada Tácito. **Anais.** Rio de Janeiro: ed. leão, 1967.

<sup>139</sup> Entre os Antigos, já estava presente a questão das diferentes expectativas do leitor de acordo com gêneros literários específicos. Assim, se tornou recorrente, desde a Poética de Aristóteles, a oposição entre história e poesia: “(...) não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa. Pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa. Diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro, as que poderiam suceder” (Poética, IX, 50). Mas, diferente de Verney, em Aristóteles a poesia possuía maior dignidade do que a historiografia, pois, enquanto esta trata do particular, aquela, através de critérios de verossimilhança, tratava do universal: “Por referir-se ao universal entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convêm a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes aos seus personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcibiades ou o que lhe aconteceu” (**Idem**). Cf. ARISTÓTELES. **Poética.** Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010. A despeito da *Poética* de Aristóteles, Verney atribuiu um grau de universalidade à historiografia. Para ele, era lícito ao historiador criar diálogos interpolados na narrativa histórica, desde que as palavras atribuídas aos atores dos eventos obedecessem ao critério de decoro. A noção de decoro possuía de fato uma dimensão moral e de hipocrisia social, mas não só, pois, a atribuição das palavras e ações aos personagens obedecia ao mesmo tipo de liame de necessidade e verossimilhança referido na *Poética*. Outra referência, dessa vez menos dignificante à poesia, está em Luciano: “Assim, parecem ignorar esses tais que da poesia e dos poemas umas são as intenções e que eles têm regras próprias, enquanto as da história são outras. Na poesia, com efeito, há liberdade pura e uma única regra: o que parece ao poeta”. SAMÓSATA, Luciano de. **Op. Cit.**, p. 39. Como será visto, Verney também não concordava com a ideia de uma liberdade total do poeta; para ele, todas as modalidades do entendimento humano deveriam se adequar aos critérios da razão.

<sup>140</sup> RICOEUR, Paul. **L'écriture de l'histoire et la représentation du passé.** *Annales HSS*, Paris, n.4, juillet-août, 2000, p. 731.



livro de história o leitor “se mantém em guarda”, porque “educado para identificar as falsificações, não quer lidar com um mentiroso<sup>141</sup>”.

Na *Lógica* foi estabelecido duas categorias de verdade: a certa e a provável<sup>142</sup>. Esta última categoria de verdade não é evidente, podendo, sobre sua afirmação, subsistir dúvida. O autor define três corolários básicos a esse respeito: “uma proposição é tanto mais provável quantas mais características de verdade ela incluir”; “todo o provável é possível, mas não vice-versa” e “uma proposição pode ser para mim provavelmente verdadeira e realmente falsa, ou, pode ser para mim provavelmente falsa e realmente verdadeira<sup>143</sup>”. Como critério para estabelecimento da verdade, Verney colocava a evidência, a qual, por sua vez, poderia ser de quatro ordens: física, metafísica, matemática ou moral<sup>144</sup>. Em outro ponto determinou que: “todas as coisas são naturais ou morais, ou seja, relativas ou à observação da natureza ou a conduta da vida<sup>145</sup>”. As proposições “comprovadas sem nenhuma exceção por muitos e rigorosíssimos testemunhos” consistem em evidências morais. São assim o conhecimento da “existência da Índia, da América, de Mário, de Augusto, de Cícero e de muitas coisas desse gênero de que possuímos conhecimento pelo testemunho dos outros<sup>146</sup>”.

A leitura da história estaria situada no campo do provável, pois, ao se indagar sobre sua verdade, o leitor apoia-se na autoridade daqueles – no caso o historiador – que dizem conhecer algo, ou por experiência própria, ou por terem consultado testemunha de um determinado evento. Assim, o leitor dá “crédito a uma coisa em virtude da autoridade e da probidade de quem

---

<sup>141</sup> RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007, p. 275. A ideia de um pacto de leitura da história cujo fundamento é a verdade, parece pertinente para as preceptivas verneinianas. No entanto, a concepção de história e de verdade elaboradas pelo intelectual lusitano não se adequam de forma automática as proposições feitas por Ricoeur para o contexto historiográfico atual. Por isso, para fugir o máximo possível do anacronismo, espera-se conseguir apresentar em que termos Verney colocou essa questão.

<sup>142</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010a, p. 449.

<sup>143</sup> **Ibid.**, p. 451.

<sup>144</sup> **Ibid.**, p. 371.

<sup>145</sup> **Ibid.**, p. 79.

<sup>146</sup> **Ibid.**, p. 371.

escreve<sup>147</sup>". Essa situação deveria sempre colocar o leitor em guarda, pois: "o testemunho humano, ainda que pareça infalível, pode induzir e ser induzido em erro, não podendo por isso comparar-se à evidência física e muito menos a evidência matemática<sup>148</sup>". O espírito humano não estava apto a conhecer a natureza das coisas<sup>149</sup>, apenas teria condições de atribuir-lhes denominações convencionais:

Com efeito, a nossa mente está circunscrita a estreitos limites, não discernindo com clareza as causas das coisas, mesmo daquelas que lhe são familiares. Quem conhece de fato a natureza do seu espírito? E a máquina do corpo humano? A estrutura do mais pequeno animal? E a natureza de todas as propriedades do corpo?"

(...) por conseguinte, exceptuado poucas coisas, um varão douto apenas dá assentimento com uma certa hesitação, denominando-se o seu juízo provável<sup>150</sup>.

Ou seja, em sua defesa da razão, o autor não obliterava os limites do entendimento, a questão estava em criar instrumento para que se entrasse em acordo quanto à conformidade entre as ideias e as coisas: a isso, Verney chamava ajuizar<sup>151</sup>. O juízo se dava por palavras que denominava "enunciação" ou "proposição<sup>152</sup>". Para o letrado português, não havia uma relação natural entre palavras e coisas, o que colocava outro problema a ser resolvido para a determinação da verdade histórica: não era a essência das coisas, mas o arbítrio dos seres humanos que conferia significação às palavras.

Verney sintetizou sua argumentação da seguinte forma: "torna-se manifesto que as palavras são sinais arbitrários das coisas para cuja significação foram inventadas. Isto infere-se com evidência da diversidade das línguas existentes no orbe terrestre<sup>153</sup>". Logo, embora Verney não tenha feito essa relação de forma direta, o próprio fundamento do conhecimento histórico seria

---

<sup>147</sup> **Ibid.**, p. 453.

<sup>148</sup> **Ibid.**, p. 373.

<sup>149</sup> **Ibid.**, p. 403.

<sup>150</sup> **Ibid.**, p. 363.

<sup>151</sup> **Ibid.**, p. 259.

<sup>152</sup> **Ibid.**, p. 261.

<sup>153</sup> **Ibid.**, p. 201.

arbitrário, pois era construído a partir de testemunhos pela palavra — oral ou escrita. Segundo ele:

(...) a expressão escrita, tal como a oral, é um sinal arbitrário das coisas e das ideias, quer ela seja constituída por caracteres comuns quer por hieróglifos e figuras, como costumava suceder entre os Egípcios e como vemos também actualmente em Roma nos obeliscos, que estão esculpidos com esta espécie de caracteres<sup>154</sup>.

Para Verney, a realidade em sua essência era algo inefável, e a possibilidade de referí-lo por sua aparência possuía limites:

Se estas pessoas refletissem em quanta obscuridade e ignorância vivemos habitualmente a ponto de nem sequer conhecermos intrinsecamente as coisas que tocamos e apalpamos e nem sequer a nós próprios, a quem nada é mais evidente que nós mesmos, confessariam com clareza que os mais doutos e experimentados na investigação da verdade são aqueles que reconhecem sinceramente desconhecem inumeráveis coisas, compreenderem muitas segundo apenas uma conjectura verossímil e conhecerem pouquíssimas com evidência<sup>155</sup>.

Essas considerações não faziam de Verney um partidário do ceticismo. Na *Lógica*, o autor fez comentários sobre obras céticas de autores antigos — Xenófanes, Zenão, Protágoras, Cícero (no *Academicae*) e Pirro — e modernos — La Mothe Le Vayer, Pierre Daniel Huet e Pierre Bayle. Tais autores afirmavam que todos os conhecimentos eram incertos e duvidosos: seria impossível aos seres humanos saber se seus juízos se adequavam às coisas<sup>156</sup>. Verney destacou o artigo “pirronismo” de Bayle, contido no seu célebre *Dicionário Histórico e Crítico*. Para o arcediogo de Évora, tratava-se de “sofismas muito engenhosos”, os quais demonstravam talento e conseguiam se apresentar com uma aparência de verdade tão convincente que mesmo filósofos “exercitados” tinham dificuldades em refutar. Também classificava como “notável” o *Traité de la*

---

<sup>154</sup> **Ibid.**, p. 205.

<sup>155</sup> **Ibid.**, p. 611.

<sup>156</sup> **Ibid.**, p. 357.

*Faiblesse de l'esprit humain*, de Huet<sup>157</sup>. No entanto, o autor lusitano declarava discordar das premissas desses autores.

Para que a desconfiança não degenerasse em ceticismo, Martinho de Mendonça, contemporâneo de Verney, recomendava aos preceptores acostumar seus alunos a “huma louvável mediania entre a imprudencia de crer infallivel o que he duvidoso, e a pertinácia de duvidar, do que he moralmente certo”. Isso, porque tanto a história como as ações da vida não eram passíveis de certezas absolutas:

(...) confiando a vida de huma prudente probabilidade nos dictames praticos, pois usamos do mantimento, só porque he provavel, que não leva veneno, e habitamos no edificio, sem ter demonstraçaõ da sua firmeza; devemos nas materias especulativas socegar o entendimento na probabilidade, que permite a condiçaõ humana. Taõ certo he na Historia, que Cesar se fez Cabeça da Republica Romana, como na Geometria, que saõ iguaes os rayos do mesmo circulo: nem se ha de buscar demonstraçaõ rigorosa nos factos históricos, nem deve bastar certeza Moral nos cálculos quantitativos<sup>158</sup>.

Verney apresentava um argumento semelhante, pois considerava inadequado exigir, de todas as coisas, evidência matemática: “a maior parte das atividades de que se ocupam os seres humanos não se baseiam em princípios evidentes, mas prováveis<sup>159</sup>”. Estar sujeito ao erro não era estar fadado a ele<sup>160</sup>: por vezes a mente se enganava, mas por vezes estabelecia raciocínios corretos<sup>161</sup>. Era necessário, para ele, estabelecer regras para a inquirição da verdade — ainda que provável e provisória<sup>162</sup>. O ser humano nascia desprovido de todo o

---

<sup>157</sup> **Ibid.**, p. 359.

<sup>158</sup> PROENÇA, Martinho de Pina e de. **Op. Cit.**, p. 248.

<sup>159</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010a, p. 453.

<sup>160</sup> **Ibid.**, p. 365.

<sup>161</sup> **Ibid.**, p. 617.

<sup>162</sup> O caráter provisório e probabilístico foi apresentado como a constatação das condições que a mente humana possuía para conhecer as coisas. Essa perspectiva dos limites da razão estava atrelada às crenças religiosas de Verney: “todos os nossos conhecimentos estão sujeitos a numerosos erros” mesmo a visão, o mais “penetrante dos sentidos” muitas vezes engana-se. “Não que seja natural ao ser humano que se engane, mas é um castigo do pecado”. **Ibid.** p. 149. Só Deus teria condições de acesso à verdade. No âmbito do humano, nem a noção de evidência era positivada, as proposições eram tomadas como certas porque muitas vezes eram expostas com rigor lógico e eloquente que “coagem ao assentimento”. **Ibid.** p. 371. Se a evidência possuía valor relativo, também não era possível falar em universais: “se me perguntardes, caros jovens, por que motivo uma ideia, embora não possua um objeto universal, se denomina, no entanto,

conhecimento, o qual só se obteria pela educação<sup>163</sup>. Some-se a isso os limites intrínsecos da mente para compreender as coisas, fazia-se necessário elaborar técnicas para o ensino e para pensar de forma rigorosa. E foi exatamente como uma convenção, como artifício e ferramenta que ele definiu o método e a lógica – “arte do raciocínio ou lógica artificial<sup>164</sup>”.

A lógica era uma arte, ou técnica, para auxiliar no raciocínio; uma espécie de medicina para a mente. Para combater o ceticismo estabelecido com base nos limites da compreensão humana, legitimava-se a validade das inquirições com base em um artifício. Relacionado à lógica, estava o método o qual prescrevia formas de se estudar e refletir. Para as verdades prováveis da história, preceituava a investigação dessa forma: “1. Investigam-se com muita diligência, quanto se puder, todos os fenômenos e comparam-se entre si; 2. Imagina-se depois uma hipótese que explique todas as coisas de modo muito adequado, a qual, enquanto não ocorrer outra melhor, deve considerar-se verdadeira<sup>165</sup>”. Método e lógica faziam parte também das características que Verney associava à ideia de moderno: “este modo de ensinar, desconhecido dos antigos escolásticos, foi instaurado com sumo aplauso por alguns modernos<sup>166</sup>”.

Como regra do bom método, seguiam-se os preceitos cartesianos de progredir, ordenadamente, do conhecido para o menos conhecido (ou, partir de elementos simples e gradativamente chegar a pensamentos complexos<sup>167</sup>). Mas Verney combatia as concepções de Descartes e se aproximava mais das ideias de Bacon, principalmente nas formas de catalogação e taxonomia dos conhecimentos. O modelo baconiano foi adotado em larga escala no XVIII,

---

universal, dir-vos-ei que se chama desse modo não por ser realmente assim, mas porque assim parece”. *Ibid.*, p. 189. Para ele, as ideias universais são criadas por convenção, e por esse termo entendia o que era aceito e “comum a muitos”. *Ibid.*, p. 187. Não adotou a posição iconoclasta dos céticos nem o dogmatismo da tradição, sua proposta foi o estabelecimento de convenções que regulassem e legitimassem a inquirição da verdade (possível): “resta-nos como único recurso estabelecer que ideia associamos a uma palavra para que nós e os outros não nos torturemos inutilmente”. *Ibid.*, p. 227.

<sup>163</sup> *Ibid.*, p. 361.

<sup>164</sup> *Ibid.*, p. 617.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p. 511.

<sup>166</sup> *Ibid.*, p. 547.

<sup>167</sup> *Ibid.*, p. 513.

exemplo mais destacado é a *Encyclopédia* de D’Alembert e Diderot. Luís António Verney também adotou um modelo enciclopédico de exposição de todos os saberes em seu *Verdadeiro Método de Estudar*. Nesse momento, apenas fica o registro de que a ideia de método estava ligada à noção de moderno, pois, é no capítulo 3, **Como ler a história**, que a noção de método e sua aplicação na leitura da história serão desenvolvidas mais detidamente.

\*\*\*\*\*

Antes de encerrar o primeiro capítulo, é importante destacar que não apenas a história antiga era lida. O aprendizado da política, por exemplo, tinha como um dos seus fundamentos a história moderna. Esta, porém, não teria tanta necessidade do auxílio de ferramentas metodológicas para sua leitura — “porque parece que nos toca mais de perto”. Os fatos que a história moderna descreve “passam próximo aos nossos olhos, e as personagens delas não nos parecem tão extraordinárias como as que nos são apresentadas pela história antiga<sup>168</sup>”. A história moderna tinha por base o testemunho de autoridades próximas no tempo. Assim, o estudo da crítica, indispensável para a leitura da história clássica, não tinha tanta importância para o estudo de relatos recentes<sup>169</sup>. Também não necessitava da consulta recorrente à cronologia ou as *antiguidades*: a datação não era tida como problemática e os usos e costumes pouco variariam dos daqueles que liam. No máximo, era preciso um mapa dos estados e cidades modernas para situar o leitor, pois: “desde os dois últimos séculos [aqui a referência era os séculos XVII e XVIII], poucas coisas escaparam à diligência dos historiadores<sup>170</sup>”.

Recapitulando: aquilo que Verney chamava de pensamento moderno foi organizado cronologicamente em dois momentos: o primeiro foi a atividade erudita e filológica dos humanistas dos séculos XV e XVI; o segundo foi a

---

<sup>168</sup> FRESNOY, Lenglet Du. **Methodes pour Étudier l’Histoire**. Tomo II. Pariz: Chez Pierre Gandouin, 1729. p. 407.

<sup>169</sup> VALLEMONT, Abbé de. **Les Éléments de l’Histoire**. Tome Premier. Paris: chez Quai des Augustins, 1758. p. 37.

<sup>170</sup> **Idem**.

construção metódica de ferramentas de inquirição como a crítica e o método — desenvolvidas desde meados do século XVII e aprimoradas no século XVIII. Em seu tempo, para o autor, se pensava de forma mais rigorosa e correta do que em épocas anteriores: “esta arte de pensar habilmente (...) parece ter-se originado e ter sido cultivada apenas no século atual<sup>171</sup>”. No vocabulário dessa segunda modernidade, a palavra chave foi o método: era ele que educava os leitores para identificar falsificações e para avaliar se, ao ler um texto de história, não estavam de fato lidando com um mentiroso.

É uma leitura feita com método que será aqui tomada como o olhar moderno<sup>172</sup> sobre a história antiga. Conforme o autor: “namobstanteque nada exponha, que nam seja antigo; expõe-no por um novo método: e procura provas, com que solidamente confirme, esa sua veneravel antiguidade<sup>173</sup>”. Na elaboração de uma metodologia de leitura, o autor português ofereceu um conjunto de indicações e prescrições a serem aplicados para os textos históricos. Esse repertório de conceitos de análise textual podia ser encontrado em fontes diversas, além dos tratados de Verney: manuais de retórica (antigas e modernas), artes de história, prólogos vários, obras pedagógicas gerais ou em edições comentadas de autores clássicos. Os textos eram antigos, mas a teia de

---

<sup>171</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010a. p. 31.

<sup>172</sup> Michael Baxandall, analisando a recepção das obras pictóricas do Renascimento, cunhou o termo “olhar renascente”. Com ele, ofereceu uma definição do que chamou de um “estilo cognitivo” típico de configuração histórica específica do quatrocentos. Nesse trabalho, o “estilo cognitivo” designa a bagagem crítica com a qual o público e os pintores do século XV encaravam estímulos visuais complexos, como eram as pinturas renascentistas. Baxandall não pretendeu que o estilo cognitivo médio se aplicasse a todos os indivíduos. Seu objetivo foi identificar um padrão que se adequava, com poucas variações, aos artistas e aos círculos cultos do período. BAXANDALL, Michael. **O Olhar Renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Não sigo os conceitos e objetivos dessa obra, no entanto, sua leitura foi fundamental para a formulação da ideia de um olhar típico para ler os textos de história. Aqui também são abordados alguns padrões e o vocabulário mobilizado para a decodificação de textos históricos. No entanto, por centrar em um estudo de caso, não se pretenderá nada como um “estilo cognitivo” típico do XVIII. Tampouco pretende-se extrapolar para a análise de textos o que foi proposto para o estudo das artes plásticas.

<sup>173</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b, p. 217.

recepção era montada com critérios novos – ou atualizados para o contexto<sup>174</sup> de sua época.

Foi proposto um cânone de obras digno de ser lido, cujo olhar tinha que ser regulado pelas noções de “método, critério e bom gosto<sup>175</sup>”. Na metodologia, orientava-se quais obras ler e como manipular as ferramentas de análise. O critério determinava, através de pressupostos da crítica, quais eram as boas e as más obras. Tais pressupostos críticos mobilizavam tanto elementos para determinação da veracidade e falsidade do que era lido, quanto sua excelência expressiva – se o estilo estava adequado ao assunto, se as frases eram bem construídas, etc. Na ideia de gosto estavam em questão, primordialmente, os aspectos literários e formais – por conseguinte, próximos às noções de etiqueta cortesã.

Essas orientações e prescrições podem ser chamadas de protocolos de leitura<sup>176</sup>, os quais eram transmitidos de modo formal durante o Setecentos. Havia um esforço consciente na formulação de um vocabulário analítico para

---

<sup>174</sup> Anteriormente, foi mencionada a noção de contexto empregada por Verney. No entanto, quando faço uso desse conceito para minha análise, tomo como base as considerações do historiador Dominick LaCapra. Esse autor lembra que o contexto pode ser um elemento explicativo dos textos, mas que uma mesma obra possui diversos contextos pertinentes. Apelar ao contexto, portanto, não responde a todas as questões de interpretação: “nunca temos – ao menos no caso de textos complexos – um contexto”, mas vários. O que ocorre com frequência é a “hipostasiação do contexto”, tomando como realidade absoluta o que seria, na verdade, relativo. “Um fato só é pertinente em relação a um marco de referência”, mas esse fato, para LaCapra, pode ter referências variáveis. Muitas são as formas de atribuição de sentido a uma obra: a intenção e biografia de seu autor, a sociedade, a cultura, a comparação com outras obras, o gênero discursivo (se poesia, filosofia, etc.). LACAPRA, Dominick. **Repensar la historia intelectual y leer textos**. In: PALTÍ, Elias. **Giro Linguístico e Historia Intelectual**. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1998, p. 247/252.

<sup>175</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 200.

<sup>176</sup> Aqui, sigo a definição do historiador francês Roger Chartier. Para ele, os protocolos de leitura são elementos que indicam a “justa compreensão” do material escrito. Há duas formas de protocolo: uma que diz respeito à produção dos textos e outra que diz respeito à produção de livros. Neste último caso, faz referência às formas tipográficas: disposição e divisão de materiais impressos, sua ilustração, seu tamanho, o papel utilizado, etc. Um mesmo texto em suporte material diverso pode ganhar, de acordo com esse autor, uma legibilidade nova. Isso porque uma maquinaria, “puramente tipográfica”, a qual “sobrepõe seus próprios efeitos, variáveis segundo a época, aos do texto que conserva em sua própria letra o protocolo de leitura desejado pelo autor”. Outro conjunto de dispositivos é resultante da escrita: são elementos textuais articulados em textos e que tendem a impor um protocolo de leitura: “seja aproximando o leitor de uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja”. CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. Pp. 96-97.



poder identificar as senhas literárias impressas nos textos de história. Luís António Verney elaborou (ou repetiu) regras, categorias, terminologias e normas modernas que tornavam possível ensinar como ler corretamente a história antiga. Seus preceitos pedagógicos – como ficou dito na introdução – receberam ampla aceitação na cultura lusitana. Por isso, nos capítulos subsequentes procurar-se-á delimitar no que consistia o olhar moderno sobre a história antiga: em um primeiro momento, expondo as tópicas das motivações para ler a história antiga e depois na definição de como realizar essa leitura.

## Capítulo 2: Porque ler a história

### *Uma escola de moralidade*

Nos primeiros anos do Setecentos, o autor francês Lenglet Du Fresnoy (1654-1751) acreditava estar vivendo em uma época cuja principal preocupação das pessoas parecia ser a aplicação nos estudos da história<sup>177</sup>. Seu conterrâneo, Pierre Le Lorrain (1649-1721), mais conhecido como Abbé de Vallemont — escritor bastante popular entre os letrados lusitanos do século XVIII — apontava que, entre os “bons conhecimentos” (*belles connoissances*), a leitura da história era a mais importante de ser realizada<sup>178</sup>. Para Charles Rollin (1661-1741), pedagogo e historiador, o qual também teve ampla recepção entre os intelectuais portugueses do período, não era necessário se deter por muito tempo sobre a importância de ler a história, pois sua utilidade era um ponto que geralmente se concordava<sup>179</sup>. O filósofo e historiador escocês David Hume (1711-1776) indica que as suposições de Rollin podiam ser estendidas para além das fronteiras da França; segundo ele, para o homem de letras (*men of letters*), um vasto conhecimento a respeito da história de seu país e de Grécia e Roma antigas era indispensável<sup>180</sup>.

Se for dado crédito a esses registros<sup>181</sup>, o consenso em torno da relevância de se ler a história residia nas múltiplas funções que a ela se atribuía. Muitos

---

<sup>177</sup> FRESNOY, Lenglet Du. **Methodes Pour Etudier L’Histoire**. Tome Premier. Paris: Chez Pierre Gandouin, 1729.

<sup>178</sup> VALLEMONT, Abbé de. **Les Éléments de l’Histoire**. Tome Premier. Paris: chez Quai des Augustins, 1758.

<sup>179</sup> ROLLIN, Charles. **Abregé du Traité des Études**. Paris: Chez Cérioux, 1799.

<sup>180</sup> HUME, David. “Of the Study of History” in **Essays, Moral, Political and Literary**. London, 1758.

<sup>181</sup> As referências francesas, em especial, têm relevância para o estudo dos meios letrados portugueses. Principalmente as obras de Rollin, Fleury, Lamy e Du Fresnoy. Estes autores aparecem em preceptivas para a leitura da história, formuladas por Martinho de Mendonça, Francisco Freire, Ribeiro Sanches e Verney. Estes mesmos nomes e suas respectivas obras também foram indicados na documentação oficial da reforma dos estudos durante o período pombalino, em particular o parágrafo VIII da *instrução para os professores de grego*, que complementava as disposições do *Alvará Régio de 1759*. No referido parágrafo, foram discriminadas, inclusive, quais obras deviam servir de base para o ensino da história — são elas, respectivamente: os quatro volumes do *De la Manière d’enseigner et d’étudier les Belles-Lettres* (1726-1728), de Rollin; o *Entretiens sur les Sciences* (1694), de Lamy. Nos estatutos do Colégio Real dos Nobres, fundado em 1761, essas preceptivas voltariam a ser assinaladas. No livro II dos Estatutos da Universidade de Coimbra, o método de ensino da história indicado foi o de

motivos foram declarados para justificar esse ponto: passar agradavelmente os momentos de ócio; alimentar a curiosidade; obter o conhecimento sobre as ações humanas em diferentes tempos e lugares; observar a elegância, a propriedade e a polidez dos discursos feitos pelos historiadores; o fascínio da descrição de monumentos, de batalhas e de maravilhas atribuídas à Antiguidade.

Mesmo com essa variedade de finalidades, para as quais a leitura da história poderia ser empregada, muitos autores ainda repetiam a velha tópica ciceroniana da *historia magistra vitae* como seu objetivo último. Moralizada conforme preceitos cristãos (católicos ou protestantes), via-se nela uma ferramenta para distinguir o bem do mal. Os relatos do passado ofereciam um conjunto de regras de conduta que o leitor atento saberia selecionar como modelos de práticas virtuosas<sup>182</sup>.

Autorizando-se em Dionísio de Halicarnasso, defendia-se que a história era uma forma de filosofia ensinada através de exemplos<sup>183</sup>. Ou, para alguns, estava acima das máximas filosóficas, pois, “os exemplos” falariam “bem melhor que os preceitos” e fariam “conhecer no que consiste a sólida glória e a verdadeira grandeza<sup>184</sup>”. Para Martinho de Mendonça – um dos poucos autores portugueses contemporâneos de Verney que escaparam de suas críticas mordazes –, os fundamentos morais eram a motivação principal para ler a história. Segundo ele, a lição dos antigos autores gregos e romanos oferecia “prudentes máximas, e ilustres exemplos de prudencia, moderação e bons costumes”. Nesse ponto, Mendonça entrava em acordo com Charles Rollin. A aproximação entre os dois não foi coincidência, pois, nas primeiras páginas do

---

Lenglet Du Fresnoy. Cf. **Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica**. Lisboa: Na offic. de Miguel Rodrigues, 1759. **Estatutos do Collegio Real de Nobres da Corte, e cidade de Lisboa**. Lisboa: offic. de Miguel Rodrigues, 1761. **ESTATUTOS da Universidade de Coimbra. Cursos Jurídicos das Faculdades de Cânones e Leis**. Livro II. Lisboa: Na Régia Officina Tipográfica, 1772.

<sup>182</sup> FRESNOY, Lenglet Du. **Op. Cit.**

<sup>183</sup> Martinho de Mendonça na defesa do valor dos exemplos na formação das virtudes, ofereceu o seguinte exemplo: “Os Lacedemonios punhaõ na presença de seus filhos os escravos perturbados com o excesso do vinho, para que a experiencia das indecentes, e desordenadas acçoens, que executavaõ, inspirasse horror da vinolencia, e amor da sobriedade”. p.169.

<sup>184</sup> ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, p. 120.

*Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre*, o autor confessa seguir os passos do *De La Manière d’enseigner et d’étudier les Belles-Lettres*<sup>185</sup>.

Os modernos, na concepção de Martinho de Mendonça, mereciam louvores por seus avanços técnicos, mas os antigos ainda eram o fundamento das verdades éticas e morais:

Grandes, e admiráveis são os inventos modernos; a Agulha de mariar, a Impressão, e a Artilharia, apenas são huma pequena mostra do muito que os modernos tem adiantado as Artes, e o conhecimento da Fisica, da Astronomia, da Geometria e da Algebra; mas exceptuando estas Sciencias, he necessario seguir os primeiros Sabios, que admirou Grecia, e Roma (...) Por mais lição, que hum Mestre, ou Ayo tenha de toda a Filosofia Moral moderna, não satisfará bem ao emprego, senão tiver lido repetidas vezes Xenofonte, Antonino, e Plutharcho<sup>186</sup>.

Contudo, se os modernos tivessem dado atenção ao estudo da moral com a mesma dedicação com a qual se voltaram para o estudo da natureza física, teria sido possível desenvolver uma arte para prever os futuros contingentes. Uma ciência ética em que “poderia a álgebra ser a guia da prudência<sup>187</sup>”. Enquanto o conhecimento das paixões humanas não adquiria o rigor matemático almejado por Mendonça, ele indicava a leitura da história como suplemento — não histórias difusas e demasiado eruditas, pois de nada adiantava conhecer as dinastias do antigo Egito ou os caracteres da China. Ler a história devia contribuir para o entendimento do que determina a vontade e a ação dos indivíduos. Por isso, no *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre* figuram os nomes de Políbio e Justo Lipsio, historiadores que oferecem exemplos de como os sujeitos ordinariamente se comportam <sup>188</sup>.

Tirando os melhores exemplos da história, devia ficar no coração do leitor os sentimentos de fidelidade, compaixão e honra. Por isso, recomendava

---

<sup>185</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre**. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734. p. 12-17.

<sup>186</sup> **Ibid.** p. 28. Verney afirmou algo parecido: “Poso segurar a V.P. que lendo Plutarco nos seus livros de Moral, Cicero nos de Officiis, Seneca, e outros, observei várias vezes, que escreviam melhor, que os Teologos de profissam. Naqueles verá V.P. princípios de uma boa razam: nestes nem sombra”. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.** 1746b. p. 65.

<sup>187</sup> **Ibid.**, p. 213.

<sup>188</sup> **Idem.**

que se evitasse a leitura de Graciano e de Tácito<sup>189</sup>, pois estes autores faziam supor que todos os indivíduos eram guiados pela malícia e confundiam prudência com dissimulação<sup>190</sup>. Porém, quando bem ensinada, a história se tornava uma escola de moral para todos os homens<sup>191</sup>. Equidade, sinceridade, justiça, modéstia, frugalidade, generosidade, desapego, compaixão: todos esses valores podiam ser aprendidos na leitura da história<sup>192</sup>. Esta, feita com disciplina metódica e rigor crítico, desvelava o mundo e os homens: a história “descreve os vícios, desmascara as falsas virtudes, ela desembaraça os erros e preconceitos, ela dissipa o prestígio encantador das riquezas e seu brilho vão que deslumbra os homens, e mostra por mil exemplos persuasivos” que não há nada maior do que “a honra e a probidade”. Ou seja, “que a virtude é o verdadeiro bem do homem”, e que somente ela “o torna verdadeiramente grande e estimado<sup>193</sup>”.

Em suas considerações sobre a ética<sup>194</sup>, Verney também abordou os conceitos de vício e de virtude: “a Etica, rigorosamente falando, deve servir de instrução aos homens, em duas coisas principalmente. Primeiro, deve ensinar, em que consiste a suprema felicidade do Homem. Depois, explicar as virtudes, e o modo de as conseguir<sup>195</sup>”. Para ele, somente uma conduta virtuosa permitiria aos indivíduos obter o “sumo bem”. O autor português autorizou-se em Cícero — principalmente no *De Officiis* — como guia para regular as ações dos homens

---

<sup>189</sup> Nesse ponto, Martininho de Mendonça diverge da tradição das cartas-instrução produzidas na península ibérica desde o século XVI. Juan de Vega (1507-1558), por exemplo, na carta dirigida a seu filho registrou: *De los historiadores, aunque sean mejores otros, es Cornelio Tácito el más útil para los que andan en la corte, porque os la hará conocer disfrazada en qualquier hábito*. Cf. CARVALHO, José Adriano de Freitas. **Pais e Nobres I**. Porto: univ. do Porto, 2009. p. 74.

<sup>190</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, p. 211.

<sup>191</sup> ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, 1799. p. 103.

<sup>192</sup> **Ibid.**, p. 120.

<sup>193</sup> **Ibid.**, p. 103.

<sup>194</sup> Verney dividia a filosofia em duas partes: “uma que regula o juízo para conhecer as coisas bem” e outra que, além do juízo e da vontade, regula “as ações da vida para conseguirmos a felicidade nesse mundo”. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 140. No primeiro caso, entrava a discussão sobre o método e o uso da lógica. No segundo, a principal disciplina era a ética: “consistindo a Etica na coesam de preceitos, que a luz de uma boa razão mostra, serem necessarios ao Homem, para fazer asoens onestas, e tambem utis à sociedade civil”. **Ibid.**, p. 63.

<sup>195</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 62.

na busca da verdadeira felicidade<sup>196</sup>. Mas os exemplos retirados da história também indicavam um caminho a seguir.

A questão do “sumo bem”, segundo Verney, foi sempre “disputada pelas melhores penas da Antiguidade”. Assim, os antigos, “ainda que errassem” no que consistia essa matéria<sup>197</sup>, teriam regulado as ações externas de suas vidas de forma tal que era como “se tivessem acertado”. Por isso, as biografias<sup>198</sup> dos dois Catões, de Sêneca, de Epicteto, de Marco Aurélio Antonino e outros, serviam como exemplos de conduta a serem seguidos pelos súditos portugueses de seu tempo. Para o autor lusitano, o sumo bem estava próximo da virtude e distante do vício, e as *antiguidades* gregas e romanas ofereciam os maiores testemunhos de ações virtuosas: nomear a Grécia era o mesmo que “nomear o exemplar de toda a virtude” e, ao falar da república romana, não se podia “menos que ficar penetrado, dos-belos exemplos de virtude” que nela se encontravam. Portanto, o fundamento de uma formação ética era “saber distinguir a Virtude, do-Vício; reprovando este, e estimando aquela”. Para isso, devia-se contar com “exemplos civis tirados da-Istória”, pois, “a Istoría nos-supministra mil exemplos” de homes que estimaram e praticaram a virtude<sup>199</sup>.

Outro conteúdo inerente à tópica da *magistra vitae* era a ideia da história como guia de prudência. Ser prudente era ter cautela, precaução, sensatez e ponderação. Em uma sociedade de corte, esses elementos eram importantes,

---

<sup>196</sup> **Idem.**

<sup>197</sup> Os antigos não poderiam ter acertado a respeito de no que consiste o sumo bem, pois, segundo o autor português, não foram iluminados pela luz da verdadeira religião. Eram “étnicos”, que, no vocabulário de Verney, equivale a pagãos. A filosofia antiga não ofereceria os meios corretos de alcançar a felicidade porque somente considerava o homem com “as foras da-natureza corrupta” e não chegaram a “conhecer, a verdadeira origem das-infermidades do-animo”, nem ensinaram “outra coiza mais, doque conformar-se com a lei Natural”. Para ele, era só através da teologia cristã, constituída posteriormente, que se percebia a “verdadeira origem da-natureza corrupta”, e somente ela podia apontar “os meios sobrenaturais (...) tirados da-revelasam, para emendar as enfermidades do-animo”. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 64. Mas, conforme sua argumentação, na carta oitava sobre teologia, esses autores clássicos, ainda que não tivessem conhecido as palavras do evangelho, foram iluminados pela centelha divina que regula o entendimento de todos os homens, por isso, acertaram em muitos pontos e, passando pelo crivo da censura da igreja, poderiam servir para a formação dos cristãos.

<sup>198</sup> Uma das principais fontes indicadas por Verney para conhecer a vida dos filósofos e suas escolas (que ele refere como “seitas”) é *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*, de Diógenes Laércio.

<sup>199</sup> VERNEY, Luis António. **Op. Cit.**, pp. 63-77.

tanto na vida civil como na política. A corte designava, ao mesmo tempo, um lugar e um modelo. Era o local de residência do rei, assistido por seus oficiais e ministros da casa real<sup>200</sup>. Esse espaço, originariamente aristocrático, também criou um elenco de valores adotados por parcelas cada vez maiores da sociedade. Os membros desse grupo privilegiado, denominados cortesãos, se converteram em especialistas na elaboração da conduta social<sup>201</sup>.

Habitar na corte era estar próximo do rei e, portanto, do poder. Neste espaço, elementos de conduta social – como etiqueta, vestimentas ou o modo de falar – não se dissociavam da política. Na corte, os nobres entravam em uma competição para obter os prêmios oferecidos pelo soberano. Para isso, tinham de saber ser notados pelo príncipe. Na disputa pelo favor do rei ou de algum “grande”, se formava uma complexa teia de intrigas e dissimulações. Dentro desse jogo instável e traiçoeiro, a prudência – tal como definida acima – era uma arma inestimável. Assim, embora não substituísse a experiência, os historiadores eram bastante valorizados, pois “a única escola de prudência, e política” consistia “na lição da história e na observação dos sucessos, dirigida pelo conhecimento da vontade humana, motivos que a determinam, e paixões, que a perturbam, e ajuda do conhecimento das inclinações dos sujeitos com quem se trata<sup>202</sup>”.

---

<sup>200</sup> BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Tomo II. Coimbra: Colégio das Artes, 1712. p. 577.

<sup>201</sup> ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. V.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 216. O historiador Camões Gouveia argumenta que a corte, em Portugal, consistia em uma ferramenta de inculcação de atitudes e de poder. Os valores cortesãos eram “um modelo e referência para os diferentes grupos sociais”. De fenômeno privado e restrito esse padrão se alastrou para esferas mais amplas. Academias e universidades foram tentativas de enquadrar e transmitir saberes de corte e das ciências. Nos lugares em que essas instituições não chegassem, os manuais pedagógicos cumpriam esse papel de divulgação. Assim, mesmo as províncias mais distantes tinham contato com o modelo de formação cortesã. O *Método* de Verney é colocado como um dos “textos de ruptura”. Ruptura com um padrão anterior e com os limites de abrangência dos conhecimentos. Aumentava o número de leitores, mas o modelo ainda era o da corte. Mesmo mais amplo, ainda eram grupos diminutos que tinha acesso à alfabetização. O universo da criadagem, dos trabalhadores camponeses e urbanos, os quais garantiam as funções vitais de alimentação e vestuário de estratos privilegiados da sociedade, não foram agraciados nesse processo. Por isso, mesmo com a formação de espaços públicos de formação letrada, é importante lembrar que esse público ainda era restrito. GOUVEIA, António Camões. **Op. Cit.**, p.269-274.

<sup>202</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, p. 211.

Os tratadistas portugueses repudiavam o Príncipe de Maquiavel, declarando como ímpia sua máxima de que mais importante do que ter virtude era parecer ser virtuoso. O sucesso a qualquer custo não estava de acordo com os objetivos destes autores – pelo menos não de forma declarada. Ser prudente não era ser malicioso e hipócrita. Renegavam os manuais cortesãos voltados unicamente para o “adiantamento da vida civil”, pois a inocência dos costumes e uma virtude sólida e verdadeira eram mais importantes que “algumas vantagens no estudo” e o “desembaraço no trato<sup>203</sup>”.

Tomando mais uma vez Martinho de Mendonça como exemplo, o fim da educação de um moço nobre consistia “em viver prudente e virtuosamente; saber governar a sua casa e família, servir dignamente à Patria e ao soberano. Este deve ser seu único fim<sup>204</sup>”. Para esse autor, o estudo da política era própria aos soberanos para governar com sabedoria. Mas de pouco serviria aos seus súditos:

São infinitos os que querem ensinar a arte de mandar, e quase nenhuns os que dão documento para obedecer; sendo innuraveis os que necessitaõ desta instrucção, e não menos necessario juízo, methodo, e arte para ser bom súbdito, e vassalo. Grande serviço faziaõ o publico tantos escritores de políticas, se abatendo hum pouco o assumpto, ensinassem a governar a pequena Republica de huma casa particular: mas esta importante parte da Filosofia Moral foy muy pouco cultivada, e há della muy pouco escrito; e assim he necessario fazer o pay de famílias algum extracto para instrucção de seu filho<sup>205</sup> (...).

Porém, no caso de um jovem ter de prestar serviços na administração pública ou habitar na corte, se fazia necessário que fosse bem instruído na política para não se deixar enganar pelas aparências. Proença advertia: “as diferentes profissões” são “mascaras que encobrem o coração dos homens, e que os vários interesses os fazem camaleoens das conjunturas; e ordinariamente são o contrario do que parecem, e intentam conseguir muito diversos fins do

---

<sup>203</sup> **Ibid.**, p. 142.

<sup>204</sup> **Ibid.**, p. 182.

<sup>205</sup> **Ibid.**, p. 216-217.



que moestraõ apetercer”. A arte consistia em não ser crédulo sem “degenerar em malicioso<sup>206</sup>”. Por isso ler a história; para com seus exemplos aprender a perceber quais são os reais intentos, muitas vezes ocultados através de falsos pretextos: “senaõ devem julgar os homens só pelas acções publicas, que executam, como em teatro, mas que se há de entrar no vestuário para os conhecer no trato domestico” . O discípulo deve conhecer o mundo “qual em si he, não qual o descrevem alguns declamadores, e políticos, dandolhe a conhecer, que os homens nem são taõ bons como querem parecer, nem taõ maos como outros o fazem; que nem todos os passos se encaminhaõ misteriosamente a fins occultos, nem sinceramente se dirigem todos aos fins que declaraõ<sup>207</sup>” .

Com base em Políbio, era definido que o estudo e a composição da história não deviam se limitar à narração dos fatos, mas compreender quais as razões, em que circunstâncias ocorreram e que relações existem entre eles<sup>208</sup>. O historiador, e também aquele que o lia, devia saber distinguir as causas verdadeiras das falsas; conseguir remontar a origem dos eventos e determinar os elementos que possibilitaram seu acontecimento. Ambos, escritor e leitor, deviam estar atentos àquilo que foi decisivo no sucesso ou fracasso de uma empresa; saber o que determinou a sorte de uma batalha ou a ruína de um Estado: “sem isto, a história fornece ao leitor um espetáculo agradável, mas não uma instrução útil, ela serve para contentar a curiosidade do momento, mas é nula para conduzir a vida<sup>209</sup>”. O que valia para os povos, também se applicava aos indivíduos. Por isso, era importante prestar atenção nos “grandes homens” – personagens célebres, que se destacaram em suas nações por suas boas ou más ações<sup>210</sup>.

O leitor tinha de observar o gênio, a natureza, as virtudes, os defeitos e as qualidades pessoais dos indivíduos que alcançaram a fama por seus feitos. Era

---

<sup>206</sup> **Ibid.**, p. 192.

<sup>207</sup> **Ibid.**, p. 193-194.

<sup>208</sup> ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, p. 110.

<sup>209</sup> **Idem.**

<sup>210</sup> **Ibid.**, p. 115.

observando cada um desses elementos – o caráter dos personagens – que permitia dizer conhecê-los<sup>211</sup>. Porém, como na observação de Mendonça (mencionada acima), muitas vezes as motivações de uma ação não eram declaradas, desejos secretos e forças encobertas permeavam a história. Não se conhece os indivíduos quando estes se apresentam ao espetáculo público, pois, nessas circunstâncias, adotam máscaras convenientes ao personagem que sustentam: “é no particular, no interior de seus gabinetes, na sua vida domestica que eles se mostram tais como são”. Como já mencionado, Políbio era um dos historiadores cuja leitura era recomendada, pois, oferecia valiosas lições sobre o comportamento humano. Mas suas narrativas apresentavam as ações externas dos indivíduos. Para conhecer o que estava no âmago destes, o autor mais recomendado era Plutarco: “ele não se contenta em mostrar o capitão, o conquistador, o político, o magistrado, o orador: ele abre a seus leitores o interior da mansão, ou antes, o que está no fundo do coração daqueles de quem ele fala”; ele faz o “leitor ver o pai, o marido, o mestre, o amigo” por trás das máscaras públicas<sup>212</sup>.

Na corte, intrigas pessoais eram o equivalente de disputas políticas<sup>213</sup>, assim, “ter estudado a fundo a natureza do entendimento, e vontade humana, e ter hum exacto conhecimento do que se passa dentro de cada hum de nós” era

---

<sup>211</sup> **Idem.**

<sup>212</sup> **Idem.**

<sup>213</sup> Dois subcapítulos do 4º volume da *História de Portugal* se complementam e são ilustrativos dessas dinâmicas políticas em Portugal no século XVIII, as quais se desenrolavam em níveis de interações sociais e pessoais. No primeiro, Nuno Gonçalo Monteiro avalia as formas de estruturação e reprodução dos grupos sociais privilegiados. O historiador destaca que os membros da alta aristocracia eram dependentes de distinções nobiliárquicas – e dos rendimentos delas provenientes – concedidas (ou confirmadas) pelo beneplácito régio. No segundo, Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha sublinham a existência de uma “economia moral” que indica níveis não evidentes da “razão política” – segundo os autores, essa dimensão foi pouco explorada pelas análises “juridicista” e “estatista” da historiografia do direito e das instituições. A leitura conjunta dos capítulos sugere como o acesso aos cargos, superiores e inferiores, da administração monárquica se dava através de interações dentro de esferas informais de poder: relações sociais plurais de amizade, serviço e clientela. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia” In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. Quarto Volume. Ed. Estampa, 1998. p. 297-337. XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “As Redes Clientelares” In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 339-340.

tido por alguns como “o verdadeiro fundamento da prudência política<sup>214</sup>”. Dentro dessa perspectiva, a história podia ser mestra da vida porque se imaginava que, independente de tempo ou lugar, a essência do espírito dos homens não se alterava: “tudo o que vemos escrito não é mais que o retrato das paixões humanas e, como essas paixões são inseparáveis de nossa natureza, devemos aprender com a história a fazer um bom uso delas<sup>215</sup>”. Mais de mil e quinhentos anos depois de terem escrito suas obras, Tácito, Políbio e Plutarco ainda serviam como guias de prudência, pois se compreendia que ao longo dos séculos os homens continuavam a possuir uma “alma semelhante com as mesmas paixões, e se determinam muitas vezes por motivos igualmente frívolos, e padecem iguais descuidos, e fraquezas<sup>216</sup>”.

Nos fenômenos morais individuais, importaria encontrar uma regularidade e uniformidade que, como códigos normativos, pudessem tornar previsíveis as condutas. Na carta do *Método* que trata da ética, isso parece estabelecido. Mas, a concepção de política ali desenvolvida indica uma dimensão diversa da abordada no *Apontamentos*. Luís António Verney, embora também se dirigisse a um grupo restrito e privilegiado, não era membro da nobreza e não habitava o ambiente de intrigas da corte. Para ele, o jogo político estava vinculado a contingências históricas, por isso, os antigos davam algumas luzes à política, mas não bastava ler a *República* de Platão, ou outros de semelhante estatura, para se consumir nessa arte. Os antigos ofereciam bons exemplos, mas devia-se procurar nos modernos aqueles que se acomodavam ao costume de cada povo. Contudo, assim como em Martinho de Mendonça, o elemento moral não foi desprezado. Em alguns trechos, o autor português censurou o ambiente de intrigas cortesão. Dizia ele que os “que residem os palácios dos reis”, em sua maioria, dissimulavam suas ambições com roupagens de “piedade” e “obséquio”. Estes, para alcançar benefícios pessoais,

---

<sup>214</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, p. 214.

<sup>215</sup> FRESNOY, Lenglet Du. **Op. Cit.**, 1729b. p. 409.

<sup>216</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, p. 214.

só sabiam adular, tomando como lei o dito de Terêncio: “o obséquo obtém amigos, e a verdade o ódio<sup>217</sup>”.

Para Verney, a “história demonstra com clareza” os perigos dos apetites e paixões<sup>218</sup>. Vários eram os exemplos das dissimulações, e conhecê-los era prudente para se precaver da malícia de terceiros. Porém, tinha que ser evitada a leitura daqueles autores modernos que observaram uma “política ímpia”, a qual negligenciava os preceitos da religião, só tendo por fim “engrandecer o Estado”. Entre os proscritos, estavam Nicolau Maquiavel e Tomas Hobbes:

Estes são os que põem toda sua industria em aumentar a potencia dos Príncipes, por qualquer modo que seja, deixando para os particulares a justiça, a fidelidade, a humanidade. Estes os que só procuram artificios com que se arruinem os vizinhos, ressuscitando entre eles antigas paixões e novos motivos de discórdia. Estes são os que enganam os súditos do seu Príncipe, procurando persuadir aos Povos que o Reino é mais poderoso do que não é; que não fazem caso da santidade dos juramentos; que quebram, quando lhe parece<sup>219</sup>.

Ao falar desse assunto, Verney se dirigiu aos homens que iriam se dedicar a atividades públicas, tais como ministros e conselheiros de príncipes e repúblicas. Indicou a formação intelectual e as leituras necessárias para esses empregos, mas foi vago ao definir o que entendia como a “verdadeira política”:

conhecer bem, o estado do-seu Reino, e a regra com que é governado, ao que eu chamo lei Publica; mas tambem o estado dos-seus vizinhos, e dos-Príncipes, com quem o seu Monarca tem, ou pode ter, algum interesse (...) deve tambem saber como se-governam os outros Reinos; quais sam as coizas recebidas entre todos: quais as particulares: qual a melhor forma de governo: quais as melhores leis: quais os melhores meios de conservar a paz e uniam entre os omens; e outras coizas semelhantes, nas quais consiste aquela particular ciencia a que chamam *Politica*<sup>220</sup>.

Verney declarou que a política não consistia na “mera história”, mas nem por isso prescindia de seus ensinamentos. Povos e nações se organizaram de

---

<sup>217</sup> VERNEY, Luis António. **Op. Cit.**, 2010a. p. 399.

<sup>218</sup> **Idem.**

<sup>219</sup> VERNEY, Luis António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 156.

<sup>220</sup> **Ibid.**, p. 153.

formas diversas ao longo do tempo, e saber os preceitos pelos quais se regularam era importante. Entendia que um catedrático poderia passar sem conhecimento da lei pública e da política. Mas, lembrava que muitos dos que ocupavam os cargos de ministros, juiz de fora, corregedor, provedor e outras funções da administração civil saíam das cátedras. Por isso, nos ensinos maiores, era “necesario um estudo fundado da-Istoria antiga e moderna: despois, um estudo particular dos-intereses dos-Principes: em terceiro lugar, um grande estudo da-verdadeira Política<sup>221</sup>”. Nenhum daqueles que ocupavam empregos públicos deveria ignorar esses conhecimentos.

### *História Ciência das Ciências*

A política era, conforme Verney, a arte do bom governo e tinha como um dos seus fundamentos o estudo da lei. O direito, para ele, estava relacionado aos códigos jurídicos romanos e ao costume dos povos. Entendida desta forma, essa matéria aparecia como outro motivo para ler a história: “Nem é possível que eu conhesa que coiza é lei, sem conhecer que se-intende e se explica com a Istoria<sup>222</sup>”. Em outro lugar afirmou que os juriconsultos tinham necessariamente que lê-la “visto ser ela que mostra por que fim, e em que circunstâncias e tempo, foram feitas as ditas leis<sup>223</sup>”. Essa perspectiva do autor português tinha relação com a chamada escola francesa do direito (*mos gallicus*<sup>224</sup>).

O historiador Donald Kelley atribuiu importância particular a dois autores representantes dessa escola para a mudança de estatuto do conhecimento histórico no início da modernidade: Jean Bodin e Jean Badouin. Estes autores criaram técnicas de criticismo histórico, que foram gradativamente sendo aplicadas a outras áreas do saber, especialmente o estudo das leis romanas e o estudo da Bíblia. Embora nesse período – século

---

<sup>221</sup> **Idem.**

<sup>222</sup> VERNEY, Luis António. **Op. Cit.**, 1746b., p. 156

<sup>223</sup> **Ibid.**, p. 164.

<sup>224</sup> Para apreciação de uma síntese da formação e das características do chamado *mos gallicus*, Cf. SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1996. p. 220-227.

XVI – ainda não houvesse uma formação propriamente profissional de historiadores, com o tempo, o ensino de história passou a se sedimentar nas principais universidades francesas como disciplina constituinte da formação de teólogos e juristas<sup>225</sup>. Bodin e Baudouin viam a história antes como uma espécie de ciência social do que um braço da retórica. Portanto, para Kelley teriam sido os franceses, mais do que os italianos<sup>226</sup>, os responsáveis pelo estabelecimento da história como uma disciplina autônoma voltada para a elucidação de todas as outras áreas do saber. Para Baudouin, sem a história, a jurisprudência seria cega, por isso propôs um estudo erudito da história como elemento indissociável do estudo das leis. Jean Bodin, por exemplo, “pôs a história ‘acima de todas as ciências’, enquanto seu discípulo Gaillard, transcendendo a hierarquia medieval do conhecimento, colocou a história como ‘a origem de todas as disciplinas’<sup>227</sup>”. A chamada escola francesa de direito seria responsável, ainda segundo Kelley, pelo estabelecimento da história como *scientia scientiarum* – a ciência das ciências.

Na carta décima do *Verdadeiro Método de Estudar*, Verney propôs a reforma do ensino do direito em Portugal, para tanto, defendia que em Coimbra se adotasse o estudo da história aos moldes dos juristas franceses. Para o intelectual português, saber a história antiga era base para o entendimento do sistema jurídico: “onde, é necessário saber a história da República Romana desde seu princípio até o tempo de Augusto<sup>228</sup>”.

A primeira resposta a essa proposta de Verney veio no ano de 1748, com as *Reflexões Apologéticas*, assinada por Frey Arsenio da Piedade. Na verdade, a

---

<sup>225</sup> KELLEY, Donald. *Historia Integra: Francois Baudouin and his Conception of History*. *Journal of the History of Ideas*, vol.25, n.1, 1964, p. 36.

<sup>226</sup> Sigo Donald Kelley em função da proximidade de Verney com a cultura jurídica francesa. Contudo, Quentin Skinner tem uma interpretação sensivelmente diferente. Para esse historiador, as raízes do *mos gallicus* estão intimamente ligadas à teoria jurídica italiana (na verdade, são tributárias desta) e a utilização da perspectiva filológica e historicista teria sido adotada também por outros países do norte da Europa: Alemanha, Países Baixos e Inglaterra. SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*, p. 220-227.

<sup>227</sup> *Jean Bodin, for example, placed history "above all sciences," while for his disciple Gaillard it transcended the medieval hierarchy of learning altogether, since it was "the origin of all disciplines.* **Idem.**

<sup>228</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746b, p. 164.

obra era de autoria do padre José de Araújo que, assim como Verney, valeu-se de um pseudônimo. Para Arsenio, ler a história era “boa curiosidade”, mas de forma alguma necessário à formação dos juristas:

A Ley promulgada, e aceita obriga o subdito em quanto se não abroga; e para obrigar tem mais força que seja de Justiniano, ou de Adriano! O ponto está em saber o que ella manda, e que está em seu vigor, para o que já se entende que foy ordenada por quem tinha autoridade legitima; porém que o Legislador fosse Pedro, ou Sancho; que se promulgasse nesse, ou naquelle anno, nada faz o cazo<sup>229</sup> (...).

O padre Araújo argumentava dentro da estrutura discursiva jurídica, que vigorou até o final do reinado de D. João V<sup>230</sup>. O discurso dos juristas coimbrãos era pautado pela doutrina escolástica da *auctoritas*. Esta se fundamentava pela lógica do provável relacionada às opiniões autorizadas. As especificidades históricas não tinham, dentro dessa perspectiva, grande importância: “no período pré-pombalino os juristas não se colocam defronte do texto romano e do texto canônico com o intuito respeitoso de captarem a substância objetiva de uma experiência jurídica há muitos séculos superada<sup>231</sup>”. No ministério de Pombal, sob o reinado de D. José I, isso viria a se alterar. Disciplinas de caráter histórico, como filologia e paleografia, foram inseridas nas novas técnicas de assunção da certeza e autoridade legislativa: “promoveu-se no Direito Civil do reino a investigação da história legislativa ‘autêntica’<sup>232</sup>”. A importância de Verney para a compreensão da erudição histórica como uma auxiliar

---

<sup>229</sup> ARAÚJO, José de. **Reflexoens Apologeticas**. Valença: na officina de Antonio Balle, anno MDCCXLVIII, p. 47.

<sup>230</sup> Para uma análise mais abrangente da estrutura jurídica e da teoria política desse período, Cf. TORRALBA, Luís Reis. **Ideologia Política e Teoria do Estado Na Restauração**. Volume II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982.

<sup>231</sup> MARQUES, Mário Reis. **Ciência e Ação: o poder simbólico do discurso jurídico universitário no período ius commune**. Penélope: Fazer e desfazer a história, 1991, nº6. p. 67.

<sup>232</sup> Em sua tese de doutorado, Taíse Silva ressaltou como as pesquisas históricas produzidas no reino lusitano se adaptavam ao chamado jusnaturalismo. Em outros termos: afirmou que havia limites para levar adiante uma atitude historicista, pois o direito pátrio proviria da razão, produzindo-se, assim, uma narrativa teleológica e coerente da história. Essa diretriz historiográfica legitimava a vontade do soberano como a expressão da vontade social, tornando-se, por extensão, a própria expressão do sentido da história. SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)**. Tese: UFRJ, 2010. p. 44.

indispensável dentro da literatura legiferante portuguesa de finais do Setecentos foi avaliada pelo professor Cabral de Moncada<sup>233</sup>.

O valor da leitura da história assume posição simetricamente oposta no debate de Verney e Araújo. Para este, a história nascia da lei, ou seja, eram os homens investidos de autoridade que moldavam o devir. Para Verney, a lei respondia a contingências históricas, por isso, o sentido de sua criação e finalidade só poderia ser compreendida reconstituindo o contexto histórico em que foi gestada. O estudante, conforme o *Barbadinho*, deveria ler não só a história de Roma, mas também a história do direito civil até os tempos medievais. Pois, a própria lei de Portugal consistia na junção do código Justiniano, do direito consuetudinário feudal e da jurisdição moderna<sup>234</sup>.

Para Verney, a lei não era fruto apenas da autoridade, mas também guardava elementos dos costumes dos povos, que iam se moldando com o tempo. A filiação de Verney à escola histórica de direito francesa fica evidente na tréplica que fez ao padre Araújo. Mais uma vez sem assumir a autoria, atribui a obra intitulada *Ultima Resposta* ao senhor Gelaste Mastigophoro<sup>235</sup>. Defende, novamente, a necessidade do estudo da história autorizando-se em “tratadistas muito conceituados”, nomeando, entre eles, François Baudouin — aportuguesado por ele como Francisco Balduíno<sup>236</sup>.

Além do direito civil, Verney tratou também da reforma do ensino de cânones. Definiu esta matéria como “aquela lei que dirige as acções, para

---

<sup>233</sup> Cf. MONCADA, Luís Cabral de. **Estudos de História do Direito**. Coimbra: Atlantida, 1948-1950, 3v. MONCADA, Luís Cabral de. **Estudos Filosóficos e Históricos**. Coimbra: por ordem da universidade, 1958-1959, 2v. MONCADA, Luís Cabral de. **Subsídios para a História da Filosofia e do Direito em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

<sup>234</sup> Os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 iriam ratificar essa opinião. O direito romano era visto como subsidiário das leis reinóis, mas não deveria suplantar sua autoridade. Nesse mesmo documento, era chamada a atenção para as contingências temporais e regionais que conformavam as leis. Por isso, era devido prestar atenção à “diversidade dos climas, dos genios, e dos costumes das Nações”. **ESTATUTOS da Universidade de Coimbra. Cursos Jurídicos das Faculdades de Cânones e Leis**. Livro II. Lisboa: Na Régia Officina Tipográfica, 1772. p. 284.

<sup>235</sup> A obra em questão não tem referência de data, mas, por se tratar de uma resposta ao *Conversações Familiares* (1750), provavelmente foi publicada entre 1750 e 1751.

<sup>236</sup> VERNEY, Luís António. **Ultima Resposta Escrita Polo Senhor Gelaste Mastigophoro**. Em Sevilha, p. 105.



conseguir a bem-aventurança eterna<sup>237</sup>". O conhecimento histórico era elemento chave, pois as normas jurídicas da Igreja estavam fundamentadas na coleção de textos publicados ao longo dos séculos. Sobre os canonistas lusitanos, declarou: "De Istória nada sabem: menos de antiguidades Ecleziasticas: sem as quais não é possível que se-saiba fundadamente o Direito Canônico<sup>238</sup>". Estudar essa matéria significava entender quais eram suas fontes, quando foram feitos os decretos e com que finalidade: "é o mesmo que dizer que quem os quer entender é necesario que saiba perfeitissimamente toda a Istoria da-Igreja, e especialmente dos concilios, nos quais eles se publicaram". O canonista tinha que possuir vasta erudição, principalmente no que dizia respeito ao domínio de línguas antigas, para poder ler os textos originais dos santíssimos padres e assim comparar "o que antes se fez e hoje se faz, conhecer as diferenças e os motivos". Argumentava que: não conhecer a origem dos cânones "de que manaram todas as leis eclesiasticas" era permanecer ignorante sobre o assunto<sup>239</sup>. Não era possível, portanto, prescindir do conhecimento da história dos concílios e das antigas disciplinas da Igreja.

Nos planos de sua reforma, Verney defendeu que, enquanto não fossem oferecidas cadeiras de história em Coimbra, jamais poderia haver bons jurisconsultos no reino, pois, sem o conhecimento desta, não seria possível sequer entender que coisa é lei. Os Estatutos da Universidade de Coimbra, publicados em 1772, acabaram atendendo aos seus anseios. Não que tenham sido formulados através de alguma influência sua, mas se coadunavam com as proposições de reformulação do ensino do direito, apresentados décadas antes no *Verdadeiro Método de Estudar*. Nos Estatutos, a história parece também assumir um caráter de propedêutica dos demais saberes. Ela era apresentada como disciplina indispensável para "aplanar a estrada das ciências". Para o ensino da jurisprudência, civil e canônica, foram instituídas cadeiras de história argumentando-se que:

---

<sup>237</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746b. p. 235.

<sup>238</sup> *Ibid.*, p. 234.

<sup>239</sup> *Ibid.*, pp. 233-237.

Considerando, que nenhum Direito pode ser bem entendido sem hum claro conhecimento prévio, assim do Direito Natural, Público Universal, e das Gentes; como da História Civil das Nações, e da das Leis para ellas estabelecidas, conforme as diferentes Epocas dos tempos, e as diversas conjuncturas, que nellas occorrêram; por serem estas prenoções indispensáveis para a verdadeira intelligencia de todas as Leis, e do genuino sentido dellas: Mando, que no sobredito Curso Juridico haja Lições Públicas: I<sup>o</sup> do Direito Natural, Público Universal, e das Gentes: II<sup>o</sup> da Historia Civil do Povo, e Direito Romano: III<sup>o</sup> da Historia Civil de Portugal, e das Leis Portuguezas (...) no mesmo Curso de Direito Civil aprendam tambem os legistas as Instituições da Jurisprudencia Canonica, e a Historia da Igreja, e do Direito Canonico<sup>240</sup>.

A estrutura curricular do ensino universitário de leis em Coimbra ficou então dividida em 17 cadeiras: oito para cânones e nove para direito civil. Em ambas as matérias, havia uma disciplina denominada cadeira “subsidiaria”. Nesta, deveriam ser ministradas as aulas de história civil, jurídica, eclesiástica e sagrada. O professor era responsável por apresentar aspectos introdutórios da matéria, explicando qual a natureza, o fim e o objeto da história em geral. Também devia ministrar “noções preliminares” para a adequada leitura da história: cronologia e geografia. Para esse fim, os Estatutos recomendavam seguir o *Método de Estudar a História*, de Lenglet Du Fresnoy<sup>241</sup>.

Mas a defesa do modelo do historicismo jurídico francês não estava restrita ao estudo das leis civis e eclesiásticas. Na verdade, a tópica da história como propedêutica de todas as ciências é recorrente em todas as obras de Verney. Ler a história era, para ele, o “mais necessário prolegómeno em todas as Ciências<sup>242</sup>”. Para todos os conhecimentos, “sabendo a historia” o estudante tinha “feito a metade do caminho<sup>243</sup>”.

No estudo da latinidade, para tomar outros exemplos, “com o socorro da-Istória, se-intendem muitas coizas, que sem ela é impossível entender; e a

---

<sup>240</sup> **ESTATUTOS da Universidade de Coimbra. Cursos Jurídicos das Faculdades de Cânones e Leis.** Livro II. Lisboa: Na Régia Officina Tipográfica, 1772. p. 284.

<sup>241</sup> **Ibid.**, p. 335.

<sup>242</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a, p. 282.

<sup>243</sup> **Ibid.**, p. 144; p. 152-153.

inteligencia do-contexto abre a porta, para se-intenderem muitos nomes<sup>244</sup>". Assim como a "grande ignorância em que se vive da-Istoria antiga e moderna" era causa da decadência do estudo da filosofia que então se vivia no reino lusitano. No estudo da medicina afirmava o mesmo, devia-se primeiro saber sua história: "como comesou, e se-aumentou, e descaio, e se-restaurou, e prosegue atualmente<sup>245</sup>". Quanto ao direito e à teologia, argumentava ao suposto interlocutor das cartas do *Método*: "quando V.P. ouvir dizer a um Jurista que não sabe a istoria Civil, principalmente a romana, e um teólogo que ignora a istoria da-Igreja, sem mais nenhum outro exame assente que nem leis, nem Teologia sabe". Todos esses pontos eram resumidos na seguinte sentença: "é necessário a Istoria, para vermos como se devem entender e tomar as coizas<sup>246</sup>". Logo, a tópica da história como *scientia scientiarum*, formulada pelos "primeiros modernos", foi introduzida nas preceptivas de Verney como justificativa para a leitura da história.

A necessidade de contextualização aparece em todos os ambitos de estudo do método. Para ler Platão, Aristóteles ou Marco Aurélio, esse argumento também aparece: "os ditos livros não se podem entender sem saber a Istoria da antiga Filozofia (...) eu, tendo lido algumas vezes Cicero inteiramente, só o-cheguei a intender (se é que o-intendo) quando li em Laercio e Plutarco a istoria das-seitas dos-filozofos<sup>247</sup>".

Ler a história de Roma, portanto, dava "luz para entender as leis romanas" e também as dos reinos modernos, bem como todas as demais matérias. Mas, colocando uma ressalva, dizia Verney: "um homem adiantado, quando abre um livro, sabe o que deve buscar e deixar; mas um rapaz confunde-se com aquela máquina de coizas<sup>248</sup>". Mais: "conheço que a Istoria romana bem entendida supre esta noticia; mas, como nam é fácil que um estudante principiante colha por si mesmo da dita Istoria o que deve, me parece

---

<sup>244</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 87.

<sup>245</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746b. p. 119.

<sup>246</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746b. p. 167.

<sup>247</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 100.

<sup>248</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746b. p. 169.

mui necesario que busque algum autor que lha ponha em breve<sup>249</sup>". Sobre as melhores sínteses históricas e o modo de ler a história, será tratado na terceira parte desta dissertação. Antes, contudo, serão abordados outros motivos para que ela fosse lida.

*Ler a história: um recreio virtuoso*

O critério de veracidade do relato histórico não era irrelevante. Na verdade, era o fundamento que diferenciava e legitimava o gênero história em relação aos demais – ainda que tivesse um parâmetro particular de veracidade. Todavia, correção gramatical e elegância formal eram tão relevantes quanto. As qualidades literárias de uma narrativa histórica eram decisivas na hora de inserí-la, ou não, no cânone das obras dignas de serem lidas. Quando os autores do Setecentos justificavam porque ler a história em geral, os seguintes itens eram elencados: aprendizagem moral, compreensão dos diferentes contextos e fruição estética. A história, posta dentro dessa última chave de leitura, servia para auxiliar os indivíduos que, por sua posição social, teriam que realizar conversações ditas “doutas” e “elegantes” – nos salões, academias ou cortes do reino e da Europa.

Dessa forma, seguindo as preceptivas de Verney e dos autores nos quais ele se autorizou, a história era apresentada como uma forma de inquirição rigorosa do passado e como um gênero retórico particular. A verdade era sua alma e seu fundamento, mas não havia nada de errado em tornar sua narrativa mais aprazível e ornada. Um mestre não devia deixar de apontar a seus discípulos toda a graça e beleza que se encontra nos textos históricos. O requisito de veracidade não significava fazer pouco caso dos aspectos estéticos da obra; a união de eloquência e fidelidade aos fatos eram requisitos indispensáveis ao historiador<sup>250</sup>.

Para Verney, a narrativa histórica tinha que ser “breve” e “clara”, “aquela para explicar todos os acidentes da matéria; esta, para que sem longas

---

<sup>249</sup> **Ibid.**, p. 166.

<sup>250</sup> ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, p. 109.

frases se suspendam a atenção”. Mas ela também “admitia todos os ornamentos da arte: belezas de figuras, metáforas, pensamentos finos, belas descrições, harmonia do número e da cadência<sup>251</sup>”. Do livro de história, esperava-se que dissesse a verdade e que, ao mesmo tempo, fosse isento de vícios de linguagem<sup>252</sup>. A avaliação das obras de história em função de suas qualidades formais aparece através dos critérios utilizados por Verney para justificar sua leitura. Assim, Quinto Cúrcio deveria ser lido porque seu latim era puro e seu estilo belíssimo; Tito Lívio porque sua prosa era copiosa e majestosa, sendo *Ab Urbi Condita* uma obra “digna da grandeza do-Imperio Romano”; Salústio não era “próprio para rapazes” — Verney classificou sua narrativa como lacônica e cheia de elipses, o que tornaria seu texto “obscuro” (suas metáforas não eram de fácil compreensão, porém, leitores mais experientes podiam apreciar sua “singular eloquência<sup>253</sup>”; entre os historiadores gregos, Xenofonte e Heródoto mereciam atenção porque suas narrativas encerravam “as delicadezas e graça da língua ática<sup>254</sup>”.

A correção da sintaxe, a “força das palavras” e a “pureza da expressão” são alguns dos termos do vocabulário que então era aplicado na apreciação da leitura da história. Nas lições de latinidade, pretendia-se que o leitor fosse capaz não só de compreender o enredo e o conteúdo dos textos latinos, mas que conseguisse também apreciar “toda a majestade e pureza da língua de Tito Lívio<sup>255</sup>”. Dois eram os objetivos aos quais se destinava o aprendizado deste

---

<sup>251</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 169.

<sup>252</sup> Tais como: cacofonia (junção não harmônica dos fonemas, produzindo, assim, desagradado aos ouvidos); *omiologia* (quando a oração segue sempre o mesmo tom, sem variar, o que causa fastio no ânimo dos leitores); pleonasmo (redundância ou excesso de palavras); enfim, na escolha dos vocábulos, deveria ser evitada a impropriedade, redundância, obscuridade e desunião dos termos. Porém, mesmo entre os melhores historiadores, era possível encontrar deslizos. Na *Institutio Oratoria*, um trecho de Tito Lívio foi relacionado como exemplo de *macrologia* (“rodeio maior do que convém”): “os embaixadores, não obtendo a paz, voltaram a sua pátria, de onde haviam saído”. Na versão latina da *Institutio Oratoria*, aparece a expressão latina *homoideia*, que é transliteração feita por Quintiliano do termo grego ὁμοειδεια. Para consulta do texto latino, Cf. <http://www.thelatinlibrary.com/>. Para essa dissertação, faço uso da tradução espanhola, Cf. Quintiliano. **Instuciones Oratorias**. Madrid: Prelado Páez Company, 1916. 02v. QUINTILIANO, **Institutio Oratoria**, VIII, 3, 52.

<sup>253</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 99.

<sup>254</sup> **Ibid.**, p. 115.

<sup>255</sup> **Ibid.**, p. 110.

idioma: “ou tem por fim conseguir a elegância ou também a filologia<sup>256</sup>”. As preocupações com relação à excelência da estilística literária diziam respeito especialmente aos clássicos, pois, conforme Verney, a elegância destes era digna de emulação. Para o erudito português, Grécia e Roma não eram somente modelos de virtude, eram também sinônimos de “bom gosto em artes e ciências<sup>257</sup>”.

Dessa forma, a história, quando lida para formar o bom gosto, deveria responder a outras expectativas além da veracidade de seu relato. Por isso, o livro *Historiae Alexandri Magni Macedonis*, escrito por Quinto Cúrcio Rufo – provavelmente no século I d.C. – era, ainda no século XVIII, a obra mais usual no ensino de história em Portugal. Mesmo que em sua narrativa Cúrcio apresentasse muitos equívocos geográficos e cronológicos e erros na descrição de técnicas militares, a pureza de seu latim justificava sua leitura como modelo de prosa histórica.

A *História de Alexandre*, embora incompleta, alcançou grande popularidade durante a Renascença; ganhou impressões com ilustrações, e suas versões em italiano se tornaram uma leitura popular entre os príncipes<sup>258</sup>. Sua inclusão no cânone historiográfico e seu uso como modelo de latinidade foram tributários da autoridade de ilustres humanistas como Erasmo de Roterdã (1466/1536) e Justus Lipsius (1547/1606). Para Erasmo, tanto a leitura dessa obra era indispensável para quem quisesse manter sua retórica no mais alto grau de polidez, que ele mesmo preparou uma edição com notas marginais onde chamava atenção para a construção das frases em Cúrcio, a qual poderia enriquecer o léxico da língua latina<sup>259</sup>. Lipsius, por sua vez, considerava Cúrcio

---

<sup>256</sup> Na Gramática ele só se deteve no primeiro dos objetivos, pois era uma obra destinada aos alunos das escolas menores. O segundo objetivo, conforme o autor, exigia “muitas notícias que não são para principiantes”. VERNEY, Luís António. **Grammatica Latina**. Lisboa: sem referencia de editor, 1790, p. 307.

<sup>257</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 74.

<sup>258</sup> GRAFTON, Anthony. **What Was History? The art of history in early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 04.

<sup>259</sup> **Ibid.**, p. 05. No contexto europeu do século XVIII, o cânone latino já estava estabelecido e era tributário do trabalho de eruditos e humanistas dos séculos XV e XVI. Na época de

um historiador honorável e digno de respeito como nenhum outro. Os motivos eram: a felicidade e o charme de sua linguagem e a forma como contava a história, sendo, ao mesmo tempo, conciso e fluente, sutil e claro, preciso e não pedante. Os discursos que Cúrcio interpolava na narrativa de sua história eram apreciados, tanto por Lipsius quanto por Erasmo, como uma demonstração incrível de eloquência<sup>260</sup>.

Mesmo com as imprecisões históricas, suas qualidades retóricas e o apuro de seu latim eram tais que, nas preceptivas de Luís António Verney, Quinto Cúrcio ainda merecia louvor como modelo de narrativa histórica. Relembrando que, conforme relato do próprio autor, uma das finalidades com a qual a chamada Europa culta mandava “os homens moços e inteligentes” para Roma era “para [eles] saberem o bom gosto da Antiguidade”. O estudo do latim associado à leitura da história também tinha entre suas finalidades a formação do *bom gosto* – da “elegância” na comunicação entre os homens. A leitura da *História de Alexandre*, portanto, respondia a essa demanda<sup>261</sup>.

O aprendizado do latim associado à noção de *gosto* distinguia o falar do “cortesão” do falar do “vulgo” e da “plebe”. Ter bom gosto era saber se expressar com elegância: dentre as palavras latinas, escolher aquelas que não fossem nem “obscenas” nem “plebeias<sup>262</sup>”. Tal como o convívio com as musas, os domínios de Clio também estavam restritos a uma pequena parcela da população. Os letrados eram membros da elite social e econômica lusitana e a maioria estava vinculada, ou à nobreza de corte, ou ao aparelho administrativo. É no interior desse universo de aristocratas e de privilegiados que o “gosto” como critério de juízo estético é compreendido:

---

Erasmo, no entanto, o léxico do latim culto e elaboração de gramáticas ainda era uma tarefa em andamento.

<sup>260</sup> **Idem.**

<sup>261</sup> Conforme Verney “a elegância adquiri-se lendo os melhores autores com reflexão, e procurando imitá-los compondo”. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1790. p. 301. Mais de uma década após a publicação do *Método*, Ribeiro Sanches ainda indicava Quinto Cúrcio como modelo de excelência da língua latina, ao lado de Cícero e Virgílio. SANCHES, Ribeiro. **Cartas Sobre a Educação da Mocidade**. Coimbra: imprensa da Universidade, 1922. p. 68.

<sup>262</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1790. p. 307.

(...) a sociedade de corte se constituía numa formação social na qual a permanência de cada um era altamente instável; nela, a moeda corrente era o prestígio, cuja circulação era feita por meio de um minucioso jogo de dissimulações e formalidades sociais; o gosto pode ser arrolado como um deles, juntamente com a etiqueta<sup>263</sup>, o cerimonial, o modo de vestir, o bom uso da língua e dos gestos (...) isto explica a normatividade do gosto, sua lógica coerciva, que exigia adesão incondicional, sob pena de exclusão do *monde* e conseqüente perda dos referenciais do próprio valor<sup>264</sup>.

Na leitura havia, portanto, elementos de distinção social; e o gosto servia como um índice de nobilitação<sup>265</sup>. Ler os clássicos servia para o falar “digno de hum homem douto e civil”. Este fazia uso de palavras “próprias” e “honestas”, em oposição ao falar do “vulgo” que era “impróprio” e “obseno”<sup>266</sup>. Assim como as roupas, as habitações ou o modo de se portar, a habilidade de identificar os traços distintivos entre a boa e a má composição escrita, estabelecia um fosso entre as elites sociais e as massas populares. Da mesma forma, como nem todas as pessoas sentadas à mesa tomavam as mesmas bebidas e comiam os mesmos alimentos, nem todos tinham acesso ao mesmo tipo de leitura. Na verdade, poucos eram os que sabiam ler, menor ainda era o número daqueles capazes de distinguir o que seria o bom gosto na literatura. Dessa forma: “o gosto pertencia a um pequeno número de indivíduos<sup>267</sup>”.

---

<sup>263</sup> O paralelo entre a etiqueta cortesã e as práticas letradas aparece na carta de retórica do *Método*: “a maior parte dos-que escrevem, sam como aquelas pesoas que nam tem educasam de Corte. Estas, para se-mostrarem bem informadas e de boa eleisam, carregam tanto os vestidos de oiro, e a cabesa de joias, que, em lugar de parecerem bem, ofendem a vista. O pior é no-defeito que repreendemos caiem tambem os que sam da-Corte, como os que sam de fora: e é mais dificultozo emendar-se. Um omem que tem má eleisam no-vestir tem tantos censores à vista que, à forsa de de crítica e de observasam, consegue a emenda. Nam assim o que escreve: sam poucos os que censurem, porque sam pouquisimos os que saibam como se-deve censurar”. VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 164.

<sup>264</sup> ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas (1753-1773)*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 64.

<sup>265</sup> Conforme Jean-Louis Flandrin, o gosto servia como critério de avaliação de diversas áreas: língua, literatura, música, pintura, arquitetura, jardinagem, mobiliário, vestimenta, cozinha, etc. Segundo ele, “nestes campos, a função das artes não era apenas— nem talvez principalmente — tornar mais confortável ou prazerosa a vida das elites, e sim permitir-lhes manifestar seu bom gosto, novo critério de distinção social”. FLADRIN, Jean-Louis. “A Distinção pelo Gosto” in CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada*— vol. 3. São Paulo: Ed. Schearcz, 2009, p. 302.

<sup>266</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1790, p. 304.

<sup>267</sup> FLADRIN, Jean-Louis. *Op. Cit.*, p. 300.



A relação entre a noção de bom gosto nas letras e os hábitos à mesa não é sem propósito. O historiador Jean-Louis Fladrin não sabe dizer ao certo se o termo foi aplicado primeiro no campo da alimentação ou no domínio literário e artístico, contudo, identificou, desde finais do século XVII e no século XVIII, a correlação entre esses dois campos: o uso excessivo de ornatos rebuscados nas composições narrativas era traçado como o equivalente do uso desmedido de temperos na culinária. No primeiro caso, a consequência era intelectual; no segundo, era física; em ambos, a causa era o desconhecimento do “bom gosto<sup>268</sup>”. A origem e o uso do termo também eram comuns: assim como a plebe não saberia como apreciar as mais finas iguarias — sequer teriam acesso a elas — ou o modo de consumi-las adequadamente à mesa, tampouco saberiam o que era boa literatura ou o modo de lê-la.

Em Portugal, buscava-se conciliar o papel do nobre com o do homem de letras — naturalista, erudito, matemático, gramático, historiador. Para se diferenciar dos estratos subalternos da sociedade, tanto a antiga nobreza como os integrantes do aparato estatal criavam padrões estéticos próprios. Assim, certas práticas letradas eram associadas à dignidade dos postos que esses indivíduos ocupavam. No prefácio do *Elementos de Matemática* (1754), o padre Inácio Monteiro se expressou nesses termos: para a “gente de distinto nascimento, ou de espada e toga” — ocupados com “cousas do estado” — e que...

passão a vida em curiozas assembleas e conversações de homens doutos, e em exercícios semelhantes e próprios do seu character, necessitam de grande instrução de bellas letras, historia natural e civil, noticias geographicas e chronologicas e outras artes que com estas formão corpo das letras humanas, se não quiserem em huma erudita conversa, ou guardar hum religioso silencio ou dizer muitos desatinos<sup>269</sup>.

Os motivos para ler a história estavam relacionados com a configuração do público leitor imaginado. Tanto a antiga nobreza — “gente de distinto nascimento” — como os que serviam ao estado — aqueles “de espada e toga”

<sup>268</sup> **Ibid.**, p. 296.

<sup>269</sup> MONTEIRO, Inácio. *Apud.* ANDRADE, António Alberto de. **Op. Cit.**, 1966. p. 244.

– deviam ter uma educação diferenciada. Pois, era “próprio do seu caráter” o cultivo das letras. Os estratos privilegiados da sociedade, além de tratar das “cousas de estado”, também circulavam nos salões – onde participavam de “curiosas assembleias” e conversações com “homens doutos” – e faziam parte das academias – local de “eruditas conversas”. A leitura da história, conforme esse registro do padre Inácio, aparece como indispensável na conformação da própria imagem que os indivíduos que circulavam por esses ambientes tinham de projetar.

Príncipes, generais, eclesiásticos, ministros e embaixadores eram representantes dos estratos mais privilegiados da sociedade portuguesa. Para eles, reservava-se os estudos, e deles se esperava que se dedicassem a aplicação nas ciências dignas de “homens grandes”. O 4º Conde de Ericeira, provavelmente cioso de sua própria posição hierárquica, apontava para a necessidade de estudos adequados à posição e função que cada indivíduo ocupava socialmente, como mostra em seus textos. Os preceitos de Martinho de Mendonça reforçam essa concepção, dizia ele: “o principal acerto dos estudos consiste em proporcioná-los ao estado, que se espera tenha o menino”. No *Apontamentos para a Educação de Um Menino Nobre*, a finalidade era oferecer conselhos para a formação de “hum moço nobre, que sem procurar entregarse a alguma profissão particular, se destina só a viver civilmente com o que lhe deixaraõ seus antepassados<sup>270</sup>”.

No caso das práticas historiográficas, em Portugal, o par cortesão/erudito se evidenciava de forma bastante contundente na Academia Real de História. A maior parte de seus membros pertencia à alta nobreza e a participação deles como sócios dessa agremiação reforçava seus estatutos nobiliárquicos. A prática letrada dava-lhes “prestígio” e servia como “adjuvante duma imagem social do nobre”: “a carreira ideal ou exemplar seria começar pelo clientelismo, fazer em seguida parte dos salões mundanos e acadêmicos

---

<sup>270</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. *Op. Cit.*, p. 232.

para terminar no mecenato de estado<sup>271</sup>". De acordo com Isabel Ferreira da Mota, a Academia Real de História foi a instituição mais prestigiada na primeira metade do século XVIII. Todavia, os letrados setecentistas eram "polígrafos": realizavam também composições poéticas, traduções, oratória, filologia, entre outras matérias<sup>272</sup>.

Ainda no caso da Academia Real, as narrativas ali produzidas eram destinadas aos próprios membros da instituição, ao rei – que era o seu mecenas –, e à elite social e cultural<sup>273</sup>. Provavelmente, Verney escreveu tendo em mente um público semelhante. Ele lamentava a situação lusitana, em comparação aos outros reinos da Europa: "fora de Portugal vive-se outra sorte: sam raros os plebeos que nam sabem escrever, como aqui os que o-sabem, o muxila, o carniceiro, o sapateiro todos se-divertem com seus livros". Por isso, o autor advogou pela criação de um sistema público de ensino, segundo ele: "devia aver em cada rua grande ou ao menos bairro, uma escola do-publico; para que todos os pobres pudessem mandar lá os seus filhos<sup>274</sup>". No entanto, fez questão de enfatizar, em mais de um momento, que não escrevia para o público "ordinário", mas à pessoas "civis e nobres<sup>275</sup>".

Dentro da projeção feita por Verney, mesmo que fosse feita a reforma conforme os moldes que indicou, os estratos mais humildes da sociedade teriam acesso somente aos rudimentos das primeiras letras, oferecidas pelos ensinamentos menores. A história que leriam seria daqueles trechos das seletas, utilizados para aprender a ler e escrever, e no máximo levariam consigo as reflexões que os mestres lhe indicariam a respeito de tais recortes narrativos. Todavia, o cânone historiográfico clássico deveria ser lido por todos "os homens de merecimento". Nessa categoria incluíam-se: clérigos, homens "de nascimento", "de emprego" e "de letras<sup>276</sup>".

---

<sup>271</sup> MOTA, Isabel Ferreira. **Op. Cit.**, p. 140.

<sup>272</sup> **Ibid.**, p. 141.

<sup>273</sup> **Ibid.**, p. 142.

<sup>274</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 254.

<sup>275</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 298.

<sup>276</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 265.

Os “homens de nascimento” eram os nobres, sobre os quais já se disse que eram polígrafos. Contudo, para alguns contemporâneos de Verney, a história parecia possuir uma dignidade ainda maior em relação aos demais gêneros. Em um manuscrito que nunca chegou a ser publicado, D. Xavier Luís de Meneses versou sobre o uso que os cavaleiros poderiam dar às ciências, destacando que a mais própria à dignidade desta classe de indivíduos seria a história<sup>277</sup>. Candido Lusitano, na dedicatória ao Rei D. José I de sua *Vida do Infante D. Henrique*, reforçou essa primazia. Ele afirmou que a história era o estudo mais adequado à dignidade de um monarca<sup>278</sup>. É possível notar que o prestígio estamental atrelava-se a uma educação mais apurada<sup>279</sup> e, dentre as letras humanas, a história ocupava posição de destaque.

Ribeiro Sanches destacou a importância do estudo da história para todos aqueles que ocupassem algum cargo na estrutura do estado: “Hum Juis, e um Letrado, que ha de servir a sua pátria, necessita ter hum conhecimento não ordinário da História Romana, do Governo daquella Republica, da sua Religião, e dos seos costumes<sup>280</sup>”. O mesmo valia para conselheiros e secretários de estado, magistrados, advogados, embaixadores, enviados da coroa, entre outras funções de escalões inferiores do serviço administrativo – notários, intendentos, assessores de tribunais e colegiados, etc.<sup>281</sup>. Em resumo: homens de

---

<sup>277</sup> MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana: historica, critica e cronologica**. T.3. Lisboa: na officina de Ignacio Rodrigues, 1752. p. 310.

<sup>278</sup> LUSITANO, Candido. **Vida do Infante D. Henrique**. Lisboa: na officina patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1758.

<sup>279</sup> Aqui, a atenção tem se voltado principalmente para obrigações literárias do cortesão. Porém, não se perdeu de vista que, em uma sociedade que dividia oficialmente seus súditos de acordo com os estamentos, uma boa performance social exigia que os nobres prestassem atenção também à formação da etiqueta e de atividades tradicionalmente vinculadas à sua posição social. Logo, para “viver civilmente” os jovens nobres deveriam se dedicar desde cedo ao exercício da equitação, esgrima e dança. Mesmo com a introdução do uso de carruagens, “que inventou a preguiça, e fomenta o luxo”, a “arte de andar a cavalo” não deveria ser negligenciada, pois, “fortificando o corpo, sem fatigar demasiado; e he grande a vantagem, que tem nas occasiões militares quem monta com firmeza”. O exercício da espada era importante para a boa compleição do corpo, tornando-o robusto e elegante. Era recomendado aprender o manejo de armas de fogo e ter rudimentos dos exercícios militares modernos. A dança confere vigor ao corpo, lhe comunica “bom ar e graça”, além de estar “hoje entre as nações da Europa como divertimento, que faz parte da Civilidade, e se reputa grosseiro quem a ignora”. PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, pp. 321-325.

<sup>280</sup> SANCHES, Ribeiro. **Op. Cit.**, p. 67.

<sup>281</sup> **Ibid.**, p. 167.

nascimento, de emprego e de letras, para se expressarem com a elegância e propriedade exigidas pela dignidade de seus postos, eram instruídos na história. Ou pelo menos deveriam ser.

A reforma cultural e administrativa era apresentada como uma necessidade imposta pelo próprio tempo em que se vivia, pois, o reino português – conforme a interpretação de autores como Verney, Freire e Sanches – não era mais uma monarquia “conservada pela espada”, mas sim “pelo trabalho e indústria<sup>282</sup>”. Nessa nova configuração, o privilégio para ocupar os cargos ou ganhar rendas do estado não poderia ficar restrito aos direitos de hereditariedade. Se no passado os representantes das ilustres famílias foram nobilitados pelo seu desempenho em campos de batalha, devia-se agora recompensar aqueles que contribuía para a manutenção do estado através do manejo da pena. Havia que se expurgar do reino “aquela ideia que devem ser premiados por descenderem de tal ou tal casa<sup>283</sup>”.

Não foram negadas à nobreza suas prerrogativas sociais. Os “oficiais de mar e terra” e os membros dos altos escalões administrativos eram ainda arregimentados, na maioria das vezes, entre os representantes da aristocracia<sup>284</sup>. A questão estava na forma como os nobres cumpririam seus serviços ao reino. Estes, para exercer suas funções, não podiam descurar de uma formação letrada. Repetindo a velha tópica de letras e armas<sup>285</sup>, afirmava-se que “o verdadeyro guerreyro he hoje um misto de homem de letras e de soldado<sup>286</sup>”. As reflexões que Proença, Verney e Sanches elaboraram a respeito das noções

---

<sup>282</sup> **Ibid.**, p. 80. Esse texto de Ribeiro Sanches teria sido encomendado pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, na época ainda Conde de Oeiras, e que viria a receber, em 1769, o título de Marquês de Pombal. O vocabulário das *Cartas para a Educação da Mocidade* corrobora a tese de Ivan Teixeira sobre a conformação de um discurso do mecenato pombalino, o qual foi marcado pelas ideias de progresso, arrojo, trabalho, austeridade e estudo. TEXEIRA, Ivan. **Op. Cit.**, p. 16.

<sup>283</sup> SANCHES, Ribeiro. **Op. Cit.**, p. 195.

<sup>284</sup> **Ibid.**, p. 174.

<sup>285</sup> Para uma síntese do uso dessa tópica no debate historiográfico luso-brasílico ver NICOLAZZI, F. **Entre “letras & armas”, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira do século XVIII**. Almanack Braziliense, v. 11, p. 40-51, 2010.

<sup>286</sup> **Ibid.**, p. 175.

de mérito e ocupações dos súditos colocavam o comportamento da fidalguia portuguesa como um sério problema a ser resolvido.

A necessidade de uma formação diferenciada dos estratos privilegiados entrava em acordo com a própria concepção de organização social. Não se colocava em questão a diferenciação de “estados” entre os indivíduos. Dos autores aqui analisados era consenso que essas distinções eram fundamentais para a boa ordem do reino. Os súditos, conforme Martinho de Mendonça, deviam conhecer e respeitar o que denominou de “arvore predicamental da nobreza”. A parte do direito público que tratava da hierarquia e distinção dos sujeitos era vista como fundamento da boa organização política:

para que distinga o jornaleiro, ou official de arte sórdida, o professor de occupaçaõ lucrativa, o estado medio, o inferior grao de nobreza, que participaõ aquelles cargos, a que as Leys o concedem; o que comunicaõ empregos mais conspiciuos, o que merece a antiga serie de avós nobres, ou illustres, e o que da grandeza, e poder revestida das primeiras distincções, que se tem estabelecido na Republica (...) que deve [o súdito] reconhecer a ventagem dos superiores, e não ignorar a distincção dos inferiores, nem confundir a ordem das Jerarchias políticas; porque se esta e não observasse, reduzindo-se todos ao estado natural, mereceria mayor estimaçaõ hum mariola robusto, e se deveria tratar com submissãõ reverente, pelos que lhe fossem inferiores nas forças<sup>287</sup>.

O trecho acima justificava e legitimava a existência de estamentos sociais – em Portugal chamado de “estados” – e sem essa diferenciação a convivência do estado civil seria suplantada pela desordem da disputa do mais forte. Mas, para que essa estrutura hierárquica fosse legítima, os “maiores” e aqueles que ocupavam cargos, deviam dar o exemplo, pois:

os subalternos imitão os vícios, ou as virtudes, o trato, e o modo de viver dos superiores. Que Escolas temos no Reino onde a Fidalguia na primeira idade possa aprender a moderar as suas paixões? A ser constante nas adversidades, e nos perigos? Feliz seria a Corte que contasse dos que foram assim educados! As leis teriam vigor, porque os súditos as executariam; e estando

---

<sup>287</sup>

PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, pp. 220-221.

autorizados, as observariam; conhecendo interiormente terem superior, e que são nascidos súditos<sup>288</sup>.

A ausência de guerras deveria ter incentivado a nobreza a se dedicar às ciências, porém “cahio a fidalguia no maior luxo e por consequência naquelle total esquecimento da boa educação<sup>289</sup>”. O reino nada aproveitava de uma nobreza ociosa que passava a vida “em um encadeamento de divertimentos, caças, jogos, danças, bayles e outras semelhantes<sup>290</sup>”. Na verdade, para alguns, pior do que a própria ociosidade era a inclinação aos jogos de cartas e dados; prática viciosa para a qual os homens da corte se inclinavam para excitar a imaginação e exercitar o juízo<sup>291</sup>. Atividades prazerosas nos momentos de ociosidade eram tidas como necessárias – “sem repouso não pode haver trabalho nem fadiga por muito tempo<sup>292</sup>”; a questão para o comportamento dos nobres estava em proporcionar um recreio digno das posições ocupadas. Por isso, o 4º Conde de Ericeira, na censura à primeira edição de *Apontamentos para a Educação de Um Menino Nobre*, louvou a obra por ela oferecer tanto fundamentos para conhecimentos necessários nas virtudes civis e cristãs, quanto às ciências e artes agradáveis<sup>293</sup>.

Para mudar esse retrato de frivolidade, a formação dos aristocratas devia começar cedo. Desde os primeiros anos, devia-se afastar a juventude de “divertimentos inúteis e perniciosos”. O desejo de educar-se tinha que ser inculcado em seus ânimos, mostrando como o acesso às letras e às ciências era “privilegio” da “condição” e “qualidade” de nobre. Alimentaria, assim, “a natural ambição humana e o desejo de se distinguir”, mas não pela pompa e riqueza, e sim pelo cultivo do conhecimento e a elegância do trato<sup>294</sup>. Mas, para isso, era necessário também existir apreço pelos estudos, um desejo de se dedicar ao exercício literário. Ler a história contribuía para esse fim: sua leitura podia excitar a imaginação e exercitar o juízo. Essa seria uma modalidade de

<sup>288</sup> SANCHES, Ribeiro. *Op. Cit.*, p. 210.

<sup>289</sup> *Ibid.*, p. 169.

<sup>290</sup> *Ibid.*, p. 181.

<sup>291</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. *Op. Cit.*, p. 254.

<sup>292</sup> SANCHES, Ribeiro. *Op. Cit.*, p. 163.

<sup>293</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. *Op. Cit.*, p. 45.

<sup>294</sup> *Ibid.*, pp. 155-156.

recreio mais digna do que os jogos ou a caça, pois, ao mesmo tempo em que divertiria o entendimento, também fortaleceria a virtude e aprimoraria o conhecimento.

*Estilo e gosto: saber e sabor*

Tanto no ensino menor como no superior, Verney defendeu a necessidade da leitura da história. Porém, não pretendeu formar um historiador ou erudito. No caso da educação universitária, particularizou alguns preceitos para os que iriam se formar teólogos, canonistas, juristas e médicos. No caso da formação que precedia a entrada nas faculdades, suas orientações eram para uma formação geral das letras humanas e das ciências. Dentro desse esquema pedagógico, ao mesmo tempo em que se estudava latim, também se aprendia filosofia, oratória, poesia, geografia e história. Conforme o aluno se instrumentalizava no latim, ia tendo acesso aos conhecimentos escritos nessa língua – que, nessa época, eram todos eles<sup>295</sup>.

Ler a história não tinha somente finalidade instrumental de aprender outra língua e sofisticar a comunicação. Ela possuía, conforme Verney, um fim em si: “seria coisa ridícula que um homem lesse *Q. Cúrcio* para intender as palavras, e nam para o sentido da-Istoria: ou que, sem a inteligencia desta, prezumissem que poderia alcançar a propriedade das-palavras<sup>296</sup>”. Em resumo, não se lia a história só para aprender o latim, mas também para aprender o latim. O letrado português acusou seus contemporâneos de desconhecimento da verdadeira latinidade e de não saberem se expressar de forma correta e elegante. A história cumpria um importante papel em seu projeto para corrigir esse quadro, pois, o seu estudo “com a contínua notícia de bons autores e reflexão sobre suas melhores obras<sup>297</sup>” era elemento essencial para o estudo da língua, pois indicava como escolher adequadamente quais autores seguir o estilo.

---

<sup>295</sup> “A língua Latina he hoje em todas as Provincias Civilizadas de Europa, o idioma universal dos doutos, e como tal absolutamente necessario a quem não quizer viver na mais rude ignorancia”. PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, p. 279.

<sup>296</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a, p. 88.

<sup>297</sup> **Idem.**



Os letrados se queixavam, em prólogos, do destino de suas obras em função da imperícia do público leitor. Os manuais pedagógicos – como os de Mendonça, Verney e Sanches – pretendiam, em certa medida, atender essa demanda pela qualificação do público. Este não estava habituado a leituras mais exigentes como história ou filosofia: “Os menos applicados se divertem, lendo a Relação de huma viagem, e os mais fastidiosos se enfadaõ com hum dialogo de Plataõ; quase todos lem com gosto huma Canção, ou Comedia, e poucos sem fastio huma reflexão de Epiteto ou Antonino<sup>298</sup>”. Se havia prazer nos estudos, sua fruição não era natural, mas tinha de ser exercitada. Por isso, na sua *Gramática Latina*, Verney destacava a importância de indicar e incentivar os alunos a lerem os “bons autores<sup>299</sup>”.

O uso de *selectas* de história nas aulas de latim era uma estratégia adotada para gradativamente aprimorar as aptidões de leitura dos alunos. Essas eram livros que selecionavam passagens de textos clássicos e inseriam notas explicativas sobre o sentido moral e ético de cada trecho<sup>300</sup>. Verney não indica nenhum autor em particular. Na época, a obra de Jean Heuzet e as seletas de Chompré foram bastante populares. Este último, inclusive, foi inserido no sistema pedagógico oficial lusitano com a publicação do Alvará Régio de 1759. Eram escolhidos trechos de narrativas históricas, em um primeiro momento, porque sua construção literária era de mais fácil entendimento. Escrita em prosa, a história, por seus atributos estilísticos, era de mais fácil compreensão e apreciação estética do que a poesia, escrita em verso.

Não oferecer as obras inteiras para a leitura servia para não deixar os jovens “enfasiados”. Aos poucos se incutia neles o apreço pela leitura. Embora ler a história – e também outros gêneros – pudesse ser algo prazeroso, esse

---

<sup>298</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. *Op. Cit.*, p. 32.

<sup>299</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1790, p. 313.

<sup>300</sup> No tempo de Verney, vigorava a última das seletas dos Jesuítas (*Fasciculus ex Selectoribus Authorum viridariis ad commodiorum Scholasticorum sum industrie concinnatus*), a qual continha excertos de prosadores latinos, divididos em duas partes: na primeira havia trechos de oratória, na segunda constavam excertos de história (Quinto Cúrcio, Salústio, Tito Lívio e Suetônio).

prazer se entendia e se adquiria gradativamente. Escolher os melhores trechos de cada autor estimularia os discípulos a se interessar cada vez mais. Conseguir “ler com gosto” os oradores, poetas e historiadores mais difíceis exigia ser “grande Latino e Retórico<sup>301</sup>”. Para historiadores, críticos e eruditos em geral, ler as obras na íntegra, independente do seu tamanho ou complexidade, era a regra. Mas, para principiantes “uma longa leitura enfastia e só serve para um omem que não faça outra coisa<sup>302</sup>”. Nos primeiros rudimentos era importante a atuação dos mestres, pois estes selecionavam para os leitores algumas descrições, argumentos e períodos retirados dos exórdios das obras. Assim, aos poucos, o leitor iria adquirindo o instrumental necessário para, por si, ler os melhores modelos de prosas históricas legados pelos antigos.

Em seletas como as de Heuzet, os trechos de narrativas históricas selecionadas foram aquelas que se considerou terem sido “escritas com frase pura, e construção fácil<sup>303</sup>”. No caso das obras históricas, como será abordado, era necessário possuir algumas informações básicas de erudição e crítica; e também era fundamental que os leitores se familiarizassem com alguns critérios para apreciar aspectos formais dos textos. Todo o escritor, e por extensão também o historiador, devia possuir um conhecimento perfeito da língua que escreve<sup>304</sup>. A mesma demanda era estendida aos leitores, pois, o público que se tinha em mente era formado, na maioria dos casos, por homens de letras.

De acordo com o método de Verney, no início da formação letrada não deveriam ser dados, aos alunos, textos com períodos longos. Nessa primeira fase da formação, a leitura de “poetas históricos” ou de “historias difusas” era desaconselhada. Após o exercício diário de leitura, passava-se das *selectas* para os textos de “istóricos mais fáceis”, tais como: César, Cornélio Nepos, Valeio Patérculo – “estes três escreveram no século da mais pura latinidade, e são incomparáveis, principalmente os dois primeiros, que são sumamente naturais

---

<sup>301</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a, p. 99.

<sup>302</sup> *Ibid.*, p. 104.

<sup>303</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. *Op. Cit.*, p. 271.

<sup>304</sup> LAMY, Bernard. *La Rhetorique ou l'Art de Parler*. Chez Aumont: Place du Collégé Mazarin, 1757. p. 327.

e claros<sup>305</sup>". Mesmo quando já se tivesse passado para os textos originais, a intervenção de um mestre ou a consulta de uma arte de história era importante, pois, estes autores ainda não deveriam ser lidos "seguidos<sup>306</sup>; sim interrompidos, e tirando deles os lugares mais singulares". Depois de se ter cultivado a leitura destes, seria hora de iniciar a apreciação dos "istóricos mais dificultosos": Tito Lívio, Salústio e Quinto Cúrcio<sup>307</sup>.

As artes de história, as seletas e os métodos pedagógicos como os de Verney, além de legislar sobre o valor das obras, ofereciam um vocabulário específico para isso. Indicavam o que era uma "frase pura", "uma expressão natural" e "um estilo elegante". Nas conversações entre "pessoas de mais esfera<sup>308</sup>" eram principalmente esses aspectos estéticos das obras que eram apreciados. Para a formação dos estratos privilegiados da sociedade portuguesa, eram selecionadas histórias para que se conhecessem os melhores modelos de expressão da cultura latina. De acordo com Martinho de Mendonça, a leitura dos escritores latinos para imitação de sua linguagem refinada servia de "grande adorno a um moço nobre<sup>309</sup>". Era a adequação a esses padrões que referendavam a posse do "bom gosto"; e como padrão de gosto eram os antigos, especialmente os latinos, que serviam como baliza. Devia-se imitar a "nobre simplicidade e delicadeza que admiramos nos Antigos<sup>310</sup>" e, assim, adquirir "hum certo ar urbano e cortezão<sup>311</sup>".

O gosto não era entendido como algo universal, mas como uma construção que tinha por fundamento o *sensu comum*<sup>312</sup> de um grupo particular.

---

<sup>305</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a, p. 102.

<sup>306</sup> No próximo capítulo será particularizada a forma como se lia a história. Na primeira seção sobre esse tópico, será apresentada a importância de se indicar quais obras ler e em que ordem realizar essa leitura. Verney fez uso, para isso, de métodos e artes de história.

<sup>307</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a, p. 99.

<sup>308</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, p. 133.

<sup>309</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, p. 278.

<sup>310</sup> VERNEY, Luís António. **Grammatica Latina**. Lisboa: sem referencia de editor, 1790, p. 309.

<sup>311</sup> **Ibid.**, p. 302.

<sup>312</sup> Para a compreensão da noção de "senso comum" para a avaliação literária em particular e em manifestações estéticas em geral, sigo as hipóteses formuladas pelo filósofo Hans George Gadamer. Em linhas gerais, esse autor relaciona o senso comum com o trato social, o qual vigora no dia a dia quando nem sempre é possível operar os juízos através de

Como as ideias de bom senso, etiqueta ou decoro, o gosto consistia em um sentido compartilhado. Para definir o conteúdo dessa noção quando aplicada na leitura da história, foi estruturado todo um vocabulário para classificar e avaliar as características formais da narrativa histórica. Parte da fruição da leitura, voltada aos estratos privilegiados da sociedade portuguesa, estava em identificar e saber articular os termos desse vocabulário quando se tinha um

---

princípios racionais rigorosos. Esse dado, para ele, não desprestigia essa forma de apreciação em relação a outras, mas tenta indicar uma operação intelectual de ordem diversa (nem superior nem inferior a qualquer outra). A etimologia sobre a qual o filósofo estabeleceu sua argumentação, parte do termo latino *sensu communis* – tal como entendiam os clássicos romanos. Estes, ainda conforme o autor, fundamentaram sua formação em suas próprias tradições da vida civil: seu objeto seria “a existência moral e histórica do homem, como toma configuração nos seus feitos e nas suas obras”. Dessa forma, o conceito de gosto, ao ser sedimentado através do senso comum, não operaria no âmbito racional da demonstração ou da evidência universal, pois, têm a ver com circunstâncias. O *sensu communis* “não se alimenta do verdadeiro, mas do provável”. É um modelo de saber que se pauta no plausível e verossímil. Lido dentro de uma chave humanista, essa noção não excluía a necessidade de cálculo e rigor do pensamento. Porém evidencia que, além do factível e do infactível, nos juízos deve-se ter em conta também o conveniente e o inconveniente. Nesse último caso, em especial, considerações éticas e morais atuavam ativamente na elaboração de juízos. Por isso, Gadamer parece oferecer preceitos heurísticos para compreensão da configuração histórica analisada aqui. Ele coloca tanto a noção de “gosto” como de “bom senso” como categorias que são articuladas na relação entre pessoas que estabelecem juízos sobre noções formais tais como belo e monstruoso, ou de ordem moral, como vício e virtude. Seria, em outras palavras, “um tato de verdade prática”. No contexto dessa pesquisa, quer-se afirmar que, quando se emitia uma opinião sobre o que seria uma boa ou uma má narrativa histórica, levava-se em consideração aquilo que geralmente os indivíduos pensam ou julgam. Como já foi registrado, Verney provavelmente não tinha em mente toda a comunidade humana quando fazia esse cálculo valorativo de ordem prática, mas aqueles poucos indivíduos de destaque por sua posição social e por seu reconhecimento entre os círculos letrados (ou que eram reconhecidos nos círculos letrados em função de sua posição social): “se a beleza é o que causa agrado a cada pessoa, não pode apresentar-se nenhum modelo definido e nenhuma figura simplesmente bela em si própria (...) Assim o que costuma causar agrado à maioria, aos mais cultos e aos mais eminentes dos observadores das formas é necessariamente mais belo”. VERNEY, Luís António. **Metafísica**. Universidade de Coimbra, 2011. p. 298. Outro indício que corrobora essa suposição é a própria vinculação que Verney fez entre a história e a retórica. Esta, entendida também como arte de bem falar, estabelecia critérios para determinar o que foi dito com acerto e perícia ou não. Dentro de uma educação formal baseada em valores cortesãos, os indivíduos fariam uso de categorias formalizadas e, ao fazer uso desse vocabulário, se mostrariam como membros desse seletivo grupo (o qual se diferenciava, entre outras coisas, por entender esse vocabulário e também por ser capaz de mobilizá-lo através da escrita ou em conversações entre pares). Concluindo: conseguir decifrar esses códigos e demonstrar a terceiros que possui essa habilidade produziria prazer e satisfação. Gadamer ligou esse sentimento à capacidade de se identificar e ser identificado como parte de um grupo. Parto da hipótese, portanto, que o leitor, através da educação, adquiriria esse vocabulário e, ao expressá-lo das mais variadas formas, se apresentaria como membro de um grupo específico ao qual se atribuía valor e prestígio. Para a noção teórica de senso comum, cf. GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 63-70. Para exemplos da definição de gosto por autores do século XVIII, Cf. HUME, David. “Of the Standard of Taste” in **Essays, Moral, Political and Literary**. London, 1758; MURATORI, Ludovico António. **Delle Riflessioni sopra il Buon Gusto Nelle Scienze e nell’Arti**. Veneza: Niccolò Pezzana, 1742.

livro de história diante de si. Ou, como nos exemplos dos salões e agremiações literárias, poder falar com os pares a respeito de Tito Lívio, por exemplo, avaliando-o a partir daquilo que se tomavam como virtudes da latinidade: pureza, elegância, clareza, suavidade, número, cópia e ornato<sup>313</sup>. Com isso, quer se propor aqui que: sendo membros de um estado que possuía uma formação comum, parte do prazer<sup>314</sup> da leitura estava em se sentir em solidariedade com outros interlocutores.

Anteriormente, foi feito o paralelo entre a culinária e as práticas letradas na configuração e aplicação do termo *gosto*; apontando para “a sua natural oscilação entre sabor e saber”. Dentro dessa correlação, entravam também os preceitos estilísticos da retórica. Fazendo uso da metáfora utilizada por Sérgio Alcides, o estilo “é como um tempero; tem um sabor, que pode agradar ou desgostar, o que depende do refinamento de cada um”. Um livro de história – assim como um de poesia<sup>315</sup> – era apreciado como uma iguaria. Dizia-se dar gosto de ler narrativas dotadas de uma “elegância apetitosa<sup>316</sup>”.

Mas, se o estilo possuía um sabor, não deixava de corresponder a um saber. Portanto, conforme a doutrina retórica exposta por Verney nas cartas cinco e seis do *Método*, era o conteúdo que determinava a forma, sendo que cada assunto deveria ser tratado conforme o estilo que lhe era adequado:

O estilo da-história pede clareza, e brevidade: aquela, para explicar todos os acidentes da-materia; esta, paraque, sem longas frases, que suspendem a atenção do leitor, descreva as coizas que deve, com um fio de discurso continuado, e sem ser interrompido com aqueles movimentos, que constituem o Orador. Porque neste cazo, nam pode conservar, uma certa inalterabilidade, e quietasam de animo, que é tam necesaria, para nam inclinar mais para uma parte, que para outra; e dizer as coizas com verdade, e sem exagerasam<sup>317</sup>.

<sup>313</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1790. p. 303.

<sup>314</sup> Se é que seja válido usar esse termo. Não se pretende nenhum rigor conceitual ou fundamentação teórica mais densa ao termo, toma-se no sentido de algo que possa agradar e contentar.

<sup>315</sup> ALCIDES, Sergio. *Op. Cit.*, p. 37.

<sup>316</sup> SOUSA, Manuel de Faria. *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>317</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 169.

A forma e o conteúdo — o que era enunciado e como era enunciado — não eram elementos dissociáveis. A história tinha um compromisso com a verdade e, ao mesmo tempo, havia prescrições formais quanto à forma que essa verdade deveria ser escrita. A taxonomia retórica mais usual dividia os estilos em três categorias: sublime, medíocre e simples. No *Verdadeiro Método de Estudar*, Verney apresentou esse mesmo esquema tripartite. Deviam ser escritas no estilo sublime as orações, os sermões e a poesia heroica e trágica<sup>318</sup>. Ao estilo simples, correspondiam a escrita epistolar e a conversação diária de homens de corte<sup>319</sup>. Por fim, o estilo medíocre, ao qual competia a escrita da história.

Medíocre não quer dizer pobre ou banal, mas guarda uma ideia de termo médio entre o sublime e o simples. É “aquele (...) que participa de um e outro estilo. Também este estilo não é pouco dificultoso, porque é necessário conservar uma mediania que não degenera em viciosos extremos”. E seriam “poucos aqueles que conhecem as coisas na sua justa proporção e formam aquela ideia que merecem<sup>320</sup>”. Um discurso médio possui “mais força e abundância” que o simples e “menos elevação” que o sublime, “donde vem que o estilo medíocre compete propriamente as ciências todas, à História, e outras coisas deste género, nas quais se representam coisas não vis, mas medíocres; porém representam-se da mesma sorte que são, e com palavras próprias<sup>321</sup>”. Na *Lógica*, Verney voltou a ratificar essa taxonomia estilística: “o estilo mediano é aquele que, além da elegância e da clareza, admite todo o floreio das palavras, de pensamentos e de cadências. Ele possui, por conseguinte, algo de um e de outro, isto é, do singelo e do sublime<sup>322</sup>”. Como modelos exemplares de narrativas “medianas”, apontou Tito Lívio e Tácito<sup>323</sup>.

---

<sup>318</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 167.

<sup>319</sup> A doutrina do estilo prescrevia a forma adequada da conversação cortesã e tinha um claro fundamento estético ligado ao estrato social. Assim, o estilo *simples* ou *humilde* não significava o mesmo que baixo ou vulgar: “não quero que um homem civil fale como a plebe, mas que fale naturalmente”. *Idem*.

<sup>320</sup> *Ibid.*, p. 169.

<sup>321</sup> *Idem*.

<sup>322</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 2010a. p. 567.

<sup>323</sup> *Idem*.

A história, enquanto um gênero literário retoricamente codificado, deveria corresponder a estes pressupostos. O critério de verdade – fundamento do “pacto de leitura” – não estava ausente das preceptivas verneinianas. Mas o relato do passado deveria ser veiculado de acordo com a forma literária que lhe era prescrita, sob a pena de ser desqualificado enquanto matéria digna de ser lida, pois: “a respeito de qualquer assunto, deve atender-se ao bom gosto, ou seja, os assuntos devem ser expostos convenientemente e de forma apropriada pelas palavras ajustadas<sup>324</sup>”.

Embora, dentro de preceitos formais estritos, a matéria da história correspondesse ao estilo medíocre, ela podia ter elementos do sublime. Isso ocorria quando se interpolavam discursos na narrativa histórica:

Pode porem o Historico, mostrar a sua eloquência, no-referir as arengas que s’introduzem na Istorica; no-pintar as paixoes &c. mas tudo isto com advertência, e sem perder de vista a verdade. É pois a Istorica aquela matéria na qual, depois da Oratoria, mais se mostra a eloquencia vigorosa<sup>325</sup>.

Avaliar se a história foi escrita de forma adequada ou não, dependia de um conjunto de fatores. Em alguns casos, devia ser escrita no “estilo mediano” – com mais ou menos “floreios de palavras”; em outros, era necessário acrescentar ornatos do sublime, como quando se apresentava o discurso de um general, príncipe ou monarca. Isso porque não era decoroso atribuir palavras “vis” ou “plebeias” a pessoas de grande autoridade. A isso, Verney chamava respeitar o critério da conveniência. As palavras associadas a um personagem histórico deveriam estar de acordo com a dignidade do lugar social por ele ocupado. Assim, a narrativa tinha que ser veiculada no estilo sublime “todas as vezes que são atribuídos alguns discursos aos imperadores, aos reis ou aos varões de primeira ordem a propósito de assuntos muito importantes<sup>326</sup>”.

Aqui vemos a articulação de três noções importantes que deveriam ser observadas pelo leitor durante a leitura da história: *gosto*, *conveniência* e *decoro*.

---

<sup>324</sup> **Ibid.**, p. 569.

<sup>325</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 169.

<sup>326</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010. p. 575.

De acordo com Anthony Grafton, o decoro funcionava, nos séculos XVI e XVII, como uma chave de leitura dos textos históricos<sup>327</sup>. Era o ponto onde protocolos retóricos, que ensinavam como compor um discurso apropriado de acordo com cada situação, se somavam a elementos da filosofia moral e à prudência política<sup>328</sup>. Seguindo os preceitos de Quintiliano – amplamente aceito no contexto letrado lusitano do período, o decoro (*decorum*) correspondia ao uso conveniente do discurso de acordo com cada caso. Observar o decoro significava aplicar os argumentos mais adequados a cada matéria e em conformidade com cada público e lugar. Verney resumia essa fórmula do seguinte modo: “um discurso adquire a sua excelência quer da matéria, quer de quem profere, quer daquele a quem expomos<sup>329</sup>”.

O leitor que tinha bom gosto saberia avaliar se a história que tinha diante de si fora escrita em conformidade com os preceitos da arte. Conveniência e decoro eram parte de tais preceitos. Esses não se articulavam à revelia da noção de verdade. Porém, a economia de veracidade do relato histórico não se igualava aos pressupostos da demonstração matemática ou da revelação sagrada. Seu âmbito era o da probabilidade e o da verossimilhança. Dessa forma, o decoro e a conveniência também eram critérios mobilizados na construção da veracidade do discurso histórico.

O vocabulário utilizado por Verney para avaliar obras historiográficas fazia uso de termos latinos dentro da reproposição feita pelos renascentistas. O *decorum*, no interior dessa tradição humanista, era articulado com a noção de *gravitas*. Em conformidade com essa perspectiva, o decoro também era entendido como instrumento para selecionar aquilo que deveria ser matéria da história. Personagens e episódios não ilustres eram indignos de serem relatados. Acontecimentos cotidianos e personagens humildes não teriam peso (*gravitas*) suficiente para serem mencionados pelo historiador<sup>330</sup>. Eram, no

---

<sup>327</sup> GRAFTON, Anthony. **Op. Cit.**, 2007. p. 34.

<sup>328</sup> **Idem.**

<sup>329</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010a. p. 575.

<sup>330</sup> A historiadora Gabriella Albanese ilustrou o uso das noções de *decorum* e *gravitas* na querela entre os humanistas Lorenzo Valla e Bartolomeo Facio. Este censurou o relato de Valla



entendimento da época, os grandes homens que conduziam os acontecimentos históricos relevantes. O destino da sociedade era decidido na política, nas batalhas ou através de grandes ideias: portanto, dirigido por governantes, generais ou sábios.

Feita a seleção do assunto digno de ser narrado, o que narrar e como narrar também obedeciam ao decoro. O humanista Bartolomeo Facio (1400-1457), em uma contenda sobre as regras da composição histórica, acusou Lorenzo Valla (1404-1457) de ter sido indecoroso no retrato que havia feito do rei Martinho, o Humano. Na sua narrativa, de forma irreverente, Valla descreveu a figura de um soberano que sofria com sua obesidade e impotência sexual. Em uma das cenas constrangedoras envolvendo o monarca, é relatado que este havia caído no sono e roncado em meio a uma reunião com embaixadores. Essas alusões, no entendimento de Facio, feriam uma lei “imprescindível da narração história”: a verossimilhança. Para que o escritor fosse acreditado pelos leitores, sua narrativa não só tinha que ser verdadeira, mas também verossímil. Não era crível que um rei dormisse em meio a um importante conselho, pois contradizia o ethos monárquico construído com base na dignidade real<sup>331</sup>.

Dessa forma, atentar contra o decoro era transgredir a própria veracidade do relato histórico. A figura do rei enquanto homem não deveria se confundir com sua imagem enquanto governante. E, à história – obedecendo ao princípio decoroso de narrar somente o que possuísse *gravitas* (“peso”, “importância”), só caberia tratar das ações públicas do soberano que tivessem relevância para os acontecimentos políticos. Como não se falava do indivíduo,

---

sobre o episódio do tecelão de Antequera, contido no seu *Gesta Ferdinandii*. Nele, foi narrada a heroica morte de um cidadão humilde durante a conquista de Anquera por Fernando de Aragão, o que, segundo Facio, contrariava a noção de *gravitas*. ALBANESE, Gabriella. **Op. Cit.**, p. 303.

<sup>331</sup> ALBANESE, Gabriella. **Op. Cit.**, p. 307.

mas da categoria “rei”, informar sobre os aspectos cotidianos e pessoais ia contra a verdade do *ethos* da “pessoa do soberano”.

No prefácio de sua *História de Portugal Restaurado*, Luís de Meneses (3º Conde de Ericeira), declarou não desejar “mayor recompensa que o reconhecimento, de que ategora não sahio ao mundo historia mais verdadeira”. Para dar provas de merecimento, dizia não ter deixado de cumprir nenhum dos preceitos de veracidade, parecendo-lhe somente “escusado relatar defeitos particulares, tendo por opiniaõ, que os que se arrojaõ a descobrilos merecem mais a titulo de satyricos que de historiadores”. Sua posição parece próxima àquela que Facio havia defendido quase dois séculos antes no contexto da corte aragonesa. Porém, o próprio Luís de Meneses fez uma ressalva, porque ser historiador não era apenas referir os acontecimentos; ele tinha que explicar de que forma e por quais motivos as ações se desenrolaram. Por isso, quando os vícios de um soberano possuíam função explicativa para a história, seria lícito referi-los:

não podia Tito Lívio eximir-se de contar os excessos de Tarquino, originando-se da sua lacivia a mudança de Reys á Republica no Imperio Romano (...) Preciso foy a Joaõ de Mariana relatar a cegueira de Henrique VIII, de Inglaterra na indigna affeição de Anna Bolena, sendo este desatino a primeira causa de passar de defensor da Igreja Catholica á cabeça da perfídia heretica<sup>332</sup>.

Censurou, contudo, Quinto Cúrcio por ter registrado os vícios de Alexandre, o Grande. Porque sua vida privada nada tinha de instrutivo sobre seus sucessos na conquista da Ásia e demais partes do mundo. Havia errado Faminiano Estrada (?) em suas memórias históricas ao referir ações indignas de cardeais da santa Igreja Católica; também condenou Catarino de Avila (?) por não haver dissimulado os “divertimentos” de Henrique III de França, fatos que nada interferiram na condução de seu reinado<sup>333</sup>. Deixar “descobrirem-se os

---

<sup>332</sup> MENESES, Luiz de. **História de Portugal Restaurado**. Tomo 1. Lisboa: Na officina de Domingos Rodrigues, 1751.

<sup>333</sup> Não tive acesso a informações biográficas desses dois autores, nem sobre que obras se referiu Luís de Meneses nestes trechos. Porém, creio que o exemplo seja ilustrativo quanto aos critérios da conveniência, ou não, de referir os vícios dos personagens históricos.

defeitos que não prejudicaram os interesses públicos, muitas vezes servem os Leitores mais de estímulo, que de emenda, usando dos exemplares para desculpa dos vícios que pretendem seguir<sup>334</sup>”.

O caso de Ericeira aponta outras questões envolvidas no uso do decoro como chave de leitura, indicadas por Grafton: a prudência política e a filosofia moral. Voltando para a realidade portuguesa a que Verney fazia referência: moralizado de acordo com as diretrizes católicas pós-tridentinas, o conceito de decoro também parece instrumental para entender a seleção das matérias dignas de um texto de história. Uma história decorosa era aquela que, além de escrita em conformidade com os modelos estilísticos, também era útil na formação moral do leitor<sup>335</sup>. Ainda que se falasse de aspectos da vida pessoal de um rei, provavelmente os pormenores de sua atividade sexual não se enquadrariam com preceitos de castidade católica.

Em termos estéticos e formais, o decoro tinha relação ainda mais estreita com o gosto: também guardava uma ideia de senso de medida. Um discurso decoroso deveria evitar as extravagâncias, os exageros e a imprudência. O excesso de informações tornaria o texto longo. Deveriam ser selecionadas informações relevantes<sup>336</sup> para entender um enredo — político, militar ou moral. Só aqueles fatos que explicassem o desenvolvimento das matérias mereciam atenção. Incluir fatos referentes ao dia a dia de um monarca ou general, por

---

<sup>334</sup> MENESES, Luiz de. **Op. Cit.**

<sup>335</sup> Outra vez a tópica ciceroniana de história *magistra vitae* mostra todo o seu vigor. Como visto no início desse capítulo, o livro de história era uma fonte de exemplos que deveria guiar a conduta dos indivíduos. Falando sobre o estilo laudatório, que também tinha a função de exemplaridade ao destacar os aspectos virtuosos de alguma personalidade, asseverava: “por muito nobre que seja o sujeito de que se trata, pode ter mil imperfeições; onde é necessário procurar de o pôr a vista daquela parte que melhor parece, para poder imprimir uma justa ideia da sua grandeza, procurando quanto pode ser lhe cobrir ou disfarçar os defeitos sem prejuízo da verdade (...)”. Com efeito, a história tinha como regra não ser panegírica, mas este trecho ajuda a entender como a ocultação de algumas informações, em função do decoro e conveniência da dignidade daquele de quem se fala, ou do gênero em que se escreve, não comprometia a veracidade do que era dito. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 163.

<sup>336</sup> Nesse sentido, a ideia de *gravitas* (aquilo que era digno, importante) se articula como a preceptiva estilística da história. Como o texto histórico pedia brevidade, a noção de *gravitas* ao indicar o que merecia ser relatado também apontava o que se deveria calar. Dessa forma, a narrativa não ficava difusa e prolixa, e o historiador mencionaria aquilo que fosse estritamente necessário para o entendimento do enredo de sua história.

exemplo, tornaria a narrativa difusa. Novamente, tais considerações se encontram com a reflexão sobre o estilo: além de clareza, a história pedia brevidade.

Sublime, medíocre e simples eram espécies estilísticas que Verney relacionou à “forma intrínseca ou a natureza dos assuntos”. Ou seja, na adequação formal e moral da narrativa conforme o tema tratado. Havia outras categorias de estilo: asiático, ródio e ático. Estes diziam respeito àquilo que ele denominou de “forma extrínseca” e “à extensão dos períodos” narrados. Nesse caso, o leitor deveria observar se os enredos históricos estavam compostos com o número de palavras adequados ao assunto que tratava:

O estilo ático expõe em poucas palavras de modo penetrante e com elegância excelentes pensamentos sem nenhuma afetação, nada havendo nele que seja redundante e não faltando também coisa alguma (...).

O estilo asiático é totalmente oposto ao ático por ser extremamente prolixo e superabundante em períodos extensos, sobressaindo mais pela quantidade de palavras que de pensamentos (...).

O estilo ródio é intermediário entre o ático e o asiático. Com efeito, é mais magnificente que o ático, mas pouco mais conciso que o asiático, não obtendo por isso supremo louvor, pois está inclinado à mediania<sup>337</sup>.

Um bom texto de história não poderia ser escrito no estilo asiático, pois contrariaria a regra de concisão imposta ao gênero. Mas uma boa narrativa histórica poderia, por seu turno, se enquadrar tanto no ático como no ródio: “o primeiro estilo é apropriado às histórias mais breves e o segundo as mais extensas<sup>338</sup>”. O que determinaria a escolha, mais uma vez, era o tema tratado: sobre acontecimentos ocorridos durante a vida de um indivíduo ou da duração de uma dinastia; sobre uma batalha ou a consolidação de um império, etc. No juízo de Verney se enquadravam no estilo ático: Xenofonte, Tucídides, Salústio

<sup>337</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010a. p. 565-567.

<sup>338</sup> **Ibid.**, p. 569.

e Tácito<sup>339</sup>. Como modelos do estilo ródio estavam: Tito Lívio, Júlio César, Cornélio Nepos, Veleio Patérculo e Salústio<sup>340</sup>.

A história podia recrear e divertir, desde que se soubesse identificar as estratégias discursivas engendradas na narrativa. Como exercício de linguagem, não prescindia do uso da lógica e da retórica, as quais não são postas em antagonismo, mas em complementaridade, uma em relação a outra, na obra de Verney. Era útil porque, propedêutica de todas as ciências e fazendo uso da eloquência, persuadia os leitores das verdades da fé e da legitimidade dos governantes. Mas, como produto de artifícios literários, esperava-se que também fosse agradável. Não só no caso da história, como na aplicação da língua em geral, essa dupla perspectiva de utilidade e apreciação formal das obras se institucionalizou na reforma pombalina realizada posteriormente.

### *O Prazer de Ler a História*

Em debates historiográficos realizados nas últimas décadas, sublinhou-se que a noção de estilo, a qual remete também à noção de gosto, teria implicações relativistas latentes, tanto no âmbito estético como no cognitivo e moral<sup>341</sup>. Para o historiador italiano Carlo Ginzburg, haveria duas retóricas: uma fundamentada na razão e objetividade; e outra irracional e que visa apenas à forma. No entanto, a dicotomia entre duas retóricas não é a única alternativa posta como elemento para se pensar as relações entre escrita da história e as técnicas de persuasão. O historiador alemão radicado nos Estados Unidos, Peter Gay, enunciou uma ambiguidade intrínseca ao conceito; o estilo, segundo ele, havia que dar “informação e prazer” abrindo as janelas “para a verdade e a beleza<sup>342</sup>”.

As considerações de Verney sobre o estilo e a história dizem respeito a um contexto letrado bastante diverso aos embates intelectuais mencionados no

---

<sup>339</sup> De acordo com Verney, Salústio e Tácito imitavam o estilo de Tucídides. VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 2010a. p. 569.

<sup>340</sup> *Ibid.*, p. 569-571.

<sup>341</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de Força. História, Retórica, Prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2004. p. 24.

<sup>342</sup> GAY, Peter. *Op. Cit.*, p. 20.

parágrafo acima. Os argumentos do autor setecentista são completamente alheios à realidade acadêmica atual – na qual se fala em história disciplina e em ofício de historiador. Ainda assim, não deixa de ser interessante perceber como as discussões sobre os aspectos literários da história possuem relevância de longa duração – bem como de difícil resolução. Nos tratados do autor lusitano, a relação entre a veracidade e a fruição estética das narrativas também foi abordada. A contenda era posta em outros termos, mas no círculo letrado português também existiam posições divergentes quanto à retórica<sup>343</sup>.

Aqui interessa especificamente a posição adotada por Verney, na qual o conhecimento objetivo e a arte de bem falar não foram postos em oposição. Para o arcediogo de Évora, “Nam agrada um livro, se nam é escrito com arte: nam persuade um discurso, se nam é formado com metodo<sup>344</sup>”. Isso, aplicado também ao relato histórico, indica como, na perspectiva do autor português, era árdua a tarefa do historiador: tinha que possuir uma ampla erudição e conhecer todas as técnicas da crítica. Depois de avaliar a veracidade das fontes e estabelecer as causas das ações humanas, vinha o trabalho de dar forma à sua narrativa. Além de pesquisador, tinha de ser um esteta. O autor português partia do célebre epigrama de Cícero: *historia opus est máxime oratorium*. De todos os assuntos da eloquência, nenhum era mais admirável que a história, pois ela era capaz de alcançar seus três objetivos fundamentais: *movere, docere et delectare* – mover, ensinar e deleitar.

O deleite será o último dos pontos apresentados sobre porque ler a história. Esse tema não está desvinculado do que se disse no subcapítulo anterior da leitura como recreação. De acordo com Verney, o “maior divertimento que pode ter um homem quando está só”, era “divertir-se com seu

---

<sup>343</sup> Para Medonça, a retórica não estava no mesmo plano da lógica e seria mesmo desnecessária diante do aperfeiçoamento do conhecimento de sua época. Opinião radicalmente oposta, portanto, à de Verney, que defendia a necessidade da retórica em todas as formas de comunicação e vinculava a arte de bem falar ao rigor da lógica e da razão. Cf. PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, pp. 282-289.

<sup>344</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 125.

livro<sup>345</sup>". Para Martinho de Mendonça, não podia ser divertimento senão o que era "aprazível" e isto dependia "mais da fantasia, que da razão<sup>346</sup>". Nesse sentido, houve quem, na República das Letras, afirmasse que as vantagens de se ler a história eram de três ordens: aprimorar o conhecimento, fortalecer a virtude e divertir a fantasia<sup>347</sup>. Ler a história, portanto, também era tido como algo prazeroso e agradável. Nas próximas linhas sairei do âmbito das prescrições estilísticas para apresentar, de forma mais pormenorizada – e ainda assim resumida –, como foram descritas as formas de apreciação da história como uma atividade que agradava o entendimento.

No *Of the Study of History* (1742), o filósofo e historiador escocês David Hume declarou não haver entretenimento mais agradável para o intelecto do que ser transportado para as mais remotas épocas do mundo. Observar ascensão, desenvolvimento e queda dos maiores impérios que alguma vez floresceram: "em resumo, ver toda a humanidade, dos inícios dos tempos, passando em exame como ela foi antes de nós"; poder ver outras sociedades nascerem diante de nossos olhos "em suas verdadeiras cores" e "sem nenhum daqueles disfarces" que embotavam a imagem que os próprios contemporâneos de outras épocas tinham de si mesmos e de sua realidade. O historiador francês Charles Rollin – ao registrar suas impressões da leitura de Bossuet – emitiu juízos semelhantes:

É um prazer infinito ver passar, como em revista, todos os povos e todas as nações do mundo com suas boas e más qualidades, com seus costumes, seus hábitos, suas inclinações diferentes: egípcios, assírios, persas, medos, gregos, romanos. Ver os reinos do mundo surgirem como da terra, se elevarem pouco a pouco e se desenvolverem insensivelmente, estender suas conquistas em todas as direções, alcançar por diferentes caminhos o ápice da grandeza humana, e por revoluções súbitas tombar de repente, e ir, por assim dizer, se perder e se afundar no mesmo nada de onde saíram<sup>348</sup>.

<sup>345</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746b. p. 254.

<sup>346</sup> PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina. *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>347</sup> HUME, David. "Of the Study of History" in *Essays, Moral, Political and Literary*. London, 1758.

<sup>348</sup> ROLLIN, Charles. *Op. Cit.*, p. 114.

Nestes dois relatos, o sentimento de deleite está associado à ideia de ser transportado para o passado — ou como que ter esses eventos diante dos olhos. A leitura da história se converte, assim, em um verdadeiro exercício de imaginação. Charles Rollin, para reforçar a ideia do deleite dessa espécie de viagem ao passado, evocou as impressões que Cícero registrou em sua estada na Grécia:

Cícero disse em algum lugar que, andando por Atenas e suas imediações, não podia dar um passo sem encontrar algum monumento da história, os quais traziam a seu espírito a lembrança dos grandes homens que viveram outrora e, *de certa forma, se faziam presentes*. Aqui, havia um jardim, onde se imaginava ver ainda os traços de Platão caminhando enquanto tratava questões filosóficas. Lá, onde fora o local das assembleias públicas, Ésquines e Demóstenes disputavam um contra o outro: percorrendo as bordas do mar, se crê identificar a voz do orador grego se destacar do barulho tumultuoso da multidão superando até mesmo aqueles ruídos vindos das ondas<sup>349</sup> [grifos meus].

A leitura da história poderia causar esse mesmo efeito na imaginação do leitor. O ato de ler, portanto, como correlato da viagem, um deslocamento para o passado e uma inserção em outra cultura<sup>350</sup>. O padre oratoriano Teodoro de Almeida, contemporâneo e conterrâneo de Verney, registrou impressões semelhantes:

(...) tenha embora o inexorável tempo levado para muito longe os sucessos, a que eu desejara estar presente; haja entre mim, e elles o intervallo de muitos milhares de annos, nada importa: se eu quero, ha de o Tempo tornar atrás a sua furiosa roda, e a seu pezar me ha de pôr ali presente o mais antigo successo. Diga embora esse inflexível, e velho tyrano, que as suas leis são indispensáveis, e que o objeto da minha curiosidade já cahio no insondável abysmo do Nada; seja como for, mando eu, hão de resuscitar todos esses personagens; e hão de estar perante mim,

---

<sup>349</sup> ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, p. 116.

<sup>350</sup> Charles Rollin fez essa comparação literalmente: “o estudo da história é quase como as viagens” (*est à-peu-près de l'étude de l'histoire comme des voyages*). ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, p. 117. Esse tema da leitura como correlato da viagem será abordado novamente, no capítulo seguinte, quando será tratado do uso de taboas geográficas para a leitura da história.



emquanto eu me entretenho observando tudo quanto fizeram<sup>351</sup>.

O exercício de imaginação de se sentir (como que) transportado ao passado poderia ser uma atitude pessoal, como no exemplo de Cícero; mas também poderia ser facilitado quando o relato histórico usava de forma adequada artifícios verbais que possibilitavam essa experiência. Plutarco foi mencionado como exemplo de historiador que produz tal efeito de deslocamento e de co-presença. Sua narrativa seria capaz de fazer o leitor sentir-se diante dos “grandes homens” dos quais ele falou em suas *Vidas*. Rollin considerava que as descrições das maneiras e costumes dos personagens, feitas por Plutarco, davam uma ideia tão viva e animada que os leitores se sentiam como se estivessem naqueles tempos a conversar com eles: “se crê” disse Rollin “estar vivendo e interagindo com eles, estar do lado deles em suas caminhadas, assistir a suas refeições e a suas conversações<sup>352</sup>”. As qualidades narrativas de Dionísio de Halicarnasso também eram destacadas: “é um grande prazer para um homem sensível e judicioso, que lê uma história escrita dessa forma, ser conduzido como que pela mão ao início e ao termo de cada ação”; e assim “no lugar de simples leitor se tornar quase testemunha e espectador de tudo que lhe é narrado<sup>353</sup>”.

Não é possível afirmar que Luís António Verney leu a obra de David Hume, mas é certo que conhecia a obra de Charles Rollin. Também foi leitor de Plutarco, Dionísio de Halicarnasso e outras autoridades antigas mencionadas pelo escritor francês. Ademais, não precisaria propriamente ter tido acesso especificamente a esta bibliografia ora mencionada. A possibilidade de evocar imagens na mente do leitor com o uso de palavras constava nas preceptivas retóricas clássicas nas quais ele também se autorizou. No caso da história, o cuidado literário foi um pressuposto defendido por Luciano de Samosata, segundo este “o historiador deve ter duas características principais: inteligência

---

<sup>351</sup> ALMEIDA, Teodoro de. **O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente em qualquer trabalho da vida**. Lisboa: Régia Offic. Typografica, 1786. p. 67.

<sup>352</sup> ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, p. 117.

<sup>353</sup> **Ibid.**, p. 113.

política e capacidade expressiva” [34]<sup>354</sup>. Mas, para destacar um exemplo de um autor de quem Verney se valeu de forma mais ostensiva, citarei ainda o caso do oratoriano francês Bernard Lamy<sup>355</sup> (1640-1715). Para este, o historiador faria mais do que o papel do “funcionário de correios” que traz as notícias:

Quando se relata um combate que foi seguido de uma vitória memorável, não é ser historiador apenas dizer que se combateu. É necessário atribuir as causas da guerra, dizer como ela foi excitada, fazer conhecer quais eram os interesses dos príncipes, quais eram suas forças. É necessário fazer uma descrição do local do combate, particularmente se este local foi causa de algum acidente considerável, e descobrir todos os estratagemas de que se fez uso<sup>356</sup>.

Na descrição das técnicas narrativas, tanto Verney quanto Lamy fizeram referências à Quintiliano. Para o retor romano, uma das virtudes do ornato retórico era a *enargeia* (evidência), a qual ele definiu como a representação viva das coisas: “é grande virtude propor as coisas com cores tão vivas como se a estivéssemos vendo<sup>357</sup>”. A ligação entre o termo grego e a noção de evidência supõe que o texto pode mostrar e demonstrar aos leitores aquilo que narra. Para isso, não bastava que o que fosse dito chegasse aos ouvidos dos espectadores, mas devia-se, através de palavras, como que se pintar uma cena diante de seus olhos. Aqui, mais uma vez fica reforçada a necessidade do texto de história ter capacidades expressivas nada triviais.

Na opinião de Chaïm Perelman, um dos mais importantes teóricos da retórica no século XX, no âmbito da lógica-matemática se trabalharia com demonstrações; já a eloquência seria o campo do convencimento<sup>358</sup>. Há discordâncias quanto a isso. Para o historiador Carlo Ginzburg, os termos

---

<sup>354</sup> SAMÓSATA, Luciano de. **Como se deve escrever a história**. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

<sup>355</sup> Mais conhecido por seus tratados sobre matemática e teologia, o oratoriano Bernard Lamy também escreveu manuais sobre história, poética e retórica. Luís António Verney seguiu os preceitos de Lamy, principalmente nestes dois últimos temas, e leu a obra *La Rhetorique ou L'Art de Parler* (1688), de onde a citação acima foi retirada. Aqui é destacado o capítulo XIV do livro quarto da *Arte de Falar*, o qual tem como título: *Qual deve ser o estilo dos historiadores*.

<sup>356</sup> LAMY, Bernard. **Op. Cit.**, 1757. p. 342.

<sup>357</sup> Quintiliano. **Institutio Oratoria**. VIII, 5, 1.

<sup>358</sup> PERELMAN, Chaïm; OLDEBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação. A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

correspondentes à palavra latina *demonstratio* nas línguas europeias modernas — *dimonstrazione*, *demonstration*, *démonstration* e *demonstração*, etc. — encobririam, sob um “véu euclidiano”, seu núcleo retórico:

*Demonstratio* designava o gesto do orador que indicava um objeto invisível, tornando-o quase palpável — *enarges* — para quem o escutava, graças ao poder um tanto mágico de suas palavras. De modo semelhante, o historiador conseguia comunicar aos leitores a própria experiência — direta, como testemunho, ou indireta — pondo sob seus olhos uma realidade invisível. *Enargeia* era um instrumento para comunicar a autopsia, ou seja, a visão imediata, pelas virtudes do estilo<sup>359</sup>.

Havia a suposição de que a habilidade retórica tornava possível criar imagens que transportavam os leitores para os eventos. Assim, o leitor se sentiria como uma testemunha dos acontecimentos: um exercício de imaginação. Mas, para Verney, mesmo a imaginação devia ser regulada pela razão, o que pode ser apreendido no paralelo que ele traçou entre a escrita retoricamente ordenada e a pintura:

Um omem douto advertidamente chamou à Retorica, a Perspectiva da-razam: porque na ordem intelectual faz o mesmo, que a Perspectiva, nas distancias locais. Em uma taboa Liza, ideia a pintura um palácio, com imensa profundidade: e muitas vezes com tal artifício, e tam semelhante ao natural, que se-enganam os olhos. Nam sam as cores que originam, esta delicioza equivocam; porque com uma só cor, se-consegue o mesmo intento: mas a dizpозisam das-partes, o saber pór cada uma na sua justa distancia, o saber-lhe dar as sombras, com proporsam da-arte, produz este maravilhoso efeito: e faz que eu veja, reconhesa, e admire, o que de outra sorte nam poderia ver. Este mesmo é o cazo da-Retorica. Ela tem forsa tal, que me-obriga a descobrir, o que eu de outra sorte nam veria<sup>360</sup>.

Para Verney, se era possível que o relato histórico produzisse imagens, isso se devia ao fato de sua narrativa ter sido racionalmente construída através de artifícios retóricos. Para ele, razão e retórica não eram antípodas. Como discurso eloquente e racional, a história pedia clareza e brevidade. De forma

<sup>359</sup> GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 21.

<sup>360</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 127.

concisa, tinha que saber explicar “todos os acidentes da matéria<sup>361</sup>”. Enquadrada dentro do estilo médio – ou ático e ródio, conforme o parâmetro de classificação que fosse adotado – podia ainda assim se valer de todos os recursos expressivos da arte de bem falar: em descrições apuradas ou na construção de cenas que excitavam a imaginação do leitor.

Ao abrir a possibilidade da narrativa histórica se valer das técnicas de eloquência, o leitor poderia ser afetado de outras formas. O conhecimento das paixões humanas associado às técnicas retóricas de composição estilística produziria um efeito de empatia. Conforme Quintiliano: “a eloquência versa acerca de ações da vida, e aquele que ouve [ou lê] se acomoda a sua condição natural. O espírito recebe facilmente o que dentro de si reconhece<sup>362</sup>”. Pavor, fúria, alegria e outros sentimentos – “estados do ânimo” – podiam ser retoricamente codificados e transmitidos ao público. Assim, não se dizia apenas que se sentiu frio, mas que “um temor frio minha alma estremecia: e o medo gelava meu sangue”, ou, para dar carga dramática a um enredo, declarava-se que “as mães com medo apertavam seus filhos ao peito<sup>363</sup>”. Dessa forma, se produzia uma imagem e se evocava um sentimento, ambos (supostamente) compreensíveis ao público.

Para dar ênfase na importância da *enargeia* e do apelo aos sentimentos do leitor, Quintiliano colocou o exemplo da tomada de uma cidade<sup>364</sup>. Quando se diz que “uma cidade foi pilhada”, a maioria das pessoas entende o que geralmente se passa em tal calamidade, porém:

(...) esta narração fria não penetra o interior da alma. No entanto, se for revelado o que essa informação encerra dentro de si, ver-se-á as chamas se alastrarem por casas e templos, se ouvirá o estalido de edifícios arruinados, a confusa gritaria e o ruído dos lamentos de todos, uns correndo sem saber para

---

<sup>361</sup> **Ibid.**, p. 169.

<sup>362</sup> Quintiliano. **Institutio Oratoria**. VIII, 5, 5.

<sup>363</sup> **Ibid.** A referência é de Quintiliano, mas as frases que utilizou como exemplos de apelo afetivo foram tomadas da Eneida de Virgílio.

<sup>364</sup> Na edição póstuma do *La Rhetorique ou L'Art de Parler*, de 1741, foi incluída essa mesma passagem de Quintiliano como ilustração dos argumentos de Lamy. Porém, como ela não consta na edição original de 1688, é provável que seja uma corruptela inserida pelos editores.

onde, outros se abraçando com os seus em um último adeus, o gemidos das mulheres e o choro das crianças, anciãos assistindo impassíveis ante toda essa calamidade, o saque de lugares sagrados e profanos (...) mães lutando para que seus filhos não sejam tomados de seus braços e, finalmente, os vencedores em contenda entre si pelo botim de batalha<sup>365</sup>.

Para os jovens rapazes – que estavam começando a leitura da história – , Verney aconselhava dar preferência a narrativas que apresentassem imagens sensíveis ao seu entendimento. Escolher narrativas que produziam imagens e sensações nos leitores foi uma estratégia para facilitar o estudo da história. Esta, compreendida como uma ciência que consistia ordinariamente no exercício da memória, deveria ser, por extensão, também uma ciência da imaginação<sup>366</sup>.

Voltando ao prazer que a relação do indivíduo com seu livro poderia proporcionar: Ribeiro Sanches acreditava que evitariam “os homens muitas desgraças se no tempo do descanso, do repouso e da tranquilidade, pudessem viver consigo”. Essa alegria solitária era conhecida por “quem foi bem instruído durante a mocidade na história e na leitura dos bons poetas”. Estes teriam “essa vantagem sobre os homens ordinários”, porque “podem estar sós e divertirem-se sem companhia<sup>367</sup>”. O mesmo afirmou Teodoro de Almeida: ao dar voz a um dos personagens de sua obra *Arte de Viver Contente*, dizia que: “no meu gabinete tenho maiores delicias do que posso achar lá fora”, pois...

nelle ajunto huma assembleia escolhida de pessoas, as mais bem instruidas nas sciencias, mais engraçadas na conversação, e mais distintas na eloquencia. Ninguem me falta á hora que quero (...) Se estou em hora de gostar das delicias do Parnaso, tenho poetas admiráveis: se quero noticias de Paizes remotos, sempre ha quem me informe com miudeza e verdade. *Se me recrea a historia, tenho arte par fazer vir diante de mim os Heroes mais famosos, que produzirão os Seculos*; que no curto theatro de minha casa representem os mais raros sucessos, que acontecerão no mundo<sup>368</sup> [Grifos meus].

<sup>365</sup> Quintiliano. *Institutio Oratoria*. VIII, 5, 5.

<sup>366</sup> FRESNOY, Lenglet Du. *Methodes Pour Etudier L'Histoire*. Tome II. Paris: Chez Pierre Gandouin, 1729. p. 405.

<sup>367</sup> SANCHES, Ribeiro. *Op. Cit.*, p. 163.

<sup>368</sup> ALMEIDA, Teodoro de. *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente em qualquer trabalho da vida*. Lisboa: Régia Offic. Typografica, 1786. p. 65-66.

Esse excerto reafirma dois pontos já explicitados: o ato de ler a história por recreação e a capacidade expressiva da história de colocar os eventos e personagens na presença do leitor. Mas o intuito agora é outro. Nesse trecho aparece tanto o relato do passado como a poesia a serviço do deleite. Martinho de Mendonça, tratando do mesmo tema, falou da harmonia, suavidade e nobre elevação que a leitura da poesia proporcionava. Também o poeta fazia uso da *enargeia*, e era digna de consideração, segundo esse autor, a “impressão que fazem na fantasia as imagens poéticas<sup>369</sup>”. Não obstante, para muitos autores do período havia mais do que o elemento de fruição estética nas “delicias do parnaso”.

Nas preceptivas de Charles Rollin, Claude Fleury e Ludovico António Muratori – entre outros autores caros a Verney – a poesia, além de deleitar, também ensinava. Essa dupla natureza da poesia foi defendida por Francisco José Freire em resposta à Verney:

Póde-se dizer, que a poesia, ou a Poetica, em quanto he Arte imitadora, e compositora de Poemas, tem por fim deleitar; e que em quanto he Arte subordinada a Filosofia moral, ou Politica, tem por fim o utilizar a alguém. Com esta doutrina, que he do insigne Muratori, se vê, que a mesma cousa considerada de diferente maneira tem dous fins diversos, isto he, a utilidade, e o deleite (...) A vista do que temos dito se segue tambem, que muito mal fundada he a opinião [como infinitas outras] do Author Anonymo de huns livros modernos escritos em Portuguez, intitulados: Verdadeiro methodo de estudar &c. onde na Carta Poetica affirma, que o fim da Poesia he só o deleite<sup>370</sup>.

O ensinamento poético era de cunho eminentemente moral: “os louvores da virtude, e as invectivas do vicio, que vivamente pintaõ com os proprios

<sup>369</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, p. 294.

<sup>370</sup> FREIRE, Francisco José. **Arte Poética**. Tomo I. Lisboa: Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759. p. 30. Verney dedicou a sétima carta do *Verdadeiro Método de Estudar* à poesia. Nela, queixou-se da inexistência de uma arte poética lusitana. Francisco José Freire, também cognominado como Cândido Lusitano, respondeu a essa demanda logo no prólogo de sua *Arte Poética*, e, segundo ele, não havia se decidido a compor essa obra até que “li huns livros Portuguezes, impressos fora, intitulados: Verdadeiro Methodo de estudar, &c. Vi que nesta obra se queixava justissimamente o seu Author, de que os Portuguezes, para serem bons Poetas, lhes faltava huma Arte, a que verdadeiramente se podesse chamar Poetica”. Esse testemunho aponta tanto para a importância de Verney no debate intelectual de sua época em Portugal, quanto para o insucesso da censura que tentou proibir a circulação do seu *Método*.

caracteres que o fazem ridículo<sup>371</sup>". Mesmo assim, para Mendonça não era fácil "tomar partido a respeito da Poesia". Isso porque ela ao mesmo tempo carregava em si um "doce veneno" capaz de corromper os leitores: "em agradável quadro costumaõ debuxar com vivas cores, misturando nas fabulas da antiguidade a abominável impiedade da idolatria". O melhor seria uma poesia livre de fábulas e "amores", para aconselhar sua lição aos discípulos. Porém, tal não havia. Mas o mestre podia selecionar partes das obras poéticas livres desses vícios, formando desses extratos uma compilação de trechos poéticos moralizados conforme preceitos cristãos<sup>372</sup>.

Assim, nos usos de artifícios da linguagem, a história se aproximava não só da oratória, mas também da poesia. Verney não faz essa aproximação de forma deliberada. Mas seus argumentos dão respaldo para essa relação entre o relato histórico e a composição poética. Na carta sete do *Método* foi registrado o seguinte: "a Poezia é uma viva descriçam das-coizas que nela se-tratam: outros lhe-chamam pintura que fala, e imita o mesmo que seria a natureza, e com que agrada aos omens". Tanto poesia quanto história podiam construir imagens através de palavras e, através desses quadros literários, excitar a imaginação dos leitores. No entanto, dentro das preceptivas de Verney, a diferença se estabelecia em relação à finalidade de cada um dos gêneros. O livro de história era fonte de ensinamentos morais, políticos e das demais ciências, além de fonte de prazer estético. A poesia, por sua vez, estava restrita a essa última finalidade: "o artifício da Poezia tem por-fim agradar<sup>373</sup>", dizia ele. Nada mais.

Assim, posicionamentos distintos foram adotados por três importantes autores portugueses do século XVIII. Martinho de Mendonça foi reticente: não ignorava os méritos da leitura de obras poéticas, mas ressaltava sua potencialidade de desvios dos valores morais cristãos. Francisco José Freire fazia sua apologia veementemente. Verney, por sua vez, não via na leitura da

---

<sup>371</sup> PROENÇA, M. de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, p. 295.

<sup>372</sup> **Idem.**

<sup>373</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 234.

poesia nada além de entretenimento<sup>374</sup>; os poetas não teriam outro objetivo senão o deleite. Nessa questão, ele não entrou em acordo com muitos dos autores dos quais se apropriou para formular suas concepções sobre as belas letras em geral. Se na poesia “propõem movimentos apaixonados com que pintam ao vivo, diferentes afetos da-alma; também isto é para agradar”. Assim, os poetas, mesmo quando “imitam a verdade” não teriam por objetivo senão deleitar “com a galantaria da imitação<sup>375</sup>”. Ao final da carta poética, foi categórico: “a Poezia nam é coiza necesaria na Republica: é faculdade arbitraria e de divertimento<sup>376</sup>”. Diferente da história, a qual era necessária a todas as disciplinas e apresentava narrativas tanto verdadeiras quanto deleitáveis.

Portanto, ler a história permitiria “entrar em contato com os maiores homens que existiram na antiguidade”; colocando como que sob os olhos do leitor “todas as suas ações e todas as suas empreitadas, suas virtudes e seus defeitos”. A leitura da história fornecia, conforme os autores aqui analisados, sábias reflexões, ou dava lugar para que elas fossem feitas. Mais que isso! Entendiam que sem a história os indivíduos permanecem em “uma espécie de infância”, na qual estão encerrados nos limites do século e do país em que vivem; restritos ao “circulo estreito” de seus conhecimentos particulares e de suas próprias reflexões. Sem ela, o universo inteiro seria estranho aos homens e

---

<sup>374</sup> Vale fazer uma ressalva: em alguns trechos, Verney pareceu esquecer-se de sua ênfase na finalidade unicamente recreativa da poesia. Dentro do gênero de poemas narrativos, distinguiu três ordens: os doutriniais, os históricos e os oratórios. Dessa forma, o *De Rerum Natura*, de Lucrécio, foi apresentado como um tratado de física epicurista; a tradução que Cícero fez de Arato nada mais era do que um tratado astronômico escrito em verso; as *Geórgicas*, de Virgílio, expunham técnicas de agricultura; Lucano, na *Farsália*, narrou, na verdade, uma história. Os poemas oratórios (sátiras, encômios), por sua vez, buscariam incutir a virtude nos leitores e afastá-los do vício. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 235. Nas reflexões sobre a poesia, Bernard Lamy afirmou que esses autores, doutriniais ou históricos, ao escreverem em verso tiveram que observar as mesmas regras que se tivessem escrito em prosa. Cf. LAMY, Bernard. **Nouvelles Reflexions sur l'Art Poétique**. Paris, 1668. p. 202. Verney leu essa obra, e na própria carta sete do *Método* corrobora esse ponto, pois, afirmou que para ser poeta não bastava ser “versificador”: “é necesario doutrina, e intender bem as materias que se-tratam. É necessaria a Filozofia, e saber conhecer bem, as asoens dos-Omens, as suas paixoens, o seu caráter: para asaber imitar, exitar e adormecer”. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 245. Dessa forma, a despeito da afirmação do autor de que a poesia nada mais era que divertimento, nestes trechos a poesia parece dar conta de todas as dimensões da eloquência: ensinar, deleitar e mover os ânimos.

<sup>375</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 234-235.

<sup>376</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 274.



estes, por sua vez, ignorariam aquilo que os precedeu e aquilo que os cerca.

Charles Rollin perguntava:

O que é o pequeno número de anos que compõem a vida mais longa, o que é o conhecimento do país que ocupamos ou daqueles que podemos percorrer sobre a superfície da terra, senão um ponto imperceptível se comparado às vastas regiões do universo e a longa sequência de séculos que se sucedem uns aos outros desde a origem do mundo<sup>377</sup>?

E no entanto, constatava resignado, “é neste ponto imperceptível” que está situado nosso conhecimento. Por isso, ler a história era indispensável à formação intelectual. As lições de mestres superiores, que nela deixaram seu testemunho, formavam um modelo de prudência que nem a mais rica experiência particular poderia obter por si<sup>378</sup>. Como afirmava Verney, com seu auxílio se introduziam todos os conhecimentos. Tudo isso conformado com uma noção da história como a ciência das ciências. Instrução, deleite e muito mais eram apontados como motivos pelos quais a história deveria ser lida.

---

<sup>377</sup> ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, p. 102.

<sup>378</sup> **Ibid.**, p. 103.

### Capítulo 3: Como ler a História

#### *Ler a história com Método*

Agora, depois de ter selecionado as tópicas de Verney – e dos autores nos quais ele buscou fundamentar suas posições – para responder por que a história devia ser lida, a intenção será descrever a forma como essa leitura tinha de ser feita. Nas próximas páginas serão elencados os protocolos que este autor português indicou aos jovens leitores para ler adequadamente a história. Para isso, a noção de método será um elemento importante para compreender suas preceptivas.

Organizar e facilitar o conhecimento, esse foi o objetivo que Verney declarou querer alcançar em todas as suas obras. Para esse fim, propôs o uso de uma ferramenta intelectual: o método. Seguir critérios metódicos era necessário, tanto para compor quanto para ler os discursos. Em sentido estrito, Verney estabeleceu duas “sortes de método”: o resolutivo (ou analítico) e o compositivo (ou sintético). Diz ele:

Dispomos as vezes os nosos conhecimentos, de uma tal maneira, que dividimos a coiza que queremos conhecer nas suas partes, paraque as-posamos conhecer todas, e consequentemente o todo. Este metodo chama-se rezolutivo ou *analitico*, que vale o mesmo (...) A outra sorte de metodo é, quando devendo ensinar uma doutrina aos outros, de tal-sorte dispomos os nosos conhecimentos, que, entendendo cada um deles, venha o discipulo a conhecer todo o corpo da-Ciencia, que se-compoem daquelas particulares doutrinas. Este metodo chama-se compositivo ou *sintetico*, que sam sinônimos: ou tambem metodo de *doutrina*, ou *didatico*, ou *didascalico*, que vale o mesmo. E deste usam os bons mestres quando ensinam alguma materia<sup>379</sup>.

Como muitos autores já destacaram, a empreitada de Verney estava voltada para reformular o sistema educacional jesuítico fundamentado nas diretrizes pedagógicas e doutrinárias do *Ratio Studiorum*. O termo latino *ratio*, como muitas palavras, possui uma polissemia de significados: de acordo com o contexto em que é empregado, pode ser traduzido como cálculo, conta, negócio,

---

<sup>379</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 319.

relação ou razão; no caso desse manual utilizado pelos inicianos, pode ser mais adequado traduzi-lo por princípio, ordem ou método. Nas regras do Prefeito de estudos, item 27, o *Ratio* registra:

Prescrever o método de estudos — aos nossos escolásticos, aos internos, e aos externos por meio de seus professores não só prescreva o método de estudar, repetir e disputar, senão também distribua o tempo de modo que aproveitem bem as horas reservadas ao estudo privado<sup>380</sup>.

No entanto, para Verney, o método jesuítico estava equivocado. Na verdade, para ele, a forma de ensino da Companhia de Jesus era uma confusão de matérias e preceitos que confundia o entendimento dos jovens estudantes. Não só não contribuía para o aprendizado, como significava um empecilho a ser extirpado. Se, conforme o *Barbadinho*, era tarefa do método facilitar e fazer breve o entendimento, os inicianos tinham um não-método. De acordo com o autor português, os peripatéticos apresentavam em longas páginas o que podia ser dito em poucas palavras. A escolástica não passaria de arengas intermináveis e prolixidade sem termo. Corrigir isso estava no centro de suas preocupações no tratado que escreveu em 1746, afinal, como o título denuncia, o autor pretendeu estabelecer o *Verdadeiro Método de Estudar*.

Verney não foi o primeiro a colocar em questão o sistema de ensino dos jesuítas em Portugal. No interior das academias eruditas, formadas desde o século XVII, o tema da educação dos jovens (em especial da aristocracia) era matéria de discussão. Essas agremiações funcionavam ao lado das instituições oficiais de ensino — cuja maioria era controlada pelos inicianos. No ano de 1717, D. Francisco Xavier de Menezes, o 4º Conde de Ericeira, instituiu nas dependências de seu palácio a Academia Portuguesa; nomeado prelator máximo, coube a ele apresentar suas considerações sobre os métodos de estudos. Não se sabe o conteúdo de sua exposição, apenas o título das dez lições que dedicou à matéria:

---

<sup>380</sup> **O Método Pedagógico dos Jesuítas: o *Ratio Studiorum***. Rio de Janeiro: Agir, 1952. Trata-se de uma tradução do *Ratio* realizada pelo padre Manoel Franca e é antecedida de um texto introdutório de autoria do próprio padre.

1) Máxima do Método dos Estudos; 2) Método dos Estudos divididos pelas idades; 3) Estudos Pelas Horas do Dia; 4) Estudos Próprios aos Temperamentos; 5) Estudos de um General; 6) Estudos de um príncipe; 7) Estudos de um Eclesiástico; 8) Estudos de um Embaixador; 9) Estudos de Um Ministro; 10) Estudos de um Tradutor<sup>381</sup>.

No *Dicionário Portuguez e Latino*, publicado nas primeiras décadas do século XVIII, método aparece como *modo industrioso, ordem ou arte de ensinar com mais brevidade e facilidade*<sup>382</sup>. O volume XXI da *Encyclopédie* situou as raízes etimológicas desta palavra no termo grego μεθοδος, posteriormente transliterado para o latim *methodus*. A partícula οδος (odos) designa a ideia de caminho ou via<sup>383</sup>. Desde a Renascença, μεθοδος foi aproximado a outro termo grego: τεχνη (techné), cujo equivalente latino é *ars*. Entre os intelectuais do século XVI, passou-se a considerar o método como uma ferramenta que confere facilidade, eficácia e utilidade aos estudos<sup>384</sup>. Nos manuais pedagógicos desta época, o vocábulo método era apresentado como um instrumento de organização e simplificação eficiente dos saberes<sup>385</sup>. Em Verney, todas essas ideias – via, eficácia, ordem e facilidade – também aparecem associadas à noção de método.

A primeira regra do método era “facilitar a inteligência<sup>386</sup>”. Para esse fim, deviam existir critérios de organização: “a mente com o metodo, dispoem as

---

<sup>381</sup> MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana**. Tomo II. Lisboa: na officina de Ignacio Rodrigues, 1752. p. 308. António Salgado Junior defende que os conteúdos tratados por Ericeira deveriam estar próximos do que foi apresentado no *Traité Du choix et La Méthode des études*, do historiador eclesiástico francês Claude Fleury, o que se configura como outro indício do compartilhamento de tópicos entre os letrados europeus do período. No *Traité* os títulos dos capítulos são muito semelhantes ao sumário do Conde: *Le étude des Ecclesiastiques, lês études des gens d'épée, lês études des gens de robe, lês études selon lês ages*. Salgado aponta para a coincidência também da data de início das conferências acadêmicas e a divulgação em Portugal de uma tradução castelhana desse tratado de Fleury, em 1717 Cf. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1952, vol3. . Mas Ericeira pode ter lido a própria obra em francês, já que era francofano, sendo ele responsável por traduzir *L'Arte Poétique de Boileau* para o português. *La Méthode des études* foi uma das obras onde Verney também buscou fundamentar sua noção sobre método.

<sup>382</sup> Bluteau, Rafael. **Op. Cit.**, tomo V, 1716. p. 467.

<sup>383</sup> D’Lambert, M.; DIDEROT, M. **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné**. A Lausanne et a Berne : chez les sociétés typographiques, 1780-1782. Tome XXI. p. 688.

<sup>384</sup> COUZINET, Marie-Dominique. **Histoire et méthode à la Renaissance**. Paris: J. Vrin, 1996. p. 19.

<sup>385</sup> **Ibid.**, p. 22.

<sup>386</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 255.

ideias, em boa ordem<sup>387</sup>". Associada a essa ideias, colocava a necessidade de um caminho a ser seguido na leitura: "quem nam sabe, para onde vai, nem que estrada seguir; forsozamente cairá, em infinitos precipícios<sup>388</sup>". Essa noção de uma ordem e um itinerário de leitura será o primeiro ponto analisado aqui, pois, o que ler e como ler foi um problema recorrente a ocupar a mente de Verney:

Quando eu era rapaz e somente conhecia os autores pelo sobescrito, considerava mais felizes, e doutos aqueles omens, que posuiam mais livros, doque os que tinham menos; porque, dizia eu, aqueles gozam a lisam, de mais autores, e de mais omens insignes. Naquele tempo, escritor e Doutor, eram sinonimos no-meu Vocabulario. Eu era um daqueles, (que, por-nossos pecados, ainda vemos oje tantos) que media a Ciencia a palmos: quanto mais livros mais ciencia. E o livro maior sempre me parecia tesoiro mais precioso. Mas, despois que me familiarizei com aqueles mortos; que revolvi muitas e grandes livrarias; que consultei homens doutissimos; que li atentamente os Criticos; e, finalmente, que tomei o trabalho de examinar, com os proprios olhos, o merecimento de muitas das ditas obras, transformei-me neste particular, e formo tão diferente conceito do mundo, que, se explicasse tudo o que entendo, não conservaria tão boa correspondência com tanta gente<sup>389</sup>.

O trecho acima oferece indícios de que foi propriamente uma experiência de leitura que teria marcado sua trajetória intelectual na Itália. Para ele, não era a quantidade, mas a qualidade que definia a boa leitura. Por isso eram necessários critérios metódicos que, dentre o grande número das obras impressas, indicasse quais eram dignas de atenção. Em carta a Ludovico António Muratori, declarou a dificuldade do estudo da jurisprudência sem um método de leitura adequado:

Na verdade, desde os primeiros tempos em que me dediquei a estes estudos, logo me assombrou a selva imensa dos livros das leis, que mal poderiam caber na biblioteca de um Ptolomeu, e dos quais nunca poderia fazer juízo, nem pela minha idade nem pela minha erudição. Chegava a pensar não ser possível que um homem só, mesmo vivendo o número de anos de um

---

<sup>387</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 318.

<sup>388</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746b. p. 255.

<sup>389</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a, p. 188.

Nestor, pudesse jamais saborear aquilo tudo. Por isso, senti então o horror aquelas coisas<sup>390</sup>.

Em um “século, em que” não estavam “nunca ociosos os prelos<sup>391</sup>”, o método tinha como uma de suas tarefas servir como um fio a conduzir o leitor no labirinto de impressos. Desde o advento dos tipos móveis, todos os saberes se multiplicavam e se dispersavam em uma dimensão desconhecida até então. Bibliotecas<sup>392</sup>, dicionários, enciclopédias, artes e também os métodos, foram iniciativas editoriais que tiveram por finalidade a ordenação e catalogação do conhecimento. No *De Re Logica*, Verney declarou essa necessidade de uma organização bibliográfica: “sobretudo nesta época em que se proporciona uma tão grande quantidade de livros que ficamos totalmente indecisos sobre quais devemos preferir<sup>393</sup>”. Oferecer um cânone historiográfico aos jovens leitores era visto por ele como uma necessidade para que estes não se perdessem em um “amontoar de textos<sup>394</sup>”.

Mas, em Portugal, queixava-se Verney, o estilo comum era: “ler e ler muito”, sem qualquer critério ou diferenciação entre os textos. Isso, segundo ele, conduzia a “saber pouco e com muito trabalho<sup>395</sup>”. Na ausência de método, passavam de um tratado a outro, sem advertência ou conexão: “leem por si e

---

<sup>390</sup> Carta de 06 de Fevereiro de 1745. APUD MONCADA, Luís Cabral de. **Estudos de História do Direito. Século XVIII – Iluminismo Católico Vernei: Muratori**. Por Ordem da Universidade. 1950. Toda a troca epistolar entre Verney e Muratori foi traduzida do latim pelo professor Moncada e anexada a essa obra, ver p. 240-300.

<sup>391</sup> PROENÇA, Martinho de Pina e de. **Op. Cit.**, p. 28.

<sup>392</sup> Refiro-me ao gênero literário *biblioteca*, não ao espaço físico onde os livros são depositados. As edições de obras com o título de *biblioteca* consistiam em catálogos com informação sobre as obras mais célebres. A triagem dos títulos e autores poderia seguir critérios como o tema (história, medicina, poesia, etc.) ou a nacionalidade (os principais autores de um determinado país nas mais diversas áreas do conhecimento). Em Portugal, a mais famosa obra dessa natureza foi a *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado. Este autor nos oferece uma ideia da organização dessas obras: “são as Bibliothecas ou dispostas por ordem Alphabetica, como observaraõ huns, ou Chronologica, como seguiraõ outros, aquelles eruditos Amphitheatros em cuja espaçosa circumferencia apparecem animados os Oraculos de todas as sciencias”. Esses catálogos literários foram um dos principais produtos que saía das prensas da época: “innumeravel foy a multidaõ de Authores que seguiraõ a vasta ideia das Bibliothecas Geraes”. Em seu recenseamento, posto no prólogo dessa obra, Diogo Barbosa elencou mais de 450 títulos de obras desse gênero. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana: historica, critica e cronologica**. T.1. Lisboa: na officina de Ignacio Rodrigues, 1752. Fl.16-40.

<sup>393</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010a. p. 37.

<sup>394</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 234.

<sup>395</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 171.

refletem pelo juízo dos outros”. Mas suas preceptivas pediam “menos memória e mais juízo<sup>396</sup>”. O aprendizado feito com método significava saber o que ler e o que não ler: “estudar o que deve, deixando o que não deve”. Até porque, examinando os tratados em seu conjunto, nota-se que “copiou-se muito e se examinou pouco<sup>397</sup>”. Sendo esses textos, na maior parte das vezes, cópias uns dos outros, o método apontava os melhores, para que o leitor não se perdesse nessa massa de documentos<sup>398</sup>.

Como critério do que não ler, colocou como regra evitar autores difusos que, para cada palavra usavam “dez textos” para confirmar. Estes “com tanta erudição, confundem o juízo e impedem a percepção”, levando que os estudantes de direito, por exemplo, entendam tanto das *Instituições* de Justiniano quanto da “língua da China<sup>399</sup>”.

O cânone Verneiniano de historiadores antigos está disperso ao longo de suas obras, e os que mais se destacam são: Cornélio Nepos, Júlio César, Tito Lívio, Quinto Cúrcio Rufo, Políbio, Dionísio de Halicarnasso, Tácito, Xenofonte, Lucano, Diogenes Laércio, Aulo Gélio e Plínio o Velho. O valor desses autores não era o mesmo, sendo que em questão de forma, Quinto Cúrcio Rufo, Tácito e Tito Lívio eram os únicos dessa lista que escreveram propriamente livros de história. Os demais também eram importantes, mas Verney os colocava na categoria de autores de *antiguidade*. Ao lado de historiadores do período clássico, elencou autores modernos que escreveram sobre Roma.

O método estabelecia o cânone, e também a ordem em que ele deveria ser lido. Os jovens deveriam começar por ler um compêndio de história universal. Verney indicava o *Les Éléments de L'Histoire*, de M. l'Abbé de Vallemont, o qual possuía tradução para o português. Este livro bastava para um principiante e sua leitura deveria preceder a das histórias particulares<sup>400</sup>.

---

<sup>396</sup> **Ibid.**, p. 157.

<sup>397</sup> **Ibid.**, p. 172.

<sup>398</sup> **Ibid.**, p. 189.

<sup>399</sup> **Ibid.**, p. 143.

<sup>400</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 165.

Depois podia o leitor dilatar seus conhecimentos e “estudar perfeitamente a história”. Feita a leitura do *Elementos de História*, poderia o discípulo passar, então, para a história romana: “onde, é necessário saber a história da República Romana desde seu princípio até o tempo de Augusto<sup>401</sup>”. A obra mais recomendada para dar início ao estudo desse tema era *Historia Respublicae et Imperii Romanorum* (1723), de Willem Hendrik Nieupoort (1674-1730), a qual considerava “boa e não difusa”; mencionou uma edição in 4º que, segundo ele, era fácil de encontrar. Outras opções eram a *Histoire Romaine depuis La Fondation de Rome*, que veio a público em formato *in folio* no ano de 1630; seu autor era o francês Cipião Dupleix (1569-1661); e *Histoire Romaine depuis l'origine de Rome jusqu'au règne de Constantin, traduit de l'anglais*, de Lourenço Echard (1670-1730). Este último – popular entre os estudantes ingleses do período – teria tratado “melhor que ninguém” sobre o assunto. A obra referida reuniu a história da origem da república romana até o ano de 1500 d.C<sup>402</sup>.

Para a história dos imperadores, outros dois franceses eram indicados: Louis-Sébastien Le Nain de Tillemont (1637-1698) e Nicolau Coeffeteau (1574-1623). Do primeiro, deviam ser lidos os seis volumes do *Histoire des Empereurs depuis Auguste jusqu'à l'empereur Honorius*, publicados entre 1690 e 1738. Do segundo, o *Histoire Romaine depuis Le commencement de Rome jusques à Constantin Le Grand*, publicado em 1621. Não tendo acesso a essas obras, restava João Baptista Cipelli (1473-1553), conhecido pelo pseudônimo latino de Egnatius. Este escreveu uma história dos imperadores romanos, de Júlio César a Maximiliano I. Verney refere edições in 8º do *De Caesaribus Libri III*, reimpressos em 1516<sup>403</sup>.

---

<sup>401</sup> **Ibid.**, p. 164.

<sup>402</sup> Porém, Verney ressaltava que a obra completa estava em inglês, tendo sido traduzida para o francês, até seu tempo, somente parte do tratado que vai até o governo de Constantino. As observações do autor português indicam que o francês e o latim eram línguas francas entre os letrados lusitanos. Outras línguas, antigas e modernas, teriam uma recepção mais restrita. Ainda sobre Echard, vale destacar que escreveu uma história da Inglaterra e outra sobre os primeiros séculos do cristianismo. Também realizou traduções de Plauto e Terêncio. Para as referências bibliográficas deste parágrafo Cf. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 166.

<sup>403</sup> **Idem.** Mais uma vez chamo atenção para as referências bibliográficas de Verney. De fato, não faltaram referências desse autor aos chamados pensadores iluministas ou ilustrados.



Depois disso, Verney não oferece muitos detalhes, apenas indica que deveriam ser seguidos os preceitos estabelecidos pelas artes históricas. Mas, para ter uma ideia de como deveria proceder o jovem leitor português, seguir-se-á o modelo prescrito pelo *Méthode pour étudier l'histoire*<sup>404</sup>, de Nicolas Lenglet Du Fresnoy, obra que o autor português relaciona em sua bibliografia no primeiro tomo do *Verdadeiro Método de Estudar*<sup>405</sup>.

Du Fresnoy também prescrevia que os leitores começassem a leitura da história antiga por um compêndio de história geral<sup>406</sup>. O primeiro olhar sobre a história deveria ser como a consulta a um mapa: “em um mapa geral vemos as descrições de cada província em relação umas as outras e como parte de um todo”. Portanto, as histórias particulares eram como províncias de um reino, onde se descreviam as particularidades de cada povo. Mas, para ter noção da totalidade, era preciso saber que relação todas essas histórias particulares tinham umas com as outras. Esta era a função dos compêndios, “onde em um lance de vista” era possível ver a ordem das coisas<sup>407</sup>.

Como indica o título da obra de Fresnoy, ele estabelece de forma metódica a ordem de autores e livros antigos que deviam ser lidos para que o

Porém, o filtro humanista e renascentista ocupou um espaço tão grande (ou superior?) quanto estes nas suas considerações sobre a leitura da história. Egnatius foi discípulo do ilustre humanista florentino Poliziano (1454-1494) e teve grande reputação como professor de eloquência em Veneza. Egnatius também foi responsável por editar muitos clássicos latinos. À frente, quando se tratar dos cronologistas, antiquários e comentaristas, esse indício da grande importância da perspectiva humanista/renascentista será reforçado.

<sup>404</sup> Nesse ponto, não fiz uso da versão francesa de 1713, mas da tradução italiana de 1726 utilizada por Verney, FRESNOY, Langlet Du. **Metodo per Studiare la Storia**. Veneza, 1726. Também foi consultada a edição inglesa de 1728, FRESNOY, Langlet Du. **New Method of Studying History**. London: By Richard Rawilson, 1728. Portanto, aqui, foi do cotejo dessas duas edições que foram feitas as traduções.

<sup>405</sup> Fresnoy foi referido também na *Lógica*. Segundo Verney, este foi uma “pessoa douta e bem exercitada em história moderna” e, com o seu método de estudo da história, ensinou a “ajuizar com segurança”. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010. p. 455. Fresnoy e Le Clerc também foram apontados pelo intelectual lusitano como autoridades fundamentais da crítica.

<sup>406</sup> Para Fresnoy, o mais completo compêndio de história universal foi o composto pelo Bispo de Meaux. Trata-se do *Discours sur l'histoire universelle (1681)*, de Jacques-Bénigne Bossuet (1627/1704). Verney também indica a leitura dessa obra na carta dois do *Método*, para o estudo da latinidade. Na verdade, dentre os principais autores em que Verney buscou se autorizar na conformação de um método de estudo – Fleury, Rollin, Lamy, Vallemont –, o reconhecimento do valor de Bossuet era unânime.

<sup>407</sup> FRESNOY, Langlet **Op. Cit.**, 1726, p. 15, & **Op. Cit.**, 1728, p. 41.

leitor não se atrapalhasse e pudesse obter o “perfeito entendimento” desse passado. Para isso, traçou de forma detalhada o itinerário a ser percorrido na bibliografia clássica. Para indicar o nível de minúcia com o qual eram feitas estas prescrições, é interessante reproduzir alguns passos do *Méthode* para a leitura da história de Roma.

O estudo começava com Dyonísio de Halicarnasso, o qual escreveu, na opinião de Fresnoy, uma “das mais acuradas histórias” sobre a origem de Roma. Todavia, essa obra não estava completa, e por isso era necessário o método. As informações dos textos que foram perdidas poderiam ser preenchidas por historiadores modernos. Depois de Dyonísio, Fresnoy, recomendava a leitura de Tito Lívio, “o príncipe dos historiadores”. Lido o primeiro livro do *Ab Urb Condita*, devia-se consultar Plutarco para saber sobre as vidas de Públicola e de Coriolano. Depois, voltava-se para a leitura de Tito Lívio até o fim de seu sexto livro, e novamente retornava-se a Plutarco para ler a vida de Camilo. Feito esse itinerário, era o momento de iniciar a leitura dos cinco livros escritos por Políbio. Paralelamente ao final do segundo livro de Políbio, onde é narrada a morte de Amílcar, passava-se então para a vida de Hannibal feita por Cornélio Nepos<sup>408</sup>.

Essa espécie de mapa para a leitura da bibliografia clássica remete ao período da fundação mítica de Roma, à expulsão dos reis etruscos, ao início da República e chega até a segunda Guerra Púnica. Du Fresnoy oferece, com o mesmo detalhamento, a ordem de autores antigos que informam sobre os períodos subsequentes: as diversas guerras de conquista dos romanos, a consolidação da república, os consulados, a guerra civil, a ascensão e queda do Império. Para cada período há referência dos melhores intérpretes; além dos nomes já citados, também integravam o cânone: Apiano, Diodoro Sículo, Salústio, Júlio César, Cícero<sup>409</sup>, Públio Aneu Floro, Tácito, Fabio Joséfo, Dion

---

<sup>408</sup> FRESNOY, Langlet Du. **Op. Cit.**, 1726, p. 31 & **Op. Cit.**, 1728, p. 58.

<sup>409</sup> Indica as Filipicas e ad familiares como testemunhos históricos das guerras civis. **Idem & Idem.**

Crisóstomo, Eusébio de Cesareia, Procópio de Cesareia e, por fim, Amiano Marcelino<sup>410</sup>.

Esse cânone estabelecido por Fresnoy era suficiente para o objetivo programático essencial estabelecido por Verney. Pois, o recorte cronológico para o estudo da história ia da origem de Roma até pelo menos o século VI depois de Cristo:

Quem deixasse esta istoria, no-fim do-sexto século da-Igreja, eu o-nam-condenaria: aindaque serâ muito melhor, que continuáse a do-Oriente, até a destruisam do-dito Imperio, no-meio do século XV. e a do-Occidente, que a-continuase, até o tempo presente. Ao menos, que soubèse a istoria dos-Imperadores: e as revolusoens que teve este Imperio Romano: e o modo com que acabou em Alemanha: onde oje existe somente o nome<sup>411</sup>.

Esse rol de autoridades é referente ao estudo de Roma, todavia, Fresnoy também abordou a história de outras civilizações antigas: Egito, Grécia, Assíria e Bizâncio. Mas Verney deu atenção apenas à história latina — para o estudo da Igreja, da latinidade e do direito — e à história sacra — da criação do mundo até o seu tempo. Outra diferença digna de nota é a dimensão e o conteúdo das obras desses autores. O erudito português confessava querer escrever um compêndio de história universal e uma carta cronológica. Até onde se sabe, não realizou nenhum destes projetos. Ao fim e ao cabo, não confeccionou nenhum tratado particular de caráter historiográfico — as preceptivas que analiso aqui estão dispersas ao longo de suas obras.

Du Fresnoy, por sua vez, redigiu memórias, tábuas cronológicas e geografias históricas, além do método de estudo da história. Só este último, somados os quatro volumes, contabiliza 2.117 páginas<sup>412</sup>. O autor francês, que afirmava ler até catorze horas por dia, recomendava ao leitor — para não comprometer sua memória — que lesse até 1.200 livros de história. Dessa forma

<sup>410</sup> **Ibid.**, p. 31-34 & **Ibid.**, p. 58-61.

<sup>411</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 165.

<sup>412</sup> Para esse cômputo, tomo como referência as quatro edições parisienses editadas em 1729. Cf. FRESNOY, Lenglet Du. **Méthode pour Étudier l’Histoire**. Paris, chez Pierre Gandouin, MCDDXXIX, 4.vol.

poderia pensar sobre o que lia. Verney foi menos exigente com os jovens portugueses. Um compêndio de história universal, uma taboa cronológica, um mapa-mundo, alguns autores clássicos e a história do reino formavam uma bibliografia básica aceitável:

Quando digo que se devem ler estes livros, não quero dizer que se leiam todos, mas um ou outro dos que aponto, que são os melhores e mais proporcionados ao nosso caso. Mas também é certo que, lendo-os como digo, quase se podem ler todos<sup>413</sup>.

Aos que tivessem que ocupar cargos no estado ou realizar estudos superiores, ou mesmo em função de sua dignidade de nascimento, era preciso se aprofundar mais<sup>414</sup>. Ainda assim, provavelmente estariam distantes da cifra média estipulada no *Méthode pour étudier l'histoire*. Todavia, o paralelo entre os métodos formulados pelo erudito francês e o letrado lusitano mostra o esforço em indicar a ordem adequada que a leitura da história deveria ser executada, para a correta apreensão dessas matérias. Pois, como afirmava Verney, “o principal ponto esta em seguir a ordem que insinuo<sup>415</sup>”. O que ler e quando ler conformavam, portanto, o primeiro ponto de uma leitura adequada da história.

### *Os olhos da história*

Para Verney, todas as ciências deveriam ser apreendidas e ensinadas com método. E, para a compreensão de todas elas, era fundamental saber quando surgiram, como se desenvolveram e por que motivos chegaram ao seu estado atual. Dessa forma, o estudo da história fazia parte de todos os métodos, pois ela era a ciência das ciências: “prolgo meno de todas elas”. Mas a leitura da história também possuía uma metodologia, conforme o suposto *barbadinho*:

O método de estudar a Istoría, é este. Primeiro, buscar uma carta cronologica, destas que se-acham, em uma folha de papel grande; e meter na cabeça, as principais épocas, da-istoria Civil:

<sup>413</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 102.

<sup>414</sup> Isso não se aplica aos mestres e historiadores de ofício, os quais deveriam ser grandes críticos e eruditos. Um professor de teologia, direito, filosofia, etc., além da bibliografia básica, tinha de ler todos os principais livros de história sobre sua matéria e estar familiarizado com as principais querelas historiográficas em torno dos mais variados pontos. O próprio Verney oferece indícios de ter sido um leitor tão contumaz quanto Du Fresnoy.

<sup>415</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 102.

observar a ordem, a serie dos-tempos: primeiro antes de Cristo. Depois ler por-um compendio, a istoria dos-antigos Imperios, que tem algum parentesco, com a da-Igreja antiga. Em segundo lugar, ler a istoria da-Igreja, até Cristo. A mesma ordem se-observará, depois de Cristo. Primeiro, se-le a istoria Civil, quero dizer, dos-Imperadores Romanos, (a dos-outros Reinos, que dele sam dismembrasam do-Romano, pode-se ler, em outro tempo) observando a uniam que tem, com a istoria da-Igreja (...) no-mesmo tempo deve acostumar-se, a buscar na carta de Geografia, as províncias, e lugares de que fala<sup>416</sup>.

Ler a história antiga, portanto, significava saber situá-la no tempo e no espaço. Nesse ponto, Verney filiava-se em uma longa tradição que, desde Gerardus Vossius, via a cronologia e geografia como os dois olhos da história (*duo historia lumina*)<sup>417</sup>. Para professores e estudiosos de inícios da modernidade, mapas e cartas cronológicas eram “fontes de informações precisas e inquestionáveis, as quais introduziam ordem ao aparente caos dos eventos<sup>418</sup>”. Continuando a apresentação do método do autor português para a leitura da história, darei atenção primeiramente às suas considerações sobre a geografia.

O *Elementos da História* apresentava uma definição didática e sumária da geografia<sup>419</sup>: “geografia é uma ciência que ensina a posição de todas as regiões da terra, umas em relação as outras, e em relação ao céu”. Quanto à abrangência de seu objeto, tratava da “descrição da superfície da massa terrestre, composta por terra e água. Faz isso através de um Globo Terrestre ou por um Mapa-mundo<sup>420</sup>”. Verney adotou parâmetros idênticos para si: era competência da geografia a confecção de mapas-mundo, por estabelecer as divisões do céu e da terra e da esfera armilar<sup>421</sup>. Colocada nesses termos, a geografia era tida como “uma necessidade absoluta”, e não aprender seus fundamentos logo nos

<sup>416</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746b. p. 219.

<sup>417</sup> VALLEMONT, Abbé de. *Op. Cit.*, 1758. p. XV.

<sup>418</sup> ROSENBERG, Daniel; ANTHONY, Grafton. *Cartographies of Time*. New York: Princeton Press, 2010. p. 17.

<sup>419</sup> Além dessa definição geral, Vallemont também particularizou ramos específicos do conhecimento geográfico: corografia, hidrografia e topografia. A cosmografia era um ramo de conhecimento que tratava de todos os nomes, situação e arranjo de todas as partes do universo. O cosmógrafo articulava em seu saber geografia e astronomia. VALLEMONT, Abbé de. *Op. Cit.*, p. 136.

<sup>420</sup> *Ibid.*, p. 130.

<sup>421</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 88.

primeiros anos de estudo levava a não entender aquilo que depois de adulto se lia na história<sup>422</sup>.

Essa tópica da necessidade de orientação espacial era recorrente em todos os manuais de leitura da história referidos por Verney<sup>423</sup>; e ele a ratificou: “sem cronologia e geografia, é supérfluo ler a história, porque não se entende”. Desde as primeiras letras, deveriam ser introduzidas lições de história aos alunos. Antes que estes, por si, pudessem ler os grandes cânones historiográficos ou compêndios de história universal, o professor lhe apresentava alguns breves trechos, fazendo os devidos comentários, explicando qual o sentido e que lições tirar dessa leitura. Tomando como primeira matéria os fundamentos da fé, o estudo da história podia começar por uma carta geográfica, na qual “o mestre va mostrando, as principais partes do-mundo, especialmente Palestina e tudo que pertence a istoria Santa<sup>424</sup>”.

É importante não esquecer que: quando Verney falava em leitura da história antiga, tinha em mente tanto o universo greco-romano como o cristão. Por isso o letrado lusitano indicava também cartas geográficas da Terra Santa como auxiliar indispensável. Conforme Jeremy Black, no século XVI: “a Bíblia foi uma inspiração significativa para o mapeamento. Havia interesse na localização dos lugares mencionados nela e também o desejo de construir uma geografia que pudesse incluir o Éden<sup>425</sup>”. Porém, no *Verdadeiro Método* só foi abordada a descrição do mundo físico, pois o letrado português considerava equívoco misturar questões seculares e sagradas. Verney estabeleceu modalidades diferentes para abordar as escrituras sagradas: uma parte da Bíblia era de natureza metafórica e devia ser lida conforme princípios da revelação, a outra era propriamente histórica; essa última deveria ser analisada

---

<sup>422</sup> ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, p. 106.

<sup>423</sup> “sem o socorro da geografia, a maior parte dos escritores se sujeita a cometer grandes faltas”. VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 130.

<sup>424</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 294.

<sup>425</sup> BLACK, Jeremy. **Mapas e História: construindo imagens do passado**. Bauru: Edusc, 2005. p. 20.

como as demais matérias clássicas de erudição e, para seu entendimento, o auxílio das cartas geográficas era fundamental. Conforme Vallemont:

(...) há uma infinidade de trechos nas Escrituras que não podem ser entendidas sem o socorro da Geografia. É por isso que tantas pessoas hábeis trabalharam na confecção de tratados da Geografia Sacra, onde se encontra muitas luzes para esclarecer trechos da Escritura que não podem ser bem entendidos sem esse socorro. Sem as luzes da Geografia, se lerá a Bíblia de maneira triste e infrutífera: a Peregrinação dos Patriarcas, as viagens dos Israelitas, as predicções dos profetas em certos reinos e certos povos; e mesmo os Atos dos Apóstolos; onde nós vemos com tanta admiração o nascimento e estabelecimento da Igreja<sup>426</sup>.

Em Portugal, o padre jesuíta Inácio de Monteiro também defendeu a necessidade de estudos geográficos. Para ele, o entendimento das “letras humanas” dependia do conhecimento da cronologia e da geografia. Por isso, considerava...

indecente a qualquer homem de bem ignorar Geographia; e quem não conhece a grandíssima importância desta Sciencia, me parece estrangeiro na república das letras (...) He esta o fundamento e alma de toda a história e muitos outros estudos. A ignorância desta faculdade he causa de que, muitas vezes, homens de caracter e graduação não entendão os negócios políticos<sup>427</sup> de que se trata nos gabinetes e nas conversas; nas quaes fallão frequentemente da Corte de Hispanha como de huma cidade de Holandezes; dos bárbaros de Lapponia, como dos habitadores de Canadá<sup>428</sup>.

Embora membro da Companhia de Jesus, suas concepções intelectuais e sua trajetória de vida se assemelhavam ao do arcediogo de Évora. Ambos receberam formação em Portugal e depois passaram a residir na Itália. No caso do inaciano, não por escolha, mas por imposição — devido à expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, depois de 1759. Além de biografias intelectuais semelhantes, também a comparação traçada entre antigos e

<sup>426</sup> VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 124.

<sup>427</sup> Outra vez o registro da diferenciação pela posição social e pelo conhecimento respectivo que ela exigia. A referência à república literária também reforça o indicio do compartilhamento de tópicos entre letrados de diferentes nações. Em Vallemont, por exemplo, só era ignorada a importância da boa formação nas letras e geografia por aqueles indivíduos “estúpidos situados no tronco das árvores”. VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 130.

<sup>428</sup> Pr. Inácio Monteiro, 1754 apud ANDRADE, António Alberto de. **Op. Cit.**, 1966, p. 250.

modernos aproximam Verney e Monteiro. Este vinculou tanto a cronologia quanto a geografia, como matérias intimamente ligadas ao rigor matemático, nas suas descrições e demonstrações. Para o inaciano, o conhecimento produzido na Antiguidade se fundamentava em “ociosas subtilezas”. Já o saber formulado em seu tempo se pautava no cálculo e na observação. Os modernos, principalmente através das ciências matemáticas, haviam se livrado das “chimeras dos antigos<sup>429</sup>”. Nesse ponto, a geografia era uma das áreas na qual os estudiosos do século XVIII se gabavam de ter superado seus predecessores mais remotos.

Desde o século XV, as expansões marítimas, principalmente de Portugal e Espanha, contribuíram para a revisão daquilo que até então se sabia sobre a dimensão e organização da superfície da Terra. Cartógrafos renascentistas começaram a atualizar os mapas antigos criados por Ptolomeu. Incluíram novos territórios – principalmente da Índia – e continentes inteiros – como Oceania e América. Os avanços nas técnicas de mapeamento do espaço tiveram grandes consequências políticas e científicas: “No século XVII o mapa se tornou um símbolo não somente do poder das monarquias, mas também do poder do próprio conhecimento. A cartografia foi um modelo das novas ciências aplicadas, ao mesmo tempo complexa e precisa<sup>430</sup>”. Nesse sentido, o padre Inácio Monteiro – contrariando o estereótipo geralmente atribuído aos jesuítas – fez coro com a visão geral que se tinha sobre o conhecimento em sua época.

Aqui, retomo algo que foi apresentado no capítulo precedente: a história era entendida como um gênero retórico particular. O historiador, na concepção de Verney, era um erudito contumaz e pesquisador rigoroso. Também deveria possuir talento e técnicas literárias para construir uma prosa elegante. Nesse último quesito, os antigos continuavam insuperáveis. Porém, eram imensamente inferiores aos modernos no que dizia respeito à geografia. Desde o século XV, período que Verney descreveu como início da modernidade, os mapas geográficos se tornaram mais sofisticados e precisos. Possuíam uma

---

<sup>429</sup> **Ibid.**, p. 245.

<sup>430</sup> ROSENBERG, Daniel; GRAFTON, Anthony. **Op. Cit.**, p. 17.



vastidão de novos dados desconhecidos pelos antigos. Se, por um lado Tito Lívio e Tácito mantinham o status de modelos a serem seguidos, a figura venerável de Ptolomeu foi abandonada, abrindo as portas para novas convenções cartográficas<sup>431</sup>.

De fato, na principal obra de introdução à leitura da história, a qual era indicada pelas preceptivas verneinianas, isto foi afirmado literalmente. No *Eléments de l'histoire*, Abbé de Vallemont declarou: depois que se descobriu “o segredo de representar a Terra por um globo” ou por mapa-múndi, Ptolomeu e Estrabão estavam superados – embora ainda reconhecidos como grandes doutos em seu tempo<sup>432</sup>. Ratificou essa posição citando Pierre Huet (1630-1721), o qual afirmava que todo o conhecimento da geografia antiga era “falso e ridículo<sup>433</sup>”.

Os cartógrafos do início da modernidade também tinham interesse na história e pretenderam, por vezes, representá-la através dos mapas. Abraham Ortelius (1527-1598), em sua obra seminal *Theatrum Orbis Terrarum* (1570), oferecia mapas de regiões e terrenos que apareciam em textos históricos – seu modelo recebeu variantes ao longo do século XVII<sup>434</sup>. Zacharias Châtelain, no seu *Atlas Historique*, publicado em Amsterdã entre 1705 e 1720, justapôs mapas com textos históricos, listas de datas e arvores genealógicas<sup>435</sup>. Esse interesse dos cartógrafos pela história contribuiu para consolidar a ideia de que as

---

<sup>431</sup> **Ibid.**, p. 96.

<sup>432</sup> VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 51.

<sup>433</sup> A obra onde Huet fez essa depreciação do conhecimento antigo tinha por tema algo que, sem a devida compreensão histórica, poderia ser tachado por alguns da mesma forma. O título era *Traitté dela sitation du paradis terrestre* (1691). A crença de que a localização do Éden poderia ser identificada gerava debates nos meios letrados ainda no início do século XVIII. A própria concepção espacial unia elementos sagrados e profanos em três diferentes territórios que podiam ser mapeados: o mundo terrestre, o mundo celeste e o mundo divino (também chamado, por vezes, de Jerusalém Celeste). Como tema da ciência geográfica, a busca pelo paraíso terreal merecia capítulos com a bibliografia de renomados autores e discussões travadas nos ambientes acadêmicos das principais cortes, academias e universidades da Europa. Cf. VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 136; FRESNOY, Lenglet Du. **Op. Cit.**, 1729a. p. 06.

<sup>434</sup> A geografia antiga de Ortelius, Segundo Fresnoy, serviu de modelo para as melhores cartas do gênero produzida no século XVII e início do XVIII. FRESNOY, Lenglet Du. **Op. Cit.**, 1729a. p. 27.

<sup>435</sup> ROSENBERG, Daniel; GRAFTON, Anthony. **Op. Cit.**, p. 128.

técnicas desenvolvidas desde o século XVI haviam tornado obsoletos os mapas antigos, pois:

A percepção da cartografia histórica dependia de um sentido claro do passado como algo independente. Isso acarretava uma percepção tanto do valor limitado, porque contingente, dos primeiros mapas, como do fato que o passado era distinto, precisava de mapeamento e podia ser mapeado<sup>436</sup>.

A geografia, “precisamente como uma ciência”, fazia conhecer a situação dos lugares onde se passaram os eventos históricos<sup>437</sup>. Muitos modernos haviam cometido equívocos nas descrições geográficas. No entanto, maior falta pesava nos textos antigos, sendo todos eles reprovados de acordo com o parâmetro estabelecido pelas descrições modernas<sup>438</sup>. As cartas escolhidas tinham que ser as mais atualizadas e exatas. Mesmo as monumentais obras de Ortelius e Mercator, importantes renovadores modernos da arte cartográfica, eram desatualizados para estudos setecentistas<sup>439</sup>. Os antigos geógrafos, por sua vez, só eram de interesse dos eruditos e especialistas; para auxílio daqueles que tinham um conhecimento “moderado”, eram inúteis<sup>440</sup>.

No vasto índice de livros que se ofereciam à leitura, autores que escreveram em perfeito latim e que ofereciam importantes notícias sobre as instituições e os costumes romanos cometeram, muitas vezes, erros referentes às informações geográficas, menos por imperícia do que pela situação das técnicas de mapeamento de seu tempo. Verney argumentava que este conhecimento, indispensável para a crítica erudita das fontes, também era importante para os jovens leitores, pois, “não pode o estudante entender com facilidade um autor que trata a história de um conquistador, sem a notícia dos países de que fala; e nem menos poderá entender com gosto”. Mas, ter alguns rudimentos desses conhecimentos “facilita o entendimento do autor, e por este meio, a da dita

---

<sup>436</sup> BLACK, Jeremy. **Op. Cit.**, p. 23.

<sup>437</sup> VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 135.

<sup>438</sup> FRESNOY, Lenglet Du. **Op. Cit.**, 1729a. p. 4.

<sup>439</sup> **Ibid.**, p. 19.

<sup>440</sup> **Ibid.**, p. 7.

língua”. O caso de Quinto Cúrcio era emblemático nesse sentido<sup>441</sup>: a despeito de toda elegância expressiva de sua prosa — o que ainda justificava sua permanência no cânone —, sua imperícia nessa matéria era total<sup>442</sup>. Para lê-lo, era indispensável o socorro de uma carta geográfica para não incutir os mesmos erros cometidos por ele e sua época nos leitores modernos:

O Q. Cúrcio enganou-se muitas vezes, por ignorância da geografia (...) [na História de Alexandre] ocorrem todos os momentos nomes de Gentes, de Povos, Regioens, Cidades, &c.; fala-se de guerra entre Nasoens e Nasoens. E que conceito á-de formar do escritor aquele que o-explica, se ele nam sabe se diz bem ou mal? Porque, ignorando a Geografia, não sabe, nem chega a compreender em que parte do-mundo estejam as tais Gentes, se vizinhas, ou distantes. Como á-de o leitor intender as conquistas de Alexandre, se ele nam sabe por onde ele foi, que Nasoens venceo, que dificuldades superou?<sup>443</sup>

Se a descrição de uma batalha ou uma viagem podia produzir deleite, só poderia avaliar a fidúcia da descrição aquele que tivesse formação para tal. A carta geográfica, desde os primeiros anos de educação, devia ser manejada no ato de leitura da história. Mas, também a geografia obedecia aos parâmetros metodológicos dos manuais pedagógicos. Devia-se começar pelos preceitos mais simples, os quais, de início, não exigiriam grandes conhecimentos. Oferecer conceitos muito complexos pra leigos causaria “uma desordem no espírito e nos estudos”. No lugar de prazer, provocaria pesar e enfado, além de

---

<sup>441</sup> Quinto Cúrcio é sempre lembrado como responsável por cometer erros factuais nas descrições históricas, mas os comentários críticos também se estendem a Floro e Arriano. A poesia tampouco era isenta de críticas, ainda que relatasse o que poderia ser e não o que foi (tópica aristotélica de grande recepção entre os letrados), o leitor moderno, munido do aparato cronológico, geográfico e crítico, também deveria, através da leitura, saber o que era correto e o que era equívoco. Nas descrições geográficas de Virgílio, Vallemont indicou também imperícias e imprecisões, frutos do desconhecimento dos antigos nessa matéria. VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 129. Em Verney: Marco Manílio (poeta e astrônomo do século I de nossa era), Virgílio (poeta da época de Augusto), Lucano (poeta contemporâneo de Nero), Ânio Floro (historiador da época do imperador Adriano), Plínio e Quinto Cúrcio (historiador já citado) são arrolados como autores que erraram em suas descrições geográficas, mas cuja leitura não deixa por isso de ser essencial. Cabia ao leitor moderno complementar sua leitura com informações atualizadas sobre a geografia. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 87.

<sup>442</sup> Fresnoy alude à querela entre Jean Le Clerc e Perizonius em torno da pertinência e legitimidade da leitura da obra de Cúrcio. FRESNOY, Lenglet Du. **Op. Cit.**, 1729a. p. 4. Para uma análise sobre os principais pontos do embate entre Le Clerc e Perizonius sobre Cúrcio, Cf. GRAFTON, Anthony. **Op. Cit.**, 2006.

<sup>443</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 87.

comprometer o entendimento da própria matéria<sup>444</sup>. O cartógrafo especializado teria que saber mais do que esses rudimentos: para os mestres da arte, um conhecimento aprofundado de astronomia e geometria era indispensável. No entanto, no método de leitura da história a geografia é uma auxiliar: eram indicados taboas e mapas que traziam princípios gerais, explicados por “geógrafos ordinários<sup>445</sup>”.

Como os demais materiais impressos, o estudo da geografia demandava ordem e método. O leitor, através dos manuais, teria um guia que indicava o que ler. Para isso, duas preocupações eram patentes: economia de tempo e escolha das cartas mais didáticas e corretas. O papel do cânone mais uma vez era reforçado: “é necessário sempre seguir o escritor mais exato de cada gênero<sup>446</sup>” – regra que Verney seguiu em todas as matérias. Seu catálogo das obras geográficas para auxiliar a leitura da história sugere que ele também atribuía aos modernos superioridade nessa matéria. Quase todas as obras recomendadas eram do século XVII, tido como momento de excelência da arte cartográfica<sup>447</sup>. No seu catálogo estavam os seguintes autores e obras: Petrus Bertius (1565-1629), *Teatrum Geographiae Veteris* (1618); Felipe Cluvier (1580-1622), *Introductio in Universal Geographiam tam Vereram quam Novam* (1626); Joannes Luytz (?), *Introductio ad Geographiam Veterem et Novam* (1692); Denis Martineau Du Plessis (1651-?), *Nouvelle Geographie ou Description exacte de l’Univers, tirée des meilleurs auteurs, tant anciens que modernes* (1700); Cristovão Keller (1638-1707) *Notitia Orbis Antiqui, sive Geographia pleniur cum tabulis Geographicis* (1701, reimpressa em 1731); Claude Buffier (1661-1737); *Geographie Universelle* (1732); por fim, vinham as famílias Delisle e Sanson<sup>448</sup> – com destaque especial para os integrantes deste último clã de eruditos<sup>449</sup>.

---

<sup>444</sup> FRESNOY, Lenglet Du. **Op. Cit.**, 1729a. p. 3.

<sup>445</sup> **Ibid.**, p. 04.

<sup>446</sup> **Ibid.**, p. 18.

<sup>447</sup> **Ibid.**, p. 26.

<sup>448</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 88.

<sup>449</sup> As pesquisas e compilações geográficas, iniciadas pelo patriarca Nicolas Sanson (1600-1667) e continuadas por seus filhos e netos, deu a essa família grande fama nos círculos letrados dos séculos XVII e XVIII. Em torno do nome Sanson gerou-se uma verdadeira aura mítica

Indispensável para a correta compreensão da história, a geografia ainda auxiliava para o efeito de co-presença que a leitura podia produzir na imaginação do leitor.

Com efeito, há significativa diferença entre um homem que simplesmente leu a história de Alexandre e outro que a estudou *com uma carta geográfica diante dos olhos*: o primeiro não tem mais que uma ideia imperfeita desse grande conquistador; ao passo que o outro, *seguindo a carta dos lugares que foram conquistados, se torna como testemunha de toda aquela expedição tão dificultosa*, e a mais gloriosa que há registro na história<sup>450</sup> [grifos meus].

Mais uma vez, o leitor é apresentado “como que” sendo testemunha do evento que lia na narrativa histórica. Porém, dessa vez o efeito de co-presença não é apontado como produto de artifícios verbais mobilizados pelo historiador; com o auxílio da carta geográfica “diante dos olhos”, o leitor tinha um instrumento para decodificar os textos: “não se pode duvidar que aquele que seguiu essa expedição duas ou três vezes sobre uma carta, marchou, por assim dizer, sob os passos de Alexandre<sup>451</sup>”.

Verney criticou veementemente o isolamento português em relação à Europa. Censurou de igual forma a ignorância dos conhecimentos produzidos além Pirineus. Era necessário, segundo ele, que o homem de letras viajasse. Teria sido, conforme o próprio autor, sua ida a outro país que o permitiu se despir dos preconceitos da formação de sua terra natal. Essa espécie de ideal cosmopolita da figura do letrado perpassou por parte das leituras dele, além de sua própria experiência de estrangeirado. Isso não foi uma particularidade sua: as viagens faziam parte dos tratados de formação das elites do período:

---

quanto à abnegação de seus familiares à erudição: “Com dificuldade se poderá crer com quanta dificuldade eles trabalharam para aperfeiçoar a geografia. Poderá alguém imaginar que três ou quatro indivíduos publicaram mais de novecentas cartas diferentes sobre a geografia antiga e moderna, sendo que muitas delas foram reimpressas várias vezes? Mas, que recompensa tiveram eles por mais de oitenta anos de dedicação a um trabalho tão infrutífero [em termos monetários], e ainda assim tão necessário? Os ministros lhes concediam módicas pensões que mal davam para viver”. FRESNOY, Lenglet. **Op. Cit.**, 1729a. p. 29.

<sup>450</sup> VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 122.

<sup>451</sup> **Ibid.**, p. 123.

Quando eu digo que é necessário viajar, não quero dizer que se vá só correr o mundo, passar de cidade em cidade, mudar de céu sem alterar nada de seus costumes, sem se tornar mais polido e mais sábio. Isso qualquer um pode fazer (...) Mas eu quero que se viaje como Pitágoras, Platão e tantos grandes homens tem feito, afim de se tornar mais sábio e mais útil a sua pátria<sup>452</sup>.

A experiência das grandes navegações e o conhecimento acumulado da Antiguidade reforçava a defesa daqueles tipos de conhecimentos que só eram “possíveis por comparação”: “é necessário ter lido o grande livro do mundo, é necessário ter observado os usos, costumes e leis de outras nações, para estimar ou corrigir as nossas<sup>453</sup>”. Isso se aplicava para o presente<sup>454</sup> e também para o passado. Isso se aprendia com viagens e também lendo a história com o auxílio de cartas geográficas: “se pode bem substituir” as viagens reais “por aquelas do espírito”, pois:

(...) sem sair do gabinete se obtém conhecimento de tudo que há de particular em todos os países do mundo. Por isso é assim que eu chamo o estudo da geografia; porque o espírito viaja com o socorro das relações sobre o globo terrestre, ou sobre o mapa mundo, por toda a terra sem os perigos da aventura<sup>455</sup>.

Era lugar comum, nos textos de geógrafos, dizer que o mapa coloca o mundo ou lugar determinado ante os olhos do espectador/leitor<sup>456</sup>. Para Du Fresnoy, a geografia era uma arte “própria para satisfazer os olhos<sup>457</sup>”. Bernard Lamy afirmava que para aprendê-la não era necessário mais do que ter olhos e um pouco de memória<sup>458</sup>. De acordo com Svetlana Alpers, os cartógrafos e

<sup>452</sup> VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 134.

<sup>453</sup> **Ibid.**, p. 133.

<sup>454</sup> A análise, aqui, está centrada na forma de ler a história antiga, para a qual a geografia era indispensável. Mas ela também era utilizada para questões do tempo presente, tanto por questões de ordem prática da política quanto por curiosidade. Gênero que fazia grande sucesso no período eram as relações de viagem, modalidade de literatura relacionada tanto com a leitura da história como com o estudo da geografia. Nessa categoria de literatura, ordem e método também eram importantes, devido ao grande número de impressos — o que exigia delimitar a quantidade do que ler. Havia artes de geografia, artes de história e *ars perigrinandi*. Quanto às relações de viagem associada ao estudo da geografia, Cf. VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 136.

<sup>455</sup> **Ibid.**, p. 134.

<sup>456</sup> ALPERS, Svetlana. **El Arte de Describir. El arte holandês em el siglo XVII**. Madrid: Hermann Blume, 1987. p. 223.

<sup>457</sup> FRESNOY, Lenglet Du. **Op. Cit.**, 1729a. p. 04.

<sup>458</sup> Cf. LAMY, Bernard. **Entretiens sur les Sciences**. Lyon: Chez Jean Certe, 1694.

editores de mapas do Seiscentos eram chamados de “descritores do mundo” e seus mapas e atlas definidos como “o mundo descrito<sup>459</sup>”. A cartografia dava a ver o que era impossível de outra forma. Era feita a comparação do uso de cartas e do microscópio. Este, no século XVII, um instrumento que pela primeira vez permitia a visualização de pequenas partículas, antes invisíveis, através da sua amplificação. Aquelas reduzindo grandes dimensões físicas, antes incomensuráveis, em esquemas visuais padronizados e inteligíveis. O mapa, com essa comparação, era como uma lente posta ante os olhos: o espaço descrito por ele era o reverso da visão de uma mosca com o auxílio do microscópio<sup>460</sup>.

As tópicas do olhar e da imagem, no caso dos mapas, não são só uma referência metafórica de um efeito a ser produzido na imaginação do leitor. Indicam uma característica material desse tipo de produto tipográfico<sup>461</sup> presente no catálogo de obras indicadas por Verney. A partir do século XVII, se consolidou o “mapeamento temático” e um dos temas preferidos era justamente a história, embora esses cartógrafos não se vissem como historiadores<sup>462</sup>. Muitos mapas vinham editados como partes de textos, conferindo nova legibilidade a eles. Conforme Jeremy Black, a superposição geográfica sobre as narrativas assinalava uma forma de leitura inaugurada com os humanistas do século XVI. Segundo ele: “os mapas históricos eram um aspecto do novo textualismo da Renascença<sup>463</sup>”.

O “novo textualismo” tinha estreita relação com as técnicas figurativas: astronomia, história universal, vistas de cidades, usos e costumes, flora e fauna eram temas apresentados através do uso de palavras e de imagens, ocupando o

---

<sup>459</sup> ALPERS, Svetlana. **Op. Cit.**, p. 182.

<sup>460</sup> **Ibid.**, p. 195.

<sup>461</sup> As quatro técnicas tipográficas então disponíveis eram empregadas na confecção de mapas, atlas e cartas geográficas: gravura, água-forte, xilogravura e tipos móveis (para as letras). ALPERS, Svetlana. **Op. Cit.**, p. 180.

<sup>462</sup> BLACK, Jeremy. **Op. Cit.**, p. 25.

<sup>463</sup> **Idem.** O novo textualismo referido por Black engendrava aspectos textuais com imagens — não só de mapas, mas também figurativos em geral. A importância do apelo visual também foi minuciosamente estudada por Svetlana Alpers, na relação entre a pintura holandesa e as técnicas cartográficas do século XVII. Cf. ALPERS, Svetlana. **Op. Cit.**

centro ou as bordas dos mapas — “o terreno da cartografia se estendeu junto com a função das imagens”, e, em alguns casos, mensuração, transcrição, documentação e representação visual se confundiam<sup>464</sup>. Técnicas de gravação, de xilogravura e de escrita se entrecruzavam no interior dessa cultura impressa<sup>465</sup>.

Mapas e cartas geográficas eram muitas vezes apresentados como um retrato ou imagem da Terra. Em tratados produzidos desde os inícios da modernidade, o produto da atividade do geógrafo podia ser designado como *pictura*. Porém, essas qualidades pictóricas não supunham, conforme Alpers, que a imagem cartográfica proporcionasse uma evidencia visual imediata da realidade <sup>466</sup>. A transformação, através do uso da matemática, de uma esfera em uma superfície plana, por exemplo, era uma das formas de mediação entre a realidade observável e sua transcrição. Outra forma era literária: com o objetivo de tornar visível o que a distância (espacial e/ou temporal) dificultava (ou impossibilitava) que fosse visto pessoalmente, os atlas histórico-geográficos inseriam imagens ilustrativas com base em informações retiradas de relatos de viagens<sup>467</sup>.

Para concluir esta parte da argumentação, relembro uma das definições da geografia como a “descrição da massa terrestre”. Dessa forma, o rigor da linguagem matemática (principalmente da geometria) não era a única forma de legitimação das pretensões de objetividade e precisão da arte cartográfica. O uso de descrições minuciosas de lugares pretendia também ser uma forma de transcrição objetiva e exata da realidade. Além disso, o emprego do termo “descrição” reconhecia as bases gráficas dessa ciência e, ao mesmo tempo, supunha um saber que organiza seus dados com base na representação visual:

---

<sup>464</sup> ALPERS, Svetlana. **Op. Cit.**, pp. 197-198.

<sup>465</sup> De acordo com Alpers, muitos artífices cartógrafos compuseram também manuais de técnicas de gravação, xilogravura e caligrafia no século XVI, e nutriram igual interesse pela geografia como pela história, cronologia e outras matérias eruditas. ALPERS, Svetlana. **Op. Cit.**, p. 199.

<sup>466</sup> **Ibid.**, p. 198.

<sup>467</sup> **Ibid.**, p. 226.



Em sentido estrito, a cartografia supõe uma combinação de formato pictórico e informação descritiva; nesse sentido, serve de vínculo entre certas formas artísticas de paisagem, vistas urbanas e ramos geográficos que descrevem a terra em mapas e descrições topográficas<sup>468</sup>.

As possibilidades de correlação entre texto e artes figurativas foram identificadas no vocabulário clássico empregado para as atividades geográficas. De acordo com Alpers, a palavra grega disponível para que Ptolomeu, em sua época, designasse o artífice de imagens visuais era *graphikos*. Esse vocábulo vinha da raiz *grapho*, a qual significava escrever, desenhar, deixar constância escrita. Dentre os termos modernos derivados dessa mesma raiz, há exemplos como geografia, corografia e topografia. Difícil decidir o sentido preciso que Ptolomeu desejou dar ao termo, mas é possível, para a autora, se aproximar da interpretação que o Renascimento atribuiu a ele, através das diversas traduções e adaptações de sua obra. Na tradição humanista, foi habitual traduzir, em textos de geografia, *graphikos* por *pictura*, mas a palavra também podia ser acompanhada ou substituída pelo termo *descriptio* (derivada da raiz latina *scribo*, equivalente do grego *grapho*). A ciência geográfica implicaria, passando por esse filtro humanista, tanto uma natureza gráfica quanto pictórica<sup>469</sup>.

O desenho – empregado como forma de descrição de um local – era entendido como uma modalidade de grafia, mas muito próximo de formas pictóricas de representação. O termo “descrição” – derivado da raiz latina *scribo*, mas empregado por vezes no lugar de *pictura* – era outro elemento que remetia para a relação escrita/imagem:

Desde a antiguidade, o termo grego que significa descrição, *ekphrasis*, era o termo retórico usado para referir-se a evocação verbal de pessoas, lugares, edifícios ou obras de arte. Como recurso retórico, a *ekphrasis* se baseava no poder das palavras. Esse poder verbal foi o que os artistas do Renascimento emularam na pintura, rivalizando com os poetas. No entanto, o sentido da palavra descrição, quando empregado ao geógrafos renascentistas, não tem relação com o poder das palavras, e sim com a forma como a imagem, transcrita em desenho, se converte em uma forma de grafia. Em resumo, não alude ao

---

<sup>468</sup> **Ibid.**, p. 212.

<sup>469</sup> **Ibid.**, p. 198.

poder de persuasão da palavra, e sim a uma forma de representação pictórica. Se voltarmos a Ptolomeu, temos que admitir que o seu emprego do termo *grapho* diz respeito tanto a pintura quanto a escrita<sup>470</sup>.

A *ekphrasis* consistia na descrição (pretensamente) objetiva de uma realidade, não de uma narração que evoca imagens. Portanto difere da *enargeia* mencionada no capítulo precedente. Associada às técnicas retóricas de narrativa e descrição, sobrepunha-se a materialidade de objetos tipográficos típicos da cultura impressa do período. Os mapas e cartas geográficas eram artifícios visuais mobilizados para a leitura da história. Reforçam, portanto, a ideia de um olhar moderno sobre textos antigos: mais acurado e legitimado por critérios matemáticos de dimensionamento. Mas não se tratava apenas de identificar as coordenadas matemáticas que situavam um local: descrições, figuras e imagens eram mobilizadas na confecção dessas cartas, criando uma concepção textual e pictórica desse passado.

Assim, coloco a adoção de taboas geográficas para a leitura da história como um dos elementos que conformaram o olhar moderno de Verney sobre a historiografia antiga. Ao traçar o paralelo entre antigos e modernos, ele ora destacava a superioridade de um, ora a de outro. Mas sempre deixava claro a distância e a diferença histórica entre seu tempo e os precedentes. Ao ler a história de Roma, o letrado português não a colocava dentro do horizonte do mundo físico conhecido na época de Plutarco ou Quinto Cúrcio. A história antiga era posta dentro de um horizonte espacial mais vasto e detalhado, o qual, para ele, só havia sido plenamente delineado em seu tempo. Dessa forma, era possível, ao leitor moderno, ter noção de quais foram as reais dimensões que reinos e impérios do passado tiveram.

### *A ordem dos tempos*

A leitura adequada da história, de acordo com Verney, devia fugir dos “anacronismos” e evitar a “confusão dos tempos<sup>471</sup>”. Hoje, nas salas de aula, é

---

<sup>470</sup> **Idem.**

<sup>471</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 89.

comum, para professores e estudantes, a imagem da linha do tempo. Esta, a partir de um marco zero, faz o computo dos anos em antes de Cristo e depois de Cristo. Uma convenção naturalizada aos olhos contemporâneos, mas que atrás de si possui um longo e acalorado debate erudito que envolveu muitos estudiosos desde o século XV até o XVIII. As preceptivas de leitura de Luís António Verney retomam alguns pontos desta história.

Para Daniel Rosenberg e Anthony Grafton, as tabuas cronológicas e linhas do tempo não receberam muita atenção pela historiografia contemporânea<sup>472</sup>, pois muitas vezes seriam vistas como auxiliares de somenos importância ou conhecimentos mais rudimentares derivados de ideias e narrativas históricas mais complexas. Porém, desde a Renascença, a cronologia foi uma das atividades eruditas mais respeitadas na Europa. Em alguns aspectos, ela teve status mais elevado que o próprio estudo da história: “enquanto a história se baseava em narrativas, a cronologia tinha por base fatos”. A composição de listas de datas e eventos exigia a seleção e organização de muitas informações históricas, antiquárias e astronômicas. Além disso, os dados cronológicos tinham implicações para além dos estudos acadêmicos e eruditos. As convenções e padrões de datação de cada época indicam concepções de futuro e passado, bem como suas implicações culturais. Nos primeiros anos da modernidade, por exemplo, determinavam respostas para questões como: quando celebrar a Páscoa ou quão próximo se estava do dia do juízo final<sup>473</sup>.

---

<sup>472</sup> Isto porque seriam ainda formas insipientes de historiografia, para Grafton e Rosenberg, tal perspectiva está arraigada na explicação tradicional sobre o nascimento do pensamento histórico moderno: *The traditional account of the birth of modern historical thinking traces a path from the enumerated (but not yet narrated) medieval date lists called annals, through the narrated (but not yet narrative) accounts called chronicles, to fully narrative forms of historiography that emerge with modernity itself.* Porém, conforme defendem estes pesquisadores, árvores genealógicas, taboas cronológicas e linhas do tempo (entre outras formas de grafias do tempo) representam mais do que “meras sequências” de dados. Tal como as narrativas historiográficas modernas, possuem um trabalho rigoroso de pesquisa e um conjunto de conceitos bastante complexo e especializado. ROSENBERG, Daniel; GRAFTON, Anthony. **Op. Cit.**, p. 11.

<sup>473</sup> **Idem.**

Luís António Verney, no entanto, rechaçou categoricamente a perspectiva escatológica ou providencialista da história<sup>474</sup>. Todos os acontecimentos por certo obedeciam à vontade de Deus, mas seus desígnios eram mistérios colocados para além da compreensão dos homens. O arcediogo de Évora – embora ferrenho defensor dos dogmas católicos – situou a compreensão histórica dentro de uma lógica terrena. Assim, a própria história eclesiástica não era mais que a história dos concílios, nos quais os doutores da Igreja debateram e estabeleceram as regras de conduta para a salvação das almas. Estes, ainda que muitos deles tidos como santos, não podiam fugir de sua condição humana. Mesmo a leitura da Bíblia foi posta por Verney dentro de duas categorias: os textos alegóricos (compreensíveis somente à luz da inspiração divina e autorizada da Igreja) e os textos históricos (compreensíveis e explicáveis conforme critérios humanos de entendimento).

Embora não fossem providencialistas, as considerações de Verney englobavam questões de ordem confessional. A escolha do quadro cronológico envolvia também a legitimidade da Bíblia. Para o autor do *Verdadeiro Método de Estudar*, Cristo havia nascido no ano 4000 da Criação<sup>475</sup>. Mas listas egípcias e chinesas registravam a existência de dinastias anteriores a esta data, estabelecida através das santas escrituras. Esse descompasso entre as datações levou a algumas atitudes radicais, como a de Giordano Bruno (1548-1600), o qual abandonou inteiramente a cronologia bíblica<sup>476</sup>. Essa ameaça à autoridade

---

<sup>474</sup> Ele não parecia dar crédito aos relatos do Milagre de Ourique, segundo os quais no ano de 1139 Cristo teria profetizado ao rei D. Henriques sua vitória contra os mouros: “Esta aparisam ao rei D. Afonso: a redoma de vidro cheia de olio, que veio do-Ceo a Clodoveo: e outras destas coizas, que se-acham nas istorias, sam boas para divertir rapazes: e os Criticos as-conservam todas, no-mesmo armário, em que guardam as penas da-Fenix”. VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 139. Esse ponto não estava isolado, o autor repudiou, em muitas passagens, o uso de argumentos religiosos aplicados a fenômenos seculares. Inclusive inserindo no *Verdadeiro Método* um apêndice à carta seis para censurar a *História do Futuro*, escrita pelo padre António Vieira. Em uma passagem, ainda que da carta sobre poética, isso foi reforçado: “para dar razam de uma batalha perdida, é mais natural e verdadeiro, recorrer à pólvora, balas, e prudencia do-General; doque ao Destino, ou Fado, que sam palavras sem significado”. *Ibid.*, p. 233.

<sup>475</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>476</sup> ROSENBERG, Daniel; GRAFTON, Anthony. *Op. Cit.*, p. 42.

do livro do Gênesis preocupou alguns cronologistas católicos. Em Portugal, no início do Setecentos a questão ainda fazia eco; Rafael Bluteau dizia estranhar...

a temeridade de certo autor do norte, que no seu livro, intitulado a Antiguidade dos tempos restituída, se atreve a condenar a Chronologia da Bíblia vulgata, & da nossa vulgata, por não se conformarem com as antiguidades dos Chaldeos, Egypcios, & Chins. Este mesmo author, tão parcial dos Chaldeos, não se conforma com elles, porque ainda que de ao mundo mil, & outocentos, & sessenta, & oito annos de antiguidade mais, da que lhe concede a Chronologia ordinária, está muy fora do composto dos Chaldeos, ou Babylonios, que Davao á sua Monarchia milhoens de annos, & se jactavão de ter observaçoens Astronomicas de hum infinito numero de séculos. Muito menos se conforma o dito Author com os Egypcios, porque estes com a presunção, de serem a mais antiga nação do mundo, & com emulaçoens de antiguidade superior á dos Chaldeos, dizião, que os Deoses, & semideoses tinhão reinado no Egypto 42984 annos, primeiro, que fossem os homens senhores delle<sup>477</sup>.

O trecho acima não informa ao norte de onde estaria o autor supostamente temerário; nem menciona seu nome. Mas, pelo título da obra, provavelmente referia-se à *Antiquité des Temps Rétablie*<sup>478</sup> (1687), do teólogo e cronologista francês Paul-Yves Perzon. Bluteau defendia que dessas cronologias profanas nada podia ser tomado como certo, principalmente para as notícias referentes aos primeiros mil anos do mundo. Somente a cronologia bíblica, iluminada pela providência divina, conferia informações confiáveis. As únicas fontes não eclesiásticas dignas de crédito, segundo ele, eram as listas olímpicas, “que Varro chama tempo Histórico<sup>479</sup>”.

Rafael Bluteau seguiu a mesma linha de argumentação de seu conterrâneo Pierre Le Lorrain. Este determinava que, se um autor profano referisse coisas contrárias ao que está na Bíblia, devia ser tomado por falso. Pois, o testemunho divino expresso nas escrituras era mais autorizado que o relato

<sup>477</sup> BLUTEAU, Rafael. **Op. Cit.**, vol. 1713. No verbete história.

<sup>478</sup> Nesta obra, o autor contestava a datação com base na Bíblia. Isto porque as escrituras não se adequavam aos dados obtidos através das antiguidades caldeias, egípcias e chinesas. Para Perzon, o mundo teria sido criado a, pelo menos, 6.000 anos, e não 4.000, como estabelecido através do texto sagrado. VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 14.

<sup>479</sup> BLUTEAU, Rafael. **Op. Cit.**, 1713. verbete história.

humano: “os limites colocados pelo espírito divino não devem jamais ser transgredidos pelos homens<sup>480</sup>”. Esse limite, como será exposto à frente, foi o mesmo imposto por Verney no uso da crítica.

A defesa do marco cronológico bíblico não deixava de indicar o “desejo de precisão” e a “paixão pela exatidão”, que alimentava esses trabalhos eruditos. Vallemont, Bluteau e Verney adotaram as teses cronológicas de um mesmo autor: o irlandês James Usher<sup>481</sup> (1581-1656). O qual, buscando ser preciso e exato, afirmou que a criação do mundo se deu no cair da noite que precedeu o domingo de 23 de outubro do ano de 4004 antes de Cristo. Esse cálculo, talvez exótico aos olhos daqueles que nasceram após o desenvolvimento de técnicas de datação radiométrica, esteve em voga por longos anos e foi aceito por muitos representantes da ciência moderna. Isaac

---

<sup>480</sup> VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 14.

<sup>481</sup> No *Elementos*, é feita uma ressalva aos leigos em querelas cronológicas: Dionísio Exíguo (470-544) teria se equivocado, pois havia tomado como base, para o cálculo do nascimento de Cristo, o evangelho de Lucas 3:1, onde refere-se que Jesus contava trinta anos de idade no décimo quinto ano do reinado de Tibério, o qual teria sucedido Otaviano Augusto após sua morte, no ano 767 da fundação de Roma (A.U.C.). Portanto, o Messias teria nascido no ano 752 A.U.C. Porém, Mateus 2:1 diz que Jesus nasceu antes da morte de Herodes, em 749 A.U.C. O erudito seiscentista James Usher pretendeu resolver essa contradição estabelecendo que Tibério governou durante quatro anos ao lado de Augusto. Dessa forma, o décimo quinto ano do governo deste corresponderia ao ano de 778, e Jesus teria nascido em 748. Para evitar confusão e manter a exatidão da datação, Vallemont não usa o termo antes de Cristo, pois a tradição historiográfica cristã havia se estabelecido sobre o padrão de contagem de Dionísio. Onde havia, por exemplo, a referência de ano 1701 d.C, ele soma 4 anos e refere como ano de 1705 da era vulgar. Embora haja divergências entre as datações, adota o quadro cronológico que estabelece 4.000 anos, pois ele é suficiente para explicar a sucessão de todos os fatos históricos sagrados, eclesiásticos e profanos. Para dar peso a sua argumentação, se autorizou em Bossuet, o qual considerava preciosismo erudito querer estabelecer a data exata do nascimento do Messias. Havia quem defendesse que seu nascimento ocorreu alguns anos antes do ano 4000 da Criação, quem afirmasse que teriam sido alguns anos depois, e ainda existia quem advogasse que seu nascimento corresponderia exatamente a esta data. Na impossibilidade de determinar com precisão quem estaria com a razão, não valia a pena ficar em uma discussão sobre detalhes, aceitando como certo que Jesus nasceu em uma data aproximada aos 4.000 anos. Cf. VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 8-9, 44-47. Como Verney declara ter lido tanto Vallemont quanto Bossuet, provavelmente adotou a mesma posição destes quando declarou: “basta apegar-se ao cálculo mais recebido e comum, que põem a vinda de Cristo no ano 4.000 da criação do-Mundo: que chamam o cálculo de Usseus”. As querelas cronológicas não caberiam a iniciantes. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 89.

Newton, em suas observações sobre o cosmos, não saiu deste mesmo quadro temporal <sup>482</sup>.

O principio da fé e da autoridade dogmática conferiam certeza ao relato bíblico. Mas a Bíblia possuía lacunas cronológicas para serem preenchidas. O livro de Esdras, conforme Vallemont, narra a história até o ano 3581 da Criação. Depois disso, as escrituras deixam um lapso de 250 anos: “eis um silencio e um vazio que não pode ser preenchido a não ser com o socorro da história profana<sup>483</sup>”. Essa tradição literária não cristã abria espaço para a incerteza, pois os registros pagãos continham muitas inverdades. Os pontos problemáticos foram sintetizados da seguinte forma: 1) diferenças entre a Bíblia Septuaginta (tradução do velho testamento do hebraico para o grego, entre os séculos III e I a.C, na Biblioteca de Alexandria) e a Vulgata; 2) dificuldade de estabelecer a datação do governo dos patriarcas, pois a Bíblia é vaga e não oferece, muitas vezes, informações sobre a duração entre uma geração e outra; 3) Os diferentes nomes que assírios, gregos, persas e egípcios davam a um mesmo príncipe, tornando confusa a análise das fontes; 4) a escassez de monumentos das primeiras monarquias; 5) as diversas referências cronológicas das diferentes nações — os gregos contavam os anos a partir das olimpíadas, os romanos a partir da fundação de Roma, os cristãos só depois de 532 começaram a computar os anos a partir do nascimento de Cristo. Mesmo o tempo contido em um ano era variável: alguns povos adotavam o calendário lunar de 354 dias, outros o solar, com 365. Tampouco havia acordo entre as diferentes tradições a respeito de em que estação o ano deveria começar: para egípcios, hebreus, caldeus e persas, começava no outono; para os gregos, no solstício de verão; para romanos, no solstício de inverno; para os muçulmanos, no equinócio da primavera; para os antigos indianos, no início de março; para muitos árabes, na entrada do sol no signo de leão<sup>484</sup>.

---

<sup>482</sup> Newton fez uso do *Almagestum novum* (1651), obra que continha as mesmas datações elaboradas por Usher. ROSENBERG, Daniel; GRAFTON, Antony. **Op. Cit.**, p. 65-67.

<sup>483</sup> VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 45.

<sup>484</sup> VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 18-23.

Seguindo os passos dos geógrafos, rigor e detalhamento também foram objetivos dos cronologistas. Eles tinham, portanto, que encontrar uma forma de responder a todas as questões postas acima. Por isso, astrônomos e eruditos começaram a coletar registros datados de fenômenos celestes – eclipses, passagem de cometas, conjunções planetárias. Na maior parte dos casos, esses eventos eram coletados a partir do relato de historiadores antigos e medievais. Cruzando esses dados com o que então se sabia a respeito das regularidades astronômicas, era possível datar com maior precisão os eventos do passado. No entanto, nesse campo a tradição da literatura clássica teve sorte diferente. Se, no caso da geografia, Ptolomeu se tornou obsoleto; na cronologia, Eusébio de Cesaréia<sup>485</sup> permaneceu como modelo até o século XVIII.

Edições modernas de Eusébio constaram entre as primeiras edições de livros impressos e estavam nas coleções de “todos” letrados humanistas de inícios da modernidade. Suas tábuas cronológicas permaneceram como referência por longo tempo e, nos séculos XV e XVI, Eusébio ganhou renovado interesse daqueles que se dedicaram ao estabelecimento de novas cronologias. Na Renascença, foram desenvolvidas novas formas de organização visual e também se adotaram antigas formas muitas vezes negligenciadas. No entanto, até meados do século XVIII, o modelo eusebiano – “uma simples matriz com reinos listados no topo das páginas e os anos listados abaixo, a esquerda ou a direita das colunas” – permaneceu dominante<sup>486</sup>. Apesar de terem sido agregadas inovações formais, a representação cronológica do tempo, no Setecentos, pouco mudou em relação ao modelo tabular quase bimilenar. Porém, o mundo já não era o mesmo.

---

<sup>485</sup> Antes de Eusébio, nomes de padres, vencedores de olimpíadas e listas de magistrados foram registrados na pedra ou em livros. Mas foi esse teólogo cristão, do século IV, que compôs o modelo de taboas cronológicas e linhas de tempo feitas nos séculos subsequentes. Eusébio tentou sincronizar, além das escrituras, as narrativas de várias histórias de outros povos, tendo como paralelo a cronologia bíblica. Tarefa complexa, pois significava compatibilizar registros e convenções cronológicas heterogêneas. ROSENBERG, Daniel; GRAFTON, Anthony. **Op. Cit.**, p. 26.

<sup>486</sup> **Ibid.**, p. 16.



A expansão marítima europeia deixou marcas tanto nos mapas produzidos desde então quanto nas cronologias. Tempo e espaço se expandiam na visão dos modernos. Somado ao advento da imprensa, esse contexto oferecia aos estudiosos um grande volume de novas informações retiradas da historiografia, paleografia, numismática, astronomia e outras áreas. Esses dados não se limitavam mais ao mundo cristão europeu; listas de terras distantes, como Egito, Pérsia, América e China<sup>487</sup>, chegaram a eles desde meados do século XVI e início do XVII. Com o objetivo de formular um sistema cronológico equivalente aos mapas modernos, ficava como desafio compatibilizar critérios heterogêneos de datação. Por isso, as técnicas tipográficas modernas mantiveram a forma tabular eusebiana, mas não sem alterações.

Os registros históricos deixados por gregos, romanos e hebreus – para não mencionar egípcios, sumérios, chineses e outros povos aos quais Verney não dedicou atenção – não estavam dentro das mesmas convenções de datação. Reconciliar fontes tão diversas requeria um vasto conhecimento e técnicas inventivas: “em teoria, o cronologista pretendia criar um quadro histórico no qual cada ato e realização humana registrada pudesse ter lugar<sup>488</sup>” ou seja, um padrão comum que servisse como uma “pedra de Roseta”; uma ferramenta que permitisse transcrever listas de nomes e datas de diferentes fontes e línguas em um modelo único e coerente do passado. Por isso, os modernos adotaram a linguagem matemática de descrição astronômica como o melhor meio de compatibilizar essas diferenças.

Desde 1530, novas ferramentas de observação astronômica passaram a ser adotadas na confecção de tabuas cronológicas. O que sugere uma nova forma de pensar o passado. Os astrônomos pretendiam que eles, mais do que os historiadores – presos a textos – poderiam oferecer datas precisas para a maioria dos eventos históricos<sup>489</sup>. Assim, o astrônomo Johannes Kepler, no

---

<sup>487</sup> Os chineses, mais do que os europeus, preservaram observações de eclipses que confirmavam sua história antiga. *Ibid.*, p. 69.

<sup>488</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>489</sup> *Ibid.*, p. 62.

*Tabulae Rudolphinae*, incluiu também tábuas cronológicas nas quais estavam os resultados de suas pesquisas sobre calendários e sistemas de datação antigos<sup>490</sup>. Se, por um lado, a interpretação de textos abria espaço para incertezas, por outro, as observações da regularidade do movimento dos astros era incontestável e evidente – pelo menos assim defendia o livro base para leitura da história indicado por Verney, o *Eléments de l'histoire*<sup>491</sup>.

O movimento do Sol, da Lua e dos planetas e os eclipses eram como “caracteres celestes públicos e infalíveis do tempo<sup>492</sup>”. Comparando registros históricos com dados astronômicos, pretendia conferir-se certeza matemática a arte das datas. Registros de antigos astrólogos e sacerdotes se convertiam, aos olhos modernos, em fontes valiosas para imprimir rigor na ordenação cronológica de eventos narrados na história. O relato de Justino Frontino (século II d.C), o qual afirmava que no dia em que Agátocles de Siracusa atacou Cartago houve um eclipse solar, dava subsídios para determinar que tal evento ocorreu no dia 14 de agosto de 310 a.C<sup>493</sup>. Usher, indicado por Verney, defendeu que a visão bíblica da estrela de Belém se deu dois anos antes do nascimento de Cristo. A base dessa argumentação estava na hipótese de que a estrela vista pelos três Reis Magos foi na verdade o fim do percurso da conjunção de Júpiter e Saturno sob os quatro elementos do zodíaco – o que acontece a cada 800 anos<sup>494</sup>, aproximadamente.

Muitos se dedicaram, desde o século XVI, à construção de sistemas cronológicos. Frédéric Husman, ainda no século XVII, contabilizou 40 opiniões diversas sobre a data da criação<sup>495</sup>. Isso para tomar apenas um dos temas de controvérsia de datação. Os estudos cronológicos eram tão vastos quanto a

---

<sup>490</sup> **Ibid.**, p. 81.

<sup>491</sup> Cf. VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 25.

<sup>492</sup> **Ibid.**, p. 26.

<sup>493</sup> **Ibid.**, p. 27.

<sup>494</sup> Retirei essas informações do texto de Vallemont referido por Verney. Segundo o autor francês, ocorrências desse fenômeno foram registradas nos anos 769 d.C e 1603 d.C, o que permitiu a Usher – com base em cálculos que eu não conseguiria reproduzir – defender sua hipótese, Cf. VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 28.

<sup>495</sup> **Ibid.**, p. 39.

própria história – um oceano sem fundo nem costa<sup>496</sup>. Algumas obras chegaram a ter dimensões monumentais. Erudição, rigor matemático e inventividade, no esforço para alcançar a uniformidade das escalas de datação, produziram tratados volumosos e visualmente complexos<sup>497</sup>. Além de cronologias de histórias universais, havia também cartas biográficas. Estas, podiam trazer informações do nascimento e morte de até duas mil pessoas ilustres em um recorte temporal de mais de 3 mil anos – tudo isso em uma só obra<sup>498</sup>. Vasto número de informações e elementos pictóricos, decorativos e diagramas altamente complexos se misturavam nessas edições, tornando sua leitura muitas vezes difícil e confusa. Como, para Verney, a regra de ouro de seu método era facilitar o entendimento, a ciência das datas precisava de uma economia de leitura<sup>499</sup>.

Os tratados mais detalhados e eruditos podiam informar mais, porém, eram nada práticos para leituras regulares. Por isso, aos principiantes, era recomendado começar os estudos fazendo uso de apenas uma taboa de cronologia geral, contendo pelo menos a sequência dos séculos desde a Criação até o tempo presente do leitor<sup>500</sup>. No espaço de cada século, devia constar o nome dos soberanos que governaram neste tempo. Também era aconselhável

---

<sup>496</sup> **Idem.**

<sup>497</sup> O *Atlas Historicus*, publicado em 1718, sobrepunha a matriz tabular eusebiana a centenas de pequenas imagens de soldados, políticos e personagens bíblicos. Nessa obra, para oferecer informações ao leitor através de artifícios gráficos, seu autor criou algumas imagens-código, eis alguns exemplos: quando a data de um evento estava relacionada à morte de um soberano, ao seu lado era colocado o pequeno desenho de uma caveira; a união de dois tronos pelo matrimônio era assinalada pelo símbolo de uma aliança; quando um rei morria e o trono era herdado por sua rainha, ao lado do desenho de uma caveira vinha o de uma aliança. Em outro tratado, *Lumen historicae sacrae* (1687), a genealogia de Jesus foi apresentada através de inscrições no desenho de um monumento neoclássico decorado com faixas, frutos e flores. Na mesma obra, mas na cronologia da Criação, o modelo de tábuas de Eusébio é atravessado por desenhos alusivos a este evento bíblico. ROSENBERG, Daniel; GRFTON, Anthony. **Op. Cit.**, p. 103-108.

<sup>498</sup> **Ibid.**, p. 116.

<sup>499</sup> Outra vez é possível que Verney tenha se apropriado de Charles Rollin. O influente pensador francês também desaconselhava que leitores não cultivados se envolvessem com querelas de datação. A cronologia contribuía, segundo ele, para afastar a confusão na leitura (estudo) da história. Mas, aos principiantes não era necessário saber o ano preciso de cada fato particular, apenas a data aproximada na qual os eventos mais consideráveis tiveram lugar. As questões mais complexas de cronologia envolviam exames “difíceis e espinhosos”, sendo, por isso, matéria para doutos (*savans*). ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, p. 105-106.

<sup>500</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 89; VALLEMONT, Abbé de. **Op. Cit.**, p. 52.

que a taboa de consulta dividisse os séculos conforme as “épocas célebres”. Se fosse o caso, além da taboa geral, um pequeno volume de cronologia para consulta<sup>501</sup>. No *Verdadeiro Método* o preceito era este:

é necessário ler em um breve compendio, a série dos tempos desde o princípio do-Mundo até agora, notando os maiores sucessos em que ano aconteceram, v.g. Dilúvio de Noé, Vocasam de Abraão, Saída dos Hebreus do Egipto, Destruisam do primeiro templo de Jerusalém, Vinda de Cristo, Paz da Igreja &c<sup>502</sup>.

Como afirmou em algumas passagens, Verney não falava a historiadores (“istóricos”) de ofício. Suas preceptivas eram dirigidas, principalmente, àqueles que iniciavam a leitura da história. Para estes, não era apropriado se envolver nas querelas cronológicas ou se dedicar à leitura de obras muito extensas e eruditas<sup>503</sup>. Cabia ao mestre apontar as tábuas mais exatas e sintéticas para facilitar a leitura de seus alunos. Assim, sem se deter nos pormenores dos fundamentos e debates da ciência das datas, as cronologias eram outra ferramenta útil para ler a história. Elas ligariam os eventos uns aos outros, como elos em uma corrente, servindo aos leitores como “uma linha de Ariadne através do labirinto do tempo<sup>504</sup>”. Verney determinava que se devia “notar o que importa para a inteligência dos autores que quer explicar; e, sempre que mudar de autor, deve notar em que tempo escreveu, e de que tempo escreveu<sup>505</sup>”.

Na bibliografia de Verney, outra vez aparecem os nomes de Vallemont e Du Fresnoy. Quanto ao primeiro, informava o autor português que: “no primeiro tomo, traz uma carta cronológica geral que pode bastar ao intento. E, como este volume está traduzido em Português, parece-me que por ele deve ler o estudante”. O segundo, embora entenda que tivesse composto excelentes

---

<sup>501</sup> **Idem; Ibid.**, p. 53.

<sup>502</sup> **Ibid.**, p. 90.

<sup>503</sup> “Não é necessário nestes princípios entrar nas disputas que há sobre os princípios dos Reinos &c. (...) Isto é negócio que pede grande estudo e doutrina, e se reserva para outra idade”. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 89.

<sup>504</sup> ROSENBERG, Daniel; GRAFTON, Anthony. **Op. Cit.**, p. 76.

<sup>505</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 90.

tábuas cronológicas, não seria para iniciantes<sup>506</sup>. Assim como era recomendado que se começasse a leitura da história por um compêndio, também na cronologia deveria ser escolhida alguma edição que proporcionasse uma visão sinóptica do tempo, tal como a do espaço em um mapa.

Escreveu Verney: “para facilitar o estudo é grande segredo ter em casa uma carta cronológica, de que se tem feito algumas latinas, em duas folhas grandes de papel<sup>507</sup>”. Ele recomendou algumas boas cartas conforme seu entendimento. Também indicava a possibilidade de retirar as folhas de cronologias, que por vezes vinham ao final de edições de livros de história ou da própria Bíblia<sup>508</sup>. Mas, independente de qual fosse, o importante era que o leitor escolhesse uma boa carta cronológica dentre as indicadas, e que “não mude de carta todos os dias, mas meta uma na memória”. Até porque, segundo

---

<sup>506</sup> A obra de Vallemont indicada por Verney é a mesma que consultei para a compreensão da importância do uso das tábuas cronológicas nas suas preceptivas: o *Eléments de L'histoire*. Contudo, minha referência é à edição de 1758, posterior, portanto, a publicação das obras de Luís António Verney — com exceção de suas *Metafísica* e *Gramática Latina*, ambas publicadas no ano de 1758. Nessa nova menção à Fresnoy, Verney se referia ao *Tablettes Chronologiques de L'Histoire Universelle*. Fiz uso da edição de 1745, a qual pode ter sido também lida pelo autor português. Para as referências no *Método* Cf. VENEY, **Op. Cit.**, 1746a. pp. 90-95.

<sup>507</sup> **Ibid.**, p. 91.

<sup>508</sup> Muitas edições francesas da Bíblia, por exemplo, incluíram as cartas de James Usher (1581/1656) como apêndice dos respectivos volumes. O *Le Grand Dictionnaire historique*, do francês Louis Moréri (1643-1680), e o *Lexicon Universale*, do suíço Jean-Jacques Hofmann, também continham cartas cronológicas que poderiam ser destacadas de suas edições. Mas esses dois dicionários também eram indicados por Verney para consulta de alguns nomes e termos que pudessem aparecer nos textos de história. Nas indicações de Verney constavam também: *Annals of the World* (1658), de Usher — autor já referido; *Fax Chronologica*, de Giovanni Domenico Musanti (1634-1694); *Bibliotheca Bibliothecarum*, de Felipe Labbé (1607-1697); *Animadversiones historicae*, do holandês Jakob Voorbroek (1651/1715), conhecido pelo pseudônimo Perizônio; *Tables chronologiques depuis la création du monde*, de Pierre de Saint Catherine; *De doctrina temporum* e *Tabulæ chronologicae*, ambas de Denis Pétau (1583-1652) — Verney refere-se como as “cartas de Petávio”; *Tavole storiche, genealogiche e cronologiche*, de Carlo Delfini Boursaler — o autor português se refere como as “Cartas do Delfini”; ainda há referência à Lancelot, beneditino que, conforme o professor Salgado Jr., elaborou taboas cronológicas que foram inseridas em edições francesa da Bíblia. Não encontrei nenhuma referência sobre autor e obra. Existe o registro de obras de gramática de Claude Lancelot (1615-1695). Este estava vinculado à escola de Port-Royal e à congregação cisterciense, mas fica difícil inferir se é o mesmo autor que Verney teve em mente. **Idem.**

ele, “toda a diversidade” estava “antes da vinda de Cristo; porque, depois dele, todos concordam, e é raríssima a dissensão<sup>509</sup>”.

Enfim, embora o modelo de Eusébio tenha permanecido como uma matriz para organizar as datas e os eventos da história, a determinação das épocas e anos seguiu o cálculo das observações astronômicas e das considerações das pesquisas antiquárias modernas. A imagem de um leitor desconfiado mais uma vez ganha força. Em especial na leitura dos historiadores que escreveram na Antiguidade, pois, para Verney “eles erraram em muitas partes, por não terem notícias dos tempos”. Assim, o leitor não devia dar crédito a tudo que disseram os “antigos escritores<sup>510</sup>”. A ordem dos tempos, a exemplo do espaço, era também ordenada de acordo com a ótica dos modernos.

### *Antiguidades*

De acordo com Verney, era necessário ler a história de Roma desde a República até, pelo menos, o Império. Mas esta “só se entende sabendo primeiro os usos e costumes deles<sup>511</sup>”. No *Méthode Abrége* – outro dos muitos manuais nos quais o arcediogo de Évora se autorizou –, Rollin afirmava que “tudo” que dizia “respeito aos costumes e antiguidades” auxiliava na leitura da história. Para seu correto entendimento, o leitor deveria ter “notícias” sobre o desenvolvimento de técnicas e de artes, sobre as diferentes maneiras de viver, de construir, de fazer a guerra, de organizar e aplicar a justiça, de navegar; também a descrição das cerimônias de casamentos, nascimentos, funerais ou sacrifícios<sup>512</sup>. Ou seja, o leitor tinha que conhecer as *antiguidades*.

Por antiguidades, Verney entendia um vasto leque de produções culturais nas quais era possível ter acesso aos costumes dos antigos. O registro das leis e dos ritos e mesmo as fábulas constituíam fontes relevantes para entender o que o erudito português definiu como “pensar à romana<sup>513</sup>”. Esse

---

<sup>509</sup> **Ibid.**, p. 91.

<sup>510</sup> **Ibid.**, p. 90.

<sup>511</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 162.

<sup>512</sup> ROLLIN, Charles. **Op. Cit.**, p. 108.

<sup>513</sup> VERNEY, Luís António. **Grammatica Latina**. Lisboa: sem referencia de editor, 1790, p. 307.

termo, no entanto, também foi empregado por Verney para designar um gênero particular de conhecimento. Os livros, cujo título trazia o termo *antiguidades*, consistiam em comentários, classificações ou sistematizações dos monumentos antigos. É conforme esse último sentido que o conceito é empregado quando posto em itálico doravante.

Ler a história tinha a função de, entre outras coisas, contextualizar a produção intelectual de autores do passado. Por isso, ler as *antiguidades* era complementar a leitura de historiadores antigos ou de compêndios modernos sobre a história antiga. Dizia Verney:

Quanto pois, as Antiguidades Gregas e Romanas, ou aos usos e costumes destas nasoens, sam indispensaveis para perceber os autores Antigos. Um destes escritores, nam escrevia para nós, mas para os seus, aos quais eram notórios os costumes, não só publicos, mas também privados da sua nasam, onde, aludindo aos ditos, nam se cansa em os-explicar. Entaõ entendiam todos; mas oje nam, e é necesario, para entendermos, que procuremos esta noticia naqueles que as-recolheram<sup>514</sup>.

O sentido que Verney atribuiu ao termo *antiguidade* já possuía uma tradição de quase dois mil anos. Marco Terêncio Varrão, contemporâneo de Cícero, já havia empreendido a descrição sistemática das instituições e costumes romanos e, a este tipo de inquirição, deu o nome de *antiquitates*. Nos *rerum humanorum libri*, buscara contextualizar o passado a partir das seguintes questões: “que pessoas agiam, onde agiam, quando agiam e o que faziam<sup>515</sup>”.

Mas nem sempre esse termo era aplicado como exame integral da vida de antigas civilizações. Antiguidade podia significar simplesmente monumentos, ruínas ou textos de origem temporal remota. No *Dicionário Portuguez e Latino*, por exemplo, antiguidade foi registrada apenas em sua acepção cronológica: “os tempos andados, os séculos passados, as idades antigas”. Em Verney, a noção não deixou de ser polissêmica. Ele via os textos de Cícero e estátuas de bronze como antiguidades, ou monumentos. Em um trecho, referido anteriormente, mencionou como as viagens a Roma faziam

<sup>514</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 208.

<sup>515</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *História Antiga e o Antiquário*. Anos 90, Porto Alegre, v.21, n.39. p. 24.

parte da formação dos jovens europeus, pois lá os rapazes observavam tudo o que pertencia às antiguidades: arquitetura, escultura e pintura. Ou seja, o termo abarcava obras poéticas, oratórias, históricas, epistolares, inscrições de medalhas e edificações.

Quanto às viagens, o testemunho de Verney – que, desde a juventude até o ano de sua morte, em 1793, viveu entre as cidades de Pisa, Nápoles e Roma – reforçam as considerações do historiador Arnaldo Momigliano. Segundo este, no século XVIII “um novo humanismo competia com o humanismo tradicional”. Porém, a Itália continuava a ser um local de referência “tanto para os eruditos quanto para os curiosos”. As descobertas arqueológicas de Herculano (1736) e Pompéia (1738) teriam aberto novas perspectivas sobre o conhecimento da história antiga, atraindo viajantes e estudiosos<sup>516</sup>.

Voltando à questão da definição do termo: se não há, no *Dicionário Portuguez e Latino*, a definição de antiguidades no sentido varroniano, pelo menos essa obra registra o verbete antiquário: “amigo” ou “curioso investigador das cousas antigas, de costumes velhos, de Escritura, de papeis, medalhas, imagens dos antigos<sup>517</sup>”. O *antiquarius* como a figura do amante e colecionador dos vestígios das coisas antigas foi, segundo Momigliano, um dos conceitos mais caros ao humanismo dos séculos XV e XVI. Verney não usou o termo antiquário, mas fez uso de *antiguidades*, entre outros sentidos, como uma descrição sistemática dos usos e costumes do passado. Portanto, próximo à perspectiva humanista de inícios da modernidade.

Uma das prováveis fontes de onde Verney fundamentou *antiguidades* como categoria de inquirição específica e gênero literário particular, foi o *Antiquitatum Romanorum Corpus Absolutissimum* (1583), de Johan Rossfield<sup>518</sup>

<sup>516</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>517</sup> BLUTEAU, Rafael. *Op. Cit.*, vol.1. p. 405-410.

<sup>518</sup> Refiro isso com base no que Momigliano diz a respeito de Rosinus: “Os estágios da redescoberta da ideia varroniana de Petrarca e Flávio Biondo não podem nos deter. *Roma Triumphans*, deste último, já contém a classificação quaternária que muitos manuais antigos preservaram sob as entradas de *antiquitates publicae, privatae, sacrae e militares*. Não se deve esquecer, porém, que a palavra *antiquitates*, nos títulos de livros do século XV, podia significar



(1550-1626), chamado de Rosinus. Isso reforça algumas considerações já apresentadas. Pois, a obra é de um autor germânico, originalmente escrita em latim, e no *Verdadeiro Método* foi referida a reedição organizada pelo literato escocês Thomas Dempster<sup>519</sup> (1579-1625). Ou seja, a chamada República das Letras, permitiu que letrados de diferentes nacionalidades e contextos sociopolíticos compartilhassem tópicos comuns.

Mas, independente da fonte da qual Verney tenha se apropriado, o que se pode verificar em suas obras é que ler as *antiguidades* complementava a leitura da história. Como ele referiu, a lei romana foi adotada em muitos países da Europa, porém foi acomodada aos costumes de cada povo<sup>520</sup>. E cita os exemplos de Alemanha, França, Espanha e Portugal, onde muitas leis municipais se sobrepunham sobre o código legal romano: “porque, quando depois do século XII esta saiu de-Itália e entrou nestes reinos, estavam tam radicados certos costumes, que não foi possível deita-los fora<sup>521</sup>”. Por isso sentenciava:

quem quizesse oje formar uma Republica segundo o rigor da-antiga Sparta, ou ainda segundo dispozisam da romana republica, emprenderia uma ideia imposivel. Os nosos costumes sam tam diferentes dos-antigos, que nam é posivel que posamos aquietar-nos com o rigor de uma daquelas Republicas, e com a liberdade de outra. E, contudo, ninguem duvida que uma e outra foram com grande juizo reguladas<sup>522</sup>.

O erudito português não pretendia aplicar a lógica jurídica romana ao mundo de seu tempo. Esse já era outro mundo, com outros costumes e novas necessidades. Paralelo a isso, para entender o sentido original das doutrinas jurídicas pretéritas, estas deveriam ser postas em seu contexto. Os textos

---

simplesmente história (*Antiquitates Vicecomitum*, de G. Merula, 1486) ou ruínas e monumentos (*Antiquitates urbis*, de Pomponio Leto): o significado varroniano original de *antiquitates* como um exame da vida integral de um povo foi talvez primeiramente reintroduzido como título de uma obra por J. Rossfield, chamado Rosinus, em seu *Antiquitatum Romanorum Corpus Absolutissimum* (1583)”. MOMIGLIANO, Arnaldo. **Op. Cit.**, p. 25.

<sup>519</sup> Como de praxe, Verney aportuguesou os nomes tanto do autor quanto do reeditor, assim referiu-se a João Rosino e a Dempsterus. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 93.

<sup>520</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746b. p. 153.

<sup>521</sup> **Ibid.**, p. 154.

<sup>522</sup> **Ibid.**, p. 153.

clássicos por vezes eram vagos e lacunares. Esses espaços se deviam tanto pelo fato de nem todos os monumentos do passado terem sobrevivido intactos, quanto pelo fato desses próprios autores antigos terem entendido que não havia necessidade de fazer referência do por que das leis. A história auxiliava a ordenar a sequência temporal e explicava muito sobre as diversas “seitas” jurídicas. Mas, para entender o sentido e as circunstâncias, era preciso mais. Aí entrava o socorro das *antiguidades*.

Sobre os costumes latinos, Verney apontava os historiadores gregos Políbio (203 a.C. / 120 a.C.) e Dionísio de Halicarnasso (meados do sec. I a.C./?). O primeiro informa sobre a disciplina militar, os hábitos domésticos e as leis públicas. O segundo era fonte sobre as práticas políticas e religiosas – a organização dos magistrados e a descrição de sacrifícios sagrados, por exemplo. *Os Fastos* de Ovídio, embora escrito em verso, também foi indicado como uma história das antiguidades romanas<sup>523</sup>. Aos que não pudessem ter acesso a esses autores, deveriam então ler os compêndios que resumiam essas matérias – era necessário buscar “as notícias naqueles que as recolheram”. Nesse ponto também sublinha a importância da leitura dos mitos e fábulas “que a todo momento aludem os Antigos<sup>524</sup>”.

Na verdade, os modernos – aqueles que escreveram entre os séculos XV e XVIII – são muito mais referidos do que os antigos, na bibliografia verneiniana de *antiguidades*. Isso porque era reduzido o número de fontes antigas que revelassem de forma sistemática o cotidiano das pessoas daquele tempo – como afirmou Verney, não havia porque registrar aquilo que era trivial e sabido por todos. Dionísio de Halicarnasso figurou como uma das raras exceções. Conforme algumas interpretações da época, isso se devia a sua condição de não latino. De origem grega – portanto, estranho à corte de Augusto, onde viveu – registrou os usos e costumes dos romanos. Seu olhar de estrangeiro foi atraído por aquilo que, para os autóctones, era normal<sup>525</sup>.

<sup>523</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a, p. 235.

<sup>524</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 92.

<sup>525</sup> FRESNOY, Lenglet Du. *Op. Cit.*, 1729, vol.1. p. 530. Nessa linha também argumentava Verney: “nós nam temos Istoricos Latinos que escrevessem, os seus costumes pátrios: sam os

A lista de antiquários modernos constava dos seguintes autores: Pierre Joseph Cantel (1645-1684), jesuíta francês autor do *De Romana Republica* (1684); o historiador holandês Guillaume Henri Nieupoort (1670-1730), que compôs o *Rituuum Romanorum Explicatio* (1712); e Rosinus, já citado acima. Sobre os cultos religiosos dos antigos, as referências foram: o italiano Alessandro Sardi (1520-1588), que escreveu o *Moribus et ritibus gentium* (1577); o alemão Johan Boemus (1485-1535), cuja obra mencionada é seu *Omnium gentium mores* (1520); o holandês Anton Van Dale (1638-1708), autor do *De Oraculis Veterum* (1683); François Pomey (1618-1673), outro jesuíta francês – Verney se refere ao seu *Fabulosa deorum historia* (1659)<sup>526</sup>; por último, coloca o nome de Nicolas Jovet<sup>527</sup> e o livro *l’Histoire des Religions* (1710).

Para aqueles que quisessem maiores notícias das antiguidades, podiam obtê-las no “Grévio”, o qual “compreende todos os que escreveram nesta matéria e onde pode consultar-se alguma dificuldade que ocorrer<sup>528</sup>”. Verney referia-se ao *thesaurus anttiquitatum*, de J. G. Graevius (1632-1703). Trata-se de uma coletânea de trabalhos antiquários produzidos entre os séculos XVI e XVII. Esta obra, como indicado na introdução, estava disponível no mercado de livros portugueses<sup>529</sup>.

Note-se que Verney deu atenção maior à história e às *antiguidades* latinas. Porém, não deixou de fazer alguns apontamentos sobre a cultura grega e hebraica. Sobre a primeira, considerou que: Ubbo Emmius (1547-1626) e Johannes Meursius (1579-1639) “são os que melhor explicaram as *antiguidades*

---

Gregos de quem recebemos, o que oje sabemos: porque como os Gregos escreviam para os esus Gregos, aos quais nam eram notos os estilos Romanos; tinham cuidado de lhe-advertir tudo o que era necesario para a inteligencia da Istoría”. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 93.

<sup>526</sup> No primeiro volume do Verdadeiro Método, de 1950, o Professor Salgado Jr. informa, em nota, que essa obra recebeu tradução para o francês, em 1715, sob o título de *Méthode pour apprendre l’Histoire des anciennes divinités du paganisme*. Cf. VERNEY, Luís António. **Verdadeiro Método de Estudar**. Lisboa: Sá da Costa, 1952. p. 211.

<sup>527</sup> Na edição do Método de 1746, Verney não menciona a nacionalidade do autor e refere a obra pelo título *História de Todas as Religiões do Mundo*. O professor Salgado Jr. informa que Jovet é francês, mas não oferece as datas de nascimento e morte do autor. **Ibid.**, p. 210.

<sup>528</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 93.

<sup>529</sup> Ver nota 40.

gregas<sup>530</sup>". Ambos eram holandeses e suas obras poderiam ser consultadas no *thesaurus* de Graevius. Quanto à segunda: Carlo Sigónio (1524-1584) e Petrus Cunaeus — "Cuneo" — eram classificados como bons autores. No entanto, maior destaque foi dado ao "Senhor de Fleury<sup>531</sup>". Este havia publicado um "tratadinho dos costumes dos Israelitas", o qual lhe parecia proporcionado aos leitores principiantes<sup>532</sup>.

As *antiguidades* — gênero literário específico — serviam para ler as antiguidades — monumentos/documentos — em geral. Portanto, não auxiliavam só a leitura da história, mas também a poesia, filosofia, oratória, escrituras sagradas e tudo mais que era apropriado do passado greco-romano-hebraico. Verney tinha pouco apreço pela poesia, mas, para quem quisesse se deleitar com esse gênero de literatura, recomendava as obras de Ovídio, Horácio, Virgílio, Estácio, Lucano, Catulo, Lucrécio e Manílio. Porém "para entender estes, é necessário ler algum tratado que explique a mitologia dos antigos, e que nos dê uma notícia breve das fábulas, a que eles todos os momentos aludem<sup>533</sup>". De acordo com Verney: "aconselham os doutos que, antes de ler Homero, leia-se Everardo Feithio — *atiquitates homericæ* —, no qual

---

<sup>530</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 115.

<sup>531</sup> O abade Fleury teve ampla recepção entre os leitores portugueses. António Alberto de Andrade, com base em parecer da Mesa Censória datado de 1772, afirma que ele foi dos autores mais lidos em Portugal no século XVIII. Além de preceitos para a leitura da história, também foram lidas as narrativas históricas produzidas por esse autor francês. Sanches e Verney foram leitores de sua *Histoire Ecclésiastique* (1691). Em 1753, José Caetano de Mesquita e Quadros, professor de retórica e lógica do Colégio Real dos Nobres, traduziu para o português o *Catéchisme Historique* (1679), com o seguinte título: *Catecismo Istorico que contem a Istorica Sagrada e Doutrina Cristã*. No ano de 1771, Caetano também mandou publicar as *Obrigações dos Amos e dos Criados (Les Devoirs des Maîtres et des Domestiques)*, originalmente escrita por Fleury no ano de 1688. SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Tomo IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840. Pp. 283-284. Em 1774, na oficina do impressor Manuel Rodrigues, foi estampada nova edição do *Catecismo Histórico*, dessa vez com tradução atribuída a António Barnabé de Elescano Barredo e Aragão. Em 1778 e 1782, respectivamente, foram traduzidos *Les Moeurs des Israelites* (1681) e *Les Moeurs des Chrétiens*. Ambos vertidos para o português por João Villalobos e Vasconcellos, que foi professor de retórica e poética na Universidade de Évora. Conforme relato deste mesmo tradutor, as obras de Fleury já eram bastante populares entre os círculos letrados do reino antes mesmo de serem traduzidas. Andrade também menciona a tradução do *Discours sur la Histoire Ecclésiastique* para o português, mas não informa o nome do tradutor nem a data de publicação. ANDRADE, António Alberto de. *Op. Cit.*, 1966. Pp. 289-291.

<sup>532</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a. p. 119.

<sup>533</sup> *Ibid.*, p. 103.

ele descreve a história dos tempos heroicos de que trata Homero<sup>534</sup>". E para conseguir ler Horácio muita erudição era necessária<sup>535</sup>.

Para a leitura de Cícero, a versão de obras editadas e comentadas pelo humanista italiano Paolo Manuzio (1512-1574) eram as mais indicadas. Porém, como Verney tinha grande apreço pelo orador romano, fez referência a outros comentaristas de sua obra. Destacou o *Observationis in Marcum Tulio Ciceronem* (1535)<sup>536</sup>, cujo autor não identifiquei. Na *Gramática* recomendaria novamente essa obra, mas desta vez referia-se à reedição e complementos feitos por Cellarius. Também entraram no catálogo as obras do tipógrafo suíço "Carlos Estevão" – Robert Estienne (1503-1559) –, em especial o *Thesaurus Linguae Latinae* (1531)<sup>537</sup>.

Situar os autores e as obras e, em certo sentido, revelar um mundo que não é evidente na leitura dos livros antigos era o objetivo também das notas explicativas inseridas nas publicações modernas destes textos. Por isso, Verney também se preocupou em indicar as edições comentadas – muitas vezes pelos próprios antiquários aqui citados. Ele destacou principalmente os materiais tipográficos produzidos na Holanda e Bélgica<sup>538</sup>. Para a leitura dos poetas bucólicos gregos Teócrito, Bión e Mosco os mais recomendados eram os textos organizados por Daniel Heins (1580-1655), os quais, além das observações deste, traziam notas explicativas de Joseph Justus Scalinger (1540-1609) e de Isaac Causobon (1559-1614). Para as comédias de Plauto, exaltava a edição de Gronovius (1611-1671). Quanto a Terêncio, pelo menos três comentadores são referidos, respectivamente: "Farnábio" – Thomas Farnaby (1575-1647) –, "Minélio" – Johann Minelli (1625-1681) – e "Madame le Fèvre" – Anne Le

<sup>534</sup> **Ibid.**, p. 115.

<sup>535</sup> **Ibid.**, p. 97.

<sup>536</sup> **Idem.**

<sup>537</sup> Esse impressor ganhou destaque principalmente em função das inovações inseridas na edição da Bíblia. Foi o primeiro a colocar capítulos e versículos numerados nela. Na *Gramática* Verney voltou a se referir ao *Thesaurus*, mas dessa vez a versão foi a organizada por outro membro da célebre família de tipógrafos Estienne, Henri, o jovem (1528-1598), o qual inseriu notas explicativas inéditas. Quanto a esses impressores, Cf. MARTIN, Henri-Jean. "Le temps de Robert Estienne" in CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (org). **Histoire de l'édition française**. Vol.1, Paris: Promodis, 1982. Pp. 230-235.

<sup>538</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 103.

Fèvre Dacier (1645-1720)<sup>539</sup> –, a qual publicou, na opinião de Verney, a mais bela tradução e notas sobre Terêncio<sup>540</sup>.

É importante ressaltar que estes antiquários não se pretendiam historiadores. Suas descrições eram sistemáticas e não se enquadravam, em termos estilísticos, no gênero história. Esta “havia sido escrita por Tito Lívio, Tácito, Floro, Suetônio, pela História Augusta<sup>541</sup>”. Quando estes autores modernos se voltavam ao passado da Grécia e de Roma, não era para escrever sobre sua história, mas para compor *antiguidades* a seu respeito. Essa situação teria se perpetuado até meados século XVII. Em Verney, a distinção parece ainda ter permanecido válida. E, talvez, o mesmo para os ambientes letrados portugueses em geral, pois, a Real Academia de História não indicava ter outro objetivo senão a escrita da história do próprio reino luso; permanecendo a leitura da história de Roma e Grécia restrita ao cânone de obras clássicas.

---

<sup>539</sup> Vale a pena destacar o papel dessa tradutora e crítica francesa em um universo intelectual dominado por homens. Durante anos de sua vida, se dedicou a traduzir e comentar autores gregos e latinos para o francês, dentre eles: Plauto, Aristófanes, Calímaco, Anacreonte, Safo e o já mencionado Terêncio. Curiosamente, Verney não menciona suas traduções da *Ilíada* (1699) e da *Odisseia* (1708), as quais geraram considerável controvérsia entre os letrados setecentistas. Em ambas, Anne Dacier inseriu longos comentários e extensos prefácios, situando as obras histórica e criticamente para os leitores. Essa empreitada intelectual colocou-a no interior da chamada “Querela de Homero” (*querelle d’Homère*), entendida por alguns como a fase final da famosa Querela de Antigos e Modernos. Em função dos debates em torno dessas duas edições, ela produziu outros dois folhetos com importantes discussões sobre a importância da poesia e sobre a noção de gosto. Diferente de Verney, que não via nas composições poéticas nada além do deleite, Madame Dacier entendia que a poesia tinha um papel pedagógico fundamental. Pois, mesmo a Bíblia estava repleta de artifícios ficcionais e metafóricos como instrumento para evocar verdades espirituais. Contrariando a tendência da época, preferia o modelo grego ao romano. E, conforme sua “filosofia estética”, o gosto representava um índice de nível civilizacional, tanto em termos morais quanto artísticos. Dentro de suas concepções éticas e literárias, tomou o partido dos antigos, e via o mundo europeu moderno como decadente em comparação a seus antecessores hebreus e helênicos. Cf. DACIER, Anne. **Des causes de la corruption du goût**. Paris: Rigaud, 1714. DACIER, Anne. **Homère défendu**. Paris: Coignard, 1716. HAYES, Julie Candler. “Of Meaning and Modernity: Anne Dacier and the Homer Debate” in RUBIN, David Lee (org). **Strategic Rewriting**. Charlottesville, VA: Rookwood, 2002. p. 173-95. GARNIER, Bruno. “Anne Dacier, un esprit moderne au pays des anciens,” in DELISLE, Jean (org). **Portraits de traductrices**. Ottawa and Artois: Presse universitaire d’Ottawa and Artois Presse universitaire, 2002. p. 13-54. DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith. **Translators through History**. FIT and Unesco: Amsterdam and Philadelphia, 2012.

<sup>540</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 1746a. p. 95.

<sup>541</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. **História Antiga e o Antiquário**. Anos 90, Porto Alegre, v.21, n.39. p. 26.

Contudo, essa leitura era realizada de acordo com preceitos da própria época; onde a geografia e a cronologia criaram uma estrutura espacial e temporal que categorizava e ordenava os textos antigos. As antiguidades, por sua vez, revelavam um “passado subterrâneo”, pois informavam sobre práticas e costumes ausentes ou não explicitados nos textos de história. Parece razoável, portanto, indicar as práticas antiquárias como outro elemento de configuração de um olhar moderno que Verney pretendeu que fosse dirigido à história antiga.

### *O leitor crítico*

Passo agora para outra das modernidades verneinianas: a crítica textual. Mais uma vez remeto ao contexto mais amplo, o qual não pode deixar de ser relativo, como definiu o historiador Dominick LaCapra, pois refere a temporalidades diversas e proposições heterogêneas que são vistas em conjunto apenas por terem sido articuladas no método eclético do autor português. Nele, Verney articulou em uma complexa trama conceitual de preceitos de artes de história, retórica, crítica e lógica. Todos eles voltados para uma metodologia da leitura da história antiga *iluminada pela luz da razão*. Mas sem pôr em questão, em nenhum momento, a autoridade da Igreja ou da monarquia lusitana.

Os humanistas referidos ao longo das obras de Luís António Verney, liam os clássicos de formas variadas, mas, como elemento comum no interior dessa diversidade, havia a intenção de ler os textos originais com o intuito de ter acesso aos autores antigos como eles realmente foram. A condenação feita pelo novo tipo de leitor que surgiu com o Renascimento dirigia-se aos comentários das autoridades medievais que, segundo os humanistas, aprisionavam o texto<sup>542</sup>. Assim como esse modelo, Verney também criticou aquilo que entendeu como a perversão do bom gosto dos antigos. O intelectual português identificou a prática dos glosadores jesuítas lusitanos com a atividade dos comentaristas medievais e, assim como os humanistas, a condenou, atribuindo-a aos “tempos bárbaros”. Portanto, para ler os textos

---

<sup>542</sup> ANTHONY, Grafton. **O leitor humanista**. In: CAVALLO, Guglielmo. CHARTIER, Roger. (org.). **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Atica, 1999. Vol.02, p. 08-09.

legados pela tradição, era necessário fazer uso de técnicas que possibilitassem ao leitor identificar o que era original e o que era interpolado nos textos. Para esse fim, Verney, principalmente em seu tratado de lógica, se apropriou das técnicas reunidas nas *ars criticas*.

Ler a história com o auxílio da *crítica* era necessário principalmente para as discussões teológicas. Nesse ponto Verney reconheceu a importância dos “hereges<sup>543</sup>” protestantes, cujo esforço e erudição empreendidos para deslegitimar a autoridade da Igreja Católica obrigara os representantes desta a se aperfeiçoarem nos estudos:

Devemos porem, em obzequio da-verdade, confessar, que a ocaziam deste adiantamento a-devemos aos Herejes que aparecêram no-seculo XVI. Querendo eles, livrar-se de varios argumentos, tirados dos-antigos Padres; declaráram muitas obras apocrifas, e diligentemente estudáram as linguas mortas, para argumentarem, contra os Originais. Isto obrigou os Catolicos a fazerem o mesmo: e restituindo as ditas obras, à sua primeira pureza, determináram quais eram as verdadeiras, e quais as falsas e supostas<sup>544</sup>.

Foi, portanto, da contenda confessional e erudita entre protestantes e católicos, conforme Verney, que se estabeleceu um corpo de doutrina que ele classificou como teologia moderna. As antiguidades eclesiásticas também eram lidas com os olhos modernos, pois não estavam imunes de ser avaliadas pela crítica.

Para o historiador Anthony Grafton, o primeiro autor a comparar as fontes de uma forma histórica e crítica, foi o humanista Angelo Poliziano (1454/1494). Para Poliziano, os testemunhos da Antiguidade não deveriam ser apenas somados, mas pesados<sup>545</sup> — Verney faria ecoar essa máxima, séculos depois, ao defender que não se aceitasse os antigos de olhos fechados. Porém, quem primeiro desenvolveu de forma mais sistemática e acurada quais critérios

---

<sup>543</sup> Na Lógica foi feita uma ressalva: “E, se algumas vezes elogiarmos um autor que, por ser herético deve apenas mencionar-se com benevolência, elogiemos a erudição do indivíduo, mas abominemos a sua perversidade e não ponhamos a sua obra à venda para ser lida, excepto se for permitido pela Igreja”. VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 2010a. p. 61.

<sup>544</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746b, p. 216.

<sup>545</sup> GRAFTON, Anthony. *Defenders of the Text: the traditions of scholarship in an age of science, 1450-1800*. Cambridge: Harvard University Press, 1994, p. 55.



mobilizar para pesar o valor dos testemunhos foi outro humanista: o falsário e frei dominicano Giovanni Nanni, ou, como também era conhecido, Annio de Viterbo (1432/1502).

Em 1498, Viterbo publicou uma coletânea de comentários sobre autores antigos. Nessa coletânea constavam nomes de antigos escritores gregos, alguns dos quais inventados por ele mesmo, como o fictício Metástenes. Annio também forjou falsos documentos atribuindo-os a conhecidos autores latinos como Catão e Fábio Pictor<sup>546</sup>. Além do comentário de suas supostas fontes, Viterbo incluiu critérios para que o leitor pudesse avaliá-las. As regras para o julgamento dos textos, desenvolvidas por Viterbo, teriam servido de base às reflexões posteriores sobre escolha e avaliação das fontes. Mesmo autores que se opuseram a ele formularam suas propostas de leituras em resposta às suas proposições. É realmente um fato curioso, como classicificou Anthony Grafton, que o rigor de análise que pretendia estabelecer formas seguras para o estabelecimento da verdade tenha nascido de um embuste: “é um falsário que emerge como o primeiro teórico moderno da leitura crítica dos historiadores<sup>547</sup>”.

Outro nome parece ser incontornável para a história do desenvolvimento do método crítico: Baruch Espinosa. Em especial a obra intitulada *Tractatus Theologico-Politicus*, a qual foi publicada pela primeira vez no ano de 1670 em Amsterdã, sem indicação de autoria e sem revelar o local correto de sua publicação<sup>548</sup>. O filósofo alemão Ernst Cassirer destacou que a dimensão histórica e crítica do *Tractatus* não partiram exatamente de uma preocupação empírica, mas daquilo que sempre foi a preocupação de Espinosa: o ser puro. Ou seja, o objeto sobre o qual se desdobrou seu argumento não era propriamente histórico – “a mudança empírica” – e sim, aquilo que é imutável e transhistórico – “a unidade essencial das coisas, encerrada e

---

<sup>546</sup> **Ibid.**, p. 80.

<sup>547</sup> **Idem.**

<sup>548</sup> As informações sobre a primeira edição são de Diogo Pires Aurélio, que traduziu o texto latino para o português. Ver ESPINOSA, Baruch de. **Tratado Teológico-Político**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 113.

sustentada em si mesma”. No entanto, foi Espinosa “quem primeiro concebeu com plena lucidez a ideia de uma historicidade da Bíblia<sup>549</sup>”.

Estabelecer a Bíblia como um produto histórico foi possível pela forma como Espinosa a interpretou: “ele decide interpretar não o ser, a ‘natureza das coisas’, a partir da Bíblia, mas a própria Bíblia como uma parte do ser e como tal submetida às suas leis universais”. Logo, as escrituras consistiam não em verdades transcendentais que explicam o universo, mas em um produto empírico e condicionado:

as dificuldades que ela contém, as contradições evidentes que comporta, resolvem-se desde que cada texto seja colocado de novo em seu contexto: quando, em vez de considerar cada passagem da Bíblia uma verdade intemporal, ela é explicada pelas particularidades de sua origem e pela individualidade de seu autor<sup>550</sup>.

O *Tratado* de Espinosa sofreu duras críticas e o peso do aparato censório católico e protestante fez o possível para coibir sua circulação. Mesmo entre os judeus, não foi bem aceita a proposição de que o velho testamento não era uma expressão da própria divindade. Porém, nos debates teológicos e eruditos, “ele não poderia mais ser abandonado daí em diante<sup>551</sup>”. Verney referiu brevemente o *Tractatus*, dando indícios de ter lido o primeiro capítulo<sup>552</sup>. As opiniões espinosistas só teriam sido aceitas por “panteístas e fanáticos”. Mas o autor português não negou totalmente o valor da obra: segundo ele, “Bento de Espinosa” fora “um ateu com muito talento<sup>553</sup>”.

A aplicação da crítica histórica à Bíblia viria a vingar mesmo entre os teólogos católicos e, oito anos depois da publicação do *Tractatus*, o oratoriano francês Richard Simon publicou a *Histoire critique du Vieux Testament* (1678). Obra que, de forma indireta, respondia tanto ao desafio de Espinosa quanto às vertentes cristãs protestantes. Simon defendia que a vulgata de São Jerônimo não consistia uma fonte original, mas em conjuntos de textos de origens

---

<sup>549</sup> CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: ed. Unicamp, 1994, p. 249.

<sup>550</sup> **Ibid.**, p. 250-251.

<sup>551</sup> **Idem.**

<sup>552</sup> Cf. VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010, p. 369.

<sup>553</sup> **Idem.**

diversas, os quais, com o passar do tempo, sofreram adulterações e interpolações. Sua proposta foi aplicar critérios da crítica textual aos textos sagrados, atribuindo-os o mesmo estatuto dos demais *corpora* literários antigos<sup>554</sup>.

O erudito francês empreendeu uma análise filológica das fontes bíblicas para restabelecer o contexto mais provável em que estas foram produzidas, mas sem questionar, como fez Espinosa, os milagres relatados pelas santas escrituras. Simon pretendia reforçar os dogmas da fé e da autoridade católica, em oposição ao ceticismo ateu e às heterodoxias de outras confissões cristãs. Ao propor que a Bíblia possuía equívocos que deveriam ser crítica e historicamente corrigidos, se opôs à tese da *sola scriptura* protestante. Para ele, a fé católica não precisava se fundamentar na leitura da Bíblia, pois a revelação tinha como base a transmissão oral cuja legitimidade era garantida pela tradição da Igreja. A contrapartida do questionamento da legitimidade dos textos bíblicos era a defesa de um intérprete autorizado que tivesse condições de separar a verdade do erro. No caso, a própria estrutura eclesiástica composta pelos doutores e eruditos católicos<sup>555</sup>.

Mas, o desenvolvimento de métodos críticos não foi alimentado apenas por querelas interconfessionais; no seio da própria Igreja Católica a disputa entre diferentes ordens também estimulou o aperfeiçoamento de ferramentas de análise textual. No ano de 1675, o jesuíta Daniel Papebroeck, propôs – na obra *Propylaeum antiquarium* – regras para diferenciar documentos espúrios da documentação autêntica. A acusação de Papebroeck, de que parte da documentação merovíngia depositada na abadia de Saint-Denis era falsa, foi rebatida por Jean Mabillon em uma obra publicada no ano de 1681: o *De Re Diplomatica*<sup>556</sup>:

---

<sup>554</sup> PÉCHARMAN, Martine. **The ‘Rules of Critique’** – *Richard Simon and Antoine Arnauld* in BOD, Rens; MAAT; Jap; WESTSTEIJN, Thijs. **The Making of Humanities – Volume 1: Early Modern Europe**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, p. 330.

<sup>555</sup> CASSIRER, Ernst. **Op. Cit.**, p. 249.

<sup>556</sup> As notícias sobre a erudição e a crítica de finais do século XVII e início do XVIII teriam chegado a Portugal através do idealizador e membro fundador da Academia Real de História

O estudo erudito [de Mabillon] prende-se ao documento em seu conteúdo, mas também é atento aos seus suportes materiais utilizados: o tipo de tinta, as folhas de pergaminho, a figura das letras, os selos... A favor da diplomática, Mabillon inscreve a história na série das disciplinas do conhecimento e acentua, portanto, a separação com a literatura, origem do gênero histórico, em nome de regras estritas de conformidade na abordagem da massa arquivística<sup>557</sup>.

O tratado de Mabillon teria sido fundamental para o desenvolvimento posterior das pesquisas históricas e de outras áreas do saber. Segundo a filósofa Blandine Kriegel, a *Diplomática* teria preparado todo um sistema geral de classificação dos séculos XVIII e XIX, o qual contribuiu para a confecção de dicionários e de classificações gerais de botânica e zoologia adotadas por Lineu, Jussieu, Geoffroy e Saint-Hilaire. Segundo Kriegel, a gramática dos diplomas teria antecipado o léxico das floras e das faunas<sup>558</sup>.

No final do século XVII e início do século XVIII, a crítica já havia sido amplamente adotada como critério indispensável para a leitura dos textos antigos e da Bíblia, e era mobilizada para a produção do conhecimento histórico. Luís António Verney fez referência a toda essa tradição e se apropriou de seus preceitos para oferecer um método crítico conciso para os jovens leitores portugueses. Porém, para intelectuais católicos como ele, a crítica — situada “nos limites da blasfêmia e da heresia<sup>559</sup>” — representava um desafio.

---

Portuguesa, Padre D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734). Em sua viagem à Itália, no ano de 1710, D. Caetano foi às cidades de Roma e Florença. Nesta última: frequentou bibliotecas, tipografias, academias e lojas de mercadores de livros. No convento dos Beneditinos teve acesso às obras *Paleographia Graeca* de Bernard de Montfaucon (1655/1741) e a *De Re Diplomatica* de Jean Mabillon. MOTA, Isabel Ferreira. **Op. Cit.**, p. 30.

<sup>557</sup> DOSSE, François. **A História**. Bauru: Edusc, 2003, p. 34-35.

<sup>558</sup> BARRET-KRIEDEL, Blandine. **L'histoire à l'âge classique: La défaite de l'érudition**. Paris: PUF, 1996, vol. II, p. 203.

<sup>559</sup> Essas questões não ficaram de fora dos contextos letrados da metrópole lusitana e de seus domínios, como destaca Pedro Telles da Silveira: “Para o contexto luso-brasileiro desse período [fim do século XVII início do XVIII], o debate trazido pelo espinosismo e pela crítica textual demonstra a existência de um forte potencial polêmico nas práticas aqui discutidas. Embora não se possa estudar o desenvolvimento de cada uma dessas correntes críticas, elas apontam para uma sociedade em vias de secularização *por meio* da religião e, por conseguinte, um forte questionamento da autoridade. De um modo ou de outro, estes problemas também estão no centro da controvérsia trazida pelo desenvolvimento da diplomática”. SILVEIRA, Pedro Telles. SILVEIRA, Pedro Telles da. **O Cego e o Coxo: Crítica e Retórica nas dissertações**

Jean Mabillon, nas palavras iniciais do XIII capítulo do *Traité des Études Monastiques*, publicado no ano de 1691, acusava os perigos que o excesso de liberdade da crítica podia acarretar. Extrapolando os campos das letras humanas, nem os dogmas da fé estavam a salvo dela: “E este pode ser o um dos males do nosso século [o excesso de crítica]. Os séculos precedentes pecaram pelo excesso de simplicidade e de credulidade: mas neste, os supostos espíritos fortes não aceitam nada que não tenha passado por seu tribunal<sup>560</sup>”.

Luís António Verney também tratou de limitar o alcance que o método crítico deveria ter. Por isso, na interpretação da Bíblia, definia como axioma que “os livros sagrados de ambas as alianças devem ser aceites apenas segundo o modo como a Igreja Católica os interpretou constantemente”. Como legitimação de seu argumento, definia o fim ao qual a sua leitura respondia: “a sagrada escritura não foi transmitida ao ser humano para que fossemos lógicos, metafísicos, astrónomos, mas varões retos e virtuosos, e para nos conduzir à beatitude<sup>561</sup>”.

As escrituras são a transcrição do testemunho da palavra de Deus transmitida a homens beatificados. Mas, em sua condição de texto, poderia também ter sido corrompida no decurso do tempo pela narrativa humana. Por isso, cabia averiguar se os testemunhos divinos “chegaram até nós genuínos e não adulterados”. Mas, para isso, a crítica deve começar pelo seguinte ponto:

1. Em primeiro lugar, devemos deliberar em conformidade com a Igreja Romana, que, se ensina que um livro é verdadeiro, é ímpio impugnar isso. Na verdade, além dela ser governada pelo espírito divino para não errar nas coisas que devem ser instruídas e outras semelhantes, examinou cuidadosamente, como era necessário, em conformidade com a tradição constante, se os livros eram ou não genuínos e verídicos e se

---

*históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*. Dissertação de Mestrado. Ouro Preto: UFOP, 2012, p. 151.

<sup>560</sup> MABILLON, Jean. *Traité des Études Monastiques* in HUREL, Odon (org.). *Le moine et l'historien - Dom Mabillon: Oeuvres choisies*. Paris: Robert Lafont, pp. 381-625 [1691], 2007, p. 559.

<sup>561</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 2010, p. 487-489.

deviam ser aceites num determinado sentido ou de modo diferente<sup>562</sup>.

Mesmo no cruzamento dos testemunhos, a vulgata de são Jerônimo deveria ser aceita, pois, conforme Verney, a autenticidade dos textos ali reunidos foi atestada pelo mesmo critério que permitiu que os livros atribuídos a Homero, Platão, Cícero, Virgílio e Plutarco, entre outros, fossem tidos como legítimos. No entanto, uma vez que o testemunho divino não se deu originalmente em latim, ao teólogo era necessário possuir o conhecimento da história sacra e possuir erudição nas diversas línguas Antigas:

(...) dado que os livros da aliança divina foram escritos nas línguas hebraica, caldaica e grega, são acusados com razão de ousadia e arrogância os que desprovidos destas línguas e desconhedores da Antiguidade, tanto sagrada como profana, se dedicam a atividade da interpretação<sup>563</sup>.

Para os textos profanos, a crítica era feita de forma mais livre e tida como necessária<sup>564</sup>, pois: “dado que arte tipográfica ou o modo reproduzir os tipos apenas foi conhecida na Europa em meados do século XV, resultou que todos os livros antigos foram escritos à mão, sendo por isso evidente poderem neles introduzir-se sorrateiramente inumeráveis erros<sup>565</sup>”. Na Lógica, foram expostas quatro causas principais de erro: os copistas, os críticos, os embusteiros e a antiguidade<sup>566</sup>. Os copistas teriam errado por negligência e imperícia; entre os críticos, muitos eram sem talento e, por vezes, trataram de assuntos que não dominavam; os embusteiros incluíram erros “de caso pensado”, eram falsários

---

<sup>562</sup> **Ibid.**, p. 473.

<sup>563</sup> **Ibid.**, p. 477.

<sup>564</sup> A necessidade e os limites da crítica defendidos por Verney coincidem com as proposições de Martinho de Mendonça. Ela era necessária, pois “quando afirma, ou escreve um particular, por mais que seja insigne, e famoso escritor, he necessario conhecer, que tem razão no que diz para seguillo e imitallo”. Porém tinha limites, sendo que “quando manda, ou dispoem o superuir eclesiástico, ou secular deve ser obedecido, ainda quando senão perceba, nem possa alcançar a razão, e fundamento, que para isso tem”. Ou seja, a autoridade, secular ou eclesiástica, não era passível de ser posta em causa. O limite intelectual imposto à crítica era um limite imposto pela própria hierarquia das instituições sociais. Cf. PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina. **Op. Cit.**, p. 25.

<sup>565</sup> **Ibid.**, p. 461.

<sup>566</sup> Verney atribui a identificação dessas causas à Le Clerc, no *Ars Crítica*, e a Bernard Lamy, no *Apparatus Biblicus*. **Idem.**

profissionais; e, por fim, a própria antiguidade dos textos acarretava em sua destruição:

(...) o tempo que tudo devora apagou as letras das inscrições, das lápides e sobretudo dos pergaminhos de outros códices. Por outro lado, subsistiram inumeráveis lacunas que por parte alguma poderemos alguma vez preencher ou colmatar. O penetrante autor Estrabão é testemunha de que isso ocorreu com os livros de Aristóteles e de Teofrasto. Resultou por isso que tais livros – consumidos e corroídos pela umidade e pela traça – tenham sido interpretados tão imperfeitamente pelos peripatéticos que em vão podemos procurar Aristóteles no próprio Aristóteles e muito menos nos aristotélicos. Em virtude dessas causas, sucedeu que também todos os livros antigos (excepto os Livros Sagrados) tenham chegado até nossos dias totalmente corrompidos; e foram-lhes acrescentados tantos outros apócrifos que apenas com grande esforço e diligência seremos capazes de distinguir o branco do preto<sup>567</sup>.

Para identificar os erros nos livros e conseguir separar as fontes autênticas das falsas, foram oferecidas algumas regras: 1) para os códices antigos, era necessário cruzar as versões existentes, preferindo os mais antigos – se em um códice mais moderno estivessem inclusas palavras e frases ausentes nos mais velhos, provavelmente tratava-se de uma obra adulterada; 2) aqueles escritos cujo título ou autor não constasse nos catálogos antigos, ou que não tivessem sido referidos por outros autores, contemporâneos ou imediatamente posteriores da obra suposta, “a maioria das vezes devem ser considerados falsidades ou pelo menos tidos como suspeitos”; 3) aquilo que em sua época foi colocado em desconfiança, dificilmente deve ser verdadeiro; 4) obras em que a ideia do autor contradiz as ideias dele mesmo em outros escritos, provavelmente são falsas; 5) livros que referem eventos ou fazem usos de vocabulário posterior ao seu tempo, provavelmente foram adulterados; 6) uma obra repleta de imperícias e que não respeita os critérios da arte não deveria ser atribuída a um “varão douto”; 7) se o estilo for diferente da época ou do autor, provavelmente o livro não é nem deste autor nem da referida época<sup>568</sup>.

---

<sup>567</sup> **Ibid.**, p. 465.

<sup>568</sup> **Ibid.**, p. 467.

Todas essas regras<sup>569</sup>, segundo Verney, estavam de acordo com os “usos e costumes” aceitos entre os melhores eruditos. Também eram evidentes, pois estariam em concordância com os critérios da reta razão. E, para os que pretendessem se aprofundar no assunto, indicava, mais uma vez, a *Ars Critica* de Le Clerc e o *Méthode* de Langret<sup>570</sup>.

O estabelecimento da verdade como fundamento do relato histórico ficou exposto no primeiro capítulo. Cabe agora um complemento, pois há diferenças no tratamento dessa tópica em relação aos antigos. A educação de um leitor apto a identificar falsificações encontraria outra vez fundamento no método formulado pelos modernos, e não propriamente uma raiz clássica. A verdade histórica era enunciada nos antigos, mas inexistia uma teórica que ofereça ferramentas para o leitor estabelecer um juízo técnico sobre a fidedignidade dos relatos<sup>571</sup>. Anunciada por Cícero como a primeira lei da história, a verdade não parece ter outro critério além da autoridade do historiador:

De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não dizer algo de falso? Em seguida, ousar dizer algo de verdadeiro? Não haver suspeita de favorecimento na escrita? Ou de ressentimento? É claro que esses fundamentos são do conhecimento de todos<sup>572</sup>.

---

<sup>569</sup> Além desses preceitos, Verney também se apropriou das técnicas de crítica e filologia elaboradas por Jean Mabillon na *Re Diplomatica* (ele indica o livro IV), por Montfaucon no *Palaographia Graeca* e por Louis Cappel no *De Litteris Hebraeorum*: “Deve acrescentar-se a este assunto o modo de escrever dos antigos gregos e latinos, que não usavam intervalos nem espaços segundo um discurso contínuo e seguido; e acrescentar-se também o dos Judeus, que pelo menos até aos Massoretas redigiam os códices com acentos nas vogais. E acrescentar-se ainda a forma abreviada da escrita de todos aqueles que omitiram algumas sílabas. E acrescentar-se, por último, a alteração das letras. Com efeito, os antigos Romanos usavam letras maiúsculas, como podemos observar nalguns manuscritos. Posteriormente, tornou-se usual a letra lombarda, também denominada ‘gótica’, na qual está escrita a maior parte dos códices antigos. Os Gregos usavam inicialmente caracteres quadrados, como constatamos pelas inscrições. Eles serviam-se em seguida de caracteres mais redondos sem espíritos e sem acentos, tendo sido inventados uns e outros ao longo dos tempos. Por outro lado, os Hebreus, que primeiramente fizeram uso dos caracteres samaritanos, substituíram-nos durante o cativeiro de Babilônia pelos caracteres assírios ou caldaicos, usados ainda atualmente”. *Ibid.*, p. 463.

<sup>570</sup> **Idem.**

<sup>571</sup> De acordo com Christian Meier, nos antigos a verdade aparece como um imperativo historiográfico, mas “muito mais na perspectiva de que se deveria se ater a ela do que na perspectiva de como chegar a ela”. KOSELLECK, Reinhart [ et al.]. **Op. Cit.**, p.49.

<sup>572</sup> Cícero. **Oratore**, II, 62.



Mas, como o leitor poderia verificar se o relato do historiador era verdadeiro? Quanto a isso, são dignas de nota as proposições do teólogo e erudito suíço Jean Le Clerc. Para Verney – embora condenasse as críticas de Le Clerc contra os dogmas católicos e sua “veemência desmedida em replicar” –, a *Logica sive Ars Ratiocinandi* (1692) e a *Ars Crítica* (1697), eram obras sem paralelo entre os modernos<sup>573</sup>.

O polemista suíço, que se proclamava como avatar da modernidade, definiu sua *Ars Crítica* como uma nova forma de pensar e ler a história. Nela, teceu críticas iconoclastas e de apelo polêmico contra a tradição católica e das letras clássicas. Conforme Anthony Grafton<sup>574</sup>, ele fez questão de escolher textos dos antigos – e não medievais ou modernos – para demonstrar que todo e qualquer texto, por mais venerável e respeitado pela tradição, revelava falhas, quando submetido aos critérios da “reta razão” moderna. Seu ataque concentrou-se especialmente sobre a *Historiae Alexandri Magni Macedonis* – escrita por Quinto Cúrcio Rufo, o qual seria um retórico e não um historiador. Verney não foi tão radical nesse ponto, embora tenha destacado que Le Clerc fez “um juízo sensato sobre” Cúrcio. Inclusive declarou ter feito considerações semelhantes numa “dissertação singular” – à qual infelizmente não encontrei referência<sup>575</sup>.

Conforme destacado no capítulo 2, Verney adotou a *Historiae Alexandri* como modelo de aplicação da língua latina. Na *Lógica* afirmou que Cúrcio foi “um magnífico escritor”. No entanto, o apuro expressivo deste historiador não estava isento de “vícios”. Este...

induziu de tal forma em erro os leitores com o requinte natural, a elegância e a pureza do discurso e com grande número de acontecimentos descritos que dificilmente um milésimo dos que leem poderá pensar estarem nele dissimulados tais desmandos. Certamente, os críticos mais escrupulosos exigem dele, quase

---

<sup>573</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 2010, p. 99.

<sup>574</sup> GRAFTON, Anthony. *Op. Cit.*, 2006, p. 03.

<sup>575</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 2010, p. 559.

sem exceção, um historiador que distinga em discernimento ao dar a conhecer ou passar em silêncio os acontecimentos<sup>576</sup>.

Mas, voltando ao debate sobre a *Ars Critica*; Grafton afirma que o intelectual suíço teria feito “ressoar a voz da modernidade” ao propor um rompimento com uma tradição que, por mais de mil e quinhentos anos, vinculava a história à retórica. Para Le Clerc, o historiador deveria examinar as fontes do passado, só aceitando aquelas que se demonstrassem verdadeiras depois de expostas ao método crítico. O historiador não deveria produzir a história por meio de artifícios literários, mas somente referir aquilo que consta em suas fontes através de uma prosa simples e sem ornatos: “na era da nova filosofia, Le Clerc clamava por nada menos que uma nova história<sup>577</sup>”.

O principal motivo para citar esse autor aqui diz respeito às regras que o historiador deveria obedecer para que sua narrativa pudesse ser adequadamente avaliada pelos leitores. Como aqueles que iriam escrever a história antiga não possuíam mais do que o registro dos textos que sobreviveram, o historiador teria a obrigação de citar todos os autores que foram por ele consultados. As notas de referência deveriam estar em cada página. Porém, se o historiador não quisesse assim proceder, deveria ao menos incluir no início ou ao final de seu livro uma lista dos textos consultados para a confecção da obra. Essa regra deveria ser observada para que o leitor não tivesse que se fiar nas escolhas ou em uma suposta sinceridade do autor, podendo, por conta própria, avaliar o mérito da narrativa histórica que tinha diante dos olhos. Le Clerc advogava em nome de um leitor moderno e crítico, em oposição a um leitor antigo e crédulo: “A República das Letras se tornou enfim um país de luz e razão, e não de autoridade e fé cega, como havia sido por longo tempo<sup>578</sup>”. Na *Lógica* de Verney, essa imagem de um leitor desconfiado foi reforçada.

---

<sup>576</sup> **Idem.**

<sup>577</sup> GRAFTON, Anthony. **Op. Cit.**, 2006, p. 11/12.

<sup>578</sup> La République des Lettres est enfin devenue un país de raison & de lumière, & non d'autorité & de foi aveugle, comme ele ne l'a été que trop long-temps". CLERC, Jean Le.

De acordo com Verney, as narrativas, amiúde, continham falsidades, “ou por ignorância ou por malícia”, e, para que o leitor não incorresse nos mesmos erros dos antigos, deveria ser apto a distinguir o verdadeiro e o falso nas histórias. Para isso, Verney estabelece a avaliação de três aspectos: a) a qualidade das testemunhas; b) o evento narrado; c) o modo de narrar. Esses três elementos serão aqui entendidos como cláusulas de um *pacto de leitura* por ele formulado<sup>579</sup>.

As testemunhas não possuíam o mesmo valor: umas são sagazes e de juízo, outras ignorantes e obtusas; umas imparciais outras parciais; umas são oculares e outras auriculares; podem ser contemporâneas dos eventos narrados ou posteriores a eles. Assim, testemunho perfeito é aquele feito por homens competentes sobre o assunto, que sejam contemporâneos e testemunhas oculares dos eventos, e que os exponham sem parcialidade. A variação desses elementos deveria ser pesada para estabelecer um maior ou menor grau de probabilidade das histórias<sup>580</sup>.

As narrativas deveriam respeitar a regra de não contradição, onde uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo: “uma narrativa em que se expressam circunstâncias que se opõem entre si é destituída de probabilidade”. Existe também um critério de número: um evento que “causa admiração (*mirabile*)” é menos crível quando só possui um testemunho, se, “porém, várias testemunhas de total credibilidade narrarem isso, embora de forma diferente, merecem maior consideração”. Mais digno de fé seria se narrado por testemunhas oculares ou por pessoas que exercem funções públicas<sup>581</sup>.

Sobre o modo de narrar, a noção de pacto é ainda mais pertinente, pois, o que é narrado à maneira dos poetas possui, conforme Verney, um grau inferior de probabilidade:

---

**Parrhasiana ou Pensées Diverses.** Amsterdam: Henri Schelete, seconde ed. augmentée, 1701, p. 145-146.

<sup>579</sup> VERNEY, Luís António. **Op. Cit.**, 2010, p. 453.

<sup>580</sup> **Ibid.**, p. 453-457.

<sup>581</sup> **Idem.**

Efetivamente, ninguém desconhece que os poetas não têm como finalidade estabelecer regras para narrar coisas verdadeiras, mas inventar narrações fictícias e enfeitar com falsos ornamentos de estilo e com artifícios o discurso, podendo, assim, cativar mais facilmente os ouvidos e o espírito dos leitores.

Por isso:

Tem muito maior probabilidade as narrativas realizadas ao modo dos historiadores, se elas forem expostas em termos simples e sem rodeios, sem nenhuma amplificação e sem arrebiques.

Uma narrativa sem arrebiques e amplificação não significava ausência de artifício retórico. Ao contrário do que pensava Le Clerc, para Verney, a história, como as demais letras humanas, continuava vinculada aos preceitos da arte de bem falar. No *Método*, eloquência e elegância literária não eram incompatíveis com preceitos lógicos e racionais. Nas suas palavras, “todo lugar” era “teatro para a retórica”: na oratória, na poesia, na história ou na conversação cotidiana<sup>582</sup>. Sua extensão seria tão grande quanto a própria língua, pois todo discurso necessitava da direção das técnicas de eloquência<sup>583</sup>: “o discurso de um homem despido de todo o artifício” não poderia “menos que ser um Cahos”. As palavras devem ser colocadas em uma disposição ordenada para que a mensagem do autor seja compreensível.

O clérigo português considerava viver em “uma época de esplendor notabilíssimo das ciências<sup>584</sup>”, mas, os autores antigos não deveriam ser condenados por critérios modernos, pois as noções de razão e método não faziam parte de suas culturas. Com uma atitude historicista e cumprindo sua máxima de unir antigos com modernos, entendia que a insuperável elegância de expressão dos antigos não era incompatível com os preceitos metodológicos que regulam um pensamento racional. Propunha um leitor com habilidades críticas suficientes para suprir as imperfeições da bibliografia clássica. O olhar deste não deveria ser ingênuo, sendo, assim, capaz de adotar uma postura de

---

<sup>582</sup> VERNEY, Luís António. *Op. Cit.*, 1746a, p. 125.

<sup>583</sup> *Ibid.*, p. 155.

<sup>584</sup> *Ibid.*, p. 51.

desconfiança diante do livro de história. Verney, que leu a obra de Le Clerc, estava ciente dos equívocos de Quinto Cúrcio e de outros autores antigos, e não pretendia que os jovens portugueses aceitassem esses erros como crédulos. Para o entendimento do “sentido da história”, o leitor deveria ser capaz de, na leitura, corrigir os erros dos antigos – não abandoná-los. Para isso, era necessário ser capaz de mobilizar um conjunto de ferramentas analíticas para poder executar uma leitura adequada da historiografia clássica<sup>585</sup>. Dessa forma, a legitimidade dos textos antigos passava pela apropriação do olhar de um leitor moderno que, *educado para identificar falsificações, não quererá lidar com um mentiroso*.

## Conclusão

Nas considerações finais retomo as palavras de Paul Ricoeur, postas ainda no início desta dissertação: não somos menos leitores de história do que de romances. As consequências disso são várias, pois as impressões e motivações que essa leitura pode provocar são múltiplas. Para o século XVIII em geral – e para Verney em particular –, nem a palavra romance nem a ideia de história são as mesmas que tinha em mente o filósofo francês. Novas configurações sociais dispersas no tempo formam tramas complexas de recepções variadas das obras. Nem mesmo o estudo de caso de preceptivas de um autor, situado em uma temporalidade específica – como se tratou até aqui –, parece encerrar as questões que podem ser postas. Porém, hoje, como séculos atrás, um livro de história é tanto um produto da escrita quanto um objeto para a leitura.

Esse objeto dado a ler era variado, como registrado desde a introdução: sob o rótulo de história havia diferenças formais de gênero – histórias, memórias, vidas, dissertações, antiguidades. E dentro da tipificação temática tripartite da história – civil, eclesiástica ou sagrada – muitos eram os enredos possíveis: a vida de um príncipe, de um general (ou qualquer outro sujeito ilustre); a história de uma cidade ou de uma nação; de algum artista ou de um ofício, pois, anterior a configuração do termo como um conceito “coletivo singular”, história aparece como “história de ...”.

Muitos eram os temas que poderiam servir para a escrita da história, e diversos também eram os motivos para que ela fosse lida: para recrear espíritos capazes de identificar suas senhas estéticas; como objeto de prazer e fruição ao “como que” deslocar os indivíduos para os eventos narrados ou ao apresentar cenas “tais quais” teriam visto as próprias testemunhas – muitas vezes, em discursos que davam voz aos personagens, criando um efeito de empatia tão rico quanto o produzido por poetas e oradores. Com temas variados, a história poderia servir para saciar a simples curiosidade – definida por Verney como inerente ao intelecto humano. A elegância, propriedade e polidez que se

atribuía à boa narrativa histórica também eram fundamentais. Para a formação de indivíduos que circulavam por salões, academias ou que teriam que ocupar cargos de relevo, saber apreciar os traços estéticos dos variados gêneros de escritas do passado, servia como elemento distintivo do aristocrata, cortesão ou de outras categorias privilegiadas daquele tempo e lugar.

Repetindo a velha tópica de história como mestra da vida, Verney não deixou de apresentá-la como um instrumento de formação virtuosa e de lições de prudência – moral e política. No entanto, em sua proposta de reforma do ensino, o autor português pretendeu que o sistema pedagógico lusitano se adequasse ao modelo dos juristas franceses, no qual havia um acentuado tom historicista que colocava a história como “a ciência das ciências”. Como se viu, durante o reinado de D. José I, esse projeto veio a se estabelecer. Embora seja difícil mensurar quanto disso se deva ao *Verdadeiro Método de Estudar*, o que se sabe é que, com o ministério de Pombal, a erudição histórica – com o auxílio da filologia e paleografia – foi posta como auxiliar indispensável dentro da literatura legiferante portuguesa de então.

Mas, se num primeiro momento foi dada atenção às motivações para se ler a história, toda a segunda parte da questão esteve em entender como fazer essa leitura. Nesse quesito, a preocupação, tanto de Verney quanto dos autores nos quais ele se autorizou, estava centrada na leitura da história antiga: era ela que mais precisava auxílio de ferramentas para poder ser lida adequadamente. Essas narrativas, devido a grande distância temporal, tratavam de valores, costumes e conceitos que Verney sabia serem, muitas vezes, radicalmente diversos daqueles de sua época. Mesmo com a consciência dessa diferença do passado frente ao presente, em nenhum momento Verney propôs a composição de uma nova história antiga. Ela já havia sido redigida por Tucídides, Tito Lívio e outros autores – considerados insuperáveis como modelos literários.

Isso não significa que não se produzisse entendimentos atualizados sobre esse passado. Para o erudito lusitano, uma das tarefas fundamentais da ciência histórica de seu tempo era comentar e corrigir as obras já existentes. Segundo

ele: contextualiza-las. Muitas pesquisas de caráter histórico sobre Grécia e Roma foram desenvolvidas desde inícios da Idade Moderna. No entanto, o resultado das atividades de compilação, filologia e crítica sobre esses materiais não eram considerados propriamente livros de história. Produziam-se geografias históricas, cronologias, *antiguidades* ou se reeditavam textos comentados de Plutarco, Tácito e demais historiadores clássicos. Todas essas edições formavam uma ampla bibliografia para verificação de fontes, checagem de testemunhos e para a análise da veracidade das narrativas. O conhecimento histórico sobre a Antiguidade era reformulado, sem que sua história tivesse necessariamente que ser reescrita.

Esse aparato bibliográfico de caráter metodológico era mobilizado para a compreensão, considerada mais correta, das narrativas greco-latinas originais. Nesse ponto, espera-se, ter sido convincente a descrição de um tipo de leitura moderna desses textos, pois, a Antiguidade não legou um sistema de preceitos ou formulas particulares voltados exclusivamente para o seu estudo. Conforme citado acima, o próprio autor considerava não tratar de nada que não fosse antigo, porém, fazia-o através do crivo de um novo método.

Isso não retira a importância do legado greco-romano. Na perspectiva da historiadora Gabriela Albanese, os humanistas haviam proposto a retomada dos modelos clássicos, buscando sistematizar a teorização sobre a escrita da história que se encontrava difusa nos autores antigos. Seguindo a interpretação de Anthony Grafton, foi da síntese entre o legado clássico e as proposições humanistas que se constituiu um rol de preceitos voltado para escrita e leitura da história. Cícero, Quintiliano e Luciano ofereceram bases técnicas e retóricas para a formulação desses preceitos historiográficos— muitos dos quais ainda vigentes na época de Verney. Todavia, enquanto gênero específico, artes e métodos de história foram produtos intelectuais desenvolvidos pelos modernos.

Tanto para escrever quanto para ler os discursos, apresentava-se o método como ferramenta intelectual indispensável. Sua função principal



consistia em facilitar o entendimento. Para isso, respondia a uma demanda de conhecimento que também era moderna: ordenar e catalogar as informações – que com a invenção e aprimoramento das tecnologias de impressão, eram cada vez mais numerosas. Desde o início dos anos de 1700, um número cada vez maior de obras históricas era impresso e posto à venda, principalmente na cidade de Lisboa. E também *artes e métodos* para a leitura dessas histórias. Verney, pretendendo “facilitar a inteligência”, colocou como primeira tarefa de seu método selecionar quais títulos e autores que, em uma massa tão grande de edições, seriam dignos de serem incluídos no catálogo das melhores obras.

Depois de definir o que devia ser lido, o método estabelecia a ordem e a forma de se proceder nessa leitura. Portanto, além da censura prévia, ao lado dos livros de história circulavam também textos para controlar a forma como eles deveriam ser lidos. Mais que isso: a intenção era, através de técnicas de decodificação textual, remediar as deficiências do próprio intelecto humano. Assim, a lógica e a crítica eram aplicadas para estabelecer a veracidade provável das narrativas históricas. O intelectual português chega a definir esses procedimentos como uma espécie de medicina da mente.

Com a publicação de sua *Lógica*, o autor dizia oferecer uma arte de compreensão metodicamente ordenada. Apresentava um conjunto de regras artificiais voltadas para a leitura, reforçando o viés moderno de sua argumentação. O conjunto de protocolos que menciona e prescreve aos leitores, foi por ele apropriado de manuais e tratados produzidos entre os séculos XVI e início do XVIII. O próprio Verney colocava tais temas dentro desses marcos cronológicos. Entre os séculos V a.C. e I d.C, considerava terem sido produzidas as melhores obras legadas pelos clássicos. Depois disso, viria um hiato temporal de decadência do saber, o qual teria durado até meados do século XVI. Do medievo, Verney dizia nada ter se produzido que pudesse ser aproveitado. Por fim, foi à produção de conhecimento realizada dos Seiscentos até sua época que ele qualificou como ciência moderna. Uma ciência pretendeu restaurar muitos dos modelos e padrões de conhecimento dos antigos; bem como superá-los em algumas áreas.

O arcediogo de Évora dividiu as ciências em dois grandes campos: de um lado as letras humanas – nas quais a elegância e a pureza da linguagem dos clássicos, com destaque para os latinos, não teriam paralelo – e de outro as disciplinas “mais severas” – onde os modernos seriam superiores. A história fazia parte das belas letras, mas também tinha compromisso com a verdade e com uma descrição rigorosa dos eventos. Logo, na avaliação de Verney, a insuficiência dos conhecimentos matemáticos, físicos e geográficos, que os historiadores antigos tiveram a sua disposição, os levou a inserir muitas informações inexatas e equívocas em suas obras. Os mapas de Ptolomeu estavam defasados e nenhum contemporâneo seu suspeitou da existência de terras só descobertas no período das Grandes Navegações. Não havia nenhum modelo clássico que padronizasse os calendários dos diferentes povos – muito menos com uma régua cristã. Tampouco existiam, antes do século XVII, as técnicas de inquirição metodológica e crítica, quais as que foram desenvolvidas por Mabillon e Le Clerc.

Foi à aplicação dessas técnicas e dessas ciências na leitura que defini como um olhar moderno sobre a história Antiga. Se, por um lado, a leitura dos clássicos não deveria ser abandonada, por outro, o uso de protocolos modernos de leitura deveria corrigir os seus equívocos. Ciente de que seu mundo era diverso daquele onde viveram os gregos e os romanos, o autor luso defendeu a necessidade de conhecer quais eram suas práticas, costumes e crenças. Para isso, se fazia uso das *antiguidades*. As taboas cronológicas auxiliavam o leitor a ordenar temporalmente os acontecimentos narrados por diferentes povos em épocas diversas – padronizando calendários heterogêneos. Cartas e mapas situavam espacialmente e corrigiam os equívocos geográficos cometidos até pelos mais ilustres historiadores greco-romanos. Como auxiliares nas leituras de compêndios de histórias universais, cartas geográficas e cronológicas permitiriam criar uma percepção sinóptica desses relatos. Tanto que foram comumente denominadas como os “dois olhos da história”. Contexto, tempo e espaço eram delimitados por um método moderno de leitura.

Por fim, retomo a função atribuída à crítica, que consistia em identificar as falsificações e atestar ou não a veracidade provável dos relatos. Em um legado de mais de dois mil anos, muitas eram as incorreções e interpolações presentes nesses textos. Caberia ao crítico, nas palavras de Luís António Verney, “distinguir o branco do preto”. Isso, como sublinhado pelo autor, sem ultrapassar os limites impostos pela monarquia e pela Igreja.

De todos os autores antigos, Verney confessava sua preferência por Cícero. Seguindo o retor latino, também o letrado português tinha como lei irrevogável da história não ousar dizer falsidades. Porém, a malícia de uns e a imperícia de outros poderiam induzir ao erro. As próprias faculdades cognitivas dos indivíduos possuíam limites. Assim, o leitor não deveria ser um crédulo: diante de um livro de história, tinha de adotar uma postura desconfiada, mas não cética. Aceitar como verdadeiro tudo o que era relatado pelos historiadores seria ingenuidade. Equívoco simetricamente oposto seria não dar fé a nada que se lia na história. Toda a arte da leitura estava em escapar desses dois excessos.

Desde Cícero a verdade era apresentada como a lei fundamental da história. Porém, ainda ficava ao leitor moderno a seguinte questão: como auferir que o relato que se tinha diante de si era verdadeiro? Para Verney, a resposta foi o uso das *ars criticas*. O leitor deveria possuir um conhecimento mínimo dessas técnicas de inquirição, presentes em manuais compostos em finais do século XVII e início do século XVIII. No último capítulo dessa dissertação foram mencionados os principais nomes que ele deu destaque nessa ciência e como, ao seu modo, ofereceu um método crítico conciso para os jovens leitores portugueses.

Feita essa recapitulação, passo as considerações finais. Elas marcarão mais o momento em que se interrompe a reflexão, do que propriamente um desfecho ou a demonstração de resultados definitivos. Quanto a isso, talvez sejam importantes algumas justificativas.

As assertivas teóricas para pensar as relações possíveis entre escrita e leitura foram bastante limitadas nesse trabalho. Outros estudos de caso seriam necessários para estabelecer um espectro mais amplo de análise, o qual possibilitasse apreender melhor como o público leitor compreendia a atividade do historiador e se apropriava das diferentes formas literárias do relato histórico. Mas, ainda que essa afirmação restrinja-se à avaliação das fontes consultadas nessa pesquisa, parece plausível a hipótese de que a leitura seja um elemento legitimador do saber histórico. A tarefa, então, seria avaliar qual o lugar do leitor em diferentes contextos de produção historiográfica.

Nos ambientes letrados portugueses, no século XVIII, não foram só mestres do ofício que participaram da configuração dessa reflexão. Pois, um público de não historiadores também debatia e avaliava as práticas historiográficas. Luís António Verney problematizou e apresentou prescrições voltadas para a escrita e leitura da história, sem nunca ter sido propriamente um historiador. Outros “não historiadores”, contemporâneos e conterrâneos seus, se colocaram como legisladores do conhecimento histórico. Martinho de Mendonça, Ribeiro Sanches e Candido Lusitano também avaliaram diferentes modalidades de práticas historiográficas. Nenhum desses indivíduos fazia parte dos extratos subalternos da sociedade. Suas posições sociais e suas atividades como homens de letras eram marcas de autoridade. Mas, foi como leitores de histórias, e não como historiadores, que pretenderam legitimar esse conhecimento.

Esse estudo de caso também se abre para um panorama mais amplo, porque o repertório mobilizado por Verney estava disponível em obras que foram escritas em diferentes tempos e lugares. *A República das Letras* – fosse de fato um canal de comunicação transnacional ou uma metáfora – constituiu uma lista de tópicos debatidas em vários contextos. Os mesmos “temas do dia” eram tratados em idiomas diversos. Entre tais temas estava como ler a história.

Não esqueço que o latim, embora começasse a perder espaço, era ainda a língua científica para divulgação internacional. Todo “homem de letras”, para

ser merecedor dessa adjetivação, tinha de ser versado na literatura latina. Verney escreveu nesse idioma as obras por ele consideradas mais relevantes. Supõe-se que assim pretendia obter maior divulgação de seu trabalho. Uma língua comum aos eruditos facilitava a existência de tópicos compartilhadas. Sem mencionar a expansão dos mercados editoriais. Assim, o *barbadinho* podia ler uma obra que houvera sido editada em um país “x”, cujo autor era de nacionalidade “y”, mas que estava escrita em latim. Os temas e as edições atravessavam fronteiras.

Filho de pai francês, o arcediogo de Évora também teve proximidade com essa língua. Além disso, seus biógrafos relatam que dedicou parte de sua infância e juventude ao estudo desse idioma. Para suas preceptivas voltadas para o estudo da história adotou muitos elementos da escola jurídica francesa, o *mos gallicus*. Isso não foi uma especificidade do autor do *Método*, pois, os franceses tinham larga recepção entre os letrados portugueses. Na temática da leitura da história, Verney indicava como autoridades: Charles Rollin, Claude Fleury, Bernard Lamy, Abbé de Vallemont e Lenglet Du Fresnoy. Essas mesmas autoridades foram mencionadas nos *Apontamentos para a Educação de Um Menino Nobre* e nas *Cartas Sobre a Educação da Mocidade*. Nomes relacionados inclusive na documentação oficial, sendo possível encontrá-los nas instruções do *Alvará Régio de 1759*, nos estatutos do Colégio Real dos Nobres e nos estatutos da Universidade de Coimbra.

A discussão sobre novos parâmetros pedagógicos foi intensa durante o século XVIII, em Portugal. Os tratadistas e a administração reinol, de então, tangenciaram a questão de como ler a história. Privilegiou-se aqui o estudo sobre as obras de Verney, porém, essas espécies de tratados de civilidade apresentam certa homogeneidade, porque, na formulação de preceitos para a justa apropriação dos discursos, eram repetidas as mesmas tópicos. Por isso, a trajetória intelectual do *barbadinho* pode ser relevante para auxiliar na compreensão de algumas questões historiográficas mais gerais do período.

Em um artigo de 1960, Jorge Luís Borges havia dito que a literatura poderia diferir menos pelo texto do que pela forma como é lida. E, se somos tanto leitores de romances como de histórias, a história da historiografia, talvez, poderia ser tanto sobre as maneiras de escrever e os objetos de escrita, quanto a história dos modos e razões pelos quais se lê um texto de história. Aqui, se não foi possível responder da forma mais adequada às questões propostas, espera-se ter contribuído para indicar formas diversas pelas quais essas obras foram apreciadas. Ou, pelo menos, indicar algumas das muitas formas e razões possíveis pelas quais um livro de história poderia ser lido.

## Bibliografia

### Fontes:

ALMEIDA, Teodoro de. **O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente em qualquer trabalho da vida**. Lisboa: Régia Offic. Typografica, MDCCLXXXVI (1786).

ARAÚJO, José de. **Reflexoens apologeticas a obra intitulada Verdadeiro metodo de estudar dirigida a persuadir hum novo metodo para em Portugal se ensinarem, e aprenderem as sciencias, e refutar o que neste Reino se pratica: expendidas para desaggravo dos Portuguezes em huma Carta, que em resposta de outra escreveo da cidade de Lisboa para a de Coimbra**. Pelo P. Frey Arsenio da Piedade. Valensa: na officina de Antonio Balle, anno MDCCXLVIII (1748).

ARISTÓTELES. **Poética**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. 8 vol. Coimbra: Colégio das Artes, 1712-1721.

CÍCERO. “De Oratore”, in SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do Orador, de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares, I, 9, 23**. São Paulo: FFLCH/USP, 2009, tese de doutoramento, pp. 147-308.

CLERC, Jean Le. **Parrhasiana ou Pensées Diverses sur des matières de critique, d'histoire, de morale et de politique**. Amsterdam: Henri Schelete, seconde ed. augmentée, MDCCI [1701].

D’Lambert, M.; DIDEROT, M. **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné**. A Lausanne et a Berne : chez les sociétés typographiques, 1780-1782. Tome XXI.

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado Teológico-Politico**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

**Estatutos do Collegio Real de Nobres da Corte, e cidade de Lisboa**. Lisboa: offic. de Miguel Rodrigues, 1761.

**ESTATUTOS da Universidade de Coimbra. Cursos Jurídicos das Faculdades de Cânones e Leis**. Livro II. Lisboa: Na Régia Officina Tipográfica, 1772.

*Explication Détaillée du Systeme des Connoissances Humaines*; in DIDEROT, Denis; D’ALAMBERT, Jean (orgs). **Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné**. Tome Premier. Paris, 1751.

FREIRE, Francisco José. **Methodo breve e Fácil para estudar a história portugueza**. Lisboa: na Officina de de Francisco Luiz Ameno, 1748.

\_\_\_\_\_. **Vida do Infante D. Henrique.** Lisboa: na officina patriarcal de Francisco Luiz Ameno, MDCCLVIII (1758).

\_\_\_\_\_. **Arte Poética.** Tomo I. Lisboa: Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, MDCCLIX (1759).

FRESNOY, Lenglet Du. **Methode pour Étudier l'Histoire avec un Catalogue des principaux Historiens, & des Remarques sur la bonté de leurs Ouvrages, & sur les choix des meilleures Editions.** 5v.. Pariz: Chez Pierre Gandouin, MDCCXXIX (1729).

\_\_\_\_\_. **Metodo per Studiare la Storia, in cui dopo aver stabiliti i principi, e l'ordine, che dee tenersi per leggerla utilmente, si fanno le osservazioni necessarie per non lasciarsi ingannare nella lettura di essa: con un catalogo de' principali storici, e con osservazioni critiche sulla bontà delle loro opere, e sulla scelta delle migliori edizioni scritto in lingua francese Dal sig. dottor Langlet di Fresnoy e tradotto in lingua italiana.** Tomo Primo. Apresso Sebastiano Coleti, Veneza, MDCCXXVI [1726].

\_\_\_\_\_. **New Method of Studying History: Recommending More Easy and Complete Instructions for Improvement in that Science Than Any Hitherto Extant: with the Whole Apparatus Necessary to Form a Perfect Historian ... Originally Written in French by M. Langlet Du Fresnoy ... Since Translated Into Italian, with Considerable Additions. The Whole Made English, with Variety of Improvements and Corrections..** London: By Richard Rawilson, MDCCXXVI [1728].

GIBBON, Edward. **Auto-biography: complete in one volume.** Turner & Hayden: New York, 1846.

HUME, David. **Essays, Moral, Political and Literary.** London, 1758.

**Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica.** Lisboa: Na offic. de Miguel Rodrigues, 1759.

LAMY, Bernard. **Nouvelles Reflexions sur l'Art Poétique.** Paris, 1668.

\_\_\_\_\_. **La Rhetorique ou l'Art de Parler.** Chez Andre Pralard: rue s. Jaques. MDCLXXXVIII (1688).

\_\_\_\_\_. **La Rhetorique ou l'Art de Parler.** Chez Aumont: Place du Collegé Mazarin, MDCCLVII (1757).

\_\_\_\_\_. **Entretiens sur les Sciences dans lesquels on apprend comme l'on se doit servir des Sciences, pour faire l'esprit juste, & le Coeur droit avec la Methode.** Lyon: Chez Jean Certé, MDCLXXXIV (1694).



MABILLON, Jean. **Traité des Études** Monastiques in HUREL, Odon (org.). **Le moine et l'historien - Dom Mabillon: Oeuvres choisis**. Paris: Robert Lafont, pp. 381-625 [1691], 2007.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana: historica, critica e cronologica**. 4 vol. Lisboa: na officina de Ignacio Rodrigues, MDCCCLII (1752).

MENESES, Luiz de. **História de Portugal Restaurado**. Tomo 1. Lisboa: Na officina de Domingos Rodrigues, MDCCLI (1751).

MURATORI, Ludovico António. **Delle Riflessioni sopra il Buon Gusto Nelle Scienze e nell'Arti**. 2 vol. Veneza: Niccolò Pezzana, MDCCXLII (1742).

**O Método Pedagógico dos Jesuítas: o Ratio Studiorum**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

PLINE. **Histoire Naturelle**. Paris: Imprimeurs de L'Institut de France, 1877.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina. **Apontamentos para a educação de um menino nobre**. Lisboa Ocidental: na oficina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, 1734.

Quintiliano. **Instuciones Oratorias**. Madrid: Prelado Páez y Compañía, 1916. 02v.

ROLLIN, Charles. **Abregé du Traité des Études, A l'usage des Jeunes gens, des Instituteurs et des Pères de famille**. Paris: Chez Cérioux, 1799.

SAMÓSATA, Luciano de. **Como se deve escrever a história**. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

\_\_\_\_\_. "Arte Histórica de Luciano Samosateno; Traduzida do Grego em duas versões Portuguesas pelos Reverendos Padres Fr. Jacinto de São Miguel. Cronista da Congregação de S. Jerônimo, e Fr. Manoel do Santo Antônio, Monge da mesma Congregação em Portugal. Dadas à luz pelo P. José Henriques de Figueiredo", in EUGENIO, João Kennedy. **Ficção e história - Encontros com Luciano**. Teresina: EdUFPI, 2010, pp. 203-230.

SANCHES, Ribeiro. **Cartas Sobre a Educação da Mocidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922 (1º ed. 1760).

SOUSA, Manuel de Faria. **Europa Portuguesa**. Lisboa: 1678.

Tácito. **Anais**. Rio de Janeiro: ed. Leão, 1967.

VALLEMONT, Abbé de. **Les Éléments de l'Histoire ou ce qu'il faut savoir de Chronologie, de Géographie, de l'Histoire Universelle., de l'Eglise de**

**l’Ancien Testament, des Monarchies Anciennes, de l’Eglise du Nouveaux Testament, des Monarchies Nouvelles, & de Blazon.** Tome Premier. Paris: chez Quai des Augustins, MDCCLVIII (1758).

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro Método de Estudar.** Tomo I. Valença: Na officina de Antonio Balle, 1746a.

\_\_\_\_\_. **Verdadeiro Método de Estudar.** Tomo II. Valença: Na officina de Antonio Balle, 1746b.

\_\_\_\_\_. **Ultima Resposta Escrita Polo Senhor Gelaste Mastigophoro.** Em Sevilha, s.d.

\_\_\_\_\_. **Grammatica Latina.** Lisboa: sem referencia de editor, 1790.

\_\_\_\_\_. **Lógica.** Universidade de Coimbra, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Metafisica.** Universidade de Coimbra, 2010b.

*Referências bibliográficas:*

ALBANESE, Gabriella. **A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna,** in Francisco Murari Pires (org). **Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história.** São Paulo: Alameda, 2009. p. 279-289.

ALCIDES, Sérgio. **Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas (1753-1773).** São Paulo: Hucitec, 2003.

ALPERS, Svetlana. **El Arte de Describir. El arte holandês em el siglo XVII.** Madrid: Hermann Blume, 1987.

AMOSSY, Ruth. “Da noção retórica de ethos à análise do discurso” in AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos.** São Paulo: Contexto, 2005.

ANDRADE, António Alberto de. **Vernei e a cultura do seu tempo.** Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1966.

\_\_\_\_\_. **Verney e a projeção de sua obra.** Composto e impresso nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand, 1980.

BARRET-KRIEGEL, Blandine. **L’histoire à l’âge classique: La défaite de l’érudition.** Paris: PUF, 1996, vol. II.

BAXANDALL, Michael. **O Olhar Renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BLACK, Jeremy. **Mapas e História: construindo imagens do passado**. Bauru: Edusc, 2005.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **Como se devem verter os antigos: Luciano e o século XVIII Português**. Belo Horizonte: *Natus Antiquus*, n.1, julho de 2008.

CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. **Os jesuítas diante de “O Verdadeiro Método de Estudar”**: conflitos políticos e de idéias no setecentos português (c.1740-1760). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura**. Topoi n.01, Rio de Janeiro, 2000, p. 123-152.

CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. **Verney e a questão do Iluminismo em Portugal**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 2005.

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. Campinas: ed. Unicamp, 1994.

CASTRO, Aníbal Pinto de. **Retórica e Teorização Literária em Portugal: do humanismo ao neoclassicismo**. Dissertação de Doutorado em filologia românica. Universidade de Coimbra, 1973.

CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo A. M. Acher de. **Sociedade e Cultura Portuguesa II**. Lisboa: Universidade Aberta, 1966.

CAVALLO, Guglielmo. CHARTIER, Roger. (orgs.). **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Ática, 1999. Vol.02.

CHARTIER, Roger. **“Escutar os mortos com olhos”**. Aula inaugural no Collège de France, 11 de Outubro de 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142010000200002&script=sci\\_art\\_text](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142010000200002&script=sci_art_text).

\_\_\_\_\_. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CIDADE, Hernani. **Lições de Cultura e Literatura portuguesas**. Coimbra: Coimbra. ed. 1959. V.02.

COUZINET, Marie-Dominique. **Histoire et méthode à la Renaissance**. Paris: J. Vrin, 1996.

DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith. **Translators through History**. FIT and Unesco: Amsterdam and Philadelphia, 2012.

DOSSE, François. **A História**. Bauru: Edusc, 2003.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. V.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. **Contra todos os inimigos. Luís António Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2009.

FERREIRA, Alberto; MARTINHO, Maria José. **A Questão Coimbrã (bom senso e bom gosto)**. Lisboa: Ed. Comunicações, 1988.

FLADRIN, Jean-Louis. "A Distinção pelo Gosto" in CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada** – vol. 3. São Paulo: Ed. Schearcz, 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira. "Colecionismo e Gosto" in THOMAS, Werner; STOLS, Eddy; KANTOR, Iris; FURTADO, Júnia (ORGS.). **Um Mundo Sobre Papel**. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/UFMG, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GARNIER, Bruno. "Anne Dacier, un esprit moderne au pays des anciens," in DELISLE, Jean (org). **Portraits de traductrices**. Ottawa and Artois: Presse universitaire d'Ottawa and Artois Presse universitaire, 2002.

GAY, Peter. **O Estilo na História**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GARIN, Eugenio. **Idade Média e Renascimento**. Lisboa: Estampa, 1994.

GENETTE, Gérard. **Figures: essais**. Paris: du Seuil, 1966.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Relações de Força. História, Retórica, Prova**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GOUVEIA, António Camões. "Estratégias de Interiorização da Disciplina" in HESPANHA, António Manuel (COORD.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

GRAFTON, Anthony. **What Was History? The art of history in early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. **O leitor humanista**. In: CAVALLO, Guglielmo. CHARTIER, Roger. (orgs.). **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Ática, 1999. Vol.02.

\_\_\_\_\_. **Defenders of the Text: the traditions of scholarship in an age of science, 1450-1800**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: UNB, 2003.

HAYES, Julie Candler. "Of Meaning and Modernity: Anne Dacier and the Homer Debate" in RUBIN, David Lee (org). **Strategic Rewriting**. Charlottesville, VA: Rookwood, 2002.

HAZARD, Paul. **La Pensée Européenne au XVIII Siecle: de Montesquieu a Lessing**. Paris: Boivin, 1948.

ISRAEL, Jonathan Irvine. **Radical Enlightenment: philosophy and the making of modernity (1650-1750)**. New York: Oxford Press, 2001.

KELLEY, Donald. **Historia Integra: Francois Baudouin and his Conception of History**. *Journal of the History of Ideas*, vol.25, n.1, 1964.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise - Uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 1999.

KOSELLECK, Reinhart [et al.]. **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LACAPRA, Dominick. **Repensar la historia intelectual y leer textos**. In: PALTÍ, Elias. **Giro Lingüístico e Historia Intelectual**. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. "A propósito do ethos" in MOTTA, Ana Raquel (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARQUES, Mário Reis. **Ciência e Ação: o poder simbólico do discurso jurídico universitário no poeríodo ius commune**. Penélope: Fazer e desfazer a história, 1991, nº6.

MARTIN, Henri-Jean. "Le temps de Robert Estienne" in CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (org). **Histoire de l'édicion française**. Vol.1, Paris: Promodis, 1982.

MARTINS, Maria Teresa Payan. **Livros Clandestinos e Contrafacções em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **História Antiga e o Antiquário**. Anos 90, Porto Alegre, v.21, n.39.

MONCADA, Luís Cabral de. **Um “Iluminista” Português do século XVIII: Luís António Verney**. São Paulo: Saraiva, 1941. 216 p.

\_\_\_\_\_. **Estudos de História do Direito**. Coimbra: Atlantida, 1948-1950, 3v.

\_\_\_\_\_. **Estudos Filosóficos e Históricos**. Coimbra: por ordem da universidade, 1958-1959. 2v.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para a História da Filosofia e do Direito em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocrácia. In: MATTOSO, José (org). **História de Porgugal**. Quarto Volume. Ed. Estampa, 1998.

MORAIS, Regina Celia de Melo. **L. A. Muratori e o Cristianismo Feliz na Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Paraguai**. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2006.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII**. Coimbra: Minerva, 2004.

NICOLAZZI, Fernando. **Como se deve ler a história: leitura e legitimação na historiografia moderna**. Vária História: UFMG, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Entre letras & armas, a história como disputa: considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII**, in *Almanack Braziliense*, São Paulo, número 11, maio de 2010b. p. 40-51.

\_\_\_\_\_. **Como se deve ler a história: Jean Bodin e a ars historica do século XVI** in NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes (orgs.). **Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PASSOS, Carlos de. **Uma tempestade literária**. Portugalía: revista de cultura, tradição e renovação nacional. Lisboa: 1925-1926. p. 333-341.

PÉCHARMAN, Martine. **The ‘Rules of Critique’ – Richard Simon and Antoine Arnauld** in BOD, Rens; MAAT; Jap; WESTSTEIJN, Thijs. **The Making of Humanities – Volume 1: Early Modern Europe**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

PERELMAN, Chaïm; OLDEBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação. A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **L'écriture de l'histoire et la représentation du passé**. *Annales HSS*, Paris, n.4, juillet-août, 2000.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa- tomo III**. Campinas: Papyrus, 1997.

SCHLEGEL, Friedrich. **O Dialeto dos Fragmentos**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)**. Tese: UFRJ, 2010.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Tomo IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. "Ilustração, História e Ecletismo: Considerações sobre a forma eclética de aprender com a história do século XVIII" in SILVA, Ana Rosa Clocllet da; NICOLLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (orgs.). **Contribuições à História da Historiografia Luso-Brasileira**. São Paulo: HUI TEC, 2013.

ROSENBERG, Daniel; ANTHONY, Grafton. **Cartographies of Time**. New York: Princeton Press, 2010.

SÉRGIO, António. **Breve Interpretação da História de Portugal**. Livraria Sá da Costa: Lisboa, 1977.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **O Cego e o Coxo: Crítica e Retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724 - 1725)**. Dissertação de Mestrado. Ouro Preto: UFOP, 2012.

SINKEVISQUE, Eduardo. **Luciano de Samósata: Autoridade nas principais discussões historiográficas setecentistas e franco-italianas**. Anais XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, São Paulo, julho de 2001.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1996.

TEXEIRA, Ivan. **O Mecenato Pombalino e a Poesia Neoclássica**. São Paulo: Edusp, 1999.

TORGAL, Luís Reis. **Ideologia Política e Teoria do Estado Na Restauração**. Volume II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982.

VEYNE, Paul (org.). **História da Vida Privada**. Vol.1. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese, USP, 1999.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. "As Redes Clientelares" In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**. Quarto Volume. Ed. Estampa, 1998.